

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Doutorado em História Social



TESE DE DOUTORADO

ADRIANA BASTOS KRONEMBERGER

Vozes da Militância

Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980

SÃO PAULO
2023

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

ADRIANA BASTOS KRONEMBERGER

Vozes da Militância

Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980

Tese apresentada à Banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em História Social, sob a orientação do Professor Doutor Luiz Antonio Dias.

**SÃO PAULO
2023**

Banca Examinadora

.....

.....

.....

.....

Agradecimento

Agradeço especialmente à agência fomentadora desta pesquisa, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me deu o suporte financeiro para o desenvolvimento e a finalização deste trabalho.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho. Em primeiro lugar, meu agradecimento vai para o meu orientador, Professor Doutor Luiz Antonio Dias, por seu acompanhamento e apoio em todos os aspectos desta pesquisa.

Devo gratidão imensurável aos meus entrevistados: Ana Alice, Lúcia Souto, Dilceia Quintela, Nelson Nahon, José Noronha, padre Bruno (*In memoriam*) e padre Matteo (*In memoriam*). Agradeço por disponibilizarem seu tempo, por compartilharem suas memórias e experiências. Sem a generosidade deles, este trabalho não seria possível.

Agradeço aos professores do curso de pós-graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que contribuíram e incentivaram meu desenvolvimento acadêmico ao longo dessa jornada. Suas orientações e discussões enriqueceram muito minha compreensão sobre o tema.

Destaco a minha gratidão à minha família e aos meus amigos que estiveram ao meu lado durante a realização deste trabalho. Apoio, encorajamento e compreensão foram essenciais para superar os desafios e manter a motivação ao longo dessa jornada.

Por fim, estendo meu agradecimento a todas as outras pessoas que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho, mesmo que não tenham sido aqui mencionadas. Agradeço a todos pelo apoio e pela inspiração no desenvolvimento dessa pesquisa.

Agradeço a todos vocês.

Título:**Vozes da militância – Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980****Resumo**

Esta tese, desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Professor Doutor Luiz Antonio Dias, abordou os movimentos sociais urbanos das décadas de 1970 e 1980, com foco em narrativas de luta e transformação social em Nova Iguaçu. Teve como objetivo entrevistar militantes sociais que atuaram nessa cidade nas décadas referidas. Essas pessoas lutavam pelos direitos sociais mais básicos da população local, pelos Direitos Humanos em um sentido mais amplo e contra a ditadura civil-militar que se instalou no Brasil após o golpe de 1964 e permaneceu até 1985. Intencionou-se, por meio das entrevistas produzidas, examinar as representações que essas pessoas desenvolvem sobre suas lutas, suas participações, conquistas, perdas e organizações nos movimentos sociais urbanos das décadas referidas. Observando assim, as particularidades das lutas do povo da cidade. Objetivando mostrar que houve resistência à ditadura civil-militar em Nova Iguaçu, mas também há a dificuldade de quantificar a violência na cidade. Para tanto, a hipótese desse trabalho seria apresentar as lutas cotidianas por meio da preservação da memória. No desenvolvimento das entrevistas foi utilizada a metodologia da História oral. Os entrevistados foram escolhidos por meio de indicação e de auto oferecimento a fim de fornecer depoimentos sobre suas participações nas lutas sociais de Nova Iguaçu, junto ao então bispo dessa cidade, Dom Adriano Hypólito que, inspirado pela Teologia da Libertação, tornou-se uma pessoa de reconhecida participação na luta por Direitos Humanos no Brasil, durante os “anos de chumbo”. Partindo dos depoimentos fornecidos, em seguida foi feita uma análise dos mesmos e um cotejamento com reportagens da época e documentos oficiais, respeitando os estudos sobre a memória e representação existentes. A justificativa para a análise desses relatos está em aprofundar os estudos sobre os movimentos sociais urbanos das décadas de 1970 e 1980 e reconhecer nesses movimentos, sementes de continuidade daquelas lutas que possam ser cultivadas mais e mais para o prosseguimento das conquistas dos direitos sociais mais básicos, que ainda não atendem toda a população, pelo contrário, os abismos sociais só se acentuaram.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura. Direitos Humanos. Direitos Sociais. Dom Adriano. Esquadrões da Morte. Movimentos Sociais. Religiosidade. Violência.

Abstract

This thesis, developed at the Pontifical Catholic University of São Paulo, under the guidance of Professor Luiz Antonio Dias, addressed the urban social movements of the 1970s and 1980s, focusing on narratives of struggle and social transformation in Nova Iguaçu. It aimed to interview social activists who worked in that city in the aforementioned decades. These people fought for the most basic social rights of the local population, for Human Rights in a broader sense and against the civil-military dictatorship that was installed in Brazil after the 1964 coup and remained until 1985. It was intended, through the interviews produced, examine the representations that these people develop about their struggles, their participation, conquests, losses, and organizations in the urban social movements of the referred decades. Thus, observing the particularities of the struggles of the people of the city. Aiming to show that there was resistance to the civil-military dictatorship in Nova Iguaçu, but there is also the difficulty of quantifying the violence in the city. Therefore, the hypothesis of this work would be to present the daily struggles through the preservation of memory. In the development of the interviews, the methodology of oral History was used. The interviewees were chosen through indication and self-offering to provide testimonials about their participation in the social struggles of Nova Iguaçu, together with the then bishop of that city, Dom Adriano Hypólito who, inspired by Liberation Theology, became a person of recognized participation in the fight for human rights in Brazil, during the “years of lead”. Based on the testimonies provided, an analysis was made using them, as well as a comparison with reports from the time and official documents, respecting existing studies on memory and representation. The justification for analyzing these reports is to deepen the studies on the urban social movements of the 1970s and 1980s and to recognize in such movements, seeds of continuity of those struggles that can be cultivated more and more for the continuation of the conquests of the most basic social rights, that still do not reach the entire population, on the contrary, the social chasms have only increased.

KEYWORDS: Dictatorship. Human rights. Social rights. Dom Adriano. Death Squads. Social movements. Religiosity. Violence.

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Dom Adriano Hypólito e a transformação social em Nova Iguaçu: Memórias e Lutas	18
1.1 Espaço, Território e Lutas Sociais: Nova Iguaçu e a transformação da Baixada Fluminense nas décadas de 1970 e 1980	18
1.2 Em nome do bispo - Dom Adriano Hypólito: Resistência e engajamento em Nova Iguaçu durante a ditadura civil-militar	23
1.3 Narrativas do Cotidiano: Lutas, resistência e redes de articulação em Nova Iguaçu 26	
1.4 Território de encontros, resistências e construção de subjetividades: As mulheres e o MAB de Nova Iguaçu	28
1.4 Vozes Virtuais - Representações e Memórias dos movimentos sociais em Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980: Uma análise multidimensional	30
1.5 Fundamentação teórica.....	42
Capítulo 2 - Desafios e transformações em Nova Iguaçu: Movimentos sociais, violência e configuração urbana.....	48
2.1 O Povo da Baixada Fluminense: Uma história de luta, resistência e transformação	48
2.2 Dilemas e especificidades dos movimentos sociais em Nova Iguaçu: Uma abordagem contextualizada.....	56
2.3 A Formação do Movimento de Amigos de Bairro (MAB) em Nova Iguaçu: O Papel da Igreja Católica, dos médicos sanitaristas e a articulação político- pedagógica	60
2.4 Dom Adriano e os Movimentos Sociais de Nova Iguaçu: Resistência, justiça e transformação	67
2.5 A transformação urbana na Baixada Fluminense: migração, crescimento demográfico e desenvolvimento precário.....	70
2.6 Espaços divididos, lutas invisíveis: Reflexões sobre a formação social da Baixada Fluminense e a segregação urbana no Rio de Janeiro	72
Capítulo 3 - Em busca da justiça social: Reflexões sobre a luta e os desafios na Baixada Fluminense.....	78
3.1 Movimentos Sociais Urbanos nas Décadas de 1970 e 1980: Complexidades teóricas	78
3.2 Nova Iguaçu: resistência, diversidade e a “experiência” na luta por direitos 86	
3.3 Violência e Resistência na História da Baixada Fluminense: Da luta pela terra à ascensão de grupos armados	94
3.4 Violência e Esquadrões da Morte: A realidade oculta na Baixada Fluminense durante a Ditadura Civil-Militar	104

3.5	Entre vozes e lutas: Da medicina social à conscientização política - articulando Igreja Católica, saúde, comunidades e movimentos sociais.....	116
Capítulo 4 - Entrelaçando Memória e História: Narrativas de luta, resistência e mudança - Uma abordagem da História oral na análise dos depoimentos dos militantes sociais.....		128
4.1	Lutas, Vozes e Memórias: A Importância da História oral na compreensão da identidade e da experiência coletiva.....	128
4.2	Esperança e memória na construção histórica: Movimentos sociais e luta por justiça em Nova Iguaçu.	139
4.3	União com a população de Nova Iguaçu nas lutas populares: a experiência dos entrevistados após chegarem à região.....	150
Considerações Finais		165
Fontes.....		170
Referências:		170
Outras fontes:		176
Anexos.....		178
Anexos da Introdução		178
Anexos do capítulo 1.....		193
Anexo do capítulo 2.....		209
Anexos do capítulo 3.....		210

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que todos os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam que haja a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato esse é um ato histórico, uma exigência fundamental de toda a história, que tanto hoje como há milênios deve ser cumprido cotidianamente e a toda hora, para manter os homens com vida (MARX & ENGELS).

Introdução

Esta tese se concentrou nos movimentos sociais urbanos das décadas de 1970 e 1980, especificamente nas narrativas que ilustram as lutas e transformações sociais em Nova Iguaçu. Buscou-se mostrar que houve uma mobilização social nessa cidade, onde grupos organizados lutavam por direitos sociais e faziam resistência ao governo autoritário que se impunha naquele momento. Os movimentos sociais de Nova Iguaçu no referido período estavam relacionados a vários direitos essenciais que eram negados à população dessa cidade, tais como: moradia, saúde, educação, saneamento básico, emprego e terra.

O objeto dessa pesquisa, insere-se neste trabalho no campo da História social, dentro do descrito por José D'Assunção Barros (2013), que argumentou que toda a História escrita hoje é História social, mesmo que suas abordagens sejam direcionadas para outros campos como política, economia ou cultura, pois toda informação historicizada pode ser tratada socialmente, caso o historiador tenha preocupações sociais na sua forma de examinar o passado. No caso, as preocupações contidas neste trabalho são direcionadas aos movimentos sociais, que, dificilmente, podem ser compreendidos fora de uma relação entre o social, o político e o econômico.

A escolha por pesquisar este tema ocorreu porque os movimentos sociais de Nova Iguaçu, no período aqui analisado, estiveram estritamente relacionados com a Igreja Católica da cidade, com o então bispo, Dom Adriano Hypólito. O interesse inicial se deu pelo trabalho de Dom Adriano na região, que foi analisado em trabalhos anteriores da pesquisadora responsável por esta tese. Dom Adriano Hypólito foi estudado durante o curso de licenciatura em História da pesquisadora, sob a orientação do Professor Doutor Henri de Carvalho, depois, em sua Especialização em História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo entre os anos de 2013 e 2015, quando tais estudos foram aprofundados sob a orientação do Professor Doutor Antônio Rago. No Mestrado, foi analisada a conduta de Dom Adriano diante da violência na Baixada Fluminense durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), quando ocorreu um agravamento da violência na região e desenvolveu-se em Nova Iguaçu um movimento católico inspirado pela Teologia da Libertação.

O movimento denominado de Teologia da Libertação, originou-se a partir de alterações propostas durante o Concílio Vaticano II (1962 - 1965), se disseminou pela

América Latina após a Conferência Episcopal de Medellín, na Colômbia (1968), reexaminou o papel da Igreja Católica diante da realidade conflituosa da região e estabeleceu a opção preferencial da Igreja pelos pobres. A Teologia da Libertação visava promover mudanças na estrutura eclesial, com a intenção de ampliar a preocupação com questões sociais, e seus seguidores argumentavam que era dever dos cristãos lutar pela emancipação humana, buscando aliviar todo tipo de sofrimento, agindo sempre com amor ao próximo e em busca da justiça.

Foi produzida uma dissertação de Mestrado intitulada **Dom Adriano Hypólito no rastro da violência em Nova Iguaçu**, a qual foi defendida em março de 2018, sob a orientação do Professor Doutor Luiz Antonio Dias. No desenvolvimento dos estudos para essa dissertação foram encontradas novas fontes, entre as quais, documentos do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) onde apareciam, além do nome de Dom Adriano, nomes de pessoas que com ele lutaram, engajadas em melhorar as condições de vida do povo de Nova Iguaçu.

A militância dessa cidade nos anos de 1970 e 1980 teve destacada relevância no cenário estadual e nacional e os nomes de militantes constarem nos arquivos do SNI não causou surpresa, mas ajudou a construir uma ideia para uma pesquisa de Doutorado, uma vez que seria importante investigar esses sujeitos através de entrevistas, tentar entender quais eram as representações que eles têm a respeito de suas participações nos movimentos sociais de Nova Iguaçu, ao lado de Dom Adriano Hypólito. Algumas dessas pessoas se ofereceram para participar do projeto de entrevistas, outras foram indicadas por seus amigos, também buscou-se por esses militantes na *internet*. A médica Ana Alice, encontrada por meio da *internet*, ajudou a entrar em contato com outras pessoas envolvidas nos movimentos sociais do período.

Essa ideia ganhou maiores proporções quando foi feito o lançamento do livro que surgiu da dissertação acima mencionada. O lançamento foi feito na Catedral de Nova Iguaçu e, na ocasião, algumas pessoas que foram prestigiar o evento falaram com a pesquisadora desta tese, algumas até discursaram sobre suas lutas junto a Dom Adriano. Assim, a ideia de investigar a luta cotidiana desses militantes só foi reforçada, ali fora percebida a relevância de apresentar a cidade de Nova Iguaçu pelos olhares das pessoas que lutaram por direitos sociais em um momento tão conturbado da história dessa cidade e do país. Havia resistência e luta social, mesmo em uma cidade famosa pela violência.

Desenvolveu-se assim, a hipótese de que a preservação da memória das lutas sociais em Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980, poderia revelar as representações desenvolvidas pelos militantes sociais entrevistados sobre suas participações, conquistas, perdas e organizações nos movimentos sociais urbanos. Essas representações poderiam evidenciar a resistência à ditadura civil-militar no contexto local e também destacar o avanço da violência na cidade. Tal hipótese levou em consideração o objetivo principal do trabalho, que foi examinar as representações dos militantes sociais sobre suas lutas e analisar as particularidades do povo de Nova Iguaçu. Além disso, enfatiza a importância da preservação da memória como forma de compreender os movimentos sociais da época e destacar a relevância dessas lutas como exemplos para análises de lutas atuais e futuras. Essa preservação da memória e resgate das lutas pode inspirar novas ações sociais que visem garantir os direitos essenciais básicos e a dignidade da população, além de contribuir com as já existentes discussões acerca dos movimentos sociais. Para alcançar tal objetivo foi utilizado um *corpus* documental que está assim organizado: entrevistas gravadas (vídeo e vozes) com militantes sociais da época; reportagens da imprensa da época; trechos do jornal diocesano de Nova Iguaçu (*A Folha*), cartas da Diocese de Nova Iguaçu / Comissão Diocesana de Justiça e Paz de 1978 e 1979 e relatórios do SNI.

O início do doutoramento foi dedicado a procurar, organizar e ler algumas das fontes escritas, mas surgiram novas no decorrer da pesquisa. As entrevistas foram produzidas por meio da plataforma digital *Zoom*, devido ao impedimento da pandemia do coronavírus, que exigiu por muito tempo um isolamento social. No caso deste trabalho, a situação se complicou um pouco mais porque todos os entrevistados se encontravam com mais de sessenta anos de idade, portanto, todos pertencentes ao grupo de risco para a Covid 19.

Este trabalho envolveu seres humanos, condição que necessita de cuidados especiais, por isso, antes de iniciar as entrevistas o projeto de pesquisa foi submetido à apreciação do Comitê de Ética da PUC/SP e aprovado pelo mesmo que emitiu o parecer favorável da Plataforma Brasil. Desafortunadamente, isto ocorreu antes da pandemia do coronavírus, por isso foram necessárias adaptações para o cumprimento dos prazos estabelecidos para a produção da pesquisa, mas todos os cuidados exigidos para um trabalho na área das Ciências Humanas lidando diretamente com seres humanos foram seguidos.

Neste trabalho buscou-se compreender como esses movimentos sociais se articularam, por isso considerou-se importante investigar os sujeitos envolvidos nessas lutas. Os

entrevistados foram a médica Ana Alice, o médico Nelson Nahon, o médico José Noronha, a médica e política Lúcia Souto, a professora e política Dilceia Quintela, o padre Bruno (falecido em 08 de novembro de 2022, durante a produção deste trabalho) e o padre Matteo (também falecido durante a produção deste trabalho, no dia 12 de junho de 2022), conforme tabela abaixo:

Nome d(x) entrevistad(x)	Data de nascimento	Ofício	Data da entrevista	Tamanho do Arquivo da entrevista via Zoom
Ana Alice Teixeira Pereira Bevilaqua	20/01/1950	Médica	16/12/2020	805.3MB
Dilceia Nahon	21/03/1950	Pedagoga	15/12/2020	149.1 MB
José Noronha	24/08/1946	Médico	25/01/2021	340,1 MB
Lucia Souto	28/12/1949	Médica	12/12/2020	335,9 MB
Nelson Nahon	21/05/1949	Médico	19/01/2021	697,1 MB
Bruno	03/04/1942	Padre	17/12/2020	293,1 MB
Matteo	21/12/1938	Padre	13/01/2021	692,3 MB

Destaca-se que os entrevistados foram identificados por ofício e por seus nomes reais, porque todos eles receberam as informações referentes à pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), exigido pelo Conselho de Ética da PUC/SP, tendo todos dado seus consentimentos para as menções dos seus nomes na pesquisa. Todos os entrevistados autorizaram o uso de seus relatos para a produção deste trabalho. As entrevistas foram as principais fontes nesta pesquisa e ocorreram pautadas por um roteiro guiado, conforme o Anexo 1 deste trabalho.

Esta tese foi pautada, em grande parte, por meio da metodologia da História oral. A pesquisa se desenvolveu por meio de diálogos gravados (vídeo e vozes) entre a pesquisadora e os entrevistados, pela plataforma *online Zoom*. Os entrevistados responderam às perguntas elaboradas e o roteiro serviu como um guia para a obtenção dos dados necessários à pesquisa, mas os entrevistados foram respeitados nos limites do que desejavam falar ou calar e não foram interrompidos no desenvolvimento das suas lógicas de pensamentos. Foram indagados sobre suas lutas nas décadas de 1970 e 1980, suas vidas anteriores às participações nos movimentos e suas escolhas políticas e puderam interromper a entrevista a qualquer momento. Os participantes da pesquisa além de terem sido convidados por meio de uma rede de amigos, indicações e *internet*, também o foram pelo reconhecimento da importância de seus trabalhos junto aos movimentos sociais de Nova Iguaçu no período aqui analisado. Importância essa, também constatada quando da produção do Mestrado acadêmico defendido

na PUC/SP (2018), trabalho já mencionado, no qual foi discutida a luta de Dom Adriano Hypólito em Nova Iguaçu durante os anos da ditadura civil-militar.

Levou-se em consideração na análise das entrevistas a importância de se a ideologia dos entrevistados, por isso as mesmas também foram feitas embasadas por Mikhail Bakhtin (1895-1975) em: **Estética da Criação Verbal** (1997) e **Marxismo e Filosofia da Linguagem** (2006). Apesar de o autor não ter formalizado uma metodologia de análise de discurso, ele adotou uma abordagem dialógica que abarca as interações entre linguagem, sujeitos, lugares, contextos e culturas. O princípio dialógico da linguagem é conhecido como dialogismo, em que a linguagem estabelece múltiplas relações de sentido. Segundo o autor, o discurso é produzido por meio do diálogo, resultante da interação entre interlocutores, que são seres sociais envolvidos em relações com outros discursos. Para Bakhtin, o sujeito se constitui na relação com o outro. Portanto, as entrevistas realizadas para este trabalho foram construídas a partir das interações estabelecidas entre a entrevistadora, os entrevistados, suas subjetividades e os contextos. A ideologia, para o pensador russo, está nos indivíduos que carregam os valores que adquiriram socialmente por meio da interação. Como resultado, os discursos possuem significados sociais, históricos e ideológicos. Assim, na análise das entrevistas, foram considerados a história de vida dos entrevistados, o contexto histórico das lutas em que estiveram envolvidos e os contextos políticos e sociais no momento das entrevistas. Além disso, levou-se em consideração as intenções dos narradores e os objetivos de quem escreveu (KRONENBERGER, 2018, p. 18 e 19).

Também foram aplicados os princípios estabelecidos por Chartier (2011), que destacou a importância de se respeitar as demandas da memória ao estudar a História. Esse enfoque reafirma a singularidade do conhecimento histórico, buscando uma abordagem crítica e o confronto entre as perspectivas dos atores históricos e as circunstâncias que eles podem desconhecer. Ao seguir essa abordagem, o estudo valorizou a voz dos entrevistados e a relevância de suas experiências individuais. Por meio da análise crítica dos relatos e do confronto com outras fontes, como documentos oficiais e reportagens da época, buscou-se uma compreensão mais ampla e contextualizada dos eventos e das lutas sociais em Nova Iguaçu. Ao adotar os cuidados sugeridos por Chartier (2011), o trabalho procurou garantir uma investigação histórica rigorosa e responsável, que respeitasse a complexidade das narrativas dos entrevistados e fornecesse uma visão mais abrangente e esclarecedora dos eventos estudados.

Na metodologia da História oral adotada nesta pesquisa, também foram fundamentais os estudos de Alberti (2005), Portelli (1993, 1996, 2001 e 2017) e Bosi (1994). Apesar de os estudos dessa última autora parecerem conflitantes com outros autores citados, seu trabalho foi utilizado para uma melhor compreensão e apresentação das pessoas entrevistadas. Embora a autora se concentre na História oral da vida privada, enquanto Bakhtin aborda as lutas sociais e Portelli analisa a participação das pessoas em eventos históricos, o trabalho de Bosi (1994) foi escolhido especificamente para embasar a apresentação da vida pessoal dos entrevistados.

Ao utilizar as contribuições teóricas desses autores, foi possível estabelecer uma abordagem mais aprofundada das narrativas individuais dos entrevistados. Por meio da perspectiva de Bosi (1994), foi possível explorar as dimensões pessoais, as experiências cotidianas e as trajetórias particulares dos sujeitos envolvidos nas lutas sociais em Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980. Assim, ao combinar os estudos de Alberti (2005), Portelli e Bosi (1994), a pesquisa buscou uma compreensão mais completa dos entrevistados, considerando tanto suas participações nas lutas sociais quanto suas vidas pessoais, aprofundando a análise histórica. Conforme Portelli:

O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria autobiografia [...], quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros (PORTELLI, 1996, p. 2) (Grifo do autor).

Portelli ressaltou um dilema da História oral e das memórias: as fontes são seres humanos. Isso significa que, ao trabalhar com História oral, os pesquisadores dependem da disposição e colaboração dos indivíduos para compartilharem suas vivências e relatos pessoais. Essas pessoas podem concordar em participar de entrevistas, mas é importante reconhecer que elas não estão simplesmente apresentando fatos objetivos e imparciais para serem analisados pela pesquisa histórica. Elas estão dividindo suas perspectivas subjetivas, suas memórias pessoais e suas interpretações dos eventos e experiências por elas vivenciados. Estão envolvidas em um processo ativo de construção de significados e de narrativas de suas vidas. Portanto, é essencial compreender a complexidade e a subjetividade presentes na produção e interpretação dessas histórias orais. Além disso, o autor também enfatizou que essas pessoas não estão simplesmente disponibilizando suas vidas para serem analisadas, elas estão compartilhando fragmentos de sua história e identidade. Essa confiança implica uma responsabilidade ética para com os entrevistados, garantindo o respeito por suas vozes,

experiências e perspectivas. Por isso o trabalho de Bosi (1994) foi utilizado, para fundamentar as memórias daqueles que se propuseram a participar de entrevistas contando as suas histórias e seus pontos de vista. Cada narrativa reflete a perspectiva única de cada entrevistado e sua formação pessoal, familiar, política e ideológica.

Seguindo o que foi observado por Alberti (2005), a História oral é uma metodologia de pesquisa que produz fontes históricas, que foi sistematizada no século XX, mas na história ocidental já é utilizada desde a Antiguidade nos relatos dos observadores gregos. Atualmente, tem como objetivo produzir entrevistas gravadas com indivíduos que participaram dos acontecimentos que se pretende analisar. Não se deve perder de vista o que Portelli (1993) observou:

O testemunho oral tem sido amplamente discutido como fonte de informação sobre eventos históricos. Ele pode ser encarado como um evento em si mesmo e, como tal, submetido a uma análise independente que permita recuperar não apenas os aspectos materiais do sucedido como também a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo, que cada indivíduo investe em sua relação com a história (PORTELLI, 1993, p. 41).

Portelli ressaltou a relevância do depoimento oral como uma fonte de informação essencial para a compreensão de eventos históricos, que não deve ser considerado apenas como um relato factual dos acontecimentos, mas como um “evento em si”, possuindo características próprias que merecem uma análise independente. Ao investigar o depoimento oral, torna-se possível se aproximar não apenas dos aspectos materiais dos eventos ocorridos, mas também é possível compreender a atitude do narrador em relação a esses eventos, sua subjetividade, imaginação e desejos presentes na relação com a história. Cada indivíduo incorpora suas próprias vivências e perspectivas pessoais na narrativa histórica. Desse modo, a análise do depoimento oral permite uma compreensão mais abrangente e aprofundada da relação entre os indivíduos e a história, ampliando nosso entendimento dos acontecimentos passados. As entrevistas neste trabalho foram consideradas como eventos históricos a serem analisados, onde foram observadas as materialidades do processo e as subjetividades, tanto do entrevistador, quanto do narrador no momento da entrevista. Neste trabalho houve a consciência de que os testemunhos carregam o imaginário dos tempos vividos em suas três possibilidades de análise: presente, passado e futuro.

Na análise do *corpus* documental foram utilizados métodos que ajudaram a compreender os limites constantes em cada uma das fontes. Assim, além da metodologia da

História oral, apresentou-se outras metodologias utilizadas, como a análise dos discursos, por exemplo, que foi guiada sob a perspectiva de Mikhail Bakhtin (1997 e 2006). Partindo da premissa de que tanto as falas dos entrevistados quanto os documentos escritos são enunciados, e como tal devem ser analisados. Para o linguista:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por conteúdo (...) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua (...) mas também, e sobretudo, por sua construção composicional (BAKHTIN, 1997, p. 1).

Bakhtin (1997) destacou que “conteúdo”, “estilo” e “construção composicional” se unem em um todo no enunciado, mas qualquer um destes itens deve ser claro e individual. Cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso. Mas existe uma variedade de gêneros de discurso, que se dá de acordo com a atividade humana:

Cumpre salientar de um modo especial a *heterogeneidade* dos gêneros do discurso (orais e escritos), que incluem indiferentemente: a curta réplica do diálogo cotidiano (com a diversidade que este pode apresentar conforme os temas, as situações e a composição de seus protagonistas), o relato familiar, a carta (com suas variadas formas), a ordem militar padronizada, em sua forma lacônica e em sua forma de ordem circunstanciada, o repertório bastante diversificado dos documentos oficiais (em sua maioria padronizados), o universo das declarações públicas (num sentido amplo, as sociais, as políticas) (BAKHTIN, 1997, p. 1) (Grifo do autor).

Neste trabalho, como foram analisados discursos orais e escritos, vale indicar que, também segundo a mestre em linguística Kátia Lomba Brakling (2020), existe uma variedade de gêneros do discurso que são qualquer manifestação verbal, seja uma conversa entre amigos ou um documento oficial. São elementos fundamentais na produção de textos, pois são responsáveis pelas formas dos mesmos. Voltando a Bakhtin (1997), os gêneros são então, “formas de enunciados” que se apresentam como notícia, reportagem, conto, romance, receita, anúncio... Ainda de acordo com Brakling (2020), os gêneros funcionam de acordo com temas, que marcam suas formas linguísticas, assim cada gênero caracteriza uma situação específica, por exemplo, se alguém quiser falar/escrever um relatório policial, precisa organizar seu discurso utilizando marcas linguísticas que demarcam tal gênero. Esses fatores estão evidentes nos gêneros do discurso utilizados como fontes nessa pesquisa. Sejam relatórios, notícias ou diálogos, todos foram elaborados com marcas linguísticas características, mas também levando em consideração a quem se destinam.

Outras fontes de pesquisa utilizadas neste trabalho foram reportagens da imprensa escrita da época, as quais foram encontradas por meio de arquivos disponibilizados *on-line*, conforme a matéria disponível no Anexo 2 deste trabalho, que fala sobre uma questão latente na Baixada Fluminense e neste trabalho, que são os direitos sociais.

Vale destacar que a imprensa como fonte de pesquisa histórica vai ao encontro do caminho percorrido pela produção historiográfica nos últimos tempos, que ampliou o campo de pesquisa a partir da Nova História Cultural. No século XX, a terceira fase da *Escola dos Annales*, conhecida como Nova História, lançou os fundamentos metodológicos da escrita da história, ampliando as possibilidades das fontes históricas. Nesta ampliação, encontra-se este trabalho, pois o uso de fontes diversas como objeto de estudo da História permitiu o uso de cartas, fotografias, imprensa, entrevistas...

Para o trabalho com a imprensa escrita como fonte histórica, a base desta pesquisa foram os estudos de Sodré (1999), que destacou que a história da imprensa está relacionada com a história do capitalismo. A imprensa busca o controle da difusão de ideias e de informações, nessa busca surgem pessoas e aspirações diferentes, dando início a uma disputa entre opinião e informação. Nesse sentido, foram consideradas as observações feitas por Chartier (2011, 2011, p. 256), que chamou a atenção para o fato de que o historiador precisa ter muito cuidado ao lidar com textos como fonte histórica, pois esse profissional não detém o poder de representar o passado, pois a memória e a ficção são fortes concorrentes. Ou seja, a memória individual ou coletiva mudaram as pretensões do saber histórico. A história deve ir além dos textos, respeitar as exigências da memória para construir o seu conhecimento. Para tanto, é preciso usar a crítica. Os estudos realizados por Sodré (1999) desempenharam um importante papel nesta pesquisa, enfatizando sua conexão com a história do capitalismo e seu impacto sobre o comportamento das pessoas. Os meios de comunicação almejam impor domínio sobre a propagação de concepções e dados, acarretando um confronto entre visões e fatos.

Este trabalho também foi embasado pelas observações descritas por Cruz e Peixoto (2007), que afirmaram que o uso da imprensa já é comum nos trabalhos das ciências sociais e humanas. Isto ocorre porque os pesquisadores já têm consciência dos limites de toda fonte histórica, não apenas da imprensa, pois todo documento tem subjetividade e intencionalidade. De acordo com as pesquisadoras, é fundamental que o pesquisador tenha consciência de que a imprensa não foi criada para se tornar objeto e/ou fonte de pesquisas para cientistas sociais,

mas que é possível transformá-la nisso, desde que seja feita uma escolha teórica metodológica que compreenda a imprensa como parte do social, e como tal possui historicidade e particularidades próprias. Dessa forma, a análise foi levada para o campo do desvendamento das relações entre imprensa e sociedade.

Outras fontes utilizadas nesta pesquisa foram trechos do jornal diocesano de Nova Iguaçu *A Folha*, que surgiu após a chegada de Dom Adriano Hypólito à Nova Iguaçu. O bispo assumiu essa função nessa cidade no ano de 1966 e logo passou a desenvolver um trabalho voltado aos problemas sociais da Baixada Fluminense, registrando o seu cotidiano nesta no jornal *A Folha*, que serviu nesta tese como documento que, junto com outros, instrumentalizaram a compreensão histórica sobre o cenário conflituoso da região naquele período. Porém, é preciso ter cuidado no uso da imprensa católica como fonte. Na análise do semanário litúrgico *A Folha* e para uma melhor compreensão da sua função social e atuação, foi analisada a prática da Igreja Católica de utilizar a imprensa como meio de difundir suas ideias. Pereira (2005), afirmou que a imprensa católica surgiu junto com a sociedade moderna do século XIX, quando a Igreja Católica estava se reorganizando e tentando se preservar das transformações sofridas pela sociedade que começava a se alinhar com ideologias laicas e às outras religiões. Nessa tentativa de preservação dos fiéis, o clero católico passou a fazer uso da imprensa escrita para defender seus interesses (ALVES, 2005, s/p). O pesquisador Gonçalves (2006), apontou que no início da República no Brasil houve o uso de imprensa confessional, surgia assim, uma imprensa católica que unia religião e ideologia e que utilizava vários mecanismos de propaganda para obter maior visibilidade no mundo social. No entanto, foi nos anos de 1960 e 1970 que, ao assumir uma posição contrária às práticas de violações dos Direitos Humanos, empreendidas pela ditadura-militar no Brasil, que alguns setores da Igreja Católica passaram a utilizar a imprensa como forma de resistência, de enfrentamento e de instrumento de denúncias (GONÇALVES, 2006, s/p). Nessa linha de pensamento, no jornal semanal da diocese de Nova Iguaçu *A Folha*, Dom Adriano Hypólito, registrou suas impressões e posições sobre o conflitante período da ditadura civil-militar e sobre as difíceis condições de vida na Baixada Fluminense. Durante a pesquisa, inicialmente o contato com as edições desse jornal ocorreu pelo *site* que a Cúria Diocesana de Nova Iguaçu mantinha, do qual foram baixados e arquivados em modelo PDF vários exemplares de *A Folha*, que foram organizados por data de publicação. Mais tarde, segui pessoalmente ao Arquivo da Cúria Diocesana, onde estão guardados e catalogados todos os números deste jornal.

Nesta tese, a análise desses documentos sempre teve como base as indicações de Cruz e Peixoto (2007), que destacaram que na pesquisa com um jornal deve-se observar a configuração do projeto editorial, assim como a sua historicidade e intencionalidade. Sendo assim, as perguntas centrais devem estar relacionadas a saber como tal publicação

se constitui com força histórica ativa naquele momento, isto é, como se constitui como sujeito, como se coloca e atua em relação à correlação de forças naquela conjuntura, quem são seus aliados ou amigos? Que grupos ou forças sociais são identificados como inimigos, adversários ou forças de oposição? (CRUZ & PEIXOTO, 2007, p. 260).

Tentando seguir os passos indicados por Cruz e Peixoto (2007) ficaram marcadas neste trabalho as palavras de Dom Adriano Hypólito, um dos mais importantes redatores e orientador de *A Folha*. Ele informou em entrevista que esse jornal surgiu em 11 de junho de 1972, como um semanário litúrgico e a intenção inicial era de ser um instrumento de comunicação interna da Diocese de Nova Iguaçu. Mas, aos poucos, se expandiu para além dos muros das igrejas católicas dessa cidade, assumindo uma conduta de conscientização política a partir das linhas pastorais da Teologia da Libertação. Nas palavras de Dom Adriano:

Inicialmente A Folha queria ser um instrumento de comunicação interna da Diocese de Nova Iguaçu. Aos poucos foi assumindo uma dimensão pastoral conscientizadora a partir da Liturgia e das linhas pastorais de nossa diocese. Baseando-se na Liturgia do domingo e na doutrina do Vaticano II, os artigos procuraram exprimir os dois grandes mandamentos nos quais se resumem a lei e os profetas: amor a Deus e amor aos irmãos e irmãs. Nunca faltou em A Folha a dimensão social da Boa Nova de Libertação total (...) os artigos procuravam sacudir a consciência dos católicos e movê-las a assumir a causa dos irmãos pequenos com os quais Cristo se identifica (...) Lembrando-nos da integralidade da pessoa humana em sua dignidade total de corpo e de alma, gostaríamos de atender como Jesus às necessidades materiais prementes como são: trabalho, educação, saúde, salário, participação no processo social, direitos humanos, direitos da cidadania etc (A FOLHA, 1993, s/p).

O trecho retrata a transformação de *A Folha* de um boletim interno da diocese em um veículo pastoral de conscientização, cujo objetivo era promover ações pela justiça social e pelo bem-estar pleno das pessoas, inspirado nos princípios da fé cristã e nos ensinamentos do Concílio Vaticano II.

Uma vez definidas as intenções iniciais e o encaminhamento que esse semanário tomou no decorrer dos anos em que esteve em circulação, iniciou-se uma análise da forma desse jornal. Em sua história, *A Folha* não seguiu sempre o mesmo padrão, mas tinha uma

linha de apresentação simples e bem objetiva que dominou a maior parte do tempo que esteve em circulação. Possuía uma média de quatro páginas divididas por seções. Por algum tempo, no início dos anos de 1970, por exemplo, apresentava uma manchete grande, na primeira página, com a mensagem que estaria sendo veiculada naquele exemplar. Além disso, as primeiras páginas eram destinadas a chamar a atenção dos leitores católicos sobre temas que afetassem a comunidade, o Brasil e o mundo. Para tanto, eram utilizadas letras grandes em algumas notícias ou em algo que a diocese quisesse destacar, conforme o Anexo 3 deste trabalho. Havia uma seção denominada *A Folha pergunta ao bispo diocesano*, onde Dom Adriano escrevia, sob a forma de estar respondendo a uma questão, a vários assuntos pertinentes à comunidade e à sociedade. Sempre deixando claro o caráter político e social de suas palavras, conforme o Anexo 4 deste trabalho. Geralmente, a partir da página 03, o semanário litúrgico se destinava à participação dos leitores na missa, na seção chamada de: *Para você participar da missa dominical*, apresentado no Anexo 5 deste trabalho. A parte final do jornal era reservada para a publicação de textos que levassem o leitor a uma reflexão, normalmente acerca dos princípios que a filosofia da Igreja Católica que Dom Adriano considerava como o “verdadeiro cristianismo”, conforme Anexo 6. As propagandas que apareciam no semanário eram das atividades realizadas pela diocese local e/ou pela comunidade.

De acordo com Nascimento (2014), durante os anos de 1974 e 1984 (período analisado nesta pesquisa), *A Folha* foi produzida pela Editora Vozes, sendo a sua produção financiada por instituições católicas europeias e por assinaturas. Buscando situar *A Folha* no tempo, vale citar que esta teve seu último número publicado em 26 de dezembro de 1993, totalizando ao longo de sua atuação, 1146 números publicados. A média de tiragem desse jornal na década de 1970 era de doze mil exemplares semanais, número que passou para 40 mil em 1981. Isso ocorreu devido às estratégias utilizadas pela Igreja Católica para alcançar o seu público e à importância política obtida pelo semanário nos espaços de resistência da sociedade. De acordo com Dom Adriano:

Um aspecto merecia ainda menção: dois terços da tiragem do nosso jornal eram distribuídos na Diocese de Nova Iguaçu. Nem todas as paróquias eram atingidas, porque, coerente com uma linha fundamental do meu serviço de bispo, nunca nenhum vigário foi obrigado a usar A FOLHA nas celebrações. Usava quem queria. Mas é certo que a maioria dos nossos vigários assumiu A FOLHA. E isto contribuiu excelentemente para a unidade pastoral de nossa Igreja (A FOLHA, 1993, s/p).

Esse uso opcional do jornal pelos vigários contribuiu de forma positiva para a unidade pastoral da Igreja. Segundo Nascimento (2014), a assinatura de *A Folha* tinha um valor reduzido e era enviada às paróquias com o objetivo de que fosse lida nos grupos de base e utilizada como folheto litúrgico nas missas, sendo essas estratégias para cativar o público. Mas, na citação, Dom Adriano mencionou que dois terços da tiragem desse jornal eram distribuídos na diocese de Nova Iguaçu, apesar de nem todas as paróquias serem atingidas, pois ninguém era obrigado a usar, apenas quem se identificasse com as publicações.

Outras fontes utilizadas para esta pesquisa foram Cartas da Diocese de Nova Iguaçu / Comissão Diocesana de Justiça e Paz. São cartas-denúncia que, de acordo com a educadora Suzana Borges (2020), objetivam fazer denúncias de teor público. Apesar de esse gênero textual possuir a mesma estrutura da carta pessoal, na qual informa-se a data e o vocativo, desenvolve-se o texto e segue com o nome do autor e o local de origem. Na carta-denúncia leva-se em consideração o grau de envolvimento do autor da carta com o problema, e a linguagem se adequa ao perfil de seus interlocutores. Assim, a análise dessas cartas neste trabalho, seguiu as observações feitas por Bakhtin (1997), que indicou que

o enunciado se caracteriza acima de tudo pelo conteúdo preciso do objeto do sentido. A escolha dos recursos linguísticos e do gênero do discurso é determinada principalmente pelos problemas de execução que o objeto do sentido implica para o locutor (o autor). É a fase inicial do enunciado, a qual lhe determina as particularidades de estilo e composição (BAKHTIN, 1997, p. 21).

O trecho enfatizou que a escolha das palavras, estruturas linguísticas e estilo são definidas pelas questões práticas relacionadas à expressão do conteúdo. Essa etapa inicial do enunciado estabelece as características estilísticas e composicionais que o acompanham. Outro fator importante a ser observado ao se produzir um discurso, é o local de circulação deste e a quem ele se destina. De acordo com Bakhtin (1997), a importância fundamental de um enunciado é o fato de ser dirigido a alguém. O enunciado tem autor e destinatário, esse pode ser o parceiro e o interlocutor direto do diálogo, especialista em alguma área da comunicação cultural. Aquele que responder vem a ser o destinatário de quem se espera uma resposta, que é levada em consideração quando se elabora o enunciado, pois cabe saber o

grau de informação que ele tem da situação, seus conhecimentos especializados na área de determinada comunicação cultural, suas opiniões e suas convicções, seus preconceitos (...) suas simpatias e antipatias, etc.; pois é isso que condicionará sua compreensão responsiva do meu enunciado (BAKHTIN, 1997, p. 21).

A citação ressaltou que a compreensão responsiva de um enunciado é afetada por diversos elementos, como o nível de informação que o destinatário possui sobre a situação, seus conhecimentos na esfera da “comunicação cultural” em questão, suas opiniões, convicções e aversões. Esses e outros fatores condicionam a forma como o destinatário interpreta e responde ao enunciado. A compreensão é influenciada pelo contexto cultural e pelas características individuais do destinatário. Ou seja, a citação destacou a importância de se considerar o destinatário como um agente ativo no processo de comunicação, levando em conta suas experiências e subjetividades, pois esses elementos moldam sua compreensão e resposta ao enunciado.

Apresentada a metodologia de análise das cartas, apresenta-se agora uma carta que foi enviada pela Diocese de Nova Iguaçu/Comissão Diocesana de Justiça e Paz ao então Ministro da Justiça do Brasil, senhor Armando Falcão. Essa carta foi assinada por Dom Adriano Hypólito e outros, sendo datada de 27 de março de 1978, nela se pedia soluções urgentes do Ministério da Justiça para a questão da violência na Baixada Fluminense. Esta carta se apresenta em seis páginas, sendo que duas estão em branco, mas as escritas seguem nos Anexos 7, 8 e 9 deste trabalho. Essa carta se encontra no Arquivo Nacional, onde estão também o envelope onde ela foi enviada (frente e verso) e toda uma vasta documentação que mostra os caminhos e os descaminhos que esta teve na época, além do seu arquivamento e desarquivamento. Até que uma nova carta foi escrita pela Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nova Iguaçu ao novo Ministro da Justiça, Petrônio Portela, em 13 de novembro de 1979. Nesta segunda carta, versava-se ainda sobre a violência, mas também continha denúncias sobre o estado de abandono pelas autoridades em que se encontrava a região.

Relatórios do SNI também foram utilizados como fontes nesta pesquisa. Analisados na perspectiva de Bakhtin, no trabalho com os documentos escritos foi utilizada uma metodologia que ajudou a compreender as fontes por meio do desvendamento de suas relações com a história, com seu contexto de produção, e as relações entre autores e receptores, seguindo o discutido anteriormente. Conforme o *site* da organização *Memórias reveladas*, os arquivos do SNI foram formados inicialmente pelos dados do extinto Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI) e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes). O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado logo após o golpe de 1964 e a cadeia de comando militar estava no centro da organização desse órgão, assim como de toda a comunidade de informações. O SNI assim se dividia: Gabinete do Ministro, que

ficava no Planalto, Agência Central (em Brasília) e as agências regionais nos estados. Os agentes do SNI faziam relatórios onde constavam informações sobre o governo e sobre o público em geral, relatórios sobre países que convergiam ideologicamente e também sobre os que não tinham a mesma linha de pensamento. Analisavam também os principais agentes e instituições da sociedade (Igrejas, sindicatos, entidades estudantis, imprensa e os movimentos sociais). Várias punições impostas pela ditadura civil-militar ocorreram por causa das informações elaboradas por esse órgão. O SNI foi extinto em 15 de março de 1990.

Mas o que seria então esse gênero textual denominado de relatório? De acordo com a professora Daniela Diana (2020), licenciada em Letras, o relatório é um gênero textual é uma redação técnica, que deve ser clara e objetiva e utilizar a linguagem formal. Sua estrutura deve conter capa, introdução, desenvolvimento, considerações finais e bibliografia (quando for o caso). Isto posto, destaca-se que os relatórios do SNI eram assim organizados: Uma capa preta onde constava a agência emissora, no caso dos relatórios analisados, Agência Rio do Janeiro e o número da ACE (Arquivo Cronológico de Entrada), conforme o Anexo 10. Depois vinha a chamada “capa de ACE”, onde constavam dados como o código da agência emissora, novamente o número da ACE acrescido do ano de emissão, o total de folhas, o nível do sigilo (que era designado por letras, de acordo com a considerada gravidade do evento relatado), a validade do documento e outras informações, conforme o Anexo 11 deste trabalho. Em seguida vinha uma outra folha onde constavam as providências tomadas em relação ao evento, a data dessas providências e a rubrica do responsável, conforme o anexo 12. Na sequência vinha o relatório em si, um documento oficial do Ministério da Justiça, do Departamento de Polícia Federal da Superintendência que, neste caso, era a do Estado do Rio de Janeiro. Em seguida aparecia o número do Informe, a data, o assunto, a observação sobre anexos e outras informações que constam no anexo 13, o qual descreve um evento que, no caso, informava sobre a greve dos previdenciários do Estado do Rio de Janeiro, e trazia a seguinte mensagem:

1. As atividades do Comando de Greve dos Funcionários do INSTITUTO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, (INPS), do INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E PREVIDÊNCIA SOCIAL (INAMPS) e do INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (IAPAS), na área do Município de NOVA IGUAÇU/RJ, vêm sendo coordenadas e lideradas por Ana Alice [...], casada, filha de [...], DN [...], C.I. nº [...]/IFP/RJ, CPF [...], médica, matrícula nº [...] INAMPS, LOTADA NO Posto de Atendimento Médico de Nova Iguaçu (PAM/NI), situado à rua Dom Walmor, nº 324/sala 203.

1.1. A citada é secretária Geral da FEDERAÇÃO MUNICIPAL DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS DE NOVA IGUAÇU e ligada ao PARTIDO DOS TRABALHADORES no Município.

2. No dia 19 JUL 85, a referida foi expulsa pelo Diretor do Posto onde trabalha, quando tentava introduzir elementos estranhos ao movimento, pertencentes ao MOVIMENTO DE AMIGOS DE BAIRROS (MAB) e movimento negro (MN) de Nova Iguaçu, com o intuito de incitar o movimento.

Eram apresentados os anexos, sendo que, no caso deste documento, era um panfleto intitulado “Carta à população”. No Anexo 14, segue cópia do panfleto distribuído no local. Então, vinha uma capa preta indicando a finalização do relatório, conforme Anexo 15. Esses documentos estão disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

Esclarecidos o objeto de estudo, os objetivos, as fontes e as metodologias de análise e a justificativa, apresentam-se agora as categorias centrais com as quais este trabalho foi produzido, que foram, *deslocamento, cotidiano, cultura, experiência e memória*. Mas, outras categorias surgiram tangencialmente às categorias eleitas como centrais neste trabalho, assim como, também alguns autores que serviram como bases nas análises dessas categorias e na produção da pesquisa.

Na composição deste trabalho, intencionando uma melhor compreensão pelos pares e por outros leitores, foi escolhida uma organização na qual a tese se apresenta dividida em uma introdução e mais quatro capítulos, da seguinte forma: Na Introdução foram expostos todos os passos realizados na pesquisa, incluindo os princípios adotados, as categorizações analíticas utilizadas, as fontes de informação empregadas e a metodologia aplicada. Nessa parte inicial, foram delineados os principais objetivos da investigação, bem como a importância do tema abordado. Foram elucidados os principais conceitos teóricos que serviram de base para a análise e interpretação dos dados. As categorias analíticas foram estabelecidas para facilitar a organização e a compreensão das informações coletadas. Adicionalmente, foi explicada a seleção das fontes utilizadas, que incluem documentos, entrevistas, registros históricos, entre outros. A justificativa para a escolha dessas fontes foi apresentada. Também foi descrita a metodologia empregada na pesquisa, que abrange diferentes abordagens, como análise documental, entrevistas, entre outras. A explicação da metodologia adotada visa fornecer uma compreensão clara de como os dados foram coletados, analisados e interpretados.

No capítulo 1, intitulado **Dom Adriano Hypólito e a transformação social em Nova Iguaçu: Memórias e Lutas**, foram abordados a relação do bispo com a cidade, o cotidiano da luta dos militantes e da população local, a importância das mulheres no Movimento de Amigos de Bairros de Nova Iguaçu e um pouco da cultura dessa cidade. Os entrevistados foram apresentados, assim como suas perspectivas e experiências relevantes. Além disso, foi realizada uma fundamentação teórica para embasar a abordagem do tema.

No capítulo 2, intitulado **Desafios e transformações em Nova Iguaçu: Movimentos sociais, violência e configuração urbana**, a cidade de Nova Iguaçu e sua expressão desordenada continuaram no centro da pesquisa, com destaque para o impacto do fluxo migratório entre os anos de 1940 e 1970. Neste capítulo, foram analisadas as formas de organização da população em movimentos sociais, o ressurgimento dos movimentos populares na região (1974-1981), a violência sofrida por Dom Adriano em seu sequestro, as transformações na cidade de Nova Iguaçu e as aproximações históricas com a cidade do Rio de Janeiro.

No capítulo 3, intitulado **Em busca da justiça social: Reflexões sobre a luta e os desafios na Baixada Fluminense**, foi realizado um estudo sobre a luta histórica pela garantia dos direitos da população na região da Baixada Fluminense. Foram examinadas as reações e ações do povo diante das injustiças, bem como o crescimento da metrópole e os conflitos decorrentes desse processo. Nesse mesmo capítulo, foi conduzida uma análise das atividades dos Esquadrões da Morte na região, além de uma investigação sobre a reorganização do Movimento dos Amigos de Bairros (MAB) com base nas falas dos militantes entrevistados. Também houve uma reflexão sobre a relação entre Dom Adriano e os Direitos Humanos e sociais, desvelando o engajamento do líder religioso nessas questões.

No capítulo 4, Entrelaçando Memória e História: Narrativas de luta e transformação social em Nova Iguaçu - Uma abordagem da História oral por meio de entrevistas com militantes sociais, foram abordados os aspectos metodológicos, teóricos e analíticos da História oral. O capítulo explorou a relação entre memória e história, examinando as formas de coletar e analisar os relatos dos entrevistados. Também foram discutidos os desafios e oportunidades de lidar com a subjetividade nos relatos orais e as representações e realidades presentes nas falas dos entrevistados. Enfim, o capítulo ofereceu uma análise da História oral, enfatizando a importância da memória, das representações e da metodologia na compreensão da história.

Capítulo 1 – Dom Adriano Hypólito e a transformação social em Nova Iguaçu: Memórias e Lutas

O recorte espacial que permeia esta pesquisa é a Baixada Fluminense, um território que se desvela de maneira singular, e mais precisamente, é em cidade de Nova Iguaçu que nosso foco repousa. Essa região, com uma história única, encontra sua gênese em sua formação social, suas batalhas e em seus protagonistas que se inscreveram nos anais do passado, principalmente nas décadas alinhavadas entre os anos de 1970 e 1980, que constituem o intervalo temporal que esta obra perscruta. Nesse interlúdio temporal, os movimentos sociais orquestrados na urbe ganharam contornos que ultrapassaram fronteiras, adquirindo ressonância de escala nacional. Emergindo como contraponto ao *status quo* e bradando por direitos que reverberassem nas esferas sociais. Dentro dos limites geográficos de Nova Iguaçu, esses movimentos sociais contaram com um aliado notório, a Igreja Católica, personificada no caráter de Dom Adriano Hypólito, um bispo que abraçava as ideias da Teologia da Libertação. A atuação incisiva deste prelado, num diálogo simbiótico com esses movimentos, deteve um peso significativo na busca por justiça social

1.1 Espaço, Território e Lutas Sociais: Nova Iguaçu e a transformação da Baixada Fluminense nas décadas de 1970 e 1980

O método histórico parece ser aquele capaz de nos oferecer a verificação mais segura de qualquer hipótese sobre a cidade; a cidade é, por si mesma, depositária de história.¹

A cidade é “depositária de história”. Partindo disso, pontua-se que entre os outros objetivos já explicitados neste trabalho, está também o de apresentar a cidade de Nova Iguaçu pelos olhares de pessoas que lutaram para que ela fosse um bom lugar para se viver, pessoas que atuaram em território e tempo hostis. Para apresentar essa cidade, utilizou-se aqui as categorias espaço e território, buscando uma melhor compreensão de como os movimentos e as relações sociais ali ocorreram.

Contrapondo-se a noção de espaço à noção de território, há uma relação de exterioridade do sujeito em relação ao espaço e uma ligação intrínseca com a subjetividade quando se fala em território. O território é uma noção que incorpora a ideia de subjetividade. Não existe um território sem um sujeito, e pode existir um

¹ ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 193.

espaço independente do sujeito. O espaço do mapa dos urbanistas é um espaço; o espaço real vivido é o território.²

Na citação acima as categorias espaço e território estão contrapostas, diferenciando-se pelas ações humanas, mas espaço e território estão entrelaçados, diferenciando-se pelas relações sociais que estabelecem. Entendendo o *espaço* como anterior a qualquer ação humana e *território* marcado por subjetividade. O território seria um espaço notado pela vida que se impõe e se desenha nos espaços por meio de relações sociais. Relações que deram a forma dos movimentos sociais de Nova Iguaçu nas décadas aqui analisadas.

Nova Iguaçu fica na Baixada Fluminense, uma região de planícies no estado do Rio de Janeiro. Atualmente, é formada pelos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, Queimados, São João de Meriti, Seropédica e Nova Iguaçu. Como a grande maioria das cidades brasileiras, essa região passou por uma drástica transformação desde as políticas desenvolvimentistas implantadas a partir do Estado Novo (1937-1945) e apresenta, ainda hoje, histórias de contradições e segregações, se tornando um território fértil para os conflitos sociais. Em um primeiro olhar, pensa-se que a Baixada Fluminense é uma região de pessoas pobres. De acordo com Barreto (2004), a visão que se tem dessa região ao se passar de carro pela Rodovia Presidente Dutra, é de um território uniforme, sendo difícil diferenciar seus bairros e sua gente, vide Anexo 16. Todavia, Milton Santos (2002) diz que essa relação entre parte do espaço e parte da sociedade seguindo níveis de renda é só um resultado, e generalizar pode ser arriscado. Pode-se encontrar pessoas de renda alta vivendo em bairros empobrecidos, como encontrar em áreas em processo de “melhoria”, pessoas pobres (SANTOS, 2002, p. 102), vide Anexo 17. Mas o que os olhos veem são casas com tijolos aparentes e construídas sem um padrão, revelando, por uma expressão inacabada, a face das classes sociais menos favorecidas. Casas que apontam o desenrolar desordenado da arquitetura da Baixada Fluminense, vide Anexo 18. Conforme Dom Adriano:

As dezenas de milhares de veículos diários deslizam pela rodovia pres. Dutra, atravessando sem prazer e talvez com sobressalto o mundo inflacionado da Baixada Fluminense. Nos lados das pistas, o mar sem fim das casas modestas. Casas e mais casas, ladeando ruas esburacadas. Loteamentos e mais loteamentos, arrancando o verde pela raiz e acinzentando a paisagem (A FOLHA, 1972, p. 1).

² ROLNIK, Raquel. História urbana: História na cidade? Artigo disponível no site: https://www.researchgate.net/publication/305808739_Historia_urbana_historia_na_cidade/link/57a27f0808aeef8f311fb487/download Acesso em 02 Set. 2022, p. 27-29

As palavras do bispo definem a imagem que um olhar apressado e carregado de preconceito pode ter da Baixada Fluminense. Um olhar que está posto pela imagem de suas casas empobrecidas e paisagens cinzentas. No entanto, para outros estudiosos há muito mais o que se analisar em uma cidade. Rolnik (s/d), por exemplo, pontuou que a cidade não seria apenas isso, carregaria

todo o processo de significação, de percepção e de construção desta territorialidade. Então, uma rua, para além de ser um lugar onde se passa ou se deixa passar (...) está carregada de história (...) de memória (...) de experiências que o sujeito teve, que seu grupo teve e que a história de seu grupo naquele espaço teve (ROLNIK, s/d, p. 28).

Rolnik destacou a importância da “significação, percepção e construção” de uma territorialidade específica. Afirmando que uma rua, por exemplo, não é apenas um espaço físico onde as pessoas passam ou circulam, mas é também um lugar com significados, história, memória e experiências vividas pelos indivíduos e pelo grupo ao qual pertencem. A ideia é que a territorialidade não é apenas uma questão geográfica ou física, mas moldada pelas experiências, interações sociais e eventos que ocorreram no passado. Cada rua ou espaço é único e tem uma história particular que influencia como as pessoas o percebem, como se relacionam com ele. A compreensão e a valorização de um lugar vão além de sua dimensão física e precisam levar em conta a bagagem cultural, as vivências e as conexões emocionais que os indivíduos e as comunidades têm com esse espaço. É uma maneira de enfatizar a importância da perspectiva histórica e social na análise das paisagens urbanas e da forma como elas são vivenciadas e apropriadas pelos seres humanos.

Neste trabalho, as casas entrariam no compreendido por Caldeira (2000) como “autoconstruídas” revelariam uma arquitetura com forte atividade vital produzida em Nova Iguaçu, uma cidade que recebe migrantes e vai se conformando à medida que se expande como uma grande periferia. Uma cidade que se faz no contínuo de sua população, nos seus deslocamentos, nas suas histórias de vida e de luta pela sobrevivência, nas suas tensões e nas suas carências, formando assim um território de contornos confusos. Sobre isso, Caldeira (2000), quando discutiu a expansão das periferias em São Paulo, indicou que:

Os moradores da periferia também foram negligenciados pelo fato de que nunca puderam contar com nenhum tipo de financiamento para construir suas casas (...) Portanto, os trabalhadores terminaram construindo suas casas através da autoconstrução, o processo a longo prazo pelo qual os trabalhadores compram um lote, constroem um quarto ou um barraco nos fundos do lote, onde passam a morar,

e então gastam décadas expandindo e melhorando a construção, mobiliando e decorando a casa (CALDEIRA, 2000, p. 221).

Apesar de a autora se referir à expansão das periferias em São Paulo, sua reflexão se encaixa na realidade da expansão periférica no estado do Rio de Janeiro nas décadas de 1970 e 1980, onde a “autoconstrução” também foi uma realidade na transformação da paisagem, ao longo do tempo. O trecho citado destacou a negligência que afetou os moradores da periferia em relação à falta de financiamento para a construção de suas casas. Essa falta de suporte financeiro por parte das autoridades fez com que os trabalhadores recorressem à “autoconstrução” como única opção viável. Ao longo do tempo, essas construções foram expandidas e aprimoradas, com investimentos contínuos para melhorar as condições de moradia, mobiliar e decorar a casa. Essa prática demonstra a capacidade de adaptação dos trabalhadores diante das limitações impostas pelo sistema de habitação e pela falta de recursos financeiros. É uma forma de buscar soluções por conta própria, mesmo diante das condições precárias iniciais, visando proporcionar um ambiente habitável e digno para si e suas famílias. Essa prática representa não apenas uma resposta individual às necessidades de moradia, mas também revela as dificuldades estruturais e as desigualdades sociais presentes no contexto urbano.

De acordo com Barreto (2000, p. 45 - 64), O município de Nova Iguaçu está situado a uma distância de 28 km da capital estadual e, segundo o IBGE, possuía uma população estimada de 801.746 habitantes em 2012. O nome da cidade tem origem no termo tupi "Iguaçu", que significa "rio grande" ou "água grande", e os indígenas jacutingas foram os primeiros habitantes da região. Durante o período de colonização, a economia local era baseada no trabalho escravo e na produção de cana-de-açúcar. Até o início do século XIX, o principal povoado da região era Piedade do Iguassu, que prosperou com a abertura da Estrada do Real Comércio em 1822, a primeira rota no Brasil para o transporte do café do interior do país. No entanto, a Vila de Iguassu entrou em declínio devido a diversos fatores, como o surgimento das ferrovias, epidemias de cólera, varíola e malária, além da abolição da escravidão. Após as epidemias, a população da Vila de Iguassu deslocou-se para o Arraial de Maxambomba, que se tornou a sede do município em 1º de maio de 1891. Esse processo evidencia uma reorganização dos espaços ao longo do tempo. Neste ponto, cita-se Rossi (2001), onde o autor falou sobre o valor do *Lócus*: “Aquela relação singular, mas universal que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquele lugar” (ROSSI, 2001, p. 151). Para mais:

Assim, a relação entre as formas e o elemento que preexiste se propõe como necessidade de um fundamento; e então, a arquitetura, enquanto de um lado recoloca em discussão todo o seu domínio, os seus elementos e os seus ideais, de outro tende a se identificar com o fato (...), sem mais levar em conta aquela separação que ocorrera no início e que lhe permite desenvolver-se com autonomia (ROSSI, 2001, p. 151).

Com as afirmações, sugere-se uma reflexão sobre em quais condições houve essa mudança de *locus* na história de Nova Iguaçu. O povo abandonou suas referências originais e construiu novos monumentos, reiniciando uma vida em comunidade já marcada por uma separação radical do seu *locus* anterior. Além disso, houve outra transformação do povoado já na nova realidade geográfica, à época do Segundo Império a comunidade viu a chegada das locomotivas a vapor (em 1858, a Estrada de Ferro Dom Pedro II, atual Estrada de Ferro Central do Brasil foi inaugurada), marcando a entrada da cidade na “modernização”. A Vila de Maxambomba recebeu o nome de "Nova Iguaçu" em 1916. Nos anos entre 1930 e 1950, Nova Iguaçu era chamada de "Cidade Perfume", Vide Anexo 19, porque as laranjeiras perfumavam o roteiro das ferrovias. Porém, com a “crise da laranja”³, a cidade passou a se concentrar em um processo de industrialização. O que ocorreu a partir daí em Nova Iguaçu pode ser descrito por Soja (1993):

A modernização como um processo contínuo de reestruturação societária, periodicamente acelerado para produzir uma recomposição significativa do espaço-tempo - ser em suas formas concretas, uma mudança da natureza e da experiência da modernidade que decorre da dinâmica histórica e geográfica dos modos de produção (...) A modernização, como todos os processos sociais, desenvolve-se desigualmente no tempo e no espaço e, desse modo, inscreve geografias históricas bem distintas nas diferentes formações sociais regionais (SOJA, 1993, p. 37).

Em Soja (1993) percebe-se um posicionamento crítico, o desejo de uma geografia mais humana, questionadora, que avalia a relação tempo e espaço como reveladora das consequências sociais provenientes da reestruturação da espacialidade em função da emergência do capitalismo. Nessa situação estava Nova Iguaçu nas primeiras décadas do século XX, alterando historicamente seus espaços e seus modos de sobrevivência, inscrevendo assim novas geografias sociais na cidade.

Na década de 1940 começaram a chegar os novos moradores, os migrantes, ocasião em que o Governo Federal iniciou um programa para a recuperação da Baixada Fluminense,

³ Durante a Segunda Guerra Mundial as exportações de laranja decaíram porque o trânsito de navios no Oceano Atlântico tornou-se perigoso. Nova Iguaçu perdeu o seu posto de grande produtora e exportadora de laranja e nunca mais se recuperou, pois tornou-se uma grande periferia fornecedora de mão de obra barata para a Cidade do Rio de Janeiro.

que sofria as consequências da “crise da laranja”. No início da década de 1960, era a crescente urbanização que atraía migrantes de todas as partes do Brasil, causando grande crescimento populacional na cidade do Rio de Janeiro, que empurrava os mais pobres para viverem nas periferias. Regiões que seguiam com investimentos insuficientes em estruturas urbanas, necessárias para atender à população que aumentava. A maior parte desta população vivia sem os serviços básicos necessários e imersa em um ambiente inseguro. Mas o número de moradores era cada vez maior, geralmente uma população sem qualificação profissional, o que fez da Baixada Fluminense uma grande fornecedora de mão de obra barata para a cidade do Rio de Janeiro, condição que pode até hoje ser observada pelos trens lotados que vão e vêm de uma cidade a outra.

1.2 Em nome do bispo - Dom Adriano Hypólito: Resistência e engajamento em Nova Iguaçu durante a ditadura civil-militar

No período de grande urbanização e de expressivas alterações sociais, a realidade conflituosa da cidade de Nova Iguaçu foi logo reconhecida e enfrentada pelas ações da diocese de Dom Adriano Hypólito. Ele tornou-se bispo de Nova Iguaçu em 1966 e nessa função ficou até 1994, sua atuação ficou registrada em entrevistas e nas páginas do jornal diocesano *A Folha*. Na análise de suas palavras e de vasta documentação existente nos arquivos da Cúria Diocesana, em acervos públicos e na imprensa, percebe-se que ele teve uma passagem ativa por essa cidade, com muitas lutas contra a violência, com preocupações com as condições materiais de seu povo, denunciando as ações arbitrárias da polícia, dos grupos de extermínio, se envolvendo com as questões da terra e de moradia, do menor abandonado, entre outras, vide Anexo 20.

Com esse pensamento e diante dos históricos problemas sociais enfrentados pelo povo de Nova Iguaçu, Dom Adriano empreendeu ações corajosas e fortaleceu organizações voltadas a melhorar as condições de vida da população e à “conscientização” política. Nas décadas de 1970 e 1980, os interiores das igrejas católicas se tornaram espaços de reflexão política e também se fortaleceram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), organizações populares que promoviam visões políticas críticas, o Movimento Amigos de Bairro (MAB), a Comissão Diocesana de Justiça e Paz, a Caritas Diocesana... O engajamento comunitário de Dom Adriano Hypólito foi uma forma corajosa e determinada de confrontar as perseguições políticas e injustiças sociais perpetradas pela ditadura militar contra a população da região de Nova Iguaçu. Sua postura combativa e seu compromisso com a defesa dos Direitos Humanos

e dos mais pobres incomodaram tanto a ditadura civil-militar quanto as elites locais. Em um período emblemático, em 1976, Dom Adriano foi sequestrado e submetido a torturas, seu carro foi explodido em frente à sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), localizada no bairro da Glória.

Esses atos de violência evidenciaram a tentativa de silenciar e intimidar sua atuação em defesa da justiça social. Apesar das ameaças e perseguições, Dom Adriano não se calou. Seu engajamento comunitário continuou firme, representando uma voz de resistência e esperança para a população de Nova Iguaçu. Sua luta incansável em prol dos direitos sociais e da conscientização das comunidades locais gerou impacto e inspirou diversas organizações e movimentos sociais. A coragem e a determinação de Dom Adriano Hypólito são exemplos de liderança inspiradora, que enfrentou adversidades e colocou sua vida em risco em defesa de uma sociedade mais justa. Sua atuação na luta contra a ditadura civil-militar e nas denúncias das injustiças sociais permanecem como legado e referência para todos que buscam a construção de um mundo mais humano e solidário. Foto no Anexo 21.

Ao que se estuda, mesmo depois de seu sequestro e mesmo violentamente perseguido, Dom Adriano seguiu seus trabalhos. Essa resistência do bispo foi uma característica marcante de toda a sua trajetória em Nova Iguaçu, pois além do sequestro, ele sofreu pressões e ameaças e, os *espaços sagrados* das igrejas católicas de Nova Iguaçu foram atacados, pois os apoiadores da ditadura acreditavam que esses espaços seriam redutos de comunistas, sendo Dom Adriano um deles. Assim, em 1979, algumas igrejas da diocese de Nova Iguaçu amanheceram pichadas com frases como "bispo comuna", foto desse evento no Anexo 22. Esta situação foi relatada em carta da Diocese de Nova Iguaçu / Comissão Diocesana de Justiça e Paz ao então ministro da Justiça, Petrônio Portela, em 13 de novembro de 1979. Esta carta foi assinada pelo advogado Paulo Almeida Amaral, vice-presidente da Comissão de Justiça e Paz da diocese de Nova Iguaçu.

Na noite de quinta para sexta-feira, dias 8 e 9 do corrente, as portas da Igreja de Santo Antonio, que é a catedral da Diocese de Nova Iguaçu (...) amanheceram com pichações em vermelho, em todas as suas portas frontais, com dísticos desrespeitosos à pessoa de nosso Bispo Diocesano Dom Adriano Hypólito e desrespeitosos à própria Igreja, atribuindo a esta, a condição de sede do partido Comunista Brasileiro (...) Para realizarem a pichação, os indivíduos, em número de quatro, tiveram que pular o gradil de ferro, com quase três metros de altura (...) Igual fato, com as mesmas características, ocorreu, na mesma noite, na Igreja de Santo Antônio da Prata (...) também amanheceu em sua parte externa, com os mesmos dizeres ofensivos ao nosso Bispo e à própria Igreja, apontada, mais uma vez, como sede do partido Comunista. Para conseguirem seu intento, os pichadores

noturnos tiveram que matar, com quatro tiros, o cão vigia da casa paroquial, cujo vigário é o Pe. André Deccok. O fato das pichações e da morte do cachorro, na Igreja da Prata, foi presenciado pelo vigia da Imobiliária e Administração Confiança, de nome Geraldo de Moraes.⁴

Esses eventos retratam atos de vandalismo e desrespeito direcionados à Igreja e ao bispo, utilizando mensagens de cunho político e ofensivas. As ações dos indivíduos envolvidos, assim como a gravidade dos atos, destacou uma situação preocupante para a segurança de Dom Adriano, mas esse era resistente e, de fato, as igrejas católicas de Nova Iguaçu além de *espaços sagrados* eram espaços de energia política. De acordo com Pereira e Militão (2013), em 1979, após o episódio das pichações, a Igreja Matriz da cidade mostrou essa resistência, recebendo centenas de pessoas que se juntaram à luta do bispo em uma missa em resposta aos atos de violência das pichações ofensivas.⁵ Segundo Nonato (2012), na ocasião, Dom Adriano recebeu apoio do povo e de alguns bispos, como Dom Waldir, bispo da cidade Volta Redonda, que respondia a Inquérito Policial Militar (IPM) por incentivar greves na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda.⁶ Foto do apoio popular ao bispo no Anexo 23 deste trabalho.

Quatro bispos e 26 padres concelebraram e mais de duas mil pessoas assistiram à missa de solidariedade a Dom Adriano Hipólito, realizada ontem na Catedral de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. A igreja havia sido pichada, semana passada e nas pichações, Dom Adriano era acusado de “comunista” e “pederasta”. Estiveram presentes representantes do Comitê Brasileiro pela Anistia, a Ação Católica Operária, da Juventude Operária Católica, do Movimento Amizade de Bairros, do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, da União Estadual dos Estudantes (UNEE), da Pastoral Penal de Nova Iguaçu e do CEP (Centro Estadual de Professores). Dom Valdir Calheiros, bispo de Volta Redonda, disse que “quem fez estas pichações tem medo do povo, por isso as fez a noite. Eles também têm medo de Dom Adriano, porque ele não veio para a Baixada para enganar o povo. Veio sim, para conscientizá-lo”. Na missa, Dom Adriano Hipólito lembrou que “o nosso movimento é de paz”. Em seguida, fez várias perguntas: “Como vai crescer a planta da paz no campo da injustiça? Como podemos construir a fraternidade onde só há

⁴ Trecho da carta da Diocese de Nova Iguaçu /Comissão Diocesana de Justiça e Paz ao então ministro da Justiça, Petrônio Portela, em 13 de novembro de 1979 e assinada pelo advogado Paulo Almeida Amaral, vice-presidente da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu. Retirado do documento BR RJANRIO TT.0.JU, PRO.128 – processo gab no 100.026 – Dossiê. Documento disponível em <http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp> Acesso em 11 jan. 2016.

⁵ PEREIRA PAULO E MILITÃO FRANCISCO. Diocese de Nova Iguaçu: 50 anos de missão, 2013. Este documentário foi publicado <<https://www.youtube.com/watch?v=ZbAAqxrNt2c>> em setembro de 2013 e exibido na íntegra na Audiência Pública ocorrida nos dias 17 e 18 de setembro de 2013, com a intenção de traçar um panorama da perseguição a religiosos de militância política contra a ditadura e que foi parte do trabalho da CNV (Comissão da Verdade do Rio de Janeiro - CEV-RJ), 48 min. Acesso em 23 mai. 2013.

⁶ NONATO, Daniel. A Igreja de Nova Iguaçu na ditadura militar. 2012. Disponível em <<http://dnonato.blogspot.com.br>> Acesso em 29 mar. 2016.

desigualdades? Como podemos viver como irmãos se nossos irmãos são marginalizados, só porque se queixam da ordem social que se lhe impôs? Como pode crescer a justiça e dar frutos à fraternidade se a luta bíblica pela justiça é taxada de comunismo?” (HYPÓLITO, 1979) (Grifos do autor).

O trecho descreveu um acontecimento na Catedral de Nova Iguaçu, em apoio a Dom Adriano Hypólito, que havia sido alvo de atos de vandalismo com mensagens difamatórias. A celebração contou com a presença de bispos, sacerdotes e mais de duas mil pessoas. Apesar de toda a repercussão dos atos de violência contra Dom Adriano e de todo apoio por ele recebido após esses atos, de acordo Pereira e Militão (2013) e Nonato (2012), os grupos contrários ao bispo seguiram agindo e no dia 20 de dezembro de 1979, uma bomba explodiu na Catedral de Nova Iguaçu destruindo o tabernáculo sagrado, *profanando o espaço mais sagrado da Igreja*, fotos desse evento no Anexo 24 deste trabalho. Em seguida foi encontrada uma carta com a seguinte mensagem: “Use a casa de Deus para os fins a que ela se destina, talvez seja essa palavra que a sua santidade o Papa lhe dirija em solidariedade. Morte PCB. Ass.: VCC”. Essa sigla, possivelmente, seria uma referência à Vanguarda de Caça aos Comunistas, grupo com ideias semelhantes às do Comando de Caça Comunistas (CCC), que foi uma organização paramilitar anticomunista brasileira de extrema direita e composta por pessoas favoráveis à ditadura militar.

1.3 Narrativas do Cotidiano: Lutas, resistência e redes de articulação em Nova Iguaçu

Este trabalho interessou-se, antes de tudo, pelos sujeitos envolvidos nas lutas em Nova Iguaçu, aqueles que orbitavam Dom Adriano na organização e proteção dos movimentos sociais, por isso, buscou-se compreender as *redes de articulação* entre esses sujeitos e entre os outros movimentos. Como já mencionado, foram feitas entrevistas com sete pessoas que trabalharam com o bispo na luta pela saúde e por outros direitos sociais em Nova Iguaçu. Este trabalho investigou diversas questões que perpassaram o *cotidiano* desses sujeitos históricos, usando como referência teórica Matos (2004), que fez uma análise sobre a história do cotidiano. Segundo a autora, os estudos do cotidiano receberam destaque em meio às transformações recentes nos estudos da história, quando houve modificações que apontaram a necessidade de buscar “outras histórias”. Na recuperação de outras versões do passado. Os estudos do cotidiano têm apresentado um campo multidisciplinar, focalizando a *experiência* de diferentes sujeitos e suas *etnias, classes e gênero*. Conforme a autora:

Todavia, a importância dada à vida cotidiana nos escritos históricos vem crescendo, especialmente a partir da década de 1960, com a publicação do estudo de Braudel “Civilização material e capitalismo”. Juntamente com Braudel, outros componentes da Escola dos Annales também destacavam a importância de uma história que se ativesse à vida cotidiana – tanto material, quanto mental – das sociedades do passado, mas centravam suas análises mais diretamente na descrição de hábitos físicos, gestuais, alimentares, afetivos e mentais (MATOS, 2004, 22).

De acordo com a citação, o reconhecimento conferido à existência cotidiana nos documentos históricos tem se intensificado, especialmente a partir dos anos de 1960, com a publicação da obra de Braudel **Civilização material e capitalismo**. Juntamente com Braudel, outros integrantes da Escola dos Annales também ressaltaram a importância de uma história que se voltasse para o dia a dia tanto em termos materiais quanto mentais das sociedades passadas, mas concentravam suas análises principalmente na descrição de hábitos, comportamentos, alimentação emoção e intelectual (MATOS, 2004, p. 22).

Na produção e análise das entrevistas para este trabalho não foram observadas muitas diferenças sociais e culturais entre os entrevistados, mas cada um deles se expressou de maneira única, assim houve diversidade de narrativas, às vezes, um fato comum a alguns entrevistados surgia com outra “roupagem”. As questões das memórias individuais e coletivas foram discutidas.

Ainda de acordo com Matos (2004, p. 22), foi a *Nova História* que distendeu as áreas de observação com novas metodologias e novas concepções, abrindo passagens para os saberes do cotidiano. Porém, a mais importante influência para os estudos do cotidiano teria sido a evidência do político nos vínculos familiares e na vida das mulheres. A partir daí, houve a mudança do poder do Estado para o mundo privado, cotidiano. Segundo a autora, entre os autores que desenvolveram estudos na área do cotidiano, está Edward Thompson que, segundo Matos (2004), chamou a atenção para uma “cultura de resistência” em que a luta pela subsistência se transformaria em ações políticas e obstinadas (MATOS, 2004, p. 22).

O conceito de resistência desempenhou um papel essencial nesta pesquisa, pois além das ações realizadas pela Igreja Católica, representada por Dom Adriano e pelos militantes sociais que o acompanhavam, existia uma parte da população que se opunha às severas dificuldades da vida material. Essa oposição manifestou-se de diversas formas, desde a organização de movimentos sociais até atos individuais de confronto. Um aspecto significativo desse contexto foi a migração, que teve um papel crucial nas mudanças sociais ocorridas na rotina dos residentes de Nova Iguaçu. As migrações trouxeram novos desafios,

uma vez que as pessoas tiveram que se adaptar a um novo ambiente, enfrentar a escassez de recursos, lidar com a falta de infraestrutura adequada e estabelecer novas relações sociais. Essas transformações representaram um desafio constante para a população local, que resistiu e procurou maneiras de superar as dificuldades impostas pelo seu dia a dia.

1.4 Território de encontros, resistências e construção de subjetividades: As mulheres e o MAB de Nova Iguaçu

As mulheres estiveram presentes e fortaleceram as lutas do MAB e ocuparam cargos e funções nos movimentos. Muitas mulheres foram presidentes do MAB. Essa situação foi registrada por fotografias no livro *Mulheres do MAB*⁷, com as fotos de mulheres que receberam destaque nos movimentos sociais em Nova Iguaçu.

Sobre as participações das mulheres nos movimentos sociais da década de 1970, Sader (2001) sugeriu que as *experiências* da aculturação dos migrantes na selva urbana e da mobilização das relações informais para enfrentar os desafios, as experiências do desemprego; as diferenças de exploração entre profissionais, trabalhadores, jovens e velhos, homens e mulheres seriam também determinantes para impulsionar os movimentos sociais urbanos dos anos de 1970. Nessa resistência, no cotidiano, estavam as mulheres, que surgiram nesses movimentos populares como fortes lideranças e militâncias. Sader (2001), quando analisou os Clubes de Mães informou que na luta por serviços públicos de qualidade, as mulheres entravam em discussões políticas, desvendavam a lógica do Estado e os jogos de interesse da iniciativa privada. Percebe-se as mulheres lutando para driblar as injustiças cotidianas, mas o autor analisou as mulheres dos Clubes de Mães e as colocou em um lugar de aprendizes do jogo político. No entanto, Dilceia Nahon, a terceira presidente do MAB e uma das pessoas entrevistadas para esta tese, afirmou que as mulheres que participavam dos movimentos sociais em Nova Iguaçu, nas décadas de 1970 e 1980, eram “Mulheres que passaram pela ditadura, pela resistência (...) e lutaram para que houvesse redemocratização na busca de justiça social”.⁸ Além de Dilceia Nahon, havia outras mulheres participando e tinham total consciência política, principalmente aquelas que pertenciam a partidos, como é o caso da própria Dilceia.

⁷ *Mulheres do MAB – Um Retrato do Movimento*. Organizadores: SERRA, Dulcemary, SANTOS, Paulo e TÔRRES, Viviane. Livro produzido pelo MAB. Nova Iguaçu, RJ. 2007

⁸ Orelha da capa do livro *Mulheres do MAB – Um Retrato do Movimento* (2007)

Neste trabalho foram entrevistadas mulheres militantes que atuaram junto à Igreja Católica e nos movimentos sociais sem que, necessariamente, tivessem suas vidas anteriores relacionadas apenas ao universo religioso ou à vida no lar. As mulheres aqui entrevistadas são duas médicas e uma professora e estiveram diretamente ligadas à questão da saúde e a outras movimentações na região. Sader (2001) também destacou que, apesar de já reconhecido o papel importantíssimo dos agentes pastorais na proposição de novas formas de organização para os Clubes de Mães, foram as mulheres que lhes ajudaram no alcance de seus objetivos, mesmo enfrentando a opressão política instituída e a oposição de seus maridos. No entanto, de forma alguma, este trabalho propôs uma hierarquização na participação das mulheres na militância, observou-se apenas que esta pesquisa buscou trabalhar o feminino em uma perspectiva diferente da de Sader (2001).

Apesar de ser reconhecida a importância do diálogo com a temática de identidade de gênero, é necessário ressaltar que não se pretendeu, neste estudo, apresentar respostas definitivas sobre esse assunto tão complexo. O objetivo foi estabelecer um diálogo com as reflexões desenvolvidas por Lobo (1989) em seu trabalho intitulado **A classe operária tem dois sexos**. Nessa obra, a autora analisou a vida das trabalhadoras de uma fábrica de peças automotivas em São Paulo, buscando compreender como as percepções coletivas são construídas com base nas experiências e representações do feminino em contraste com o masculino. Além da identidade de gênero, Lobo (1989) também utilizou as noções de *experiência* e *representação* para analisar o contexto das operárias. Assim, inspirado pelo trabalho de Lobo, este estudo buscou investigar as interseções entre *gênero*, *experiência* e *representação*, com o intuito de compreender como esses elementos se entrelaçaram na vida das pessoas envolvidas nas lutas sociais em Nova Iguaçu. Reconhecendo que as vivências pessoais e coletivas são moldadas por dinâmicas de poder, relações sociais e representações culturais, e é nessa intrincada trama de significados que buscou-se situar esta análise. Um dos objetivos é contribuir para uma compreensão mais abrangente das experiências e trajetórias desses sujeitos históricos, reconhecendo a importância central das questões de gênero e seu impacto na construção das identidades e na participação política.

Na análise das trajetórias das três operárias, Lobo (1989, p. 169) salientou o papel das negociações entre homens e mulheres nas relações de gênero no trabalho, onde, de acordo com as constatações da pesquisadora, as mulheres negociariam pequenas vantagens, em condição de inferioridade em relação aos homens, e os homens teriam um papel de

superioridade, sendo esta considerada inevitável. Mesmo assim, o trabalho para estas mulheres significaria, “o espaço de resistência que se opõe ao aniquilamento, ao embrutecimento” (LOBO, 1989, p. 169). Então, identifica-se a ideia de *circularidade cultural*, onde existem elementos orbitando em um constante processo de transformação, em uma relação onde encontra-se tanto a passividade e o conformismo, como as resistências. Sob esse ponto de vista, este trabalho analisou as relações entre homens e mulheres na militância e a *experiência coletiva* dessas mulheres que lutavam. Observou-se as permanências e as rupturas da condição feminina, que até hoje busca seu espaço no mundo do trabalho e, particularmente na política, uma vez que duas das entrevistadas seguiram a carreira política: Dilceia Nahon e Lúcia Souto. Lobo (1989) discutiu a categoria *experiência* lançando mão das ideias de Thompson:

Utilizei aqui o conceito de *experiência* tal qual foi definido por E. P. Thompson: resposta mental e emocional seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON Apud LOBO, 1989, p. 170). (Grifos da autora).

Nessa perspectiva, este trabalho de pesquisa se aproximou do trabalho de Lobo (1989), pois também lançou mão dos estudos de Thompson para analisar a categoria *experiência* na população de Nova Iguaçu das décadas de 1970 e 1980. Thompson (1987), se preocupou em compreender e reconstruir as experiências das pessoas comuns em um momento de intensa agitação social, período em que ocorreu o processo de formação da classe operária da Inglaterra, nos anos compreendidos entre 1780 e 1932, onde e quando o autor percebeu a organização dos trabalhadores que, ao se perceberem como unidade, sentiram a necessidade de lutar contra a exploração. O autor estava falando de *experiência*. Situação similar ocorreu com as *experiências* populares da Baixada Fluminense nos anos de 1970 e 1980, momento em que pessoas com históricos culturais diferentes (migrantes) foram obrigadas a conviverem e a se organizarem para superar os desafios impostos pela realidade material. A *experiência* vivenciada pelos trabalhadores deu à classe uma dimensão histórica e cultural, pois na análise dos comportamentos, valores, condutas, costumes... se encontraria a cultura.

1.4 Vozes Virtuais - Representações e Memórias dos movimentos sociais em Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980: Uma análise multidimensional

Na produção das entrevistas, voltou-se à Lobo (1989), que destacou que a experiência singular vai tomando contornos de coletiva e identifica as mulheres diante dos

homens formando ao mesmo tempo uma *identidade* e uma *experiência*. Então, destacou-se aqui a categoria *representação* no trabalho com as entrevistas, pois, diante do que os militantes descreveram sobre suas atividades, foi preciso observar a dimensão do real. O que os militantes dizem que fizeram são representações que eles fazem a respeito do trabalho deles. Cada vez que um evento ocorre no tempo ele tem suas singularidades históricas, seus sujeitos e seus contextos, por isso, este trabalho analisou os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, por documentos, pela memória ou por qualquer outra fonte histórica, se aproximando do passado não o recuperando, pois o passado está em movimento diante dos sujeitos que o analisa e do tempo em que é analisado. Falar do passado é representá-lo com os olhos e com os instrumentos que temos no instante da análise.

Neste trabalho houve o cuidado de observar os discursos que existem no atual momento sobre os movimentos sociais, considerar se as pessoas entrevistadas ainda hoje possuem uma atitude favorável à militância, se elas possuem o mesmo viés ideológico, se elas aproximam suas tendências políticas à visão da “esquerda” ou da “direita” ou do “centro” ou de qualquer posição partidária. Além disso, as percepções pessoais da entrevistadora e dos entrevistados sobre o tema foram consideradas. Mesmo na luta pelo máximo de imparcialidade possível, sabe-se que isso é um mito. Então, observou-se com rigor metodológico a representação que entrevistadora e entrevistados fazem sobre a militância social de Nova Iguaçu dos anos de 1970 e 1980. O cuidado cabe mesmo na representação que todos nós (participantes deste trabalho) temos a respeito do tema, o que seria uma *representação coletiva*, conforme conclusão de Lobo (1989).

Também Chartier (1991) observou as determinações coletivas e, ao entrar na discussão histórica, apontou que ao renunciar à descrição da totalidade social, os historiadores tentaram pensar os funcionamentos sociais fora de uma divisão hierárquica das determinações econômicas, sociais, culturais e políticas. Assim, surgiram tentativas de definir de outro modo as sociedades, por meio das relações e das inquietações que as conformam a partir de um acontecimento, de um testemunho, de determinadas práticas e observando se não há um costume ou uma estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles. Sendo essencial também compreender como os textos (entendendo que neste trabalho considerou-se como texto o escrito, o visto e o falado) podem ser diversamente apreendidos e manipulados.

Buscou-se apresentar as categorias centrais que foram utilizadas nesta tese: *deslocamento, cotidiano, experiência, cultura, gênero, representação e memória*. Sendo que à *memória* foi reservada uma discussão particular com Le Goff (1990), que foi posta mais à frente neste trabalho. Não faltaram autores para discutir as categorias, como a *Representação*, por exemplo, que foi analisada sendo entendida como um conceito dentro dos estudos de Henri Lefebvre, com quem foi feita uma discussão bibliográfica.

Os entrevistados trabalharam com Dom Adriano Hypólito em Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980 ou participaram dos movimentos sociais da região neste período. Então apresentamos os entrevistados: A médica Ana Alice atualmente trabalha na Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro. A entrevista com ela ocorreu no dia 16 de dezembro de 2020. Ana Alice informou que nasceu em janeiro de 1950, na Cidade do Rio de Janeiro, estando no período da entrevista beirando os seus setenta anos. Falou dos pais, imigrantes portugueses, sendo o pai marceneiro e a mãe costureira. Ela relatou que, apesar de ter nascido na capital do estado, quando seu avô morreu, ela mudou-se junto com seus pais para a Baixada Fluminense, mais precisamente para a cidade de Duque de Caxias, onde seu avô teria um armazém. Nesta cidade a família ficou por dois anos, depois voltou a viver no Rio de Janeiro, onde teriam comprado uma pensão com o dinheiro da venda do armazém do avô. Ana Alice informou que lembra dos pais trabalhando muito nesse período e do incentivo que ela recebia de sua mãe para que estudasse medicina, segundo suas palavras:

Minha mãe me incentivava muito a fazer medicina. Eu sempre tinha medo, porque eu tinha medo de ter que operar, fazer cirurgia, até o dia que eu descobri que eu não precisava fazer cirurgia. Aí eu falei pra minha mãe: Eu quero fazer medicina. Mas era com vontade mesmo.

As palavras maternas impulsionavam a menina a seguir a carreira de médica, mas um sentimento de inquietação a incomodava, pois tinha medo de realizar cirurgias. Contudo, quando descobriu que não precisaria necessariamente seguir apenas por esse caminho na medicina, comunicou à sua mãe que seguiria tal carreira. Sendo este um desejo genuíno. Segundo a entrevistada, em outra parte da entrevista, o anseio mencionado foi alimentado por sua mãe que, “tinha uma frustração” por não ter estudado muito em Portugal, mas que também desejava ter estudado medicina. De acordo com a narradora, o fato de a mãe ter conseguido estudar um pouco já teria sido um grande feito, pois na terra de seus pais, no período em que viveram por lá, as mulheres eram analfabetas. Segundo Ana Alice:

As irmãs do meu pai, todas eram analfabetas. Eram 9 irmãos, os homens estudaram até a 5ª e as mulheres todas eram analfabetas. Minha mãe não, minha mãe estudou até a 5ª série, mas aí depois ela queria continuar, mas disseram: ‘Não, mulher não precisa estudar, não, tchau.’

Percebeu-se que Ana Alice sente um orgulho de sua mãe e isso, talvez, possa tê-la feito se dedicar para se tornar médica, apesar da militância na universidade (assunto tratado mais adiante neste trabalho). Segundo ela própria, se dedicou bastante para conseguir entrar para a faculdade de medicina, pois tinha medo de não passar, mas conseguiu. De sua experiência inicial na universidade ela preferiu destacar que via o mundo por meio da educação conservadora que recebera, mas que tinha uma premissa muito valiosa para ela, segundo suas palavras:

A minha mãe, apesar de ela ser uma pessoa bem sensível, ela não era uma pessoa que (...) discriminasse pobre, essas coisas. Até porque ela tinha uma certa origem, e, tanto que quando eu me formei ela virou para mim e disse assim: ‘Minha filha, você sempre trate todo mundo igual.’ Aquilo eu guardei, eu já tinha até militância quando eu me formei, mas ela se preocupou em me dizer isso. ‘Minha filha, (...) você sempre tem que atender todo mundo igual. Não interessa a origem dele’. Aí, eu achei legal isso, guardei. Ela não era militante, era contra.

Para Ana Alice e de acordo com o excerto acima, a influência de sua mãe foi além da escolha da profissão, extrapolou para a maneira como a jovem médica deveria tratar as pessoas mais humildes e essa “premissa”, de acordo com a entrevistada, marcou a sua vida profissional e sua militância. Ana Alice formou-se médica em 1974. Nesta data, notou-se uma coincidência com o período de fortalecimento dos movimentos sociais de Nova Iguaçu. A relação de Ana Alice com esses movimentos foi discutida e aparece mais adiante neste trabalho. Há uma foto dela no Anexo 25 deste trabalho.

A entrevista com o médico Nelson Nahon ocorreu no dia 19 de janeiro de 2021. Ele informou que nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1949 e teria sido criado na Zona Sul da cidade, mudando-se para Nova Iguaçu no período da ditadura civil-militar no Brasil. Morou onde hoje é a cidade de Belford Roxo, mas na época era um Distrito da cidade de Nova Iguaçu, porém na década de 1990 com a alteração política e administrativa que houve na região, hoje é outro município. Atualmente, o médico reside na cidade de Teresópolis, na Região Serrana do Rio de Janeiro, mas segundo ele, “toda minha atuação médica foi na Baixada Fluminense”. Nelson Nahon foi casado com a professora Dilceia por muitos anos e essa atuou politicamente com o sobrenome do marido e, até atualmente, Dilceia é conhecida como Dilceia Nahon, mesmo já tendo o casal se separado há muitos anos.

A história de amor de Nelson e Dilceia Nahon foi importante para ser relatada neste trabalho, porque ambos foram presos durante a ditadura civil-militar e contaram isso. Eles se conheceram na Baixada Fluminense, se apaixonaram e ali se casaram de forma quase clandestina, pois Nelson Nahon era um procurado pela ditadura civil-militar. De acordo as palavras do médico:

Nosso casamento foi muito interessante, por quê? Eles não sabiam meu nome completo, só sabiam meu primeiro nome e o padre perguntou: ‘Dilceia, quer casar com Nelson? Nelson quer casar com Dilceia?’ (...) Eles me casaram sem estar casado no civil, o que a Igreja não permitia na época, muito menos sem saber meu nome. Então foi de uma forma, sem me conhecer. O Dom Adriano Hypólito, ele entendeu que eu estava fazendo aquilo, eu e a Dilceia, evidentemente, porque o que nos unia era o amor, mas evidentemente a gente não estava fazendo como deveria ser feito perante a Igreja, por uma questão de uma perseguição política de um regime ditatorial. Então mesmo sem conhecê-lo, mesmo sem conversar com ele, ele autorizou o nosso casamento.

Destacou-se em outra parte do trabalho que Nelson Nahon teve contatos rápidos com Dom Adriano com o passar dos anos, sem aproximação pessoal e sim combinações de ações para o bem comum. Percebeu-se nas palavras de Nelson Nahon que ele tem por Dom Adriano um misto de admiração e gratidão. Ele estava em Nova Iguaçu vivendo clandestinamente e se apaixonou por uma moça da região. Por alguma razão, eles desejavam que aquele amor fosse reconhecido, que aquela união estivesse de acordo com os desígnios da Igreja. Neste ponto, Dom Adriano, como bispo de Nova Iguaçu, reconheceu a situação do jovem casal e permitiu que a Igreja da cidade realizasse o casamento. Todavia, Nelson Nahon afirmou que não era católico, pois é de origem judaica, seria de uma família de judeus marroquinos e russos. Mas, ele disse que quando foi viver na Baixada Fluminense e iniciou um trabalho político frequentando a Igreja Católica, conheceu e desejou se casar com a Dilceia, segundo ele, para tanto, fez até a comunhão e foi batizado. Mas, dentro do que afirmou na entrevista, na verdade ele não professa nenhuma religião, nas palavras dele:

Eu não gosto dos (...) nomes que se dão para quem não tem nenhuma religião: materialista, eu não sou materialista. Ah, eu sou ateu. Tá bom, eu sou ateu. Mas acredito muito na força do homem, do pensamento.

Nelson Nahon hesitou um pouco ao afirmar que era ateu ou não. No desenrolar da entrevista ele afirmou que era um jovem de classe média alta, estudante de medicina da Escola de Medicina da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). Seu pai era comerciante e sua mãe dona de casa. O pai era do Pará, mas sua família veio de Marrocos. Fugiram da Espanha para Marrocos e de Marrocos para o Brasil. Sua avó era russa. De

acordo com o entrevistado, sua família teria vindo para o Brasil “fugindo da miséria, fugindo das perseguições religiosas.”

Segundo o entrevistado, seu pai era politicamente de direita, um “Lacerdista”, ou seja, adepto das ideias políticas de Carlos Lacerda (1914-1977), jornalista e político brasileiro que com um discurso conservador ganhou destaque no partido político União Democrática Nacional (UDN) e fazendo oposição à Getúlio Vargas (1882-1954). Nelson Nahon acredita que por isso, o seu início na vida política teria enveredado por essa visão conservadora de mundo. De acordo com suas palavras:

No dia 1º de abril de 1964 eu estava na passeata que o Flávio Cavalcanti⁹ convocou em Copacabana em defesa da família e da liberdade, contra a corrupção, pelo golpe militar. Eu com 14 anos, 14 para 15 anos.

Essa conduta política mudaria radicalmente tempos mais tarde. Nelson Nahon foi de um discurso conservador para os porões da ditadura civil-militar. É relevante que a entrevista da professora Dilceia Nahon seja apresentada neste trabalho na sequência da apresentação do médico Nelson Nahon, uma vez que ambos foram casados e viveram uma história de amor e luta na Baixada Fluminense.

Dilceia Nahon foi entrevistada no dia 15 de dezembro de 2020. Ela é professora, formada em pedagogia, atualmente aposentada. Nasceu em 21 de março de 1950. Dilceia afirmou que foi criada em uma família muito carinhosa, que seu ambiente familiar era de muita compreensão, “era uma coisa natural para mim as pessoas se darem bem com outras pessoas”. Segundo a entrevistada, seu pai criou os filhos “dentro de casa”, em uma situação em que não se tinha muitos amigos, porém o clima em casa era de harmonia. No entanto, seu pai morreu quando ela tinha doze anos de idade e a menina sentiu vontade “de fazer alguma coisa”. Assim, aos quinze anos de idade, Dilceia começou a militar no grupo jovem da Igreja Católica. Ela morava no bairro Jardim Redentor, que ficava dentro do então Distrito de Belford Roxo, mas sua militância era no bairro ao lado, Jardim Gláucia. Segundo a entrevistada, esses bairros surgiram a partir de loteamentos, “na verdade é um grande bairro e vários loteamentos com vários nomes de jardins (...) e muito santo”. Isso posto por ela vai ao encontro da própria história da Baixada Fluminense que, nas décadas de 1940 e 1950, teve grande parte das áreas produtoras de laranja divididas em lotes, e vai também ao encontro da política fluminense dessas décadas, a qual pretendia fazer um “cinturão verde” em torno da

⁹ Jornalista e apresentador de TV brasileiro, uma figura controversa. (1923-1986)

Cidade do Rio de Janeiro. Nesse período eram vendidos terrenos na região a preços bem módicos e havia uma forte propaganda. Conforme anexo 26

Dilceia casou-se com Nelson Nahon em 1974, um rapaz procurado pela ditadura. Após o casamento, eles saíram do bairro onde Nelson Nahon começara a sua militância na Igreja. Nas palavras de Dilceia: “fui para clandestinidade, depois fui presa e não sei o que”. Esse momento da entrevista foi difícil. Dilceia informou ainda que, quando saiu da clandestinidade e depois de uma longa história a ser discutida, ela voltou a morar na então ainda Nova Iguaçu, no bairro São Bernardo, que fica mais para o centro do então antigo Distrito de Belford Roxo. Em São Bernardo, Dilceia disse que com seu marido, teve seus filhos e, em suas palavras, “continuei na militância. Eu fui tirada de lá”. Essa foi outra situação da vida da entrevistada, que foi discutida em outra parte desta tese, onde foram analisadas as razões pelas quais ela teve que, mais uma vez em sua vida, sair do seu lugar de moradia, também fugindo da violência, que então era representada por grupos que estavam no poder e se mantinham nele com o uso do terror, mesmo depois de encerrado o violento período da ditadura civil-militar, que acabou, mas deixou as suas heranças autoritárias e seus métodos de agir. Há uma foto de Dilceia no Anexo 27 deste trabalho.

De acordo com o médico José Noronha, apesar de seu pai ser engenheiro, ele o teria influenciado a fazer medicina, mesmo seu pai tendo uma forte liderança na engenharia brasileira (ele não revelou o nome do pai) foi um militante político do Partido Socialista Brasileiro, na década de 1950. Segundo o entrevistado, o seu pai tinha muitos ideais humanistas e essa condição teria influenciado o menino José Noronha a ter uma postura política mais próxima das ideias da esquerda política. Seu pai se preocupava com as ideias de justiça e igualdade.

A entrevista com o médico José Noronha ocorreu no dia 25 de janeiro de 2021 e ele informou que nasceu em 24 de agosto de 1926, na cidade do Rio de Janeiro e que, atualmente, trabalha como médico de Saúde Pública e Sanitarista. Quando perguntado em qual bairro ele havia nascido e vivido no Rio de Janeiro, pois já era sabido que ele não era originário de Nova Iguaçu, ele descreveu um belo *tour* pela cidade do Rio de Janeiro, como segue:

Eu morei em muitos lugares da cidade, o Rio é grande. Então, eu nasci na Glória, quer dizer, na Maternidade da Glória, fui criado (...) até os 12 anos na subida do Alto da Boa Vista, na Tijuca, depois mudei para Copacabana, depois de

Copacabana morei em Ipanema, depois de Ipanema voltei para Copacabana, depois de Copacabana eu passei uma temporada na Inglaterra, fui fazer um curso lá, morei na Cidade de *Leeds*, ao norte da Inglaterra, voltei de *Leeds* para morar em Copacabana. Morei um pouco tempo, logo depois dessa segunda morada em Copacabana, o Leme, mais precisamente, quando eu mudei... não, não, foi Copacabana, o Leme. Depois eu fui morar em Nova Iguaçu.

A citação destacou a jornada pessoal do entrevistado, descrevendo suas várias residências ao longo dos anos na cidade do Rio de Janeiro antes de se estabelecer em Nova Iguaçu. Depois dessa “viagem” pelos bairros cariocas enfim, chegou em um dos pontos que esta pesquisa também objetivou analisar: Por que esse menino privilegiado foi para Nova Iguaçu fazer um trabalho social de base? Então a entrevistadora fez a pergunta em forma de afirmação: “O senhor era um “garoto da Zona Sul”. O entrevistado hesitou um pouco ao confirmar essa afirmação, “É, é, era um pouco assim, um pouco (...) criança no Alto, criança da Tijuca e adolescência em diante na Zona Sul do Rio de Janeiro, exatamente”.

Várias hipóteses foram levantadas para interpretar essa hesitação do entrevistado diante da afirmação da entrevistadora: pensou-se que a hesitação talvez tivesse soado como uma acusação ou ao fato de que a Tijuca ser um bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro e não Zona Sul, mas o Alto da Tijuca é conhecido por ser um “bom bairro”, muito próximo à Zona Sul. Também pensou-se que talvez essa hesitação possa ter sido compreendida como uma defesa da ideia de que ele não era uma pessoa pobre e militante, mas sim um jovem de classe média alta que decidiu ir para Nova Iguaçu e trabalhar pelas lutas sociais. Nesse sentido, José Noronha afirmou que, no período em que chegou a Nova Iguaçu, ele e seu grupo, no qual estava a sua esposa na época, Lúcia Souto, já possuíam um projeto de saúde para atender às pessoas desassistidas nesse segmento, e este projeto já tinha, inclusive um nome, conforme o depoente:

Então, já naquele setor de medicina social, já tínhamos um projeto (...) de atenção à saúde com populações, digamos assim, para incorporar a prática da medicina, é... que a gente chamava Projeto de Expansão de Cobertura para populações muito desassistidas (...) Naquele momento não existia SUS¹⁰, era um sistema bastante segmentado, grandes contingentes populacionais estavam fora da atenção à saúde.

O entrevistado afirmou que naquele período, especificamente no campo da medicina social, o seu grupo já tinha delineado um projeto de atenção à saúde voltado para populações que enfrentavam graves desafios de acesso aos serviços médicos. Eles buscavam incorporar práticas médicas que atendessem às necessidades dessas comunidades historicamente

¹⁰ Sistema Único de Saúde (SUS) - Criado pela Constituição de 1988.

negligenciadas. É importante ressaltar no depoimento apresentado que naquele momento ainda não existia o Sistema Único de Saúde (SUS), e o atendimento de saúde era bastante fragmentado, deixando grandes parcelas da população sem acesso adequado. José Noronha ressaltou que estava falando do ano de 1973, e muitos autores expressam que as ações desses médicos nas periferias das grandes cidades, como é Nova Iguaçu, teriam construído com suas ações, o “embrião do SUS”. No projeto citado eles construíram um Posto de Saúde em Cabuçu, um bairro de Nova Iguaçu. O entrevistado fez questão de deixar clara a participação da Igreja Católica de Nova Iguaçu neste projeto e de dizer que havia outros médicos envolvidos. Conforme suas palavras:

Nós construímos um pequeno posto de saúde em Cabuçu, junto com a igreja lá de (...) em Nova Iguaçu. A gente fazia um postinho, nós trabalhávamos como médicos, eu ia uma vez por semana, aos sábados eu ia para lá, mas eu morava em Nova Iguaçu e o trabalho nosso era de tentar recuperar, digamos, a ideia nossa era, a gente estudava o Paulo Freire¹¹ (...) naquela altura, a ideia era (...) e, digamos, mobilizar a população em luta por seus meios.

Ainda de acordo com José Noronha, seu projeto de saúde “coincidia justamente com a visão do Dom Adriano que, naquela época tinha as Comunidades Eclesiais de Base, a época da Teologia da Libertação”. O entrevistado mencionou que Dom Adriano Hypólito era um adepto dessa Teologia, o que não era segredo, pois o bispo sempre deixou suas opções pastorais bem claras. Segundo José Noronha, Dom Adriano trabalhava bastante com os padres da sua Diocese a fim de prepará-los para as atividades relacionadas ao povo mais carente, o que, para o entrevistado, facilitava o desenvolvimento das atividades relacionadas ao seu projeto de saúde. Neste ponto da entrevista, José Noronha citou o Centro de Formação construído por Dom Adriano no bairro de Moquetá, “abriu o Centro de Formação, em Moquetá (...) outro bairro de Nova Iguaçu”. O Centro de Formação de Líderes de Nova Iguaçu, foi construído por Dom Adriano e, segundo o próprio bispo, foi o primeiro grande projeto da Diocese sob sua orientação. Dom Adriano teria chegado a Nova Iguaçu influenciado por projetos semelhantes do Nordeste. O Centro foi construído durante longos anos e a última etapa foi a edificação da capela, idealizada pelo arquiteto alemão Werner Korsmeier, que também projetou os vitrais. De acordo com (Hypólito, 1994, p.3), o Centro de Formação passou a desempenhar um papel importante na Diocese de Nova Iguaçu, oferecendo seu amplo espaço para diversos tipos de reuniões, desde eventos religiosos até

¹¹ - Paulo Freire (1921-1997). Foi um filósofo e educador brasileiro.

encontros partidários. Seria um *espaço que transitaria entre a sacralidade religiosa e o profano de outras atividades humanas como a dimensão política*. Em 1978, Dom Adriano Hypólito, Nova Iguaçu e o Centro de Formação de Líderes assim foram descritos pelo jornalista Audálio Dantas:

Dom Adriano Mandarino Hypólito, bispo de Nova Iguaçu, conhecido em todo o país por sua firmeza no combate à violência e às injustiças sociais. Conhecido, sobretudo, por ter sido ele próprio uma vítima da violência. Encontrei-o pela primeira vez (...) no edifício mais importante que a Cúria diocesana possui, depois da Catedral: O Centro de Formação, um prédio moderno, de quatro pavimentos, solidamente plantado numa pequena colina, no bairro de Moquetá, a uns três quilômetros do centro de Nova Iguaçu. Dali, da varanda do andar térreo, a gente pode ver o centro da cidade, onde se elevam alguns edifícios de apartamentos e de escritórios, e o bairro, com suas ruas sem calçamento, suas valas de águas servidas, suas casas humildes, empoeiradas (HYPÓLITO, 1978, p. 145)

No Anexo 28 desta tese há uma foto do Centro de Formação de Líderes da Diocese de Nova Iguaçu que, atualmente abriga, entre outras entidades, o Fórum Grita Baixada, que é uma coligação de organizações e pessoas da sociedade civil voltadas aos Direitos Humanos e à segurança pública, com foco na Baixada Fluminense como seu território de ação, mantendo assim a tradição de espaço de reflexão e luta que se iniciou com Dom Adriano. Na descrição de Nova Iguaçu, o jornalista caiu na armadilha dos julgamentos de olhares apressados para a cidade: as casas, as humildes casas que revelam a cidade simples, porém cheia de pessoas que se relacionam e que promovem movimentos sociais, fazendo desse espaço um território, algumas vezes hostil, muitas vezes estigmatizado pelo preconceito, mas cheio de vida.

No Centro de Formação de Líderes, em Moquetá, José Noronha disse ter iniciado, junto com outros amigos, um trabalho com alguns padres, dos quais ele não se lembra de todos os nomes, mas citou com certeza o padre Matteo. Para José Noronha, Dom Adriano “foi muito importante nessa tarefa”. De acordo com o médico, aos poucos ele e seus amigos, foram percebendo quem eram as lideranças comunitárias por causa de seus métodos de se relacionarem, suas capacidades de articulações e a possibilidade de discussão. Para ele e seus amigos, essas particularidades para uma liderança eram importantes porque eles iniciaram

um movimento de discussão dos problemas de saúde, pegando aquelas lideranças que vinham, que Nova Iguaçu tinha tido em 1969. Na ocasião do golpe militar tinha até um grupo importante no bairro do Monte Líbano, um outro bairro de Nova Iguaçu, onde tinha alguns outros militantes.

Esses “problemas de saúde” serão mais discutidos com a também médica e política, Lúcia Souto, cuja entrevista ocorreu no dia 12 de dezembro de 2020. É relevante que sua

apresentação venha seguida da apresentação do médico José Noronha, pois, eles foram casados e ele afirmou que morou em Nova Iguaçu quando estava casado com ela. Segundo José Noronha:

Morei em Nova Iguaçu durante o período que eu estava casado com a Lúcia Souto, com quem eu tive dois filhos (...) depois nos separamos, eu voltei para o Rio de Janeiro e a Lucia ficou em Nova Iguaçu.

Lúcia Souto informou que nasceu na cidade do Rio de Janeiro e que é filha de militar mas, segundo ela, era “um militar não tão radical”. Afirmou que o pai foi transferido de região muitas vezes, mas ela cursou medicina na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e se formou em 1974. Segundo o seu relato, o seu período na faculdade foi justamente o período de ditadura civil-militar no Brasil e, durante o curso, muitos alunos teriam se envolvido na luta pela resistência. Lúcia indicou que no ano em que ela se formou na universidade o movimento pela Reforma Sanitária no Brasil já estava em curso e “que veio a ser o grande movimento de reformas que trouxe a conquista do direito à saúde na constituição brasileira de 1988.”

Em 1974 esse movimento no campo da saúde tinha como objetivo realizar mudanças significativas no sistema do país, visando garantir o direito à saúde para todos os cidadãos. A Reforma Sanitária Brasileira se consolidou como um movimento amplo e articulado, envolvendo profissionais da área da saúde, acadêmicos, ativistas e lideranças políticas. Seu principal marco ocorreu em 1988, quando a Constituição Brasileira foi promulgada e incluiu o direito à saúde como um dos direitos fundamentais dos cidadãos. Nesse contexto, a atuação de Dom Adriano Hypólito em Nova Iguaçu ganhou destaque como um defensor incansável da justiça social e da garantia do direito à saúde para a população. Sua firmeza no combate à violência e às injustiças sociais estava em consonância com os princípios e aspirações da Reforma Sanitária Brasileira, que buscava promover uma saúde pública mais equitativa e acessível para todos.

A luta pela saúde no Brasil é secular e, antes da Constituição de 1988, houve muitos movimentos sociais que pressionaram a vitória que foi a criação do Sistema Único Brasileiro (SUS), sistema tão vital para a população, haja vista, a sua capacidade de alcance na vacinação contra o coronavírus. A vacinação só não foi mais bem sucedida por questões relacionadas à inabilidade do poder executivo.

Lúcia Souto informou que tem uma irmã gêmea que mora na Bahia e relacionou a saída da sua irmã do Rio de Janeiro ao que ela chamou de “diáspora da ditadura”. Segundo ela, para evitar de ser presa a sua irmã virou operária e, para a entrevistada, essa seria uma história incrível e mereceria ser contada um dia, dando uma dica para novas pesquisas. De acordo com suas palavras:

Mas, é, no primário, essa é até uma coisa pitoresca, eu, a gente estudou num Colégio de Freiras chamado Instituto Santos Anjos em Juiz de Fora, e eu fui colega de turma de primário da hoje prefeita de Juiz de Fora, Margarida Salomão.

Além da colega Margarida Salomão, Lúcia Souto também citou uma outra amiga dos tempos de escola que teria sido reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora, disse que essa pessoa também havia atuado no Ministério da Educação na época dos governos anteriores do Lula e que seria a Maria José Feres. Lúcia Souto afirmou que nas conversas entre ela e suas amigas, sempre surge um comentário comum: “é engraçado que a gente sempre comenta. Eu, Bete, a Margarida e a Maria José: Olha só como esse colégio de freiras formou!”

Lúcia Souto contou que sempre recebeu uma educação cristã e, por fim, entrou para a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que, segundo ela, “era uma faculdade desafiadora. Porque na ditadura, era uma mobilização enorme, aquela coisa toda lá”. Dando a entender que a Faculdade de Medicina da UFRJ apresentava uma forte mobilização política na época da ditadura, situação reafirmada pelo entrevistado Nelson Nahon.

Lúcia Souto ainda é uma militante política bastante engajada, muito envolvida com a questão da saúde pública e muito ativa nas redes sociais no que concerne ao cenário político brasileiro atual. Essa atitude de luta transpareceu na entrevista e está presente desde os seus anos de faculdade. Ela seguiu na luta pela Reforma Sanitária e teve uma relação com o Arouca¹², relação que ela deu indicativos de não querer falar sobre. Segundo a entrevistada, desde a faculdade, ela e alguns amigos queriam trabalhar por um movimento de renovação na área da saúde, “mas nós não queríamos fazer um trabalho corporativo, não queríamos entrar na luta sindical médica, nem do Conselho Regional de Medicina”. Essa inquietação a levou a

¹² O higienista Sérgio Arouca destacou-se como um dos principais pensadores e guias do denominado "movimento higienista", que transformou a abordagem da saúde coletiva no Brasil. Disponível no site: < <https://portal.fiocruz.br/sergio-arouca>>. Acesso em 25 ago. 2023.

buscar novos caminhos para a sua prática médica e política, caminhos que a levaram a Nova Iguaçu.

Foi a inquietação da juventude que trouxe o padre Bruno ao Brasil. A entrevista com o padre aconteceu no dia 17 de dezembro de 2020. Constanzo Bruno, nasceu na Itália em 03 de abril de 1942. Aos 78 anos de idade afirmou que chegou ao Brasil aos 28 anos de idade. Faleceu na Baixada Fluminense, durante a produção deste trabalho. Teve uma história de 50 anos de vida em nosso país. Durante a entrevista, ele disse que nasceu em um momento histórico muito difícil, que seria o final do governo do Mussolini. Já a entrevista com o padre Matteo ocorreu no dia 13 de janeiro de 2021. Matteo Vivalda nasceu na Itália em 21 de dezembro de 1938, residia em um lar para padres idosos quando concedeu a entrevista para este trabalho, e infelizmente faleceu em sua terra natal em 13 de junho de 2022.

Neste capítulo foram apresentados os entrevistados e um pouco de suas histórias de vida. Isto ocorreu porque, sendo este um trabalho produzido com a metodologia da História oral, foi necessário para uma melhor compreensão dos discursos coletados e, ademais, tratou-se de um trabalho que se utilizou das memórias individuais e compartilhadas dos depoentes. Tal proposta foi importante neste trabalho e respaldada por Bosi (1994).

1.5 Fundamentação teórica

Bosi (1994, p. 403), em seu capítulo 4, quando discorreu sobre a substância social da memória, citou Graciliano Ramos para indicar o fato de que o que lembramos não é exatamente aquilo que ocorreu, mas sim o que temos como representação dessa lembrança corroborada por pessoas que a viveram conosco.

A primeira coisa que guardei na memória foi um vaso de louça vidrada cheio de pitombas escondido atrás de uma porta. Talvez nem me recorde do vaso: é possível que a imagem, brilhante e esguia, permaneça por eu a ter comunicado a pessoas que a confirmaram. Assim, não conservo a lembrança de uma alfaia esquisita, mas a reprodução dela, corroborada por indivíduos que lhe fixaram o conteúdo e a forma. (RAMOS Apud BOSI, 1994, p. 406).

Na perspectiva de Bosi (1994), Graciliano Ramos com as palavras acima, apresentou o caminho que percorre o objeto, que vai criando formas de acordo com outras pessoas que o conheceram e se lembram dele. Tais pessoas repassam as informações que dividem sobre o objeto para as crianças que, garantidas pelas pessoas de seus convívios, seguem reafirmando a existência e a forma do objeto. Para Bosi (1994), “Se assim não fosse, talvez nossas

lembranças deslizassem para a ilusão e nos deixassem em dúvida, o que é comum, quando nos dedicamos a pesquisar lembranças remotas” (BOSI, 1994, p. 406). Na perspectiva de Graciliano Ramos a existência do objeto é confirmada por outros sujeitos, sob outras perspectivas, tornando-se assim, um ponto de memória. Neste sentido, Bosi (1995, p. 407) indicou que é necessário reconhecer que grande parte das lembranças que os sujeitos possuem ou, até mesmo, suas próprias ideias, não são genuínas, mas sim o resultado de inspirações que ocorrem no contato com os outros e que com o passar do tempo, tais memórias e ideias se tornam histórias nossas, interiores, que nos seguem pela vida se fortalecendo com mais trocas e experiências. Esse processo é tão intrínseco a nós mesmos que nos surpreenderia saber desde quando essas histórias e memórias estão em nossas vidas e que foram elaboradas por outros sujeitos. Para a autora, “Na maioria dos casos creio que este não seja um processo consciente” (BOSI, 1994, p. 407). Na fundamentação de seu trabalho, a autora citou uma opinião de Machado de Assis, quando este comentou que:

As ideias alheias, por isso mesmo que não foram compradas na esquina, trazem um certo ar comum; é muito natural começar por elas antes de passar aos livros emprestados, às galinhas, aos papéis falsos, às províncias etc (MACHADO Apud BOSI, 1994, p. 7).

A proposta de Bosi (1994, p. 407 e 408), segundo ela mesma, passa longe do sarcasmo de Machado. Para a autora, a ideia seria a base na qual a comunidade se ancora ao formar suas constituições mais individuais. Seria a partir das ideias que circulam no meio em que vivemos, que elaboramos os nossos valores e definimos a nossa “práxis coletiva”. Assimilamos as reflexões coletivas e nos afastamos da “verdadeira fonte”. Essa reflexão da autora não é um estímulo à apropriação intelectual, pois são processos inconscientes que desconhecemos e que acabam nos tirando a ilusão de termos valores e ideias genuínas, de sermos livres e autônomos para decidir por nós mesmos sem a influência do meio que nos cerca. Contudo, de acordo com Bosi (1994):

Há fatos que não tiveram ressonância coletiva e se imprimiram apenas em nossa subjetividade. E há fatos que, embora testemunhados por outros, só repercutiram profundamente em nós; e dizemos: “Só eu senti, só eu compreendi”. Um exemplo pode ser o desaparecimento de uma pessoa que consideramos de especial valor. Podemos guardar anos, teimosamente, sua lembrança, de que nos sentimos o único depositário fiel, tendo como expectativa um grupo futuro. É porque temos certeza que esse valor negado pelo grupo atual tem uma significação que o transcende e que poderá ser explicitada por nós um dia, em melhores condições, para outros homens para quem nosso amigo desaparecido será familiar, caro, inspirador (BOSI, 1994, p. 408) (Grifos da autora)

Para Bosi (1994), talvez alguns limites existentes no grupo permitam que apenas vagamente esses valores existam. Contudo, um membro desse grupo, que guarde a essência implícita dos valores, pode realizá-los em outro grupo, onde encontrou um ambiente fértil para desenvolvê-los, pois existe a possibilidade de que não tenha a consciência das origens dos seus pensamentos e valores, por estar longe demais de suas atuações iniciais. Nessa situação, seria importante que os membros do seu antigo grupo estivessem por perto “reavivando-lhe a memória”.

Tendo os estudos de Bosi (1994) como base teórica, este trabalho se pautou essencialmente pelo indivíduo como testemunha e, de acordo com o discutido acima, as memórias individuais de cada entrevistado foram completadas pela memória do grupo que participou dos movimentos sociais de Nova Iguaçu no recorte temporal deste trabalho. Considerando Bosi (1994, p. 411), quando se vive em um determinado grupo, seus membros acabam passando pelo processo individual e sendo influenciados pelas particularidades dos outros membros e toda a sua constituição depende das trocas estabelecidas entre eles dentro do próprio grupo. Quando o grupo se dispersa o suporte para as lembranças de cada um, pode se estremecer, “O grupo de colegas mal pode constituir um apoio para sua lembrança, pois se dispersou e cada um se integrou num meio diverso daquele que conheceu” (BOSI, 1994, p. 411).

Tal situação não se revelou neste trabalho, pois o grupo entrevistado buscou, ao longo do tempo, manter-se em contato e, quase todos eles com atividades políticas, unindo todos pelo trabalho desenvolvido em Nova Iguaçu e pelas memórias de estarem ali orbitando o grande protagonista da luta por direitos nessa cidade, Dom Adriano Hypólito. Nas reflexões de Bosi (1994, p. 413), há uma forte menção às lutas pela memória, a autora credits valor à memória coletiva, mas destaca que “por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda”. Então, a autora cita Halbwachs, para quem

cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade, é múltiplo. Para localizar uma lembrança, não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado (HALBWACHS Apud BOSI, 1994, p. 413).

Dentro do exposto acima, inclui-se saber que a memória individual de cada entrevistado e suas histórias de vida anteriores ao trabalho em Nova Iguaçu, foram

consideradas neste trabalho. Isto porque cada um deles teve suas histórias pregressas ao movimento com lembranças e construções de memórias que os tornaram os militantes sociais que foram nos anos de 1970 e 1980. Alguns deles saíram de ambientes completamente diferentes daqueles em que atuaram politicamente, mas apresentaram situações, durante as entrevistas, que evidenciaram as influências que receberam das famílias, pais, mães, escolas... Suas influências convergiram para que se tornassem o que foram nos anos da ditadura que, naquele momento, produzissem história e memórias e que se tornassem quem são ou foram. É importante destacar que os entrevistados compartilharam até memórias do período analisado de momentos que eles não viveram juntos, mas que eles lembram de terem acontecido, um foi testemunhando a fala do outro, uns por terem vivido, outros por ouvirem falar. As lembranças foram coletivas e, dessa forma, se tornaram uma “realidade social (...) que sofre contínuos retoques à medida que nos abrimos para outros depoimentos” (BOSI, 1994, p. 413). Os depoimentos dos entrevistados seguiram os depoimentos dos seus companheiros que com eles viveram os mesmos eventos, reafirmando as suas memórias. Conforme Bosi (1994).

Outras tantas vezes subi a rua com amigos que me chamaram a atenção para outros aspectos dela. Se refaço hoje o percurso, como posso me dizer só e pretender ver só com meus olhos o que vejo? Os pontos de vista dos que subiram comigo a rua tornam minha evocação múltipla e profunda e alicerçam minhas visões (BOSI, 1994, p. 413).

Cada entrevista foi feita individualmente, porém os testemunhos se fortaleceram ao cruzarem informações compartilhadas, mesmo que eles não as tenham vivido juntos, viveram juntos ao mesmo tempo em que os fatos ocorreram. Em alguns casos, como no caso da entrevistada Ana Alice que, quando perguntada sobre uma manifestação que ocorrera em Nova Iguaçu, na qual ela participou e teve seu nome divulgado em matéria do jornal *O Globo*, ela disse que não se lembrava, mas que seria possível que ela tivesse participado. Segundo Bosi (1994):

As testemunhas que retificaram uma lembrança não conseguem sempre fazer-nos revivê-la, surpresos o relato de uma cena do nosso passado sem conseguir revivê-la, descrevem nossa atuação e nos sentimos estranhos à narrativa (BOSI, 1994, p. 413).

No caso de Ana Alice, ela se manteve firme e disse que não se lembrava do evento publicado pelo jornal, mas seguiu a entrevista sem demonstrar problemas com isso, não se sentiu “estranha à narrativa” de luta sobre o movimento do qual participou ativamente. Esse

comportamento é peculiar, porque de acordo com Bosi (1994, p. 413), quando outras pessoas descrevem situações em que estivemos e não sentimos parte daquilo que está sendo narrado, nos sentimos fora daquele contexto descrito. Esse movimento para o entrevistador deve ser cuidadoso, porque uma colocação mal feita pode confundir o entrevistado, pois se na lembrança o depoente não se encontra, a sua lembrança não se realiza. No caso acima citado, a entrevistadora não insistiu e seguiu para o próximo tema da entrevista. Os entrevistados fizeram parte de um grupo cujos integrantes mantiveram contato permanente, não apenas durante o período de luta intensa, eles seguem amigos e atuantes, cada um em sua área, mas compartilham informações até os dias atuais. Nesse sentido, Bosi (1994) descreveu que:

As lembranças grupais se apoiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência (BOSI, 1994, P. 414).

Dessa forma, o trabalho do entrevistador deve ser bem delicado, uma vez que, seguindo os conselhos de Bosi (1994, p. 414), o sujeito que conduz a entrevista deve ser muito cuidadoso e atencioso com todas as lembranças e pedaços de lembranças apresentados pelos entrevistados, pois cada parte dessa memória pode possuir um sentido essencial para aquele grupo, aqueles que vivenciaram o período analisado, por seus sujeitos, atores, protagonistas e figurantes da memória tantas vezes revisitada por eles. O entrevistador precisa ser cauteloso ao adentrar nos conceitos formados pelas lembranças de seus entrevistados, lembranças que os guiam, que os fazem ser o que são. A recomposição das lembranças precisa respeitar o que o entrevistador diz e o que ele deseja dizer, mas para essa recomposição precisa estar atento para ouvir aquilo que não é dito, que é calado, que se esconde nas falhas das falas, no embargo da voz, no desviar do olhar, no silêncio. Tudo isso deve ser respeitado considerando a subjetividade constante na dialética do processo histórico que se constrói por si ao se produzir uma entrevista.

Bosi (1994, p. 415), em uma parte denominada “tempo e memória”, sugeriu que é notável como as etapas da memória se sucedem, de forma dividida por meio de pontos especiais, marcantes, carregados de significado para a vida do indivíduo que detém a memória de um evento. Esses pontos especiais podem ser morte, formatura, local, festas... Nesse sentido, como os acontecimentos das lutas sociais em Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980 foram muitos e marcantes, os entrevistados compartilharam a memória de muitos eventos dos quais, muitas vezes, nem participaram diretamente, mas estiveram vivos

quando ocorreram e sentiram juntos a euforia causada pelo evento no movimento e na cidade. Bosi (1994) definiu poeticamente a manutenção da memória de um determinado grupo social como esse que foi analisado neste trabalho, a autora disse o seguinte:

O ciclo dia e noite é vivido por todos os grupos humanos mas tem, para cada um, sentido diferente. A noite pode ser um florescimento do social, uma intensificação do amor e da amizade que se expandem e brilham sem as peias da rotina diária (BOSI, 1994, p.417).

Bosi (1994) mencionou a “rotina diária”, pois é oportuno discutir o cotidiano das pessoas que se organizaram e lutaram nos movimentos sociais de Nova Iguaçu durante a ditadura civil-militar, porque a realidade ainda conflituosa dessa cidade, agravada pelas baixas condições de sobrevivência material e pela violência, incitam a produção de trabalhos acadêmicos com vários enfoques, mas pouco se discute sobre o cotidiano da população que lutava para transformar essa realidade. Considera-se relevante recuperar, por meio da memória e da história dos entrevistados, a luta social da população de Nova Iguaçu durante esse difícil período da história brasileira, contribuindo para os estudos que embasam as narrativas que apontam que houve repressão, mas também houve resistência e luta.

Para a historiografia de Nova Iguaçu, este trabalho pode contribuir não negando a cidade que estampa as manchetes dos jornais policiais, mas reconhecendo que ainda por isso, sua população possui especificidades que fundamentam uma pesquisa mais aprofundada de suas experiências. Rediscutir as particularidades da população dessa região pode colaborar nos debates sobre a compreensão de como se organizar para superar as adversidades. Nesse sentido, seria importante uma produção histórica voltada para a análise da transformação social, mesmo analisando movimentos sociais reivindicatórios. Talvez este trabalho possa inspirar novas lutas, para que nossa realidade seja brevemente transformada e que possamos voltar a buscar conquistas sociais e não apenas a manutenção de direitos já adquiridos.

Capítulo 2 - Desafios e transformações em Nova Iguaçu: Movimentos sociais, violência e configuração urbana

Neste capítulo, desvendou-se a rede da história que estruturou a diversidade da Baixada Fluminense, assim como do seu povo se reuniu em movimentos sociais de ressonância regional e além. A narrativa foi organizada em subcapítulos, cada qual com um tema distinto. A jornada se iniciou com Nova Iguaçu, onde as fundações da cidade se relacionaram tecendo os fios da história da população da Baixada Fluminense em relação com a da cidade do Rio de Janeiro. Um enlace de raízes que se evidenciam, por meio de vínculos nas esferas econômicas, políticas e sociais. No passo seguinte, foi feita uma análise da batalha histórica por direitos, uma luta que amadureceu a partir de movimentos reivindicatórios. Em meio a essas reflexões, surgiram as origens e as trajetórias dos Esquadrões da Morte na região. Uma paleta onde se fez notar que essas sombras sinistras pairaram em outros horizontes, mas na Baixada Fluminense, fixaram seu nefasto olhar. Avançando na análise, explorou-se a transformação política que moldou os anos finais do período civil-militar, e com um foco especial, rastreou-se o nascimento do icônico grupo de movimentos sociais da região, conhecido como o Movimento de Amigos de Bairro (MAB) de Nova Iguaçu. Foi uma jornada que teve início em 1974, um marco que coincidiu com a “abertura” política do Brasil. Contudo, essa era também permeada por sombras da repressão, especialmente para aqueles indivíduos e organizações que resistiam ao jugo da ditadura. O panorama da organização de movimentos populares era complicado ainda mais por uma administração local desinteressada das necessidades mais elementares da população.

2.1 O Povo da Baixada Fluminense: Uma história de luta, resistência e transformação

A região da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, possui um lugar de destaque na História do Brasil, para a qual entrou com a sua fama de violenta. Práticas brutais de vários tipos não deveriam ser apontadas apenas para regiões determinadas no Brasil, uma vez que a nossa história foi construída sobre bases violentas, mas a desigualdade e a geografia social determinam as regiões que vão estampar as notícias e têm as suas histórias escritas com sangue. Neste sentido, a região da Baixada Fluminense teria seguido o caminho das grandes periferias brasileiras, principalmente da região Sudeste, quando suas capitais entraram em seus acelerados e desorganizados processos de industrialização, mais acentuadamente nos anos de 1970. Essas regiões indicaram um enorme crescimento

demográfico nesse período, sem o devido investimento em infraestrutura urbana para receber os novos moradores. Justamente aí, reside a primeira grande violência sofrida pelo povo da Baixada Fluminense, o que seria chamado por Marilena Chauí de “violência estrutural”, “de cima para baixo”. Mesmo que os problemas da região nesse período possam ser comparados com os problemas de outras periferias em expansão, na cidade de Nova Iguaçu, havia alguém que acreditava que esta região era única. Era o bispo dessa cidade, Dom Adriano Hypólito, “Será difícil encontrar no Brasil uma região que se pareça com a Baixada Fluminense. A Baixada é única” (DOM ADRIANO, 1976).

Essa afirmação do bispo encontra respaldo em muitos aspectos que passam despercebidos por analistas que se apressam em desenvolver seus trabalhos e acabam esbarrando em conceitos e preconceitos que ofuscam uma visão mais realista da região. Em meio a tantos problemas sociais graves, à multiplicidade de seus sujeitos, de suas culturas e identidades, o bispo de Nova Iguaçu conseguiu observar uma particularidade: “O Povo”. Dom Adriano chegou a Nova Iguaçu, como bispo, em 1966 e no Plano Pastoral da Diocese para 1968 aparecia o seguinte:

Em muitas áreas do Brasil a Igreja se depara com situações difíceis, mas talvez em nenhuma parte sejam os problemas tão urgentes, tão impetuosos como na Baixada Fluminense, onde a vida explode agressiva e desordenada, primitiva e multiforme.

A Diocese reconhecia que muitas áreas do Brasil naquele período, se encontravam com graves problemas, que tal situação não era exclusiva da Baixada Fluminense, mas na observação diária dos problemas da região, a Diocese de Nova Iguaçu teve que lidar com a questão da fama e da própria realidade da cidade em relação à violência, que se evidenciava nos jornais e no cotidiano dos moradores, refletindo o abandono público. E essa constatação e preocupação seguiu no Plano Pastoral de 1970, que dizia o seguinte:

A Baixada continua difícil. É área-problema de problemas altamente explosivos, concentrados em área restrita. Cidades enormes que não parecem cidades, são dormitórios e subúrbios. Cidades-dormitório que não dormem senão o sono agitado e curto das preocupações primárias. Cidades-subúrbio que incham sem plano e sem beleza. Cidades quase de ninguém, onde as aventuras sucedem no rodízio de aventureiros. E, no entanto, um povo admirável de força, de coragem, de resistência (BAIXADA, 1976, s/p).

O texto acima retratou a região da Baixada Fluminense como uma área desafiadora, caracterizada por uma concentração de problemas. Foi mencionado que as cidades na Baixada Fluminense eram imensas áreas residenciais e periféricas, onde as preocupações

básicas governam o dia a dia. As cidades foram retratadas como “infladas” e sem um planejamento adequado. Apesar dessas dificuldades, enfatizou-se a admiração de Dom Adriano pelo povo da Baixada Fluminense, reconhecendo sua força, coragem e resistência. A diocese de Nova Iguaçu entrou na década de 1970 concentrada nos gravíssimos problemas da Baixada Fluminense e no crescimento desordenado de suas cidades. De acordo com as palavras acima, observa-se que nos anos de 1970 e 1980 a população dessa cidade, antes conhecida como uma cidade produtora de laranjas, já contava com um grande número de migrantes e seus descendentes. Também havia pessoas vindas da cidade do Rio de Janeiro, empurradas para a região devido aos altos valores imobiliários daquela cidade. Também é importante destacar que algumas pessoas, perseguidas pela ditadura civil-militar, passaram a viver na Baixada Fluminense, como é o caso do entrevistado deste trabalho, Nelson Nahon que expôs a seguinte situação:

Nós tínhamos duas opções: ou você seria preso ou então você teria que sair do país, que nunca foi minha opção, então você teria que ficar atuando de uma forma clandestina.

De acordo com o entrevistado, em maio de 1972, diante do impasse acima, ele decidiu que não seria preso ou assassinado, como foram outros companheiros dele. Segundo a sua narrativa, ele decidiu ir para a Baixada Fluminense, mais especificamente para Belford Roxo, que era então Distrito da cidade de Nova Iguaçu. O rapaz se deslocou da Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro para viver na Baixada Fluminense. Para o entrevistado, essa foi uma decisão política, pois ele desejava

tentar me ligar às pessoas, os trabalhadores do Rio de Janeiro, ali era uma cidade que já tem hoje algumas características mais, mas era uma grande cidade dormitório, e fui pra lá. Então cheguei na Baixada e fui frequentar uma Igreja Católica do bairro do Jardim Gláucia. Então esse foi o meu motivo de ter ido para a Baixada Fluminense.

Estas palavras descrevem a motivação de Nelson Nahon em se mudar para a Baixada Fluminense. Ele mencionou que o seu objetivo era se conectar com as pessoas e trabalhadores da cidade conhecida como “cidade dormitório”. Ao frequentar uma Igreja Católica no bairro, ele buscou uma conexão com a comunidade e com o ambiente religioso local. Nelson Nahon, em outra parte da entrevista, apesar de ter afirmado que sua decisão de ir para a Baixada Fluminense havia acontecido após uma conversa com seus companheiros, em um determinado momento da sua narrativa, informou que tal decisão foi tomada após uma discussão interna no Partido Comunista do Brasil (PC do B) e que sua ida para a

Baixada Fluminense tinha como objetivo uma tarefa partidária. Ele deveria se aproximar dos trabalhadores do local. Nelson Nahon informou que, para ele, “independentemente da questão política partidária, foi uma lição de vida (...) Foi onde, acredito, o que moldou como sou hoje”. Diante da declaração do entrevistado, notou-se que a sua experiência de vida adquirida nos anos de atuação na Baixada Fluminense foi significativa para a sua formação humana.

Ao descrever a sua chegada na região, Nelson Nahon disse que, inicialmente, alugou um quartinho no bairro Vilar dos Teles e que, em seguida, começou a participar do Grupo Jovem da Igreja Católica do local, apesar de ter uma origem familiar judaica. Ele disse que esse movimento em direção à Igreja Católica foi tranquilo, mesmo porque ninguém na região sabia que ele era judeu. As pessoas da região sabiam pouca coisa a respeito dele, afinal ele estava vivendo na clandestinidade e não podia chamar a atenção com nada que fosse muito diferente da realidade vivida pelas pessoas da comunidade.

Outros entrevistados deram suas versões sobre suas idas para a cidade de Nova Iguaçu, onde encontraram apoio no bispo Dom Adriano Hypólito, que apareceu neste trabalho como uma figura que se aproxima do que Bosi (1994) chamou de “a pessoa mais querida do grupo”. Sobre isso, a autora argumentou que muitas coisas contribuem na formação da memória que um grupo compartilha, entre essas coisas estaria

o lugar que alguém ocupa na consideração de seu grupo (...). O membro amado por todos terá suas palavras e gestos anotados e verá com surpresa, anos depois, seus menores atos lembrados e discutidos. Palavras de afeto, gestos de solidariedade que partiram dele são cuidadosamente guardados e agradecidos (BOSI, 1994, p. 414).

Essa passagem de Bosi (1994) abordou a importância da posição ocupada por um indivíduo em um contexto social. Ela enfatizou que um membro querido e respeitado por todos é apreciado, e suas ações são lembradas e discutidas mesmo após muitos anos. Essa pessoa pode se surpreender ao constatar como até mesmo os menores atos que ela realizou serão recordados e valorizados pelo grupo. Expressões afetuosas e atos solidários provenientes desse indivíduo são preservados na memória coletiva do grupo e são objeto de gratidão por parte dos demais membros. Essa citação realçou a importância do reconhecimento e da valorização das ações de solidariedade, empatia e afeto dentro de um grupo, destacou como essas atitudes podem deixar uma marca duradoura na memória coletiva, fortalecendo os laços sociais e o senso de pertencimento. Nesse aspecto a lembrança que cada um dos entrevistados tem de Dom Adriano passou por consideração, afeto e admiração. Cada membro lembrou de gestos de coragem, de generosidade, do trabalho e do

amor que o bispo tinha para com todos eles. Para a entrevistada Lúcia Souto, por exemplo, o bispo foi uma figura muito marcante e um aspecto que chamou muito a atenção dela foi o cabedal cultural que Dom Adriano demonstrava ter. De acordo com as palavras de Lúcia Souto, Dom Adriano

Ele era de uma sabedoria imensa. E ele transmitia essa sabedoria. Nos gestos dele tinha uma simpatia, ele tinha uma capacidade de escuta, ele tinha uma animação, entendeu? E era uma pessoa extremamente corajosa.

A admiração dos entrevistados por Dom Adriano aumentou muito após o episódio do seu sequestro, pois a conduta corajosa que o bispo assumiu foi admirável. Lúcia Souto disse que todos esperavam que ele sairia muito destruído daquela violência, mas, ao contrário, ele saiu inteiro e afirmando a todos os que o cercavam e aos jornais e revistas que seus algozes não iriam intimidá-lo. Para Lúcia Souto, essa atitude do bispo foi muito marcante para todos que conviviam com ele ou não. Segundo ela, depois de uma sessão de tortura, sair dizendo que não tinha medo e afirmar que continuaria a luta da sua igreja com o povo era de se admirar.

A entrevistada lembrou que a atuação do bispo nas lutas sociais foi fundamental, ela citou sua ajuda na luta dos conjuntos habitacionais de Nova Iguaçu que foi decisiva. Dom Adriano ajudou em uma negociação para que moradores inadimplentes não fossem despejados de suas residências. A postura combativa de Dom Adriano estava relacionada com sua filosofia religiosa que seguia os preceitos da Teologia da Libertação. Muitos membros da Igreja Católica naquele momento eram adeptos de tal filosofia, mas isso não significa dizer que havia uma unanimidade dentro da Instituição. Dom Adriano tinha consciência de que havia uma divisão ideológica dentro da Igreja, em suas palavras, “Em nossa situação concreta, acho lamentável (...) que cristãos e católicos (...) condenem o nosso esforço pastoral como oposição, como atividade subversiva, como fruto de ideologia marxista” (D. ADRIANO, 1981, p. 56).

Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, a Igreja Católica passou por rupturas internas, e o bispo Dom Adriano teve que lidar com oposição tanto dentro quanto fora da instituição. Segundo o jornalista Fernando Molica (2014), a Igreja se dividiu nesse contexto entre bispos progressistas e conservadores. De um lado, estavam os bispos progressistas, como Dom Aloísio, seu primo Ivo Lorscheiter e o arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, que defendiam atitudes mais abertas e comprometidas com a luta pela

justiça social. Do outro lado, encontravam-se os conservadores, representados por Dom Eugênio Salles, que mantinha uma conduta mais alinhada com os valores conservadores e tradicionais da Igreja. Essa divisão refletia diferentes visões sobre o papel da Igreja diante das violações dos Direitos Humanos e da repressão promovida pela ditadura. Dom Adriano, como bispo de Nova Iguaçu, enfrentava desafios decorrentes dessa divisão, precisando conciliar sua atuação pastoral com as pressões e resistências advindas desses diferentes posicionamentos (KRONEMBERGER, 2018).

As atitudes de Dom Adriano foram constantemente citadas nas entrevistas produzidas nesta tese. O padre Matteo, por exemplo, sobre a reação de Dom Adriano após o seu sequestro e tortura, assim como Lúcia Souto, informou que “ele sai inteiro e dizendo: ‘Se pensam que vão me intimidar’”. Para o padre Matteo, com essas palavras Dom Adriano estava querendo dizer que não tinha medo e continuaria a lutar ao lado do povo. O padre Matteo também se referiu a uma lembrança muito marcante que ele tinha do bispo de Nova Iguaçu, que era justamente a luta pelos conjuntos habitacionais. Mas o padre Matteo também falou que quando ele e outros padres jovens chegaram a Nova Iguaçu, ainda havia na cidade muitos padres idosos e bem tradicionais, e o Dom Adriano tinha muito respeito por esses padres, que era muito amigo deles e que nunca os pressionou para que tomassem atitudes progressistas, que o bispo, “deixava realmente as coisas amadurecerem”. Outro entrevistado, o padre Bruno, disse que aprendeu muito com Dom Adriano e afirmou que

Ele gostava de visitar as paróquias e de ouvir, escutar, e ele fazia isso. Por exemplo, às vezes a gente ficava até chateado, dizíamos assim, porque ele marcava a reunião lá na Cúria às 15h, imagine. Porque isso era quase todo o dia à tarde a gente tinha reunião. Mas a primeira atitude quando Dom Adriano chegava na Cúria era atender os pobres e eles faziam fila e ele escutava um por um. Atrasava a reunião, mas ele ficava escutando um por um. Porque ele tinha uma grande capacidade também não só de escutar em si, mas também de depois reproduzir nos escritos dele tudo, transmitir realmente aquela sabedoria popular que ele ia aprendendo com o povo. É, a gente, claro, depois ele dava atenção, era muito humano, mas a prioridade era primeiro atender os pobres. E isso era todo dia praticamente.

Essa disposição em ouvir e acolher demonstra a grande habilidade de Dom Adriano em escutar, ele assimilava o que ouvia e reproduzia em seus escritos a sabedoria popular e as experiências vividas pelo povo. Essa interação constante com as pessoas era uma prática diária para Dom Adriano, evidenciando sua dedicação em atender às necessidades dos mais pobres e transmitir sua mensagem de solidariedade. Embora ele desse atenção a todos

posteriormente, sua postura inicial sempre era voltada para os mais pobres, revelando seu compromisso com a justiça social e os valores da dignidade humana.

O bispo escutava as histórias das pessoas mais simples e as reproduzia na escrita, esse era um método de trabalho, o mesmo método utilizado nesta tese, a metodologia da História oral. Ele se preocupava em deixar em escrita alfabética a sabedoria que ele ouvia do seu povo. A relação de Dom Adriano com as pessoas mais simples foi muito destacada em vários trechos de quase todas as entrevistas produzidas neste trabalho, essa relação estava para além de atitudes paternalistas, o bispo estava disposto a trabalhar junto com o povo para mudar as suas condições materiais de sobrevivência, e para isso trabalhava em várias frentes dos movimentos sociais.

Além da sua luta junto ao povo pelos conjuntos habitacionais, a entrevistada Lúcia Souto contou que foi falar com Dom Adriano para saber se a Igreja toparia fazer um convênio com o Instituto Nacional de Previdência Social (INAMPS), pois a demanda da população local por atendimento médico era grande, e com o convênio eles teriam mais recursos para contratar mais profissionais, ter apoio técnico e suporte para fazer formações e montar mais postos de saúde na cidade. Segundo a entrevistada:

Dom Adriano topou. Dom Adriano era ousado. Ele topou. Ele disse assim: 'vamos fazer sim, o povo precisa'. Não mediu esforços de viabilizar e aí foi feito um convênio Caritas¹³-INAMPS¹⁴. Esse convênio Caritas-INAMPS, ele foi tão bacana, porque também depois houve a contratação de agentes de saúde, comunitários, de endemias. Os primeiros agentes da dengue que foram contratados na Baixada foram via Caritas, para combater a dengue.

Segundo a entrevistada, Dom Adriano prontamente aceitou o desafio de estabelecer uma parceria entre a Caritas e o INAMPS para atender às necessidades de saúde da população. Sua resposta foi um firme "vamos realizar sim, o povo necessita". Ele não hesitou em viabilizar a parceria mencionada, que foi uma iniciativa extremamente bem-sucedida e considerada altamente positiva. Além de promover a cooperação entre as duas instituições, a parceria resultou na contratação de profissionais de saúde. Essa medida foi crucial para

¹³ Caritas Diocesana – Ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que se preocupa com promoção e atuação social e da defesa dos Direitos Humanos.

¹⁴ INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – Precedeu o Sistema Único de Saúde (SUS) e foi extinta em 1933.

combater a dengue e outros problemas de saúde na região. Essa iniciativa demonstra o comprometimento e a visão abrangente de Dom Adriano em relação às necessidades da comunidade.

A combatividade e a coragem de Dom Adriano também foram mencionadas pelo entrevistado Nelson Nahon, quando esse relatou que em plena ditadura civil-militar no Brasil, o bispo autorizou quatro médicos não católicos a entrar na Caritas para fazer um trabalho de conscientização. Nelson Nahon demonstrou sua admiração por Dom Adriano, mesmo não tendo contato pessoal com ele, ficou sabendo, por meio de outros membros do grupo, sobre a generosidade do bispo e pelo seu casamento com a Dilceia, o qual foi realizado com a permissão de Dom Adriano, mesmo o Nelson não sendo católico e vivendo na clandestinidade. Nas palavras do entrevistado:

Eu considero Dom Adriano Hypólito um grande humanista. Grande. Democrata, humanista, de uma grandeza. E eu gosto de falar dele porque eu não conheço ele, não conheci ele.

Os contatos que Nelson Nahon teve com Dom Adriano eram de assistir a alguma reunião, ou pedir a ele para realizar alguma reunião. Segundo Bosi (1995), é importante reconhecer que grande parte das nossas recordações não é autêntica ou individual, mas sim construída por meio das interações e trocas que estabelecemos com outras pessoas ao longo do tempo. Nossas lembranças são influenciadas pelas histórias, perspectivas e experiências compartilhadas com outros indivíduos. A ideia central aqui é que as lembranças não surgem de forma isolada em nossa mente, mas são moldadas e enriquecidas por meio das relações sociais. À medida que nos relacionamos com outras pessoas, compartilhamos histórias, lembranças e vivências, que passam a fazer parte do nosso acervo de memórias. Nossas lembranças são influenciadas pelas narrativas coletivas, pelos relatos de outros sujeitos e pelos eventos compartilhados. Com o tempo, essas memórias se entrelaçam e se tornam parte integrante de nossa própria memória individual. Essa constante interação entre indivíduos contribui para a construção e transformação das nossas memórias ao longo da vida.

O grupo de entrevistados para este trabalho, entre outras pessoas que se dirigiram à Nova Iguaçu por questões políticas, se juntou aos antigos e novos moradores que chegavam cada vez com mais intensidade para compor a região e muitos construíram memórias juntos. Essa multiplicidade de pessoas, migrantes, antigos moradores e perseguidos políticos resultou na revitalização de antigos movimentos sociais da região e criação de novos. Os entrevistados

para este estudo representam uma amostra desses indivíduos que se dirigiram à região de Nova Iguaçu, motivados por razões econômicas, políticas ou religiosas. A diversidade de migrantes contribuiu para a formação de uma comunidade heterogênea e dinâmica e a chegada desses novos residentes, muitos dos quais buscavam abrigo ou oportunidades na região, trouxe também uma variedade de experiências e perspectivas.

Os moradores antigos viram-se imersos em um contexto de transformação e renovação, impulsionado pelas constantes chegadas de pessoas com histórias de vida e lutas diversas. Essa interação entre os migrantes e os moradores locais possibilitou a troca de conhecimentos, experiências e estratégias de mobilização social. A criação de novos movimentos foi uma resposta à necessidade de enfrentar os desafios e atender às demandas específicas daquele contexto social em transformação. Essa combinação entre os moradores resultou em uma comunidade engajada, ativa e comprometida com a busca por justiça social. A diversidade de experiências e trajetórias individuais enriqueceu a vida comunitária e fortaleceu os esforços coletivos para enfrentar desafios sociais e promover mudanças.

2.2 Dilemas e especificidades dos movimentos sociais em Nova Iguaçu: Uma abordagem contextualizada

Silva (1993, p. 7), explorou a relação entre um grupo de indivíduos que poderia ser identificado como uma "vanguarda" e os habitantes da região. De acordo com o autor, essa relação deveria ser compreendida como um processo político-educativo e educativo-político, ou seja, uma interação na qual tanto a política quanto a educação desempenham papéis significativos. A existência dessa relação sugere a presença de uma dinâmica entre a vanguarda e a base-massa. No entanto, ao analisar as relações dentro desses movimentos, o autor observou que o processo é dialético, ou seja, há uma troca de influências e aprendizados mútuos, e não se trata de um modelo unilateral de contra hegemonia popular. Isso significa que a ação política e educativa adotada nesses movimentos sociais tinha um caráter formativo e de aprendizagem, influenciando tanto os militantes quanto os habitantes da região. A ideia de pedagogia aqui, não se restringe apenas à transmissão de conhecimentos, mas também abrange a formação da consciência, da promoção da participação política e a transformação social.

No momento histórico em que Silva (1993, p.8) desenvolveu a sua pesquisa, segundo ele próprio, havia no Brasil uma impressão de que os movimentos populares, sindicais e

partidários de projetos socialistas, faziam uma diferença entre “vanguarda-base-massa trabalhadora”, o que, teoricamente, resultava em uma falta de mobilização dos trabalhadores que se faziam surdos diante de discursos políticos distantes de suas realidades. De acordo com Silva, seu estudo encontrava

com uma questão das mais polêmicas da luta popular pela hegemonia social, por uma sociedade alternativa. Historicamente poucos estudiosos ousaram enfrentar esta questão para tentar compreendê-la e buscar caminhos para a sua superação. Marx, em “A ideologia Alemã”, criticando o socialismo idealista burguês, e Gramsci são exceções. Anteriormente, ao tratar desta questão, as análises se ativeram muito ao nível geral, idealista, com pouca vinculação ao concreto, ao real (SILVA, 1993, p. 8) (Grifos do ator).

O trecho em análise discute a controversa temática da luta popular pela hegemonia social e por uma sociedade alternativa. O autor ressaltou que, ao longo da história, poucos acadêmicos tiveram a coragem de confrontar esse assunto, compreendê-lo e encontrar maneiras de superá-lo. No entanto, Marx, em sua obra "A ideologia Alemã", ao criticar o socialismo idealista burguês, e Gramsci são exceções, ou seja, foram estudiosos que se dedicaram a analisar e propor soluções para essa questão. O autor também mencionou que, anteriormente, as análises sobre esse tema eram predominantemente abstratas e idealistas, distantes da realidade concreta. Isso indica que os acadêmicos tratavam a questão de forma teórica, desvinculada das condições práticas em que a luta pela hegemonia social ocorre. Portanto, o autor enfatizou a importância de abordar esse assunto de forma concreta e contextualizada, levando em consideração as particularidades e os desafios enfrentados no contexto das lutas populares e da busca por uma sociedade menos desigual. Silva (1993) discutiu os movimentos urbanos dos anos de 1970 e 1980 em Nova Iguaçu e indicou que o seu trabalho buscou resgatar

a memória de um Movimento Social real, concreto, o Movimento de Amigos de Bairros de Nova Iguaçu (MAB), Movimento Social Urbano com expressão significativa no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 70 e 80 (SILVA, 1993, p. 8).

Pretendendo algo diferente de Silva (1993), este trabalho não objetivou “resgatar a memória de um movimento social real”, mas sim se aproximar de alguns movimentos sociais por meio das memórias dos entrevistados que, mesmo vindo de fora da cidade e com claras intenções políticas na região, reconheceram o protagonismo do povo da Baixada Fluminense em vários movimentos, e que juntos se tornaram um grande movimento social urbano com

contornos rurais, pois também registrava movimentos reivindicatórios de terra, de repercussão nacional.

Silva (1993, p. 8 e 9) fez um estudo sobre o Movimento de Amigos de Bairro de Nova Iguaçu entre os anos de 1974 e 1992 e apresentou a união das forças democráticas de esquerda com a Igreja adepta da Teologia da Libertação na construção do movimento social e defendeu a ideia de que seu trabalho apresentou a dificuldade desse movimento de bairros em dar respostas aos problemas políticos que surgiram no período analisado, causados por mudanças conjunturais no país, como “a Abertura Política, a Nova República e o neoliberalismo colorido”. Situações que, para o autor, fizeram parte do “processo político-educativo”, e que em Nova Iguaçu houve dilemas, na então chamada pelo autor de relação “vanguarda-base-massa.” As tensões apontadas pelo autor apareceram em alguns trechos das entrevistas feitas para este trabalho, mas não se configuraram na fala dos depoentes problemas graves que pudessem comprometer o andamento da luta, a não ser no final do ápice da movimentação, quando da chamada “redemocratização”, quando as orientações políticas das lideranças do movimento começaram a aparecer ou desaparecer. Vale a pena destacar uma tensão pessoal relatada pela entrevistada Dilceia Nahon. Ao falar do seu casamento com o Nelson Nahon, a entrevistada informou que seu casamento passou por algumas dificuldades, mas que a situação ficou complicada quando o Nelson desistiu da militância, segundo ela:

Esse é um outro problema que as mulheres militantes sofrem. Porque mesmo o companheiro, marido sendo militante, se ele não tiver a militância mesmo, mesmo ele sendo de esquerda, ele é de esquerda até hoje (...) só não milita mais, aquela militância de 24 horas que ele tinha, ele deixou de ter, aí obviamente me sobrecarregou mais, porque nós éramos duas lideranças importantes do partido na cidade de Nova Iguaçu até a década de 1990.

O depoimento acima abordou um desafio enfrentado por Dilceia, que destacou que houve uma diferença significativa na relação deles com a militância, pois se eles não estiverem ativamente envolvidos juntos como quando iniciaram as atividades, se eles não estiverem mais tão engajados, os dois na mesma intensidade, há o desgaste. Isso acarretou uma sobrecarga para a Dilceia, que já exercia uma liderança importante dentro de um partido político, na cidade de Nova Iguaçu. Tal situação traz uma reflexão sobre a transformação das relações e enfatiza o enfraquecimento político de algumas lideranças e o enfraquecimento de alguns movimentos. O próprio casal acabou discordando quanto à continuidade do trabalho junto aos movimentos sociais. Dilceia informou que a cidade de Nova Iguaçu era muito

grande, e que os movimentos sociais de mulheres e de bairro eram um serviço bem puxado e ela ainda organizava o partido na região, o que, segundo as suas palavras, faz até os dias atuais, mas com menos intensidade. Mas,

naquela época, você tinha as bases, o que o PT criou depois chamando de núcleos. O partido comunista eram os organismos de base, então você tinha bases espalhadas por vários bairros, então era uma doideira, o que começou a dificultar, porque ele não queria militar mais, ele passou a ter todos os finais de semanas livres, achava que a mãe tinha que acompanhar também, entendeu? Então ele não queria mais ir para casa dos pais dele no domingo duas horas da tarde, ele queria ir no sábado à noite, dormir e pegar a praia de manhã com as crianças e era justo. A irmã que morava em São Paulo vinha para Rio e queria ficar com a irmã, ele se desgostou, ele falou "a revolução que eu acreditei", desde quando ele começou a militar em 68, "que eu acreditei, que eu lutei esses 30 anos, ela não vai chegar", trinta não, vinte, porque foi em 88, 88-90 que ele começou, na época a gente dizia desbundar (risos) (Grifos meus).

As palavras acima revelam a vivência de Dilceia em relação à militância. Ela descreve como, naquele momento, as bases políticas estavam organizadas, mencionando os grupos formados posteriormente pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e os órgãos do Partido Comunista. Existiam bases espalhadas por diferentes bairros, o que era considerado uma situação difícil. Esse depoimento retrata as transformações pessoais e a desilusão que podem ocorrer ao longo do tempo em relação à militância política, revelando a complexidade das motivações e mudanças individuais dentro de um contexto de engajamento político de longo prazo. Há um fator muito importante para destacar nessa história de desencanto de Nelson Nahon com as suas convicções políticas e a sua relação com a Dilceia, pois quando eles se conheceram ele era quem vivia na clandestinidade e a conheceu nessa condição, e ela militava na Baixada, junto à Igreja. Ela segue na política até os dias atuais, mas ele não, apesar de ainda ser combativo e participar de organizações profissionais.

Na análise de Silva (1993, p. 9 e 10), o movimento social urbano, constituído na realidade material do povo de Nova Iguaçu, não completou o seu processo em grande parte devido às suas lideranças, do que ele chamou de “descaminhos da esquerda”. De acordo com o autor, a análise do MAB descortina uma compreensão acerca dos movimentos sociais no Brasil. Para o autor, essa generalização é possível sob o ponto de vista do cenário político que se desenhou no Brasil nos pós 1964, mas ele reconheceu as particularidades de cada movimento nas esferas sindical, popular e partidária. Este trabalho discordou dessa generalização apresentada por Silva (1993) e insistiu na apresentação das especificidades de cada movimento social, respeitando os sujeitos envolvidos, suas subjetividades, suas

necessidades materiais e, no caso da região de Nova Iguaçu, levou-se em consideração a extrema violência que circundava os moradores, ameaçados não apenas por conservadores da extrema direita, como pelos Esquadrões da Morte, pelo terrorismo do medo da violência física, das chacinas e dos extermínios.

2.3 A Formação do Movimento de Amigos de Bairro (MAB) em Nova Iguaçu: O Papel da Igreja Católica, dos médicos sanitaristas e a articulação político-pedagógica

De acordo com Silva (1993, p. 26), a cidade de Nova Iguaçu era predominantemente habitada por trabalhadores migrantes sem qualificação. Em de 1980, mais de metade da população era composta por migrantes em busca de melhores condições de vida, mas frequentemente se encontravam em empregos não especializados. Eles uniram forças para exigir serviços públicos adequados, já que o crescimento populacional superava a capacidade de oferta desses serviços. Silva (1993) apresentou os seguintes dados:

Em 1980, 55,5% do total da população era composta de migrantes. De 374 mil pessoas na força de trabalho, em 1980 76 mil estavam na indústria; 155 mil em serviços, 54 mil na construção civil, 48 mil no comércio e 19 mil no setor público (IBGE, Censo 1980 *In* SILVA, 1993, p. 26).

Os migrantes iam para a região em busca de uma vida melhor do que aquelas que eles levavam em suas cidades originais, mas quando chegavam na cidade grande, sem qualificação, acabavam se sujeitando aos vários trabalhos que não requeriam formação especializada. Essas pessoas se uniram em torno de reivindicações para atender às necessidades básicas de uma população que crescia cada vez mais, mas os serviços urbanos oferecidos pelo poder público não acompanharam esse crescimento. A luta por melhores condições de vida material não se restringia apenas aos migrantes, pois ainda de acordo com Silva, 1993, p. 27 e 28), “A população de Nova Iguaçu tem uma certa tradição de luta pela obtenção de serviços urbanos”. Em 1945 houve algumas tentativas de organização da população com o objetivo de reivindicar serviços urbanos e as primeiras associações de bairro ocorreram em 1950. Entre os anos de 1958 e 1964, havia um clima favorável ao debate político no Brasil e foi nesse momento que os movimentos de bairros se expandiram, movimentos como: Associações Pró-Melhoramentos de Bairro e Centros Pró-Melhoramentos de Bairros. No ano de 1960, após um Congresso dos Centros Pró-Melhoramentos de Nova Iguaçu, o MAB surge como o Primeiro Congresso do Movimento de Amigos dos Bairros de Nova Iguaçu. É importante destacar que este Congresso mobilizou outras associações de bairros e alcançaram algumas concessões da Prefeitura.

De acordo com Silva (1993), havia um partido à frente de toda essa movimentação e era o Partido Comunista do Brasil (PCB), em um momento anterior a sua subdivisão, em 1962. No dia 22 de julho de 1991 Silva (1993), entrevistou Bráulio Rodrigues, que foi uma grande referência na luta dos movimentos sociais de Nova Iguaçu e um dos organizadores do I Congresso de Fundação do MAB. No relato de Bráulio, os Centros Pró-Melhoramentos que existiam na cidade de toda Nova Iguaçu não apresentavam as mesmas peculiaridades do MAB, uma vez que eram mais reivindicatórios e apresentavam pouca politização, quando havia algum sinal de politização esta era exercida pelos membros do Partido Comunista.

Houve uma grande movimentação social em Nova Iguaçu no período que antecedeu o golpe civil-militar, que prendeu os principais líderes e desarticulou os movimentos já consolidados. Sobre isso, Silva (1993, p. 29) afirmou que com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), a repressão militar aos movimentos sociais foi intensificada, “principalmente ao *foquismo*, às guerrilhas de 1967 e 1968 e aos movimentos estudantis” (SILVA, 1993, P. 29). O autor ainda destacou que muitos líderes de movimentos sociais foram morar na Baixada Fluminense, que seriam casos parecidos com os de algumas das pessoas entrevistadas para este trabalho.

Nesse cenário, a Igreja Católica já atuava por meio da Caritas Diocesana que, segundo Silva (1993, p. 31 e 32), até o ano de 1969, estaria mais ligada às políticas assistencialistas, “inclusive com distribuição de alimentos vindos da América do Norte”. Nesse ponto do trabalho de Silva (1993), ele lançou mão de uma entrevista que fez com o padre Matteo Vivalda (*In Memoriam*). Na ocasião, o padre Matteo informou a Silva (1993) que com a chegada de Dom Adriano, a Baixada Fluminense se transformou e a própria Igreja local concluiu que o caminho do assistencialismo não era o caminho que eles deveriam seguir (Entrevista Matteo Vivalda, 27/03/92). Teria sido a partir de então que a Igreja começou a canalizar os seus esforços para a promoção do Movimento de Integração Comunitária (MIC) e do Clube de Mães, grupos que iniciaram um trabalho social, com forte participação das mulheres e das comunidades. Isso teria ocorrido no início da década de 1970 indicou que algumas especificidades desse processo em Nova Iguaçu deveriam ser analisadas, tais como:

A prefeitura e a ARENA local são particularmente desacreditadas, especialmente a partir da década de 70, em parte devido ao movimento de bairros. A prefeitura mantém-se indiferente (...) mas a Igreja é sua maior aliada (SILVA, 1993, p. 32 e 33).

Enquanto a prefeitura foi descrita como apática em relação ao movimento dos bairros, a Igreja Católica é apresentada como uma forte aliada dos moradores. A Igreja estabelecia uma parceria mais estreita e agia em favor das demandas da comunidade. Isso indicaria uma dinâmica política na qual a Igreja desempenhou um papel significativo na luta por melhores condições de vida. O autor destacou, em outra parte de seu trabalho, que, ainda nesse período, o movimento de bairros era tímido, contando com pouco engajamento e buscando obter benefícios materiais necessários à sobrevivência imediata. Não havia ainda uma articulação entre esses movimentos de bairros e questões políticas nacionais. Situação que se transformará a partir da segunda metade dos anos de 1970, a partir do período da chamada “abertura política”. Foi nesse período da História do Brasil que houve o ressurgimento das mobilizações populares em Nova Iguaçu. Sobre isso, Silva (1993, p. 34) desenvolveu a ideia de que o aumento da participação política do Movimento de Bairros em Nova Iguaçu teve seu início no ano de 1974, quando dois jovens médicos (Antonio Ivo e Anna Leonor) iniciaram um trabalho voltado para a saúde do povo dessa cidade, mais especificamente, em um bairro afastado do centro, o bairro Cabuçu. Por meio dos depoimentos recolhidos para esta tese, os nomes dos jovens Antonio Ivo e Ana Leonnor apareceram diversas vezes, indicando sempre o pioneirismo dos dois na questão da saúde em Nova Iguaçu. Infelizmente não foi possível entrevistá-los, pois a Ana Leonnor estava muito ocupada com a comemoração do que seria o centenário de sua mãe, Fayga Ostrower, uma premiada artista plástica brasileira nascida na Polônia, e Antonio Ivo, tão citado pelos depoentes, adoeceu e faleceu durante a pandemia. Não foi alcançado contato algum diretamente com eles.

Citando Scott (1988), Silva (1993), indicou que no começo o casal atendia quase que de forma gratuita e ofereciam cursos relacionados às questões de saúde. Não obstante, segundo Silva (1993), com o tempo os médicos foram percebendo que havia limites para o desenvolvimento dos seus trabalhos na região. As ações médicas deles não eram suficientes para atender aquela população subnutrida que convivia sem saneamento básico, sem coleta de lixo, com esgotos abertos. Dessa forma, os médicos passaram a considerar a possibilidade de organizar a população para mudar essas condições.

Diante dessa necessidade de organização do povo, que foi observada pelo entrevistado de Silva (1993), Carlos Trigo, mas que era uma percepção comum entre os sujeitos envolvidos nos movimentos, que, de acordo com Silva (1993, p. 35), no começo do ano de 1975 a Caritas Diocesana, que pretendia avançar a sua atuação junto aos ambulatórios

paroquiais, contratou mais dois médicos (Lúcia Souto e José Noronha) para desenvolver o *Programa de Higiene Materno-Infantil* no Centro Social de Cabuçu. Os dois contratados em 1975 foram entrevistados neste trabalho.

Silva (1993) afirmou que foi por meio da questão da saúde, que em um período em que ainda vigorava o AI-5, durante a repressão, que a Igreja Católica de Nova Iguaçu recebeu e respaldou a atuação de médicos que desejavam realizar um trabalho na área da saúde que fosse para além de práticas assistencialistas. Contudo, nas entrevistas foi possível constatar que esses médicos desejavam pôr em prática um trabalho social com objetivos políticos, atrelados ao Partido Comunista.

No trabalho de Silva (1993), o entrevistado Ugo Paiva afirmou que o ambiente político no Brasil a partir da segunda metade da década de 1970 foi muito importante para a organização do MAB, e o espaço aberto pela Igreja Católica para os médicos fundadores do Movimento trabalharem em Nova Iguaçu, legitimou a presença e o trabalho deles, cerceados pela ditadura civil-militar. Sob a perspectiva de Silva (1993):

A contratação dos médicos sanitaristas significa para a Igreja de Nova Iguaçu um salto qualitativo em sua linha pastoral. A Igreja, sensível à necessidade de organizações de origem popular, de instrumentos de luta do povo, reforça sua prática de "conscientização" (SILVA, 1993, p. 35) (Grifos do autor).

Essa citação enfatizou a relevância da contratação dos médicos sanitaristas pela Igreja de Nova Iguaçu como um passo adiante e significativo em sua abordagem pastoral. O autor destacou que a Igreja, ao reconhecer a necessidade de organizações populares e de ferramentas de luta para o povo, fortaleceu a sua prática de "conscientização". Isso significa que a contratação dos médicos sanitaristas representou uma mudança positiva na atuação da Igreja, que passou a se envolver de forma mais ativa com as demandas sociais e políticas da comunidade. A prática de "conscientização" mencionada, indica um esforço de despertar consciências e engajar as pessoas, estimulando-as a refletir criticamente sobre sua realidade e buscar transformações sociais.

Essa perspectiva de Silva (1993) foi destacada em diversos momentos nas entrevistas realizadas neste trabalho, principalmente pelos médicos entrevistados que enfatizaram os seus objetivos políticos atrelados aos seus trabalhos em Nova Iguaçu. De acordo com Silva (1993, p. 35 e 36), a ideia do MAB constava nas reuniões dos grupos pastorais que faziam parte da assessoria de Dom Adriano. Foi o entrevistado de Silva (1993), Ugo Paiva, quem afirmou

que havia uma ideia comum de que seria necessária uma organização popular autônoma de “Amigos do Bairro” e de que os membros da Igreja Católica e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) estariam encarregados de encontrar um espaço e um meio de luta junto com os moradores. Nesse sentido, Silva (1993, p. 36) insistiu na ideia de que não seria possível compreender o quanto a Igreja Católica de Nova Iguaçu ajudou nas reorganizações dos movimentos sociais dos anos de 1970 e 1980, concentrando-se apenas na hierarquia eclesiástica. Para o autor, as atividades progressistas das organizações de base foram fundamentais para a fundação do MAB. O autor deixou claro que houve uma relação prática da Igreja com o MAB, concretizada como apoio financeiro e com estruturas disponibilizadas para esse Movimento. Sobre isso, o padre Matteo Vivalda, em entrevista concedida ao pesquisador Silva (1993), afirmou que:

O elemento religioso não é que aparecesse com clareza, apesar da gente descobrir que a motivação dos nossos agentes fosse religiosa e não ideológica. Ao contrário, aqueles que vinham de fora, a gente percebia que tinha uma motivação ideológica e respeitavam a religiosidade do povo.

No excerto acima, o padre Matteo afirmou que, embora alguns agentes envolvidos nos movimentos sociais fossem motivados pela religião, essa motivação não era expressa de forma direta. Por outro lado, ele observava que aqueles que os indivíduos que não faziam parte da comunidade local, demonstravam uma motivação mais explicitamente ideológica. Para o padre Matteo os agentes das comunidades de base poderiam agir por motivação religiosa, mas os que ele dizia que “vinham de fora”, e esse poderia ser até mesmo o caso dele, que veio da Itália. Entende-se a situação do padre Matteo e de outros padres que agiam ideologicamente embasados pela fé em uma religião de libertação. O padre Matteo não se considerava como alguém que havia vindo de fora, pelo menos não se via como aqueles intelectuais, os quais ele admirava. Na continuação da entrevista que ele deu para Silva (1993, p. 37), afirmou que os intelectuais já foram para Nova Iguaçu comprometidos com as causas sociais e populares, e que foram importantes para a Igreja dos pobres que necessitava de “lideranças capacitadas” para o trabalho nas comunidades. Para o padre Matteo, as comunidades locais tinham as suas lideranças e pessoas interessadas, mas essas eram pessoas muito simples. Essas pessoas, juntamente com a Igreja, seriam a base, e os intelectuais, as lideranças com conhecimento e dispostos a compartilhar esse conhecimento de movimentos sociais com a base. Entende-se aqui que o padre se referiu ao conhecimento político, pois o conhecimento é um conceito amplo que pode estar presente no intelecto da pessoa mais simples como nos grandes nomes da ciência política.

Outro entrevistado de Silva (1993, p. 37 e 38), o senhor Artur Messias, informou que no princípio do MAB havia uma diferenciação entre as lideranças relacionadas à Igreja Católica e as sem ligação com a Igreja. Para o entrevistado, quem era da Igreja tinha uma base bastante expressiva. Havia lideranças bem atuantes nos bairros, mas que não expandiam os seus trabalhos em nível municipal, essas apoiavam os líderes que se dedicavam ao MAB, pois acreditava-se que os grupos ligados ao MAB detinham um projeto social. Essa divisão interna do MAB de Nova Iguaçu foi um ponto relevante da discussão proposta por Silva (1993, p. 38). Segundo o pesquisador, essa divisão, que ele chamou de “mão-cabeça”, se manteve por muito tempo na história do MAB, o que, segundo ele, reforça uma situação de domínio da teoria sobre a prática, reproduzindo a divisão social do trabalho inerente ao sistema capitalista, no qual “uns pensam, outros executam”. Sob a perspectiva de Silva (1993), os entrevistados deste trabalho seriam a conhecida “vanguarda”, principalmente os médicos que se dirigiram para Nova Iguaçu com um projeto político, mas sem base. Nesse caso, o autor citou a Igreja não como vanguarda, mas como parte da base e sem projeto político definido. Dessas relações surgiu o Movimento de Amigos de Bairro (MAB) de Nova Iguaçu.

Em contrapartida, com base na sua entrevista com Ivo Lespaupin, em 1992, (Silva, 1993, p. 38 e 39), afirmou, que os médicos sanitaristas, por possuírem um projeto político, enfrentaram desde o início resistências na diocese, até mesmo da parte progressista do clero. Mas a franqueza do grupo ao deixar claro que não eram católicos, e contribuiriam com seus conhecimentos médicos e políticos, fez com que seus componentes mantivessem boas relações com Dom Adriano e boa parte do clero progressista da região. Essa boa relação foi várias vezes referenciada pelos entrevistados, todos reconheciam que Dom Adriano sabia que os médicos sanitaristas não eram católicos, mas não fazia disso um impedimento para que desenvolvessem seus trabalhos em Nova Iguaçu.

No trabalho de Silva (1993, p. 39 e 40), o entrevistado Carlos Minayo indicou que esse período foi muito importante, pois houve uma transformação. Até então, as bases dos movimentos eram, quase que totalmente, oriundas da Igreja e muitas pessoas demonstravam um certo receio dos intelectuais, de início. De uma certa forma, acabou por haver um entendimento entre eles, apesar do medo da chegada de pessoas com um discurso mais próximo ao Movimento Revolucionário 08 de outubro (MR-8). Ainda que as tensões tenham se estendido por muitos anos no MAB de Nova Iguaçu, essa desconfiança que Silva (1993)

chamou de “base da ala intelectual”, que seriam, entre outros, os médicos que se dirigiram da Zona Sul do Rio de Janeiro para Nova Iguaçu, o trabalho seguiu com força. Um outro entrevistado de Silva (1993, p. 40), Ugo Paiva, afirmou que a contribuição fundamental dos intelectuais para o surgimento do MAB, foi a capacidade que eles demonstraram de articulação. Os médicos Anna Leonor e Antonio Ivo principalmente, foram os principais responsáveis pela formação do MAB de Nova Iguaçu, articulando e somando à organização popular. A entrevistada Azuleicka Sampaio, que concedeu a entrevista a Silva (1993) informou que:

Existiam muitas lideranças populares por aí (...) Nível teórico que ajudavam o movimento a refletir, foram chegando, engrossando, o Nelson Nahon, a Dilceia Nahon, pessoas que também foram presas, perseguidas.

Em concordância com as palavras acima, seguiu esse trabalho que, anteriormente, apresentou a relação do médico Nelson Nahon com a professora Dilceia Nahon, casal que se separou posteriormente. Como já mencionado, na perspectiva de Silva (1993), além das intencionalidades na área da saúde, o Programa desenvolvido pela Caritas Diocesana em Nova Iguaçu, também tinha uma intenção “política pedagógica”. Silva (1993, p. 40 e 41) descreveu o desenvolvimento desse processo como um questionamento que partia da problematização de experiências compartilhadas pela comunidade em vários setores da vida material, prática com forte indicação de influência de Paulo Freire, que defendia que “Educadores e educandos são ambos agentes do processo”, de transformação da realidade e que esse processo não pode ser uma via de mão única e as ações pedagógicas devem partir das condições reais de todos os atores envolvidos no processo.

Sobre o viés partidário e ideológico dos médicos que foram trabalhar em Nova Iguaçu, é relevante destacar o fato de que, de acordo com Silva (1993), por meio de um trabalho assistencial na área da saúde, um projeto desenvolvido pela Caritas Diocesana, quatro médicos: Antônio Ivo, Anna Leonnor, Lúcia Souto e José Noronha (estes dois últimos entrevistados para este trabalho), iniciaram também um trabalho de conscientização política. Mas o entrevistado José Noronha, descreveu algo diferente:

Em Nova Iguaçu, quando eu mudei, quer dizer, quando eu saí, eu me desvinculei do PC do B. Eu me formei em 70 e praticamente em 71, quer dizer eu já não mantinha mais, mesmo em 70, no último ano da faculdade (...) Eu já não mais pertencia à base do partido, não frequentava (...) depois eu me desliguei muito (...) mas mantive vínculo de amizade, essa coisa toda, sou amigo deles (...) Mas eu, naquela época, eu não tinha militância partidária não.

No caso particular de José Noronha, a filiação partidária não existia mais oficialmente, mas seria ingenuidade não pontuar um caráter ideológico que, subjetivamente, existiria em sua atuação profissional e social em Nova Iguaçu. Nesse sentido, para Silva (1993), havia nitidamente uma intenção ideológica nos médicos, e foi justamente pelo discurso não claro da Igreja sobre suas intenções políticas e ideológicas que surgiram os primeiros conflitos entre a Caritas Diocesana e os agentes sanitaristas, que se viam confusos entre estarem contribuindo para a “promoção do homem”, ideia defendida pela Igreja mas que, para eles, poderia ser desde uma ação paternalista de distribuição de alimentos até uma conscientização política mais ampla. Essas questões sempre surgiam nos encontros entre as duas vertentes ideológicas das ações sociais. Segundo Silva (1993, p. 43), com o passar do tempo, esses encontros dos agentes sanitaristas com o pessoal da Caritas Diocesana foram surtindo resultados positivos por meio dos debates empreendidos. Então, a Caritas passou a publicar periodicamente um relatório desses encontros, essa publicação recebeu o nome de “Encontro” e tinha como objetivo

tornar públicos os encontros e disseminar as ideias. Com o tempo, esse relatório/boletim acaba se tornando o Jornal do Movimento de Amigos do Bairro (MAB) de Nova Iguaçu e, enquanto mantém a regularidade de publicação, exerce importante papel educativo-político e político-educativo dentro do Movimento (SILVA, 1993, p. 43).

Neste trecho, o autor explicou o processo de divulgação e difusão das ideias discutidas nas reuniões do Movimento de Amigos de Bairro (MAB) em Nova Iguaçu. Inicialmente, os encontros eram documentados em um relatório ou boletim, cujo propósito era tornar as discussões públicas e compartilhar as ideias debatidas. Ao longo do tempo, esse relatório progrediu e se transformou no Jornal do MAB. O autor ressaltou que o jornal mantinha uma frequência regular de publicação e desempenhava um papel fundamental tanto na formação política dos membros do movimento quanto na promoção da consciência política e social. Desse modo, o jornal funcionava como um veículo “educativo-político e político-educativo” dentro do Movimento de Amigos do Bairro, contribuindo para a conscientização e envolvimento dos participantes.

2.4 Dom Adriano e os Movimentos Sociais de Nova Iguaçu: Resistência, justiça e transformação

Convém destacar novamente, que no auge do crescimento das periferias brasileiras, a cidade de Nova Iguaçu estampava as manchetes dos jornais policiais com sua violência física,

suas chacinas, suas vítimas do Esquadrão da Morte. Essa cidade ganhou a fama que a acompanha até os dias atuais, contribuindo para que sua população, ainda hoje, seja alvo de preconceitos. Mas, nesse mesmo período, cresciam em Nova Iguaçu movimentos sociais urbanos organizados que, aos poucos, foram ganhando destaque no cenário regional e nacional. Toda essa movimentação girava muito em torno de realizações de serviços urbanos, mas, muitas vezes, contemplava objetivos políticos mais amplos. Esses movimentos, receberam da Igreja Católica da cidade um apoio importante para que pudessem se organizar, se estruturar e até ter apoio jurídico.

De acordo com Meneses (2010, s/p), Dom Hypólito nasceu em 1918, em Sergipe, e tinha o nome de Fernando Polito. Tornou-se franciscano em 1937 e em 1942 foi ordenado sacerdote em Salvador, na Bahia, onde se tornou bispo auxiliar da Arquidiocese após ter sido indicado a esse cargo quando do Concílio Vaticano II (1962 – 1965), do qual participou. Em Nova Iguaçu, Dom Adriano chegou como bispo, em 1966 e ficou até 1994, falecendo em 1996. Nessa cidade, como um seguidor da Teologia da Libertação, Dom Adriano desenvolveu uma pastoral voltada para os mais pobres e esteve envolvido em vários movimentos sociais, situação que fez com que ele ficasse conhecido nacionalmente, principalmente após ter sido sequestrado e torturado, em 1976. Dom Adriano foi muito vigiado e perseguido pelos órgãos de controle da ditadura, Esquadrões da Morte e até por uma parte conservadora da própria Igreja Católica. Além do seu sequestro e tortura, em 1976, há outros exemplos da constante perseguição a qual foi submetido, como os episódios ocorridos em 1979, nos quais algumas igrejas de Nova Iguaçu amanhecera pichadas com frases ofensivas ao bispo e uma bomba explodida na Catedral da cidade. Sobre seu sequestro, em 1978 falou o seguinte:

Eram seis homens e estavam armados com revólveres. Eles enfiaram um capuz na minha cabeça, me obrigaram a entrar num automóvel, arrancaram minhas roupas e passaram a chutar e pisar meu corpo. Eu estava certo de que iam me matar (...) preparei-me para morrer, enquanto meus sequestradores prosseguiram me submetendo a toda sorte de humilhações. Depois de esguicharem um spray de tinta vermelha sobre meu corpo, me abandonaram algemado e nu, numa rua escura de Jacarepaguá (DANTAS, 1978, p. 149).

Esse trecho expôs a violência e a brutalidade enfrentadas por Dom Adriano devido às suas atividades e posições políticas, ilustrando o nível de perseguição e opressão que ele suportou. Este foi um episódio que chamou a atenção da imprensa nacional, o que deu ainda mais destaque para o trabalho que ele realizava em Nova Iguaçu. Neste ponto, é importante

destacar que o bispo, apesar de toda violência sofrida, em sua passagem por essa cidade, sempre buscou justiça para a população local, que lidava em seu cotidiano com as violências estrutural e da delinquência. Nessa sua luta por justiça, o bispo esteve ao lado do povo, que reagia como podia às difíceis determinações impostas pelas condições de produção da vida material. Com a ajuda da Igreja os movimentos populares da região que, ora ocorriam de forma organizada, ora espontaneamente, ganharam expressão nacional nas décadas de 1970 e 1980, e incomodaram bastante os órgãos de informação da ditadura, como consta em relatório do Sistema Nacional de Informação de 29 de agosto de 1979:

A atuação da Diocese de NOVA IGUAÇU vem nos últimos meses atuando junto a vários segmentos da sociedade tendo à frente D. ADRIANO HIPÓLITO (...) com finalidades contestatórias e de incitamento de luta de classes.

Um de seus principais objetivos é induzir as camadas da população de mais baixa renda para uma aglutinação, em Associações (...) visando a consecução de seus objetivos como a casa própria, melhores salários, bem como, a arregimentação e conscientização de novos simpatizantes, contando para isto de amplas instalações (...) e com grande número de ativistas e doutrinadores bem orientados e treinados (SNI, 1979, p. 4).

Para a ditadura civil-militar, a atuação da Diocese de Nova Iguaçu, sob a liderança de Dom Adriano Hipólito, possuía um caráter social e político, visando mobilizar as camadas mais vulneráveis da população em busca de melhores condições de vida e conscientização política. O que, de fato era um dos objetivos da diocese. E o cerne deste trabalho está nesses “ativistas” e “doutrinadores” citados no documento. *Quem eram essas pessoas? Suas histórias pregressas. Como e por quê chegaram a Nova Iguaçu? O que pretendiam? Quais eram os seus papéis nos movimentos sociais da cidade? Como vivem e como pensam atualmente?* Foram produzidas entrevistas com pessoas que participaram dos movimentos sociais de Nova Iguaçu nos anos de 1970 e 1980, a fim de que as memórias dessas pessoas fossem analisadas e, dialogicamente, com discursos de Dom Adriano, com documentos oficiais e não oficiais, com a imprensa da época e com autores que versaram sobre o tema, foi construído um saber que objetiva contribuir com a discussão, já de décadas, sobre movimentos sociais urbanos, e manter a memória desses movimentos em Nova Iguaçu, trazendo novos elementos ou discutindo sob outras perspectivas a reconhecida luta desse povo nesse período. Outro objetivo foi investigar a identidade desses indivíduos, suas vivências prévias, e como e por que eles chegaram a Nova Iguaçu. Além disso, procurou-se compreender seus propósitos e o papel que desempenharam nos movimentos sociais da cidade. Enfim, o trabalho objetivou ouvir as pessoas que estiveram envolvidas nos

movimentos sociais, compreender suas motivações, suas realidades atuais e como percebem o passado e o presente. Também intencionou-se ampliar a compreensão sobre a relevância desses movimentos e suas contribuições para a realidade de Nova Iguaçu.

2.5 A transformação urbana na Baixada Fluminense: migração, crescimento demográfico e desenvolvimento precário

Esta parte do trabalho explorou a temática das mudanças urbanas e dos obstáculos sociais enfrentados em Nova Iguaçu. O texto enfatizou o rápido crescimento populacional na área, impulsionado pela migração. Destacou a falta de adequação da administração pública diante desse crescimento demográfico, resultando em infraestruturas precárias e em uma paisagem desordenada. O estudo também abordou as estratégias adotadas pelas prefeituras locais, como a flexibilização da ocupação de terras e a tolerância em relação a construções clandestinas. A valorização do solo e a escassez de infraestruturas adequadas foram discutidas como desafios enfrentados pela população da região.

Alves (2003, p. 62), quando discutiu a reincorporação urbana ocorrida na Baixada Fluminense com a chegada massiva de uma população de migrantes, sugeriu que os loteamentos e as modificações econômicas aconteceram segundo os modelos urbanos que ocorriam em todo o Brasil naquele período. O autor indicou que entre as décadas de 1930 e 1960 a modificação da paisagem da região foi uma das coisas que mais rapidamente se transformaram sob o impacto das mudanças demográficas e econômicas. Alves (2003) citou um estudo que indica que “em 1911, 84,5% do estado do Rio era coberto por matas. Em 1947, restava apenas 8% dessa cobertura”. Acerca do crescimento demográfico, “em 1950 havia 90.749 habitantes (...) registrando-se um crescimento de 305% na década” (SOARES, 1962, p. 180 Apud ALVES, 2003, p.62). Um crescimento demográfico dessa proporção precisaria de uma eficiente administração pública para atender às mais básicas necessidades humanas, todavia, o que se via em Nova Iguaçu era justamente o oposto de uma administração pública eficiente, mas sim ineficiente, oportunista e indiferente às necessidades da população que crescia vertiginosamente. (BELOCH, 1986, 33 Apud ALVES, 2003, p. 62 e 63) descreveu a situação específica da Baixada Fluminense, que saiu de 140.600 habitantes na década de 1940 para 891.300 entre as décadas de 1950 e 1960. O processo de chegada dos migrantes à Baixada Fluminense foi descrito da seguinte forma por Alves (2003):

Os fatores dessa atração, que carrega apenas 12,3% dos imigrantes que chegavam entre 1930 e 1950, para as favelas, como o restante se dirigindo para os subúrbios

(ABREU, 1988; 111), funcionavam de forma conjunta com a evasão dos pobres do centro carioca. As obras (...) partir de década de 30 (...) do Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense; a eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil, a partir de 1935; a tarifa ferroviária única no Grande Rio; a construção da avenida Brasil, em 1946 (...) e a abertura da rodovia Presidente Dutra, (em 1951, associavam às medidas de valorização das áreas centrais da cidade do Rio e à consequente expulsão dos mais pobres, destacando-se a construção da avenida Presidente Vargas, em 1944 (ABREU, 1988, 107, 109 e 115 Apud ALVES, 2003, p. 62 e 63).

Acima foram abordados os elementos que influenciaram a atração de migrantes para a Baixada Fluminense durante as décadas de 1930 a 1950. De acordo com Abreu (1988), citado por Alves (2003), apenas 12,3% dos imigrantes se estabeleceram em favelas, enquanto a maioria preferiu os subúrbios. Esse influxo de pessoas ocorreu simultaneamente à migração dos pobres do centro do Rio de Janeiro. Nesse período, várias obras e medidas foram implementadas. Essas ações estavam relacionadas à valorização das áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro e resultaram no deslocamento dos mais pobres, sendo notável a construção da Avenida Presidente Vargas em 1944.

O estado do Rio de Janeiro como um todo, recebeu investimentos públicos relevantes entre as décadas de 1930 e 1950. A região sudeste recebeu grandes investimentos nesse período e as grandes cidades se tornaram atraentes para pessoas de todo o Brasil se dirigirem para essa região em busca de melhores condições de vida, elevando sobremaneira o crescimento das favelas e dos subúrbios das principais cidades da região Sudeste. No estado do Rio de Janeiro, os pobres do centro da cidade do Rio de Janeiro se espalharam, e muitos se dirigiram para a Baixada Fluminense, quando essa região foi atendida, ainda que parcialmente, em alguns serviços estruturais básicos, como saneamento, eletricidade e transporte rápido. Outro cenário foi desenhado na paisagem da Baixada Fluminense, Alves (2003, p. 63) citando Soares (1962, p. 180-186), afirmou que para atender à demanda populacional por meio dos loteamentos, as prefeituras da região facilitaram o estabelecimento das pessoas em seus municípios, cobrando taxas mínimas para aprovação de plantas de obras, e fazendo “vistas grossas” para construções clandestinas. Tal situação assim é descrita por Alves (2003):

Entre as ferrovias e as rodovias principais e secundárias vai-se adensando uma poeira de construções. A formação longitudinal, margeando os trilhos, intimamente ligada ao baixo preço das passagens ferroviárias, vinte vezes mais baratas que as rodoviárias, vão dando lugar a uma ocupação transversal (SOARES, 1962, 172 Apud ALVES, 2003, p.64 e 65).

O trecho mencionou a ocupação e expansão urbana ao longo das vias férreas e rodovias na Baixada Fluminense. De acordo com Soares (1962), citado por Alves (2003), essa ocupação inicialmente seguia uma direção longitudinal, acompanhando os trilhos das ferrovias. Com o tempo, essa ocupação foi se transformando em uma direção transversal, expandindo-se além das linhas férreas. O crescimento urbano ao longo das ferrovias e rodovias resultou em uma concentração de edifícios ao redor dessas vias de transporte, formando uma paisagem caracterizada pelo aumento das construções. A ocupação transversal indica que os edifícios passaram a se espalhar para áreas adjacentes às vias de transporte, deixando de se restringir apenas à faixa longitudinal ao longo dos trilhos. Esse processo de ocupação transversal é influenciado pelo crescimento demográfico, a busca por moradias mais acessíveis e a expansão das redes de transporte na região.

Mesmo essa formação descrita pelo autor enfrentava limites impostos pelos altos preços dos terrenos mais próximos das linhas férreas e rodovias, preços altos inclusive para as indústrias se fixarem. Essa situação impulsionou o surgimento de núcleos urbanos mais afastados da estrutura de deslocamento pendular, em lugares mais afastados dos centros movimentados das cidades que concentravam multidões em suas estações de embarque de trens. Mas a prática e a facilidade das construções margeando as rodovias e as linhas férreas, explicam as construções inacabadas e mal distribuídas que se espalham pelo olhar dos visitantes da cidade de Nova Iguaçu, que veem a paisagem desordenada fora dos padrões dos bairros nobres das classes média e alta (ALVES, 2003, p. 64 e 65).

Nas décadas posteriores à de 1950, essa condição diminuiu, o que, dentro do pesquisado pelo autor, pode sugerir uma valorização do solo pela “diminuição da oferta em relação à demanda”, e também a queda no padrão de vida das pessoas que ali viviam. Mesmo assim, os preços ainda eram acessíveis para muitas pessoas em locais sem infraestrutura. Assim, apesar das restrições impostas pelos valores elevados dos terrenos nas proximidades das ferrovias e rodovias, surgiram aglomerações urbanas mais afastadas. (ALVES, 2003, p. 64).

2.6 Espaços divididos, lutas invisíveis: Reflexões sobre a formação social da Baixada Fluminense e a segregação urbana no Rio de Janeiro

Esta parte do trabalho abrangeu a complexidade da formação social da Baixada Fluminense, desde a relação com a cidade do Rio de Janeiro até as transformações na região,

passando pela marginalização da população e pela violência como problema central. A análise buscou explorar as nuances dessas questões e apresentar uma visão abrangente da história da região, de sua formação social e as questões urbanísticas históricas. A divisão geográfica econômica do Rio de Janeiro foi mencionada, com bairros distintos para diferentes classes sociais e uma periferia que fornece mão de obra. Essa divisão espacial reflete a segregação social, onde os habitantes da periferia são bem-vindos para trabalhar durante o dia, mas não são bem aceitos em espaços sociais e culturais da classe média e alta. A partir desse contexto, foram levantadas questões sobre as políticas urbanísticas do Rio de Janeiro, a invisibilidade dos moradores da Baixada Fluminense e a formação de uma cultura de luta e resistência. O texto abordou a chegada de migrantes à cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, os estigmas associados às "classes perigosas" e a perseguição à população negra que, marginalizada, foi empurrada para os morros e subúrbios, buscando escapar da discriminação. O crescimento demográfico desordenado e as migrações, contribuíram para a formação da gigantesca periferia da Baixada Fluminense. A falta de investimento em infraestrutura e o desequilíbrio no crescimento estrutural resultaram em conflitos sociais, sendo a violência uma consequência inevitável.

Uma discussão sobre a formação social do povo da Baixada Fluminense deve observar as suas relações econômicas com a formação social da cidade do Rio de Janeiro. Por isso, pensar a lógica de ocupação dos espaços do Rio de Janeiro e suas questões urbanísticas históricas se faz necessário. A cidade do Rio de Janeiro possui, em grande parte, divisões internas bem definidas, bairros residenciais de classe média, regiões comerciais, industrializadas e uma gigantesca periferia para o fornecimento de mão de obra para o funcionamento da cidade. Nessa divisão geográfica econômica, deve-se destacar a divisão espacial, que distancia as regiões mais pobres dos bairros onde habita a classe média. Tal situação é facilitada pelo precário sistema de transporte nos dias úteis da semana, os bairros que abrigam as pessoas abastadas e os centros comerciais e industriais recebem da periferia seus trabalhadores, mas a estadia desses nas "noites cariocas" e nos finais de semana não é bem-vinda. A classe média carioca não deseja dividir os seus espaços com os pobres das periferias e/ou moradores das comunidades que cresceram ao redor desses bairros, a menos que, os pobres estejam ali trabalhando, servindo aos ricos e à classe média. Destacando essa situação na divisão espacial do Rio de Janeiro, surgem questões como: *As políticas urbanísticas do Rio de Janeiro foram pensadas? Funcionam até os dias atuais? Os moradores da Baixada Fluminense são invisíveis para a sociedade carioca ou brasileira ou*

as incomodam? Seriam então os movimentos populares de Nova Iguaçu resultado do surgimento ou fortalecimento de uma cultura de luta e resistência? Por inserção ou autonomia? Quem eram as pessoas que lutavam em Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980? Quais eram as suas motivações? Como se organizavam? Quais eram as suas táticas, suas pautas? Eram reprimidos? Como?

A análise iniciou-se pela Abolição (1888) que, de acordo com Carvalho (1987, p. 16 - 18), conduziu para a cidade do Rio de Janeiro um grande contingente populacional advindo das regiões do estado que produziam café. Essas pessoas, que antes serviam como mão de obra escrava, chegavam à cidade como pessoas livres para servirem ao mercado de trabalho. Some-se a isso, o fato de que os acontecimentos históricos seguintes desenharam novas relações de trabalho, pois no início do século XX, a imigração, a industrialização e a urbanização transformaram o mercado de trabalho e fizeram crescer o número de pessoas que trabalhavam com baixa remuneração ou que sobreviviam com trabalhos informais. Ainda de acordo com o autor,

esta população poderia ser comparada às classes perigosas ou potencialmente perigosas de que se falava na primeira metade do século XIX. Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes (...) E é claro, a figura (...) do capoeira, cuja fama já se espalhara por todo o país (...) Morando, agindo e trabalhando, na maior parte, nas ruas centrais da Cidade Velha, tais pessoas eram as que mais compareciam nas estatísticas criminais da época (CARVALHO, 1987, p. 18).

Carvalho (1987) indicou nas palavras acima, alguns grupos de pessoas que exerciam atividades não oficializadas, mas que sobreviviam em ocupações informais na cidade do Rio de Janeiro. O autor sugeriu que essas pessoas “eram as que mais compareciam nas estatísticas criminais da época”, e esta condição, ainda segundo o autor, muito tem a ver com o fato de elas serem as mais perseguidas, particularmente, “os negros, capoeiras e bicheiros”. Neste ponto surgiu o conceito de “classes perigosas”, discutido por Chalhoub (2004, p. 23), que afirmou que esse conceito se refere a uma ideia trazida da França do século XIX, que era usada para definir grupos sociais marginalizados. Essa expressão teria sido utilizada em debates parlamentares do Brasil pós abolição, indicando uma preocupação com a quantidade de antigos escravos que estariam perambulando pelas ruas. Neste caso, os oficiais responsáveis pela segurança já partiam do pressuposto de que qualquer pessoa era suspeita de alguma coisa, mas no contexto da recente Abolição, algumas pessoas passaram a ser mais

suspeitas do que outras, “Por aqui a polícia age a partir do pressuposto de que todo cidadão é suspeito de alguma coisa até provar em contrário e, logicamente, alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros” (CHALHOUB, 2004, p. 23). Diante do exposto, pode-se relacionar o que muitas vezes ocorreu e ocorre com os moradores da Baixada Fluminense que se dirigem para a Cidade do Rio de Janeiro, muitas vezes ônibus são parados pela polícia e os “mais suspeitos” são revistados. Observem o Anexo 29 deste trabalho.

A manchete da reportagem dá conta de terem sido detidos mais de 3 mil pessoas em um *Blitz* policial na saída da Baixada Fluminense em direção ao Rio, mas no “olho” da reportagem, em letras menores, eles informam que essas milhares de pessoas foram detidas por serem suspeitas ou por não portarem documentação legal. Qual a intenção por trás de humilharem essas pessoas fazendo-as descer do ônibus em fila, conforme foto da reportagem, e usar as suas imagens? Para dar à população da cidade do Rio de Janeiro uma falsa sensação de segurança, era como se a polícia estivesse dizendo “podem ir às praias tranquilamente porque os bandidos da Baixada foram detidos”.

A situação do povo negro no início do século XX é muito relevante para a análise da formação social do povo da Baixada Fluminense, pois segundo o historiador Fransérgio Goulart (2017), em seu texto *Baixada Fluminense, Resistências e o Racismo Institucional de todos os dias*, “a Baixada Fluminense é o espaço mais negro do estado do Rio de Janeiro. A Baixada é a Nossa África” (GOULART, 2017, s/p). Sendo duramente perseguidas pelas autoridades na cidade do Rio de Janeiro, essas pessoas precisavam sair do espaço de visão dos grupos que as discriminavam e perseguiram, e assim subiram os morros ou se mudaram para os subúrbios. Esse deslocamento da população negra e pobre vai seguir pelo século XX. Ao que se estuda, no início da década de 1960 houve outro *boom* populacional na Cidade do Rio de Janeiro, que sentia os efeitos da urbanização crescente por meio do aumento demográfico causado pelas migrações. Tal situação se agravou nas décadas seguintes e incidiu na formação de uma periferia marginalizada: a Baixada Fluminense. De acordo com Thompson:

Uma taxa de crescimento populacional sem precedentes e a concentração nas áreas industriais criaram sérios problemas em qualquer sociedade, mas, principalmente, numa que se fundamenta na obtenção de lucro e na hostilidade ao planejamento. Podemos considerá-las como problemas inerentes à industrialização, agravadas pela tendência predatória do *laissez-faire* capitalista. Contudo, mesmo que os problemas estejam bem delimitados, as explicações não representam mais do que diferentes

formas de descrever ou interpretar os mesmos acontecimentos. (Thompson, 1987, p. 189 e 190) (Grifos do autor).

A região da Baixada Fluminense crescia, sua população sem qualificação profissional aumentava. Assim, a região se tornou grande fornecedora de mão de obra para a cidade do Rio de Janeiro. Tal situação pode ser entendida por meio do pensamento de Rolnik (2012, p. 88), que afirmou que a cidade engendra uma área de baixa renda e necessitada, que sustenta a indústria com seu contingente de trabalhadores, porém a mesma cidade repudia esse território diversificado e instável. A região da Baixada Fluminense, antes agrícola, produtora de laranjas, se apresentava na década de 1970 como uma região explosiva, com teóricos índices alarmantes de criminalidade, mas para Dom Adriano, nesse momento, esses índices eram questionáveis. Em suas palavras:

Creio que o índice de criminalidade da Baixada Fluminense, onde vivem perto de dois milhões de homens (...) é muito mais baixo do que se poderia supor (...) gostaria de ter estatísticas rigorosas antes de ver acusada a (...) Baixada Fluminense. Também um fator de importância nesse contexto é a proximidade de um centro cosmopolita, como é o Rio de Janeiro. Todo aglomerado humano de crescimento caótico (...) em qualquer parte do mundo sofre de intensa desorganização. Daí as tensões sociais (CORREIO DA LAVOURA, 1972, s/p).

O questionamento de Dom Adriano sobre os índices de violência atribuídos à Baixada Fluminense parece válido, pois sendo o período de ditaduras, qualquer estatística apresentada sobre qualquer assunto, deveria e deve até os dias atuais ser questionada. Mas, de qualquer forma, a violência fez a Baixada Fluminense se tornar conhecida em todo o país por meio dos jornais, principalmente os dedicados aos assuntos policiais que estampavam os corpos mutilados ou cravejados de balas em suas primeiras páginas e vendiam muitos jornais. De fato, é consenso entre os historiadores da região, que entre as décadas de 1970 e 1980 a cidade de Nova Iguaçu foi se tornando cada vez mais violenta, mas Dom Adriano, em 1972, acreditava que essa realidade não era diferente de qualquer outro “aglomerado humano de crescimento caótico.” Ele acreditava que as “tensões sociais” da Baixada Fluminense não eram nem maiores nem piores que as dos outros lugares que apresentassem histórias parecidas de desenvolvimento urbano desorganizado.

Como já mencionado em vários estudos sobre a região, na prática, ocorria na Baixada Fluminense o mesmo fenômeno que acontecia em outros centros urbanos na década de 1970, principalmente na região sudeste, que recebia pessoas de várias partes do Brasil e não investia na mesma proporção da chegada das pessoas, em infraestrutura ou estruturas que

forneçassem condições básicas de sobrevivência, por isso ocorria de forma caótica o crescimento demográfico e estrutural, refletindo em conflitos sociais, entre os quais, a violência se sobressaiu.

A violência era “o problema” da Baixada Fluminense nas décadas de 1970 e 1980. Porém, na fase de consolidação do neoliberalismo (década de 1990), o trato da imprensa com a violência local apresentou mudanças importantes, os jornais começaram a dar mais destaque a outros aspectos da região, diga-se mais “positivos”. Silva (2007), em seu trabalho *Vozes da Baixada: um estudo sobre rádio comunitária em Queimados e São João de Meriti*, sugeriu que, durante a década de 1990 os jornais *O Dia* e *O Globo* começaram a produzir seções especiais para cada bairro, e a Baixada Fluminense tinha os seus chamados “cadernos” sobre a região. Para a autora, essa mudança de olhar de parte da imprensa sobre a Baixada Fluminense teria ocorrido em função dos movimentos sociais das décadas de 1980 e 1990, os quais fizeram com que as manifestações culturais da região recebessem mais destaque. Mudanças estruturais também foram apontadas pela autora, que destacou a construção da linha vermelha, via que fez com que a distância espacial entre a Baixada Fluminense e a Cidade do Rio de Janeiro fosse percorrida em menos tempo e cresceu a ideia de que a região seria um relevante mercado consumidor.

Mas, a divisão espacial do Rio de Janeiro cria uma separação entre os moradores da periferia e os bairros abastados, e nessa situação a Baixada Fluminense está intimamente ligada a essa dinâmica, com sua população se deslocando pendularmente para a Cidade do Rio de Janeiro em busca de trabalho, e ainda enfrentando a discriminação e a marginalização. Assim, repensar a Baixada Fluminense implica considerar não apenas a violência, mas também as transformações ocorridas na região ao longo do tempo. É necessário compreender a complexidade dessa região e suas relações com a cidade do Rio de Janeiro, superando estereótipos e estigmas, a fim de promover uma visão mais abrangente e justa da região analisada.

Capítulo 3 - Em busca da justiça social: Reflexões sobre a luta e os desafios na Baixada Fluminense

Este capítulo abordou os movimentos sociais urbanos na região da Baixada Fluminense, especialmente nas décadas de 1970 e 1980. Ele começou com uma reflexão sobre a histórica luta da população por direitos na área. Foram exploradas as respostas e ações violentas do povo em face das injustiças, bem como o crescimento da metrópole e os conflitos resultantes desse processo.

Uma parte significativa desse capítulo foi dedicada à análise das atividades dos Esquadrões da Morte na região, examinando suas ações e as consequências delas na comunidade. Além disso, o capítulo abordou a reestruturação do Movimento dos Atingidos de Bairros (MAB), com base em entrevistas com militantes, e refletiu sobre a estreita conexão entre Dom Adriano e os Direitos Humanos e Sociais.

Essas análises contribuem para uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pela população da Baixada Fluminense e dos esforços direcionados à busca de justiça social na região.

3.1 Movimentos Sociais Urbanos nas Décadas de 1970 e 1980: Complexidades teóricas

Os moradores de Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980 se envolveram em movimentos urbanos, como destacado por Kowarick (1986), que analisou os desafios desses movimentos, que emergiram como resultado das complexas questões teóricas que envolvem as lutas de classe, suas relações com partidos políticos e o Estado, bem como seu significado cultural e político em uma sociedade marcada pelo elitismo. Além disso, eles abordaram a extensão da cidadania e o potencial de radicalidade dessas questões. A luta dos moradores de Nova Iguaçu das décadas de 1970 e 1980 se insere no que Kowarick (1986), em sua análise sobre os movimentos urbanos nesse período destacou, conforme:

Os movimentos urbanos constituem tema que só recentemente ganhou maior envergadura de pesquisa, sem que tenha deixado de ser extremamente polêmico do ponto de vista interpretativo. Nele estão embutidas questões teóricas extremamente complexas, entre as quais, o caráter das lutas (de classe) por eles desenvolvidos. Suas (des)articulações com partidos políticos ou seus antagonismos em relação ao Estado. Outros estudos questionam seu significado cultural em termos de gerar novas formas de sociabilidade e valores que se contraponham ao elitismo tão marcadamente presente na sociedade brasileira. Ou ainda, questionam seu significado político no processo de transição, iniciado no percorrer da década de 70,

para um regime mais aberto e democrático. Finalmente, além da questão da extensão da cidadania, devido às contradições inerentes a um sistema de dominação e de apropriação de riquezas altamente excludente, tematizam acerca do potencial de radicalidade das lutas urbanas, cujo horizonte não se esgotaria nos parâmetros de uma sociedade capitalista (KOWARICK, 1986, p. 1).

Como descrito acima, o tema "movimentos sociais" só recentemente passou a receber destaque nos trabalhos de pesquisa, mas é um tema muito polêmico sob a perspectiva interpretativa. Isso ocorre por se tratar de um assunto que abarca questões teóricas complexas, como a luta de classes e as relações partidárias desses movimentos. Esse é um tema muito questionado até mesmo em sua ressonância cultural e na sua capacidade real de criar novas formas de vida em sociedade e de enfrentamento ao Estado, que fujam dos valores tão enraizados na sociedade brasileira. Os movimentos sociais urbanos da década de 1970 têm o seu valor político, mesmo sendo questionado por ter ocorrido durante o processo de "abertura política", período que, em tese, seria mais democrático. O que fica latente é a potencialidade da extensão da própria cidadania, na busca de direitos sociais para os grupos excluídos da distribuição da riqueza, mesmo nesse caso, esbarra-se na questão desses movimentos serem prisioneiros de um ideal burguês submisso ao capital. Sobre os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, Sader (1998) discorreu no capítulo IV sobre esse fenômeno e indicou outro ponto de crítica. Conforme Sader:

Uma primeira particularidade que (...) autores (...) apontam nos movimentos sociais dos anos 70 é o seu caráter fragmentado. Só que tal fragmentação não foi vista como sinal de insignificância ou inviabilidade (SADER, 1998, p. 197).

A fragmentação mencionada pelo autor muito tinha a ver com a adequação dos movimentos às realidades de cada local, das necessidades de cada grupo, respeitando a diversidade relativa a um país espacialmente grande e culturalmente diverso como o Brasil. Sader (1998, p. 197 e 198) apontou que a fragmentação dos movimentos sociais desse período estava relacionada à variedade das condições materiais e culturais que surgiam no desenvolvimento dos movimentos, oriundas da constituição das estruturas sociais que conduziriam as formas próprias de produção e reprodução da vida material. Neste sentido, para o autor, a fragmentação e a diversidade dos movimentos sociais desse período, além de não serem novidades, eram elementos relevantes que pontuariam a própria particularidade desses movimentos, que surgiam divididos mas se perpetuavam singularmente em suas formas de expressão, coordenadas, articuladas ou únicas.

Sader (1998), fala de “formas autônomas de expressão”, mas esta ideia neste trabalho não ficou tão clara, pois, no caso de Nova Iguaçu, percebe-se as interferências dos intelectuais com aspirações ideológicas e a forte presença e atuação da Igreja Católica, mesmo que nos anos de 1980, Dom Adriano tenha deixado claro em várias entrevistas que os movimentos eram do povo e que o povo era o grande protagonista das movimentações sociais dessa cidade naquele período. Entretanto, a influência dos intelectuais e a proteção e ajuda logística da Igreja não pode ser apagada dos movimentos.

Em continuidade, Sader (1998, p. 198) sugeriu que ao comparar os movimentos sociais urbanos das décadas de 1970 e 1980 com os ocorridos entre 1945 e 1964, podemos obter uma compreensão mais abrangente e complexa desses movimentos. Assim como no período anterior, os movimentos sociais do período aqui analisado também eram caracterizados por sua heterogeneidade e surgiam como resposta às novas demandas sociais emergentes. No final da década de 1970, os movimentos sociais apresentavam uma natureza fragmentada, porque exigiam novas táticas de mobilização, resistência e luta. Nesse contexto, a Igreja Católica, certos setores da sociedade civil e muitos intelectuais adotaram essas novas táticas após constatarem a ineficácia e o perigo da resistência armada. Ainda de acordo com Sader (1998), havia muitas formas de manifestações sociais, como as “de operários industriais, de posseiros, de assalariados agrícolas, de consumidores contra a carestia, de grupos mobilizados pelo tema do nacionalismo, etc.” O autor ressaltou que

a diversidade tendia a inscrever-se em registros unificadores, que ordenavam os diferentes movimentos atribuindo-lhes lugares diferentes. Eles ganhavam sentido através do discurso estatal, segundo a versão dominante, getulista. Ou, então, na contrapartida comunista, através da unificação operada pelo partido (SADER, 1998, p. 198).

Como visto pelos estudos de Sader (1998), a diversidade também estava presente nas movimentações das décadas anteriores ao período analisado neste trabalho, mas estes movimentos eram registrados de maneira unificadora por aqueles que pretendiam analisar de maneira simplista ou encaixá-los de forma idealista em uma espécie de categoria de análise do “tipo ideal” weberiano. Entretanto, Sader (1998, p.198) indicou que os movimentos sociais da década de 1970 se reproduziam independentemente das referências comuns que se encontravam em outros vários movimentos. De todas as formas, o autor enfatizou que quase sempre nos deparamos com a presença da Igreja Católica, sua rede estava presente nas movimentações sociais desse período, com os agentes pastorais, seus discursos e suas estruturas, sempre atuando nas práticas sociais que tinham diversas formas de expressão.

Mais uma vez, na bibliografia de referência, esbarra-se na presença da Igreja junto dos movimentos sociais do período analisado, reforçando que uma compreensão desses fenômenos de forma autônoma fica cada vez mais difícil. Em contrapartida, o próprio Sader (1998) destacou que

o ‘novo sindicalismo’, do modo como se expressou em São Bernardo, constitui uma notável exceção no sentido de ter-se desenvolvido no interior da institucionalidade dada. Ainda assim, se o seu lugar institucional era reconhecido como legítimo pelo discurso dominante, o mesmo não se dava com a manifestação autônoma de reivindicação de novos direitos, que por aí buscava se expressar (SADER, 1998, p. 198) (Grifos do autor).

Sader (1998) deu destaque ao chamado “novo sindicalismo”, isto porque, segundo ele, mesmo que esse movimento tenha se construído inserido em uma institucionalidade legitimada pelo discurso oficial, suas expressões eram autônomas em busca de novos direitos trabalhistas. Mesmo nesse caso, não se pode deixar de lado a ideia de que a Igreja Católica atuava nos bairros periféricos e em seus Clubes de Mães e CEBs, que expressavam seus discursos de libertação e justiça social e que, de alguma forma, podem ter influenciado o caráter reivindicatório do movimento. De muitas formas, não se pode retirar o caráter autônomo que coexistiu com toda a influência de intelectuais de esquerda e da Igreja nos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, pois, segundo Sader (1998), esses movimentos foram obrigados a constituir suas identidades como sujeitos políticos porque suas demandas e as suas próprias existências não eram reconhecidas pelas instituições oficiais. Para o autor, foi por isso que

o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de uma carência (SADER, 1998, p. 198).

Dessa forma, a fragmentação dos movimentos populares de 1970 e 1980 se tornou um traço único, suas articulações e demandas específicas relacionadas a uma autonomia desses movimentos. Dentro dessas particularidades, pensa-se a diversidade de anseios dos moradores da Baixada Fluminense. Em uma imersão pela cidade de Nova Iguaçu, é possível se deparar com surpresas ao se despir do preconceito ou das generalizações. Ali está um povo múltiplo culturalmente, com hábitos e costumes similares e diferentes. Há uma grande miscigenação étnica e racial, terras ocupadas por remanescentes de quilombolas, ruínas de casarões dos barões da terra, caminhos e trilhas, o Morro do Vulcão e tantas pessoas vindas de todos os lugares do Brasil e do mundo, como a minha família vizinha, a família do das

irmãs Anas. Família de classe média que ocupava uma das melhores casas do bairro e que perdeu o seu filho mais velho para a violência da região. Mais um corpo morto, assassinado e estendido nos trilhos dos trens.

Todavia, Santos (1981, p. 15), chamou a atenção para o fato de que o antropólogo que deseja trabalhar com as sociedades crescidas pela expansão de seus subúrbios e favelas, encontra um problema peculiar, isso porque no sistema capitalista, o significado “imane do signo” não é um símbolo evidente por si só. Estudar essas sociedades urbanas modernas não é a mesma coisa que estudar uma cultura tribal que, segundo o autor, é mais fácil, pois os códigos simbólicos ficam claros em um conjunto total, que pode ser comparado com os de outra sociedade e diagnosticar cada caso como variação. Entretanto, no caso do capitalismo, apesar dessas variações também ocorrerem, elas estão no interior do próprio sistema, o capitalismo. Neste caso, essas variações são chamadas de “desenvolvimento”. Como deve-se compreender esse desenvolvimento do capitalismo, o qual se modifica na mesma proporção que destrói as economias locais, que corrompe as relações e que aprofunda as desigualdades?

Para responder a essa indagação sobre o desenvolvimento do capitalismo, é necessário entender que isto só pode ocorrer se compreendido por meio de uma análise crítica do sistema econômico e social que caracteriza o capitalismo contemporâneo. Para compreender esse desenvolvimento do capitalismo e seus impactos, é importante considerar abordagens críticas, como a teoria marxista, que analisa as contradições inerentes ao sistema capitalista. Marx argumentou que o capitalismo tende a concentrar a riqueza nas mãos de poucos enquanto explora a classe trabalhadora. Além disso, outras abordagens, como a economia política e a sociologia, podem ajudar a analisar como as políticas econômicas, as instituições sociais e as relações de poder influenciam o desenvolvimento do capitalismo.

Santos (1981, p. 16) desenvolveu a ideia de que a era industrial é muito mais do que um fenômeno de técnica, é o resultado da lógica capitalista. Sendo assim, o espaço urbano é o seu espaço de atuação mais visível, o caos das cidades grandes expressaria a técnica e o lucro, carros chefes da industrialização. De acordo com o autor: “Frente a esses fatores condicionantes apagam-se as diferenças entre lugares, e fundem-se os tipos culturais no caldo único da civilização industrial do capitalismo” (SANTOS, 1981, p. 16). O próprio autor se questiona, pois se a sua reflexão estiver correta, a cidade seria o próprio símbolo do capitalismo.

A era industrial não é apenas uma transformação tecnológica, mas uma manifestação da lógica do capitalismo. O espaço urbano, com sua ênfase na produção, consumo e busca pelo lucro, exemplifica essa lógica de maneira proeminente. A homogeneização cultural nas cidades é vista como resultado desse processo, e as cidades podem ser consideradas símbolos do próprio sistema capitalista devido à sua expressão visível dessa lógica.

Por isso, Santos (1981) chamou a atenção para que as análises sobre as cidades, sobre o urbano, não se fixem somente nos aspectos econômicos, pois isso dá uma visão muito restrita e esconde o fato de que o capitalismo segue ordens culturais, sociais e modifica hábitos. Dessa forma, “O *urbano* é o modo de vida do capitalismo” (SANTOS, 1981, p. 16).

Sobre as relações que se estabelecem no capitalismo, Santos (1981) sugeriu que nesse sistema há uma cultura estabelecida por símbolos econômicos, que a racionalidade voltada para a obtenção de lucros também produz símbolos, sendo assim, seria relevante resgatar uma série de enunciados aparentemente ingênuos, que podem parecer simples à primeira vista, mas que, na realidade, estão enraizados na cultura do capitalismo.

Esses enunciados podem incluir ideias sobre sucesso, competição, consumo e outros aspectos da vida cotidiana que são moldados pela lógica econômica do sistema. No capitalismo, a cultura é influenciada por símbolos econômicos e pela busca pelo lucro. Essa cultura molda a maneira como as pessoas percebem e se relacionam com o mundo ao seu redor.

Santos (1981, p. 20) apresentou uma ideia muito parecida com a defendida por este trabalho. De certo, do período que ele pesquisou até os dias atuais, novas informações e interpretações sobre os movimentos sociais surgiram. No entanto, naquela época o autor já escrevia sobre algumas “contradições e incoerências” nas interpretações sobre os movimentos sociais daquele período. Assim como Santos (1981, p. 20), que discordava de interpretações idealizadas de tais movimentos e de um excesso de crença em seus potenciais, este trabalho buscou não idealizar ou encaixar tais movimentos nas teorias existentes. Este trabalho se deteve na análise do fenômeno. Santos (1981) utilizou o conceito desenvolvido por Castells para tentar compreender e buscar resolver os problemas teóricos surgidos das idealizações. Conforme o autor:

Para resolver os problemas oriundos das idealizações sobre o urbano, frente à prática concreta da vida nas grandes cidades “modernas”, Castells lança mão do que

chama de Movimentos Sociais Urbanos. Um conceito que procura explicar o que poderia ser visto como uma permanência das representações culturais da cidade frente à apropriação dos fenômenos e processos de urbanização pelo capitalismo, de acordo com as especificidades das formações sociais através das quais se manifesta (SANTOS, 1981, p. 21).

De acordo com a citação, na busca por soluções dos problemas causados por teorias idealistas sobre os movimentos das décadas de 1970 e 1980, o autor buscou nos escritos de outro autor consagrado (Castells), e indicou uma nova categoria de análise que é chamada de “Movimentos Sociais Urbanos”. Os autores chamam essa categoria de conceito, que contempla uma continuidade do que é culturalmente representado na cidade sob o jugo do capitalismo.

Essa passagem descreve como o autor procurou superar as limitações das teorias idealistas sobre os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, recorrendo aos escritos de Castells e introduzindo a categoria de análise dos "Movimentos Sociais Urbanos". Essa categoria reconhece a influência do capitalismo na cultura urbana e busca compreender como essa se manifesta nos movimentos sociais urbanos.

De acordo com Santos (1981), Castells, em sua análise de cidades latino-americanas, percebeu uma relação de dependência e não fez referências às etapas de desenvolvimento, como se costumava fazer para tentar encaixar cada realidade em um modelo teórico já desenvolvido. Castells também não reconheceu as consagradas dicotomias, como “rural x urbano; tradicional x moderno; marginal x cêntrico”. Para o autor, essas dicotomias seriam formas de classificar o espaço apenas na aparência, pois suas estruturas são complementares, mas escondidas pelo sistema capitalista, e só identificando as reais contradições do sistema seria possível superá-lo. Assim se expressa o autor:

Se o que importa é o capitalismo e não o urbano, é preciso ir buscar nas cidades, onde podem ficar transparentes as relações de causalidade, e onde o modo de produção possa ser questionado através de seus efeitos. O urbano, assim, perderia o seu caráter de conceito alienante, o que seria conseguido por meio e situações críticas em que os acertos e as ordens do cotidiano fossem rompidos a ponto de revelar as ordens reais (as da estrutura social) que estão por trás deles (...) O raciocínio é cheio de coerência interna: se o urbano é uma versão física (e enganadora...) do capitalismo, os conflitos que nascem a partir do que é (visto como...) urbano têm de ser referenciados, em última instância, ao capitalismo. Lutas e reivindicações com base no urbano seriam representações refratadas da luta de classes (SANTOS, 1981, p. 21).

O autor argumentou acima que o que importa é o capitalismo, é nele que devem se concentrar as análises. As cidades são fontes de observação sobre o funcionamento das relações que se constroem nesse desse sistema. Dessa forma, o urbano importaria como meio de observação cotidiana do funcionamento e consequências do sistema capitalista. Sob esse ponto de vista, Santos (1981, p. 22) desenvolveu melhor a categoria de Movimentos Sociais Urbanos, os quais, por meio de Castells, ele define como:

movimentos de grupos ou setores da população urbana que têm, por consequência, a sua base na cidade e que nascem de suas contradições específicas. Segundo o conceito, cidade e urbano seriam (...) palcos naturais dos conflitos e ajustamentos pelo poder nas sociedades modernas. Há uma série de evidências, de fatos que estão ocorrendo todos os dias em todas as cidades do mundo capitalista, como explosões, revoltas, organizações para demandar benefícios de consumo coletivo (...), o que permite concluir que “nos encontramos frente ao surgimento de uma nova forma de conflito social diretamente ligada à organização coletiva do modo de vida” (CASTELLS, 1974b, p. 2 Apud SANTOS, 1981, p. 22) (Grifos dos autores).

O autor e seus estudos descreveram os movimentos de grupos das populações urbanas como oriundos das contradições próprias do sistema capitalista. Temos as movimentações sociais de Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980, que se encaixam na perspectiva de (Castells, 1974b, p.3) destacada por Santos (1981, p. 22 e 23), que sugeriu que os Movimentos Sociais Urbanos são um “sistema de práticas sociais contraditórias que viram pelo avesso a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática”. Situação que resultaria de uma realidade modificada pela introdução de “agentes-suporte” nas estruturas urbanas e sociais, cujos objetivos se direcionam para a transformação estrutural do urbano, e para a transformação das relações de forças na luta de classes e no poder do Estado (Castells, 1974a, p. 426). Santos (1981) citou então Borja:

Consideramos como movimentos reivindicatórios urbanos as ações coletivas da população usuária da cidade, isto é, de habitações e de serviços: ações destinadas a evitar a degradação das suas condições de vida, a obter a sua adequação a novas necessidades, ou a perseguir um maior nível de equipamento (Borja 1975, p. 12 Apud Santos, 1981, p. 23).

Este trecho indicou que os protestos urbanos são movimentos realizados coletivamente pela população da cidade. Tais iniciativas visam prevenir a destruição das condições de vida, buscam a adaptação às novas necessidades e um aumento no acesso aos recursos e instalações urbanas. Os movimentos visam assegurar melhores condições de vida para os moradores da cidade e demandam aprimoramentos em relação à habitação, serviços e infraestrutura.

Este trabalho analisou o desenvolvimento da cidade de Nova Iguaçu, que saiu de uma realidade agrária, de uma cidade cultivadora e exportadora de laranjas, para se tornar uma grande metrópole, superpopulosa e fornecedora de mão de obra para o mercado e a indústria da região do Rio de Janeiro, o chamado Grande Rio. Santos (1981, p. 17) alertou que o que importa não é saber se há ou não uma cultura urbana, mas qual seria a função do urbano na própria cultura capitalista. Nessa perspectiva, Lefebvre (1968-1971) indicou o urbano como sendo uma etapa dialética entre o agrário e o industrial, que permitiria o próprio comunismo. A diminuição das distâncias e a facilidade de comunicação seriam pistas da formação de uma “nova cidade.”

Com inspiração em Marx, Castells (1974 a e 1975 b) afirmou o contrário, que a característica do cidadão da cidade é a padronização posta pelo sistema capitalista disfarçado de “urbano”, porque com um estudo sério seriam desvelados os problemas dos moradores das grandes cidades. Santos (1981, p. 18 e p.19) traz a pergunta: “E o que vem a ser o urbano?” Segundo o autor, seria espaço, tempo, pessoas, coisas, trocas, materialidade, relações e práticas sociais. Ou seja, um lugar, um momento de “práticas históricas concretas.”

3.2 Nova Iguaçu: resistência, diversidade e a “experiência” na luta por direitos

Os movimentos populares de Nova Iguaçu das décadas analisadas nesse trabalho apresentaram várias características peculiares amplamente discutidas por vários teóricos do tema. Contaram com a ajuda da Igreja Católica, com representantes de partidos e pessoas que viviam na clandestinidade. Foram formados, em suas bases, por uma população de origens diferentes, por pessoas vindas de várias partes do país, que apresentavam diferentes costumes e valores, mas essas pessoas se reconheceram em suas necessidades básicas, se organizaram e formaram um uma cultura de luta. Thompson (1987), que analisou a cultura enfatizando o homem como sendo o agente cultural diante das estruturas sociais, nos legou um conceito importante para a análise deste trabalho, que é o conceito de “experiência”, segundo o qual

os homens e mulheres também retornam como sujeitos (...) como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua “consciência” e sua “cultura” (THOMPSON, 1981, p. 182) (Grifos do autor).

Thompson destacou a importância da experiência individual e coletiva na construção da consciência e cultura na formação dos sujeitos. O autor argumentou que homens e mulheres são sujeitos ativos que vivenciam diferentes situações e relações produtivas, que

são influenciadas por suas necessidades, interesses e conflitos. Essas experiências são processadas e interpretadas em sua consciência e incorporadas em sua cultura. Dessa forma, Thompson (1981) enfatizou a centralidade da experiência como um elemento fundamental para compreender a forma como as pessoas percebem o mundo, constroem significados e se engajam em ações coletivas. A “experiência” discutida por Thompson (1981), é um conceito que se fundamenta na experimentação de situações relacionadas às necessidades e aos interesses comuns, e vai ao encontro do caráter das movimentações populares de Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980, nas quais as pessoas se uniram e se organizaram nas reivindicações comuns ao grupo. É importante destacar que, no período referido, Dom Adriano indicava muitas das razões para essas pessoas lutarem, pois

a remuneração mal dá para pagar a condução, o aluguel do barraco ou a prestação de uma nesga de terra, onde foi imaginado pelo recém-chegado que um dia poderia construir uma casinha de alvenaria. Essas casas (...) quase nunca são concluídas. Mas nesses barracos ou meias casas existem pessoas, gente que respira (...) e (...) precisa alimentar-se (...) nem a habitação é concluída nem a alimentação é suficiente. Como consequência (...) a esperança da família que chegou à cidade grande se inverte. Agora é desespero, desalento e revolta (DOM ADRIANO et al, 1978, s/p).

As palavras acima referem-se a trechos retirados de uma carta escrita pela Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nova Iguaçu destinada ao então Ministro de Estado e Justiça, em 1978. Nesta carta-denúncia encontra-se uma das lutas nas quais se envolveram os movimentos sociais da cidade e a própria pessoa de Dom Adriano, que foi a luta pelo direito à moradia. O desespero aparece como um motivo de revolta para a população abandonada pelos poderes públicos em seus direitos fundamentais. Outras lutas encampadas pelos movimentos sociais da cidade também foram relacionadas em outra carta da Comissão Diocesana de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu a outro Ministro da Justiça, em 1979, na qual consta que

a maioria (...) dos loteamentos da Baixada Fluminense são simplesmente criminosos: não têm água, luz, saneamento, escolas (...) Em toda a região, não existe um hospital público (...) Nada menos que dezesseis mil famílias, residentes nos *Conjuntos* Habitacionais do BNH¹⁵, vivem (...) face à iminência dos despejos (...) só de uma vez, em um só Conjunto (...) foram realizados mais de 200 despejos violentos, com choques policiais portando metralhadoras, bombas de gás e outras armas (...) Na zona rural, centenas de posseiros (...) despejados (...) Os sindicatos, na sua quase totalidade, são dominados por pelegos (...) A justiça está emperrada (...) O desemprego e o subemprego contribuem para o aumento da criminalidade (...) Menores abandonados perambulam aos bandos pelas ruas da cidade (...)

¹⁵ Banco Nacional de Habitação (BNH).

A participação de PMs em assaltos, roubos, sequestros e latrocínios faz com que a população, em vez de respeitar a autoridade (...) passe a temê-la e odiá-la (...) O transporte de massas é deficitário (...) A imprensa registra e publica que os supermercados têm vendido carne podre à população (AMARAL, 1979, s/p) (Grifo do autor).

Esse trecho retratou uma realidade preocupante na Baixada Fluminense, evidenciando uma série de falhas e insuficiências nos serviços públicos, a falta de segurança e as condições precárias de vida que impactavam negativamente a população local. Pode-se, desta forma, identificar os vários problemas urbanos enfrentados pelo povo de Nova Iguaçu na década de 1970. As lutas por moradia, saneamento, saúde, educação orbitavam o universo dos movimentos sociais urbanos que se organizavam nesta década. Para Thompson (1987, p. 188), a chegada dos médicos sanitaristas às cidades industrializadas da Inglaterra foi crucial, uma vez que esses teriam se engajado em uma intensa luta entre as décadas de 1830 e 1840, objetivando a melhoria das condições de vida da população inglesa. Em Nova Iguaçu, nas décadas de 1970 e 1980 também chegaram os médicos sanitaristas para o auxílio na saúde e na conscientização política à população.

Os problemas apontados estão em conformidade com a discussão feita por Rolnik (2012), a qual sugeriu que a história da “cidade industrial” tem impressa as lutas das suas populações, a “agitação das multidões”, que se manifesta seja de forma ordenada ou não, manifestações estas que tanto podem redundar em saques como em passeatas (ROLNIK, 2012, p. 88 e 89). A entrevistada Ana Alice falou sobre a sua participação em manifestações:

Dava uma felicidade quando você via algum resultado. Eu lembro que a primeira passeata que a gente fez em Nova Iguaçu, Nossa Senhora, eu me emocionei, de felicidade de ver gente na rua, brigando. Quando a gente cercou a Prefeitura na inauguração da nova Prefeitura, nova sede da Prefeitura em Nova Iguaçu, também foi muito emocionante. Então, foi um trabalho muito legal, eu acho.

Pelas palavras de Ana Alice, a agitação de parte da população nas ruas era um resultado do seu trabalho, não apenas como médica, mas também como militante que fazia um trabalho de conscientização da população. Outra entrevistada, a Dilceia, também falou sobre a sua experiência na militância, conforme segue:

Uma experiência que nós vivemos lá na Baixada, a gente até brinca (...) nós tivemos lá em 86, nós fizemos uma grande atividade, fechamos a Dutra (...), ali no posto 13, por causa da dengue, porque a dengue tinha chegado, o mosquito da dengue e todo mundo adoecendo e os governos brigando de quem que era a culpa, governo Estadual, Federal ou Municipal, e aí o MAB¹⁶ faz um fechamento da Dutra para

¹⁶ Movimento dos Amigos dos Bairros (MAB)

chamar atenção e a partir desta atividade foi criado um programa chamado de Programa Especial de Saúde da Baixada, onde foram criadas algumas unidades mistas e a gente diz que isso foi um embrião do SUS, porque não existia isso do SUS, não existia essa política de saúde pública.

Nas palavras de Dilceia, a experiência dela na militância da Baixada Fluminense foi bastante agitada. Durante a entrevista ela citou vários eventos, mas acima ela se refere a uma ação importante em relação à questão da saúde. O fechamento da rodovia Presidente Dutra foi uma ação que chamou muito a atenção para a questão da disseminação da dengue na região, pois não havia uma estrutura sanitária para atender à grande demanda que ocorria em várias regiões do Brasil. Essas foram partes das lutas empreendidas por grupos sociais em todo o país que redundaram na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), mencionado pela entrevistada. Para a Dilceia, fechar uma rodovia ou avenida era uma atividade recorrente da militância, mesmo com a vigilância da polícia, “a polícia chegava e tirava a gente, tinha que sair, a gente vivia fechando estrada e eles tirando a gente”. Apesar da relevância da luta dos grupos sociais, a entrevistada Dilceia afirmou que alguém sempre chamava a polícia, independentemente da localidade e da causa, a polícia sempre chegava para retirá-los ou impedi-los de agir. De acordo com as suas palavras:

Chamavam a polícia, claro. Uma vez o policial foi lá dentro de Belford Roxo, a gente fechou muito aquela Joaquim da Costa Lima. A regional 4 do MAB que era a de Belford Roxo. A gente não tinha água, para você ter uma ideia, em 1982, quando adutora da Baixada passou ali por Belford Roxo, era governo Chagas Freitas, vários bairros de Belford Roxo, o meu inclusive, São Bernardo, Santa Maria, Santa Amélia, não estavam na programação de água da CEDAE¹⁷, a gente não existia para CEDAE, a gente precisou ir na Sacadura Cabral¹⁸ com uma comissão enorme, pegar os mapas na prefeitura, aqueles mapas imensos dos bairros, dos loteamentos, trazer na Sacadura Cabral, na CEDAE, para que nós entrássemos no programa de abastecimento de água da adutora da Baixada que passava ali, no nosso bairro.

Ainda segundo Dilceia, a polícia era presença constante nas manifestações na Baixada Fluminense. Na região não tinha água, não tinha esgoto, mas tinha polícia. Foi preciso um grande trabalho de organização, articulação, reunião de documentos e idas e vindas à cidade do Rio de Janeiro para conseguir provar a existência dos bairros locais e entrar no programa de abastecimento de água. Dilceia falou de outras manifestações das quais ela participou e que ela considerava marcantes em sua trajetória como militante em Nova Iguaçu. Na década de 1970 Dom Adriano inaugurou o Centro de Líderes na cidade, edificação que se tornou “a

¹⁷ Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE)

¹⁸ Sacadura Cabral é uma rua no Centro da Cidade do Rio de Janeiro.

menina dos olhos” do bispo. Para Dilceia, o Centro era destinado à defesa dos Direitos Humanos das pessoas perseguidas politicamente. Ela contou que na época

foram vários juristas, juízes, advogados e um dos advogados que estava lá, em nome do PC do B, era o Paulo Fonteles que depois é assassinado lá no Pará. Paulo Fonteles foi um grande advogado dos presos políticos, um lutador muito grande na região do Pará e do Araguaia, essa é uma imagem que me lembra.

Na fala da narradora há a referência ao político e sindicalista brasileiro, Paulo Fonteles, advogado de formação, que atuava junto aos camponeses do Pará, onde foi assassinado em 1987. Outra imagem citada por ela, em outra parte da entrevista e que ela considerou “muito bonita”, foi quando ela e o seu grupo ocuparam as casas de um conjunto habitacional, o qual já era uma luta desde as enchentes que ocorreram na Baixada Fluminense, em 1988, quando muita gente ficou desalojada. De acordo com a Dilceia, o grupo fez uma grande caravana dos MAB de toda a Baixada Fluminense com quinze ônibus em direção a Brasília, eles dormiram na Universidade de Brasília (UNB) para aguardarem uma audiência com o então deputado federal pelo PC do B, Edmilson Valentin. Segundo a entrevistada, na caravana havia um vereador da cidade do Rio de Janeiro, do Partido dos Trabalhadores (PT), o senhor Edson Santos. No relato da entrevistada, o grupo combinou com a Caixa Econômica Federal a garantia de construção de mil casas pela Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro, intencionando retirar as pessoas das margens do rio Botas, que fica na região de Belford Roxo. Segundo a entrevistada, o rio Botas

era tomado de casas de um lado e do outro e na enchente de 1988 nós fizemos essa grande luta e conseguimos construir essas casas, as casas ficaram prontas em 1990, (...) e o Moreira Franco, governador do estado, como tinha emancipado Belford Roxo, ele queria esperar mais perto das eleições para lançar o candidato dele à prefeitura e fazer política com isso. Só que, dois dias antes, em Belford Roxo, 21 de abril de 1990, antes deles irem para lá (...) fazer a tal festa emancipação, eu era a presidente do MAB nessa época (...) tem uma nova chuva enorme assim e todo mundo ficou desabrigado, mais de 400 pessoas desabrigadas sem ter onde morar, a gente não tinha onde botar as pessoas, nas igrejas, nas escolas (...) nós fomos para a praça falar para o governador que a gente queria as chaves, porque aquelas famílias já eram as donas daquelas casas, foram dois anos lutando por aquelas casas, as famílias foram cadastradas, nós acompanhamos todo o governo lá, cadastrando para não deixar botar ninguém que não merecesse, que não fosse morador da beira do rio e o governador não entregou as chaves (...) falou que ainda faltava o asfalto, mentira.

Este foi um episódio em que houve uma disputa pelo direito à moradia, com a construção das casas sendo conquistada após um longo período de luta, mas também revelou a frustração e indignação com o comportamento do governador, que parecia usar a situação

para fins políticos, adiando a entrega das chaves. Dilceia continuou a narrar este evento e disse que o grupo decidiu, enfim, ocupar as casas. Conforme Dilceia:

e ocupamos. E foi lindo porque tinha umas duas mil pessoas caminhando sem carro de som, nós concentramos, alguns foram para a praça com a gente, outros concentraram ali.

Essa memória é descrita por Dilceia como uma experiência linda, mas foi uma luta. A entrevistada insistiu em dizer que tentou resolver a situação de uma maneira diplomática, conforme suas palavras:

Bairro São Vicente, alguns se concentraram ali, outros foram com a gente lá para a praça, eu falei em nome do MAB, eu pedi para entregar as chaves, o Moreira deu uma sacaneada "Dilceia minha amiga, que me apoiou em 1986", o que é verdade o PC do B apoiou o Moreira Franco, 'nós vamos entregar as casas, só que ainda não está pronto, falta asfalto, não sei o que'.

Apesar da negativa do governador, a entrevistada disse que insistiu dizendo que aquelas pessoas não tinham para onde voltar, mas não adiantou. O governador não entregou as chaves das casas, e o grupo a questionou sobre o que faria então, quando ela teria dito o seguinte:

O que vocês acham que a gente faz agora? A casa é de vocês. A minha casa não encheu, onde eu moro não encheu, agora a casa é de vocês, vocês não têm para onde voltar, o que vocês acham?

Dilceia informou que o grupo e ela decidiram ocupar. Nesse ponto da entrevista, ela afirmou que consultou as outras lideranças presentes, "gente, se a gente não parar esse povo, na hora que começar a descer para ir para as casas nós vamos ser atropelados". Então, a entrevistada se entusiasmou e na sua voz percebia-se o que teria sido uma alegria de ter participado daquele momento, conforme dito por ela:

Adriana, nós paramos o povo no gogó porque não tinha carro de som, no gogó, naquela coisa que você fala e outro repete e o povo parou, Adriana. Essa imagem eu nunca consigo tirar da minha mente, porque o povo parou, eu me lembro que falei assim "Nós não somos gado", eu me arrepio até hoje, assim, eu acho assim, nós não somos gado, somos donos dessas casas e vamos entrar ordenadamente.

Nesse excerto, a entrevistada descreveu uma situação em que a população foi mobilizada e comunicada verbalmente, uma vez que não havia um sistema de amplificação sonora disponível. Ela mencionou a expressão "no gogó", que se refere à comunicação oral direta, onde uma pessoa diz algo e outra repete em voz alta para que todos possam ouvir. Essa forma de comunicação improvisada foi utilizada para reunir as pessoas e transmitir uma

mensagem importante. A narradora enfatizou a imagem desse momento em sua mente, pois foi marcante para ela. Recordou-se de ter proferido algo como "não somos gado" e sente calafrios até hoje ao lembrar essa frase. Ao afirmar que não são animais, a narradora reforçou a noção de que são indivíduos com direitos e dignidade. O trecho transmitiu a determinação e a coragem das pessoas envolvidas na situação, que decidiram agir de maneira organizada e ingressar nas casas de forma ordenada, reivindicando seu direito à moradia. Essas palavras expressam a força e a convicção do povo em sua luta pelos seus direitos, mesmo diante de adversidades.

Dilceia então começou a narrar como os grupos se organizaram para ocupar as casas. Ela informou que estavam presentes seis associações de moradores e que ela sugeriu que cada presidente de associação ficasse à frente de sua fila e que todos entrassem. De acordo com Dilceia, foi assim que aconteceu. Segundo a entrevistada, havia outros grupos de vítimas de despejos com aquele grupo específico, e a estratégia era juntar todo mundo para evitar que a polícia retirasse os donos daquelas casas reivindicadas naquele momento. A ideia era cada um ir para a sua casa, mas não arrombar a fechadura, era ficar na porta para negociar e, de acordo com a Dilceia:

Adriana, o povo fez isso. Foi lindo, a gente ligou para Deus e todo mundo, para eles negociarem com o governo do estado, daí daqui a pouco chega o seu D'Ambrósio e eu só me lembro de quando ele me viu, ele falou assim (risos) "essa mulher de novo, que que foi agora dona Dilceia?"

Ela então informou ao policial D'Ambrósio toda a situação, mas ele respondeu, "não, vocês vão ter que sair". Mas eles se recusaram a sair. A entrevistada contou que a Jandira Feghali¹⁹ esteve presente mais tarde nesse movimento (...) Dilceia afirmou que, embora o policial insistisse para que o povo se retirasse do local, as pessoas se recusaram a sair porque não tinham para onde ir, pois "era sábado, a enchente tinha sido na quinta, inclusive a gente perdeu um bebê nessa enchente, foi uma das mais tristes, um bebê foi levado pela água". Uma tragédia tão grande não poderia ser utilizada para fins político partidários e eleitores, mas o governador queria esperar. O relato de Dilceia seguiu e ela disse que o policial D'Ambrósio ficou a noite toda junto ao grupo, e quando anoiteceu mandaram apagar a luz, o que seria desligar a energia do local, e

no final das contas eles apagaram a luz, aí veio à noite, a polícia entrou, a polícia entrou e começou a falar para o pessoal 'todo mundo pra estrada' e a gente, nós, as

¹⁹ Atualmente Deputada Federal pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B).

lideranças, naquela escuridão que a polícia nem via a gente, a gente ia atrás ‘não saiam da porta, não saiam da porta, ninguém se mexe’ e as pessoas não se mexeram. Adriana, não se mexeram e a Jandira chegou já era umas onze horas da noite (...) com a ordem do secretário de que era para polícia ir embora, daí o D’Ambrósio falou com o secretário, com o comandante dele, secretário falou com o comandante e o comandante falou com D’Ambrósio e a polícia foi embora e qual que foi a negociação? Se não arrombarem as casas, segunda-feira a CEHAB vai estar aí às 8 horas da manhã para entregar as chaves. E nós assim fizemos, passamos o final de semana lá, fizemos sopão e não sei mais o que na segunda, onze horas da manhã a CEHAB²⁰ chegou e começou a entregar as chaves.

Esse trecho demonstra a resistência e a determinação das pessoas envolvidas na ocupação, que enfrentaram a presença policial e negociaram com êxito para obterem o direito à habitação. As lideranças desempenharam um papel fundamental, orientando as pessoas a se manterem firmes e assegurando que seus direitos fossem respeitados. A narrativa enfatizou a importância da organização e da solidariedade da comunidade para alcançar seus objetivos. Dilceia narrou essa experiência com uma emoção não traduzível em palavras escritas neste trabalho, a emoção da entrevistada foi compartilhada com a entrevistadora e construímos juntas um próprio “evento histórico em si”, como disse Portelli. A minha subjetividade foi indisfarçável, por ser eu de Nova Iguaçu, ter vivido e trabalhado na arrecadação de doações para as vítimas da grande enchente de 1988, e por ser parte desse povo tão sofrido e tão valente.

Uma outra situação relevante dita pela entrevistada, foi a confiança que a população tinha nas lideranças da época. Dilceia disse que o povo participava com intensidade das lutas reivindicatórias em vários momentos como a do “*ticket* do leite”. Sobre essa campanha, Dilceia disse que trabalhava com moradores de beira de rio, mas que havia muito havia muito preconceito, inclusive por parte da esquerda, mas, segundo ela, muitas pessoas do seu grupo faziam o seguinte:

A gente pegava o *ticket* do leite da associação, mas a gente tinha 100 mulheres, praticamente eram as mulheres, não é? Todo mês as mulheres iam à associação para conversar com a gente sobre movimento de mulheres, conversava do bairro. Isso fortalecia a associação de moradores. Mas também tinha gente que usava o *ticket* do leite para outras coisas, então as políticas públicas são fundamentais, por isso que eu digo que os governos Lula e Dilma ajudaram a consolidar essas políticas e nós viemos lutando há décadas, não é? Isso ajudou a consolidar e foi muito importante para o Brasil e agora nós estamos vivendo esse retrocesso e eu só digo, todo dia eu digo pra mim mesma que eu sou uma mulher muito forte porque eu consegui não entrar em depressão, eu fico triste, eu falo para minha filha, eu fico triste porque depois de 55 anos nessa batalha para construir um mundo melhor e ter conseguido

²⁰ Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB)

chegar num patamarzinho melhor, o que é verdade, o que se fez pela educação nesse país gente, nos governos Lula e Dilma, Belford Roxo tem hoje o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia conquistado no governo Dilma, que eu tive a honra de como Secretária de Ciência Tecnologia de Belford Roxo, não deixar perder o Instituto, mas foi a Dilma que mandou aquele Instituto para lá no plano de expansão em 2011.

Dilceia em seu relato, destacou a importância que ela dá às políticas públicas, e compreende que essas políticas são resultado de décadas de lutas de movimentos sociais, não são benevolências, são conquistas. Para a entrevistada os anos dos governos anteriores do Partido dos Trabalhadores na governança do país, a Baixada Fluminense recebeu melhorias, como o Instituto Federal de Tecnologia. Dilceia lamentou o período que ela chamou de retrocesso pelo qual o Brasil passava no momento da entrevista.

3.3 Violência e Resistência na História da Baixada Fluminense: Da luta pela terra à ascensão de grupos armados

A história da luta e da resistência da população da Baixada Fluminense é caracterizada por diferentes abordagens, algumas pacíficas e outras nem tanto. Para compreender adequadamente esse contexto é fundamental situar historicamente o período em que essas batalhas ocorreram. No Brasil, a década de 1960 foi uma época de grandes transformações políticas e sociais. João Goulart, conhecido como Jango, assumiu a presidência do país em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. Goulart tinha uma proposta de governo progressista e voltada para os trabalhadores, buscando implementar reformas sociais e promover a participação popular. No entanto, setores conservadores e influentes, como empresários, militares e parte da imprensa, não apoiavam as medidas propostas por ele, gerando um clima de incertezas e boatos infundados de que o país seguia em direção ao socialismo. Essa condição de agitações e incertezas políticas afetou diretamente a Baixada Fluminense. A região, que já enfrentava desafios socioeconômicos, como condições de vida precárias, falta de acesso a serviços básicos e concentração de poder nas mãos das elites locais, passou a vivenciar tensões ampliadas pela instabilidade na política nacional. De acordo com os argumentos apresentados por Torres & Menezes (1987), a violência que surgiu nesse período na Baixada Fluminense pode ser diretamente relacionada às disputas políticas e às incertezas em torno do governo de João Goulart. Essa conexão se deve ao fato de que as lutas e manifestações populares na região refletiam as tensões políticas e os conflitos de interesses que estavam em jogo naquele momento. A polarização política, a repressão e as disputas de poder contribuíram para a intensificação dos conflitos na região,

levando a atos violentos em busca de justiça social e melhores condições de vida. É importante ressaltar que a violência não foi a única forma de resistência adotada pela população da região. Houve também momentos de mobilizações pacíficas, como manifestações, reivindicações e busca por soluções através dos meios legais. No entanto, diante das dificuldades enfrentadas e da falta de resposta satisfatória por parte das autoridades, a violência se tornou uma opção para alguns grupos. Em resumo, o ensejo histórico da posse de João Goulart, as agitações políticas e as incertezas nacionais foram fatores determinantes para o surgimento de conflitos violentos na Baixada Fluminense, no contexto da luta e resistência da população em busca de melhores condições de vida e justiça social.

Naquele momento houve uma grande crise de abastecimento de alimentos no país inteiro, interrupção de serviços de transportes e serviços públicos essenciais. Na Baixada Fluminense, um grupo de moradores saqueou cerca de dois mil estabelecimentos de gêneros alimentícios, o que deu notícias para os jornais do dia seguinte, dia 06 de julho de 1962, que indicaram que o episódio fez dezenas de vítimas (TORRES & MENEZES, 1987). Neste exemplo, encontra-se um dos germes do surgimento de grupos armados na região, que para fazer a segurança dos estabelecimentos comerciais, um grupo de pessoas, principalmente as ligadas ao comércio, inicialmente se organizaram entre elas para fazer a segurança, depois buscaram no Estado ajuda para montar um forte esquema de repressão, que se fortaleceu a partir do golpe militar de 1964.

Ter a população reagindo de forma violenta não se caracterizava como uma condição nova, pois a Baixada Fluminense não se formou socialmente apartada do Brasil, país que foi estruturado sobre bases violentas. Nova Iguaçu, assim como o Brasil, desde sua organização colonial para a produção de cana de açúcar, utilizou-se de mão de obra escrava. Mais tarde, quando a região se dedicou a produzir e exportar laranjas, conheceu os “caciques políticos” e suas práticas de coronelismo rural, utilizadas para se manter no poder pela força. Quando a cidade iniciou o seu processo de organização já em bases urbanas, na segunda metade do século XX, a violência seguiu presente.

Alves (1998, p.65) sugeriu que com a mudança da população da Baixada Fluminense de rural para urbana, o crescimento de pessoas atuando em indústrias também aumentou. O autor informou que em 1960, cerca de 25% da população economicamente ativa da região atuava nesse ramo. Em Nova Iguaçu as indústrias apresentaram um crescimento modesto, a

economia da região se amparava mais em pequenos comércios, principalmente da construção civil, móveis e outros artigos utilizados na construção de domicílios. A periferia em expansão se tornou um negócio muito lucrativo para os comerciantes que atuavam nessas áreas. De acordo com Alves (1998, p. 66), em 1937, quando foi definida a zona industrial da cidade do Rio de Janeiro, as Zonas Sul e Norte da cidade foram excluídas, assim como a região de Santa Cruz e o espaço territorial entre ela e a Baixada de Jacarepaguá, por estarem longe do eixo ferroviário. O trecho cortado pela Estrada de Ferro Leopoldina recebeu então os investimentos industriais e do Estado. Esse trecho foi se “favelizando” e oferecendo mão de obra barata para as nascentes indústrias e outros setores da economia da cidade do Rio de Janeiro. O trecho recortado pela Presidente Dutra, que atravessa a Baixada Fluminense, seguiu a racionalidade da metrópole e também recebeu incentivos fiscais do estado do Rio de Janeiro em uma tentativa de recuperar a região da perda tributária causada pela decadência da cultura de laranjas na região. Apesar desses incentivos econômicos, a população seguia empobrecida e com condições de sobrevivência material muito baixas. De acordo com Alves (1998):

Apesar da explosão urbanizadora até aqui apresentada e dos seus efeitos econômicos, sobretudo para os cofres públicos, as condições de vida dos habitantes da Baixada permaneciam deterioradas. Além das precárias condições dos transportes, já mencionadas, outros serviços básicos, de competência do Estado. Em 1950 (...) dos (...) domicílios da região, apenas 19% contavam com abastecimento de água a partir de uma rede geral. Dez anos depois, menos de (26%) dos domicílios tinham acesso à água encanada (ALVES, 1998, p. 66).

Conforme o autor descreveu, a urbanização e seus efeitos financeiros não atingiram significativamente a vida da população da região, que continuava sem acesso aos serviços públicos essenciais. E assim se seguiu pelas próximas décadas. O desenvolvimento econômico não foi democrático e a população foi ficando cada vez mais empobrecida. Nesse sentido, Alves (1998) ainda complementa afirmando que

a renda dos trabalhadores, por sua vez, encontrava-se bastante comprometida com três gastos fundamentais: o pagamento das prestações do lote; a autoconstrução habitacional e a alimentação (ALVES, 1998, p.67).

Uma população empobrecida, com baixa renda, e essa ainda comprometida com moradia e alimentação, crescia desordenadamente na Baixada Fluminense desde os anos de 1930. Nessa linha de pensamento, Alves (1998, p.70), chamou a região de “zona conflagrada” e indicou que as transformações pelas quais passaram a região no período entre as décadas de 1930 e 1960 também atingiram a zona rural que, relacionado aos loteamentos

das grandes propriedades outrora dedicadas ao plantio da laranja, foi bastante transformada. Então surgiu um novo cenário: “Enquanto as grandes propriedades encontravam-se nas mãos de administradores, outras categorias como os arrendatários e os posseiros ampliaram sua presença” (ALVES, 1998, p. 68). Os loteamentos foram os grandes responsáveis pelo fortalecimento dessas novas categorias. Logo foi percebido que essa situação operava com lucros, e atrás desses lucros, surgiram com força na região os grileiros que, se apropriando de terras pertencentes à outras pessoas com documentações falsas, ações judiciais, violência policial e jagunços, transformaram profundamente as relações entre lavradores e proprietários na Baixada Fluminense.

Posseiros e arrendatários, duas novas categorias que surgiram na região e protagonizaram grandes conflitos com os grileiros. De acordo com Alves (1998), enquanto as terras trocavam de mãos, a Baixada Fluminense recebia agricultores que desejavam ampliar cada vez mais as suas áreas de cultivo. A ideia do estado de fazer na Baixada Fluminense um “cinturão verde” em torno da cidade do Rio de Janeiro, fracassou. Nos estudos de Alves (1998, p. 68), a produção de alimentos diminuiu 35% nas décadas de 1940 e 1950, enquanto a urbanização da região foi de 37,5% para 47,5% no mesmo período.

A denominação de violenta atribuída à Baixada Fluminense não pode ser compreendida apenas em termos contemporâneos, mas sim como resultado das distorções na urbanização e na construção sócio-histórica da região. Esses conflitos violentos, especialmente os relacionados à disputa de terras, emergiram como lutas indispensáveis para a sobrevivência dos habitantes locais. No início da década de 1960, os agricultores da Baixada Fluminense, conhecidos como "ocupantes", já enfrentavam dificuldades e resistiam às ameaças de despejo. Durante o final dos anos 1950, quando os despejos se intensificaram, esses conflitos irromperam com maior intensidade. De acordo com Alves (1998), os despejos e a crescente pressão sobre os agricultores foram fatores determinantes para o surgimento de tais conflitos. Os agricultores, cuja subsistência dependia da terra, resistiram às tentativas de remoção e lutaram por sua permanência na região. Essa resistência frequentemente resultava em confrontos violentos, nos quais os agricultores buscavam proteger seus meios de vida e assegurar sua própria segurança física. Esses conflitos pela posse de terras na Baixada Fluminense refletem a complexidade socioeconômica da região. A disputa pela terra envolvia diversos atores, como grileiros, posseiros, proprietários e agricultores. Os grileiros, por meio de práticas ilegais, apropriavam-se de terras pertencentes a outros, enquanto os posseiros e

agricultores lutavam para garantir seu direito de permanência e trabalho. Os conflitos pela terra na Baixada Fluminense ilustra a difícil realidade enfrentada pelos moradores da região, que viviam constantemente ameaçados de remoção. A luta pela terra na Baixada Fluminense não pode ser desassociada das questões políticas e sociais mais amplas do país. A instabilidade política e as disputas de poder em âmbito nacional também influenciaram o contexto local, contribuindo para o surgimento e a intensificação dos conflitos, que são reflexos das tensões socioeconômicas e das desigualdades presentes na formação histórica da região.

Alves (1998) argumentou que no início da década de 1960, alguns lavradores, chamados de “ocupantes”, resistiram, e no final da década de 1950, período em que os despejos aumentaram, os conflitos eclodiram. Para (Alves, 1998, p. 68 e 69), a origem desses conflitos por terra não reside apenas nas reações aos grileiros e posseiros, mas já contava com a participação de lideranças, particularmente as ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). O autor afirmou que em Nova Iguaçu, no ano de 1948, foi criada a Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, por José Teodoro, que foi assassinado por grileiros e, em 1949, em Duque de Caxias, o líder José Pureza organizou uma “comissão para defender os lavradores das pressões dos grileiros”, que daria origem em 1952 à Associação dos Lavradores Fluminense (ALF).

Nesse período ocorreu o conflito na Fazenda São Lourenço, que foi um dos primeiros conflitos armados na região. Corrêa & Almeida (2007), afirmam que houve resistências com mobilizações agrárias, que ganharam repercussão nacional nos anos de 1960. Ocorrido em 1961, entre grileiros e posseiros em Duque de Caxias, os posseiros reagiram à uma decisão judicial de despejo (CORRÊA & MACEDO, 2007). De acordo com Alves:

Diante dos conflitos crescentes, ocorreram casos de resistência armada por parte dos lavradores (...) Em agosto de 1961, os posseiros da fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias, receberam a bala o oficial de justiça e os soldados que tentavam prosseguir na execução do despejo. (45 - GRZYNSZPAN, 1987: 153 e 159-165 Apud ALVES, 1998, p. 70).

Entretanto, normalmente os embates não chegavam ao ponto de serem armados. Alves (1998, p. 69 e 70) indicou que as lutas se baseavam mais em manifestações e passeatas, solicitações às autoridades, denúncias à imprensa, ações judiciais e apelos aos órgãos do governo. Segundo o autor, o principal meio de reivindicação nos anos de 1950 era a usucapião. Todavia, no final da década de 1950, o usucapião foi considerado ineficaz. De

acordo com Alves (2003, p. 69), a partir de lutas específicas como as de grileiros e posseiros, questões sociais e políticas surgiam. Essa luta mudou sua estratégia em meio a intensos debates sobre a reforma agrária. A origem da fama de violenta da Baixada Fluminense, é normalmente apontada como sendo a partir desse conflito entre posseiros e grileiros, porque no decorrer dos conflitos, em alguns casos, como na Fazenda São Lourenço, houve resistência armada e receberam destaque, como afirmou Alves (1998):

No levante de São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, os jornais noticiaram a existência de 600 lavradores armados que haviam detido quatro grileiros e os condenaram à morte num julgamento por eles realizado. A sentença não seria cumprida e o movimento foi reprimido pela Polícia Militar (45 - GRYNSPAN, 1987: 153 e 159-165 Apud Alves, 1998. p. 70).

Os conflitos citados pelos autores ganharam muito espaço na mídia e começava então a fama de na Baixada Fluminense viverem pessoas violentas, que resolviam seus problemas por meio da violência física e de grupos armados e organizados. A violência também era comum aos proprietários e à polícia. Alves (1998) informou que no final do ano de 1961 alguns lavradores que haviam sido despejados do Núcleo Colonial Santa Alice, que ficava na região de Itaguaí, ao tentar recuperar as terras, ocuparam um caminhão e seguiram para o local, mas o caminhão foi metralhado por policiais. O resultado foi que dois lavradores foram atingidos e “cinquenta foram presos”. O autor também citou o ocorrido no Imbé, onde fazendeiros não deixaram lavradores ocuparem as terras e, durante o conflito, em meio ao confronto, “um lavrador foi morto e o técnico da Superintendência de Política Agrária (SUPRA) (...) foi espancado e preso” (ALVES, 1998, p.70).

Todo este clima de violência na Baixada Fluminense fazia com que os moradores da região se sentissem inseguros e todo o estado do Rio de Janeiro e todo o Brasil vissem a região como uma região explosiva, um local onde não havia nenhuma segurança, era “terra de ninguém”. Iniciava-se a fama de a Baixada Fluminense ser violenta, considerada internacionalmente como a região mais violenta do mundo décadas mais tarde. Dessa forma, de acordo Alves (1998), “A transformação da Baixada Fluminense em um “barril de pólvora”, como noticiavam alguns jornais, estava associada à intensificação das lutas camponesas” (Alves, 1998, p. 70).

Durante o período mencionado, em Nova Iguaçu a atmosfera era marcada por tensões e conflitos. A política local vivenciava um clima de crescente hostilidade, principalmente devido às desconfianças e suspeitas em relação aos trabalhadores rurais da região. Essas

desconfianças eram frequentemente reforçadas pelos proprietários de terras, que difundiam a ideia de que os trabalhadores estavam se organizando para formar uma guerrilha. Alves (1998) indicou que a violência rural da região só começou a aparecer efetivamente nos jornais depois do golpe civil-militar de 1964, quando O Plano de Ação Agrária acusou proprietários e grileiros de se apropriarem de terras e plantações dos agricultores com o uso da violência. A justificativa dos acusados era a de que os agricultores eram comunistas e subversivos. Não se pode negar que as lutas camponesas da Baixada Fluminense tinham entre os seus líderes, alguns ligados ao Partido Comunista Brasileiro, como é o caso de José Pureza da Silva, mas daí para afirmar que os lavradores da região estivessem organizando uma guerrilha armada, há uma longa distância. Essa narrativa contribuía para a atmosfera tensa e desconfiada em Nova Iguaçu. A possibilidade de um conflito armado entre os trabalhadores rurais e os proprietários de terras aumentava a sensação de incerteza e insegurança na região. O medo de uma guerrilha rural acentuava as divisões sociais existentes e alimentava as tensões políticas (ALVES, 1998, p.72 e 73).

No entanto, essa percepção de que os trabalhadores rurais estavam se organizando para uma guerrilha, era uma representação distorcida da realidade. Embora houvesse movimentos de luta e resistência por parte dos trabalhadores rurais, suas intenções eram reivindicar melhores condições de trabalho e acesso à terra, em vez de promover um confronto armado. Essas percepções equivocadas e as narrativas alarmistas podem ser entendidas como estratégias utilizadas pelos proprietários de terras para deslegitimar as demandas dos trabalhadores rurais e justificar a repressão e a violência contra eles, desacreditar suas lutas legítimas e criminalizá-los perante a opinião pública. No contexto político mais amplo da época, marcado por incertezas em relação ao governo de João Goulart, essas ideias ganhavam ainda mais força e influenciavam a interpretação dos eventos na Baixada Fluminense, reforçando a narrativa de uma possível guerrilha rural.

Compreender o contexto histórico e social dessa época é essencial para desmistificar narrativas e ideias descontextualizadas e alcançar as motivações reais dos trabalhadores rurais da região. As lutas e resistências vivenciadas pelos trabalhadores rurais eram reflexos de um contexto de desigualdades sociais e econômicas, bem como de uma situação política turbulenta. A grande maioria das pessoas que estavam em luta buscavam apenas um pedaço de terra para trabalharem nela e poderem sobreviver com dignidade. Para Alves (1998), os

posseiros foram os que mais sofreram as consequências da repressão aos movimentos de luta. De acordo com ele:

Os posseiros, porém, formavam o grupo mais duramente castigado, pois, perdendo a terra, se viam apartados simultaneamente dos instrumentos de sobrevivência e do modo de vida e de trabalho que tinham. O movimento social que criaram foi para a recente história da Baixada uma das melhores expressões da capacidade de mobilização, de organização e de empreendimento político por parte dos setores populares tradicionalmente desprezados pelas elites locais e pelos representantes políticos e culturais (ALVES, 1998, p. 73).

As dificuldades enfrentadas pelos lavradores da Baixada Fluminense fizeram com que essas pessoas se organizassem em um movimento social de relevância para a História da Baixada Fluminense, movimento que chamou a atenção de todo o país por sua capacidade de mobilização política. Essa movimentação tinha como pano de fundo todas as dificuldades causadas pela disputa pelas terras na região. De acordo com Alves (1998, p. 74), a luta pela terra foi incentivada por imobiliárias loteadoras, e a violência aumentou ganhando traços fortes de luta entre “segmentos sociais”. Os diretamente envolvidos nas lutas (proprietários e lavradores) justificavam a luta armada para conquistar ou defender suas propriedades e interesses. No início dos conflitos, o grileiro representava uma cisão entre os proprietários, pois desestruturaram relações já implantadas, mas no decorrer das crises e o agravamento da luta pela reforma agrária, as relações entre proprietários e lavradores foram acalmadas diante do conflito. Frequentemente nos embates, os proprietários saíam vencedores pela facilidade de conseguirem armas e de contarem com ajuda oficial, tanto no uso da violência quanto nas questões judiciais. Os proprietários também montavam grupos armados, nos quais a polícia entrava como “prestadora de serviço”. Prática comum entre a elite da região e que deu origem aos Esquadrões da Morte da localidade. Mais tarde, a formação das milícias que até os dias atuais atuam no estado do Rio de Janeiro, mas que neste trabalho não cabe uma análise mais aprofundada sobre tal fenômeno por extrapolar o recorte temporal aqui estabelecido. O Estado, de prestador de serviços dos ricos da região, agora afirma combater as milícias que nasceram da convivência desse, com o qual, se confundem, se misturam e oprimem o povo do Rio de Janeiro.

Ainda de acordo com Alves (1998, p. 73), os trabalhadores urbanos também foram atingidos com os movimentos de afastamento do *locus* metropolitano e indicou que a violência, antes localizada e usada contra determinados grupos sociais, se espalhou. Algumas esferas da sociedade, aos poucos, começaram a utilizar a violência para alcançar seus

objetivos e interesses. Dessa forma, teria sido a partir dos conflitos rurais que a violência se tornaria uma marca da região da Baixada Fluminense. Essa situação explicaria uma face da extrema violência que a ditadura civil-militar exerceu na região. Uma das violências mais evidentes empreendidas pelo Estado foi

o que ocorreu com toda a área de Xerém e Belford Roxo, onde os trilhos da estrada de ferro Rio D'Ouro foram arrancados com a promessa de construção de uma rodovia que até hoje não existe. Todo o escoamento da produção dos lavradores por meio de trens foi interrompido, o que decretou o completo fracasso agrícola da região (ALVES, 1998, p. 74).

A violência mencionada trata-se da chamada “estrutural”, referente aos atos violentos cometidos por estruturas organizadas e institucionais, a violência dos sistemas econômicos, mais especificamente relacionada ao ato cometido contra a economia dos lavradores da região. Essa violência oprimiu os lavradores e impediu que eles desenvolvessem as suas economias e não tivessem acesso às conquistas materiais que lhes assegurasse uma qualidade de vida digna. Nessa linha de pensamento, Alves (1998, p. 14) afirmou que essa violência não se diferencia de outros tipos de violência como “miséria”, “alienação” ou “repressão”. Discutindo com o autor, percebe-se o quanto é complexo compreender o conceito de violência e como esta pode agir de diferentes modos e em diferentes setores da sociedade, inclusive em comportamentos que se perpetuam ao longo do tempo. Nesse sentido e nas palavras de Alves (1998), compreender a violência na região da Baixada Fluminense não é uma tarefa fácil, pois é preciso analisar a formação histórica da região desde os senhores de engenho até a formação das milícias.

Alves (2020) em uma revisão da sua obra **Dos barões ao extermínio - Uma história de violência na Baixada Fluminense**, em seu capítulo 3, o qual recebeu o nome *Da ditadura militar ao neoliberalismo - O poder e a violência na recente história da Baixada*, resgatou a história de formação social da região para explicar a ascensão ao poder político de grupos violentos na década de 1990. Alves (2020, p. 164), explicou a reorganização geopolítica na região. Antes desse período, Nova Iguaçu era um município enorme, mas houve as emancipações dos distritos de Belford Roxo, Japeri e Queimados, que dividiu o poder entre os grupos que já vinham se consolidando há anos nessas regiões. Entre os novos prefeitos que se elegeram, um chamará a atenção por sua trajetória pessoal, pois fora acusado de usar a violência como estratégia política. Esse Prefeito eleito de Belford Roxo era Jorge Júlio Costa dos Santos, conhecido por todos na região como “O Joca”. De acordo com Alves (2020), a atitude dos três novos prefeitos lembrava muito as estratégias de uso da violência como

política na Baixada Fluminense, estratégia tão conhecida em todo o Brasil na figura de Tenório Cavalcanti, político da região que ficou conhecido nas décadas de 1950 e 1960 por andar com sua pequena metralhadora chamada de “Lourdinha”. Tenório ficou tão conhecido que sua história virou filme em 1986, “O homem da capa preta”, dirigido por Sérgio Rezende e estrelado por José Wilker. Ainda de acordo com Alves (2020, p. 67 e 68), o Partido dos Trabalhadores (PT) estava frágil naquele momento, assim como os movimentos sociais e as CEBs. O Partido dos Trabalhadores elegeu um único vereador em toda a Baixada Fluminense, pelo município de Nova Iguaçu. Esses organismos não tinham mais a força dos anos de 1980, muito por causa de disputas internas das associações de bairros, de limitação ideológica e muita fragilidade diante das políticas dominantes existentes em um período em que o neoliberalismo se expandia fortemente em todas as áreas em que esse sistema conseguiu se estabelecer. Para a Igreja Católica a situação se complicou mais, pois, de acordo com Alves (2020):

Quanto à Igreja Católica, às voltas com a reação conservadora, visível, sobretudo, no fortalecimento do pentecostalismo do movimento carismático, restava a ela a reformulação de práticas e de comportamentos políticos. O fim das quase três décadas de presença de D. Adriano Hypólito à frente da diocese (...) revelariam as dimensões mais profundas das mudanças que ocorriam (ALVES, 2020, p. 67 e 68).

A ascensão do Papa João Paulo II em 1978 marcou um período de transformações e desafios para a Igreja Católica, tanto globalmente quanto no contexto brasileiro e latino-americano. Previamente à sua eleição, a instituição já enfrentava várias crises ideológicas internas. Contudo, com a chegada do novo Papa, João Paulo II, houve uma reação conservadora dentro da Igreja. O Papa mostrou resistência e fez críticas à Teologia da Libertação, promovendo uma conduta mais tradicionalista. Essa atitude teve um impacto significativo na disseminação das ideias da Teologia da Libertação e enfraqueceu sua influência na Igreja. Ao mesmo tempo, surgiu o movimento da Renovação Carismática Católica (RCC), que defendia uma experiência mais pessoal e emocional da fé, com ênfase na ação do Espírito Santo. Esse movimento atraiu muitos católicos, especialmente os mais conservadores, que buscavam uma vivência religiosa mais intensa. Outro aspecto relevante desse período foi o crescimento do pentecostalismo. As igrejas pentecostais, com sua abordagem mais emotiva e ênfase na prosperidade material, conquistaram um grande número de fiéis, desafiando a influência tradicional da Igreja Católica.

Nesse contexto de mudanças e reconfigurações religiosas, em Nova Iguaçu, a saída de Dom Adriano Hypólito da liderança da Diocese foi emblemática. Sua partida indicou as

transformações que estavam ocorrendo não apenas localmente, mas também no âmbito da Igreja Católica em geral. A liderança de Dom Adriano Hypólito foi marcada por uma postura mais progressista e engajada em questões sociais, alinhada com a Teologia da Libertação. Sua saída evidenciou a chegada de um novo período, no qual as mudanças ideológicas e as reações conservadoras moldavam a dinâmica da Igreja Católica e influenciavam as comunidades religiosas em Nova Iguaçu.

Logo, para abarcar a violência que se aninhou na Baixada Fluminense, urge empreender uma jornada nas profundezas da história, traçando os fatores históricos, socioeconômicos e políticos que moldaram a sua configuração social. Nas raízes dos conflitos, entrelaçadas como as raízes ancestrais, encontram-se nas lutas pela posse de terras e os embates corajosos dos agricultores. Na história, emerge o cenário da batalha pela sobrevivência e a luta contra as desigualdades naquelas terras. Assim, essa empreitada buscou evidenciar que a violência que envolve as terras da Baixada Fluminense não se construiu exclusivamente a partir de fatores contemporâneos, mas sim a partir das relações estabelecidas para a sua formação urbana e das camadas de sua construção sócio-histórica. Cada página destas reflexões é um passo no caminho de compreender o povo que forjou a sua história.

3.4 Violência e Esquadrões da Morte: A realidade oculta na Baixada Fluminense durante a Ditadura Civil-Militar

De acordo com Alves (2020 p. 171 e 172) com o golpe civil-militar iniciou-se um processo de apoio do Estado às elites locais da Baixada Fluminense (principalmente comerciantes e empresários), que objetivava ajudar a conter as movimentações populares. Esse processo teria dado origem a um esquema de “repressão, execuções e torturas” que seriam as ações dos grupos de extermínio em ascensão, conhecidos mais tarde como os Esquadrões da Morte. Tais grupos reprimiam as manifestações populares com o uso do terror, principalmente as que ameaçavam as propriedades privadas. Nesse período, o mais leve dos “delitos” poderia motivar perseguições, torturas e mortes. A morte de Dom Adriano, em 1996, dificultou bastante a busca por respostas para as questões que orbitam a violência na Baixada Fluminense, pois ele era um arquivo vivo sobre as especificidades da região que mantinha uma cultura de ocultação da realidade, que se mostrou impossível traduzir em números as atrocidades ali cometidas em todas as esferas da vida do morador comum. As estatísticas oficiais em relação à violência, em particular as de homicídio, encontravam certos

limites para retratarem a realidade, isso porque a polícia era frágil diante de pressões externas. Também havia rumores de que uma parte da população não informava os crimes cometidos, e havia falhas da área de segurança para identificar uma modalidade de crime a ser combatido como prioritário. De acordo com Alves (2020):

as “lógicas-em-uso” dos atores situados no interior do sistema de justiça criminal: policiais, juízes e promotores remetem a padrões de processamento organizacionais - atividades, seleções, decisões, interpretações submetidos à teoria jurídica dominante e construtores de uma caricatura burocrática dos formalismos legais que atuam na busca de confissões, que acabam incidindo sobre as classes populares, criminalizando-as desproporcionalmente (RATTON J. 1996, p. 20-21 e PAIXÃO, 1988, p. 181 e 182 Apud ALVES, 2020, p. 172) (Grifos do autor).

Não muito diferente dos dias atuais, os autores descreveram como funcionavam as estruturas jurídicas objetivando a desproporcional criminalização dos mais pobres. O trecho apresentou a visão de diversos autores acerca das "lógicas-em-uso" dos agentes do sistema de justiça criminal, tais como policiais, juízes e promotores. Essas "lógicas-em-uso" seriam caracterizadas como padrões de procedimentos organizacionais, que envolviam atividades, escolhas, decisões e interpretações submetidas à teoria jurídica dominante. Segundo os autores mencionados (Ratton e Paixão, 2020), essas lógicas organizacionais tendiam a seguir uma representação burocrática dos “formalismos legais”, que frequentemente resultavam na busca por confissões e na criminalização das classes populares. Em outras palavras, os agentes do sistema de justiça criminal, algumas vezes, atuavam conforme práticas e interpretações que acabavam afetando de forma desigual e injusta os mais pobres, perpetuando desigualdades e reforçando estereótipos e preconceitos em relação às classes populares. A ênfase na busca por confissões também leva a práticas coercitivas e violações dos direitos individuais. Uma observação relevante feita pelo autor foi o fato de que

Antes de 1984 não houve nenhum cálculo somatório dos homicídios no estado do Rio de Janeiro. Os registros de ocorrência (ROs) passaram a ser computados manualmente, em planilhas mensais por delegacias que somente se tornaram informatizadas a partir de 1991. O número de vítimas em cada registro não era identificado; logo, se ocorressem três homicídios e fosse feito apenas um registro, eles seriam computados apenas como homicídio (ALVES, 2020, p. 175).

Nota-se a ausência de uma contagem precisa e completa de homicídios no estado do Rio de Janeiro antes de 1984. Antes desse ano, os registros de ocorrência (ROs) eram realizados manualmente e compilados em planilhas mensais pelas delegacias, as quais somente passaram a ser informatizadas a partir de 1991. No sistema anterior, não havia a identificação do número exato de vítimas em cada registro. Não se pode deixar de considerar

aqueles mortos pelo braço armado da ditadura civil-militar nas periferias das grandes cidades brasileiras. Até agora, não se pode fechar em um número, porque muitos desses mortos foram vítimas diretas ou indiretas de uma política de descaso, de formação de grupos de extermínio, de tribunais do crime e de mando direto dos militares, como fora o sequestro e tortura de Dom Adriano Hypólito, em 1976, já confirmado pela Comissão da Verdade, que foi orquestrado pelo então Tenente Coronel José Ribamar Zamith. De qualquer forma e, apesar dessas limitações, Alves (2020) indicou que os dados relacionados aos homicídios

Quando comparados entre si e relacionados às diferentes conjunturas políticas desse período, possibilitam compreender a correlação entre a violência estabelecida na Baixada, o esquema de poder montado na região e os projetos políticos dominantes fora dela (ALVES, 2020, p. 175 e 176).

Esse trecho indicou que, ao contrastar distintos períodos históricos e cenários políticos na Baixada Fluminense, é possível adquirir uma compreensão da relação entre a violência presente na região e a estrutura de poder estabelecida. Além disso, ela aponta para a ligação desses elementos com os projetos políticos predominantes que vêm de fora da região. O autor explorou a conexão entre violência, poder político e projetos políticos na Baixada Fluminense e ao analisar os diversos períodos históricos e contextos políticos, foi possível identificar como a violência se relacionava com as estruturas de poder na região e como os projetos políticos de influência externa impactavam essa dinâmica.

Ainda de acordo com Alves (2020), a ocultação dos reais dados da violência na Baixada Fluminense, diziam muito sobre o esquema de poder montado na região, o qual não poderia ser compreendido fora de um objetivo maior, que seriam os desmandos da ditadura civil-militar, as motivações da pequena e nascente burguesia local, que contratava grupos para proteger suas propriedades privadas e os crimes comuns, de vingança, de ódio... Entretanto, para o autor, algo chamou muito a atenção: entre o período que vai de 1967 a 1983, os jornais eram as melhores fontes para se obter os números de homicídios na Baixada Fluminense. Isso indicaria uma falta de transparência e efetivo controle dos registros oficiais desses crimes, possivelmente devido à influência do arranjo de poder e das dinâmicas políticas prevaletentes na época. Coincidentemente ou não

O ano de 1967 corresponde tanto ao início do arquivo consultado como também coincide com o processo de fusão dos pequenos exércitos estaduais, criados para enfrentar as oligarquias locais com as guardas-civis uniformizadas, sob a égide do Exército. Uma decisão motivada pela estratégia de enfrentamento da ditadura com as dissidências (PINHEIRO, 1996, p. 28 Apud ALVES, 2020, p. 175).

Observa-se que o ano de 1967 foi decisivo na criação de um arquivo sobre os crimes ocorridos e na sua “coincidente” união dos pequenos exércitos locais que, teoricamente, haviam sido criados para o enfrentamento das oligarquias crescentes na região. Alves (2020, p. 176) argumentou que entre os números de homicídios dolosos também estavam as execuções praticadas pelos grupos de extermínio. Sendo que, para o autor, “a proporção dessas execuções dentro do universo dos homicídios foi impossível detectar nos limites deste trabalho” (ALVES, 2020, p. 176). O autor informou que não foi possível determinar a proporção dessas execuções em relação ao total de homicídios devido às limitações do trabalho, reconhecendo a dificuldade em quantificar essa relação devido às restrições da pesquisa.

Alves (2020, p. 176) sugeriu que a imprensa foi a referência para a população sobre o número de execuções, diferentemente dos números apresentados pela Polícia Civil que, por exemplo, “não especificam as características do homicídio”. Segundo o autor, os dados da Secretaria de Segurança Pública/Polícia Civil ou da imprensa da época sobre a violência da Baixada Fluminense não tinham seus limites para serem considerados confiáveis e ter consciência disso abre um precedente para relativizar a violência, mas não para superá-la. Neste cenário, os dados da imprensa, com todos os seus “poréns”, eram os que registravam os índices mais próximos da realidade social da região (ALVES, 2020, p. 173). Era comum ver grupos de pessoas concentrados em bancas de jornais, estarrecidas com as manchetes apelativas para a extrema violência e as fotos das crueldades dos crimes cometidos, aos quais a imprensa tinha acesso. De acordo com Alves (2020):

O que inexistia nos registros de ocorrência ou nos inquéritos sobre homicídios acabava revelado em “furos” jornalísticos, mesmo que com finalidades sensacionalistas, comerciais e/ou políticas. Por outro lado, a imprensa revela também a versão oficial, com seus índices de violência e homicídios e com as explicações de delegados, secretários de segurança, chefes e comandantes de polícia. Presa nas suas próprias contradições, ela permite leituras transversais, embora, muitas vezes, acabe por sucumbir à lógica dos setores politicamente dominantes e adequando-se aos seus interesses (ALVES, 2020, p. 173) (Grifos do autor).

A Baixada Fluminense violenta vendia jornais, os jornalistas ávidos por suas manchetes sangrentas encontravam crimes que ainda nem constavam nos registros policiais. A imprensa era mais rápida, pois sua estreita relação com o mundo capitalista e sua visão de tudo ser mercadoria, permitia que os jornalistas fossem atrás das matérias mais terríveis, pois eles sabiam que quanto mais cruel o crime, mais jornais seriam vendidos. Alves (2020, p. 174

e 175) apresentou um panorama dos homicídios na Baixada Fluminense nos anos de 1980, disposto no Anexo 30 deste trabalho e produziu um levantamento sobre os “números de homicídios na Baixada”, mas o autor destacou que a dificuldade na organização dessas informações foi algo que chamou bastante a sua atenção. Fatores como mudança de pessoas e cargos na polícia, nos métodos e na organização dos dados foram fatores dificultadores para esse trabalho. Paira uma forte dúvida sobre o número real de vítimas dos Esquadrões da Morte na Baixada Fluminense, pois não havia vontade institucional, pois as existentes faziam “vistas grossas” quando a ideia era buscar a verdade dos fatos. O autor indica que seria mais eficiente fazer uma pesquisa mais calcada na organização de uma estrutura de execuções sumárias e de implementação de grupos específicos no poder local e de suas relações com as demais esferas de poder (ALVES, 2020, p.176). Não descartando aqui a possibilidade de líderes políticos permitirem e auxiliarem esses grupos de extermínio. Essas pessoas construíram um verdadeiro e eficiente meio de dominar politicamente a região pelo uso da força, do medo e do terror.

Alves (2020, p, 171) afirma que as fontes utilizadas por ele foram obtidas, em grande parte, por meio da imprensa. Nesse ponto também entra a importância de Dom Adriano Hypólito na região que, preocupado em documentar os crimes dos Esquadrões da Morte, organizou um arquivo sobre tais crimes. Alves (2020, p. 171) indicou que muitas das informações utilizadas por ele foram conseguidas em um arquivo de Nova Iguaçu, organizado por Dom Adriano, arquivo que hoje está no Centro Pastoral da Diocese de Nova Iguaçu e é constituído com

Recortes dos principais jornais, foi organizado em pastas temáticas sobre Violência, Esquadrão da Morte, Polícia, Política, Baixada Fluminense etc. Esse trabalho de classificação por assunto, inexistente nos arquivos dos próprios jornais, possibilitou o acesso a um conjunto bastante amplo e detalhado de reportagens que foram produzidas no período de 1967 e 1993. Foram fotocopiadas aproximadamente 2.300 páginas com matérias relacionadas ao objeto de estudo (ALVES, 2020, p. 171).

No excerto acima, Alves (2020) informou que utilizou recortes de matérias de jornais, as quais foram organizadas por Dom Adriano em pastas temáticas relacionadas à violência. Essa categorização realizada por Dom Adriano Hypólito foi fundamental para o trabalho do pesquisador, uma vez que os arquivos dos jornais não estavam previamente organizados dessa forma. Essa abordagem metodológica possibilitou ao autor acessar um conjunto amplo e detalhado de reportagens produzidas no período de 1967 a 1993. Esses recortes de jornais serviram como fonte de informação para sua pesquisa e análise do objeto de estudo. A

interpretação desse trecho evidenciou a importância do trabalho de organização das fontes utilizadas em uma pesquisa. Ao recortar e classificar as matérias de jornais de acordo com os temas relevantes para uma investigação, Dom Adriano produziu um conjunto consistente de dados para fundamentar análises sobre a violência e a Baixada Fluminense. Essa organização permite hoje aos pesquisadores explorarem diferentes perspectivas e evidências, possibilitando uma compreensão mais abrangente e aprofundada.

Os recortes dos jornais e toda a organização dos números sobre a violência na Baixada Fluminense em suas origens e consequências, formou um arquivo detalhado da violência entre os anos de 1967 e 1993, tudo que não existia nos arquivos oficiais, foi produzido pela diocese de Nova Iguaçu, sob a égide de Dom Adriano Hypólito. Tal arquivo também serviu como acervo consultado para a produção dessa tese de doutoramento. Há outro arquivo com os dados da violência na região, produzido pela Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania (Sodic), que antes era conhecida como Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nova Iguaçu. De acordo com Alves (2020), este último arquivo é “mais específico do que o primeiro”, mas abrange apenas o período entre os anos 1985 e 1993 e se mantém apenas nos casos de homicídios. Mesmo assim, desse arquivo, “na elaboração de relatórios sobre as violações dos Direitos Humanos, aproximadamente 900 páginas foram fotocopiadas” (ALVES, 2020, p. 171). Há de se destacar que o esforço de Dom Adriano em documentar os números da violência na Baixada Fluminense foram fundamentais para este e vários outros trabalhos de pesquisa sobre o tema. O autor, de posse de suas fontes e com a sua metodologia de pesquisa, consegue reunir informações relevantes para a análise da violência na região, as ações e omissões da polícia, a violência dos grupos de extermínio etc. De acordo com Alves (2020), em suas pesquisas, um episódio, em particular, fez com que os moradores se aterrorizassem com as ações empreendidas pela polícia da região, foi

no dia 13 de novembro de 1968, aproximadamente 100 soldados do 6º Batalhão da Infantaria da Polícia Militar, sediado em Duque de Caxias, mataram com rajadas de metralhadora, diante de 2 mil pessoas, o bandido *Roncador*²¹.

²¹ (*Jornal do Brasil*, 14 de nov. 1968 Apud Alves, 2020, p. 171). (OBS.: As referências bibliográficas dos jornais que não têm a citação da página correspondem às matérias encontradas nos arquivos organizados sem a preocupação de se registrar a página do jornal) Notas do autor.

Diante da violência do acontecido, segundo Alves (2020, p. 171), a população, perplexa, não tinha mais dúvidas de que o padrão da violência na Baixada Fluminense havia mudado, pois não encontravam-se razões para a execução de um bandido exausto, sem condições de reação, que esteve por 34 horas escondido do cerco do policial em um bueiro em frente ao Batalhão da Polícia Militar. Faminto e sedento decidiu se entregar, jogou então sua arma fora e elevou suas mãos à cabeça. Quais razões justificariam a brutalidade de cem soldados, manipulando sem dó as rajadas de metralhadora diante de um homem já rendido, entregue e exausto? Dessa forma, Alves (2020) foi abordando a transformação do papel desempenhado pela Polícia Militar após o golpe civil-militar. A partir de 1967, a Polícia Militar passou a assumir uma função secundária nas ações repressivas da ditadura, adotando cada vez mais uma abordagem militarizada de segurança pública.

Contextualizando essa análise, o golpe civil e militar de 1964 marcou um período de intensificação da repressão e controle estatal sobre a sociedade brasileira. Nesse contexto, as forças de segurança, incluindo a Polícia Militar, desempenharam um papel central na implementação das políticas repressivas da ditadura. A partir de 1967, a Polícia Militar assumiu uma posição de colaboração e apoio às ações do governo ditatorial, tornando-se ativa na repressão política e na manutenção da ordem pública sob uma perspectiva militar e, segundo Alves (2020):

Apesar disso, a execução de *Roncador* punha, de forma inequívoca para a sociedade, a questão sobre os limites da ação policial. Dias depois, o *Correio da Manhã* fazia a seguinte pergunta: “*Da mesma forma que os policiais assistem ao espetáculo de bombas explodindo contra supostos inimigos do regime, o rapto de atrizes e o espancamento de intelectuais e estudantes; logo, por que haveriam de inibir-se ante a ‘solução final’ para criminosos?*” (Correio da Manhã, 17 nov. 1968 Apud ALVES, 2020, p. 177) (Grifos do autor).

No trecho acima o autor mencionou a execução de *Roncador*, que evidenciou os excessos da atuação policial na sociedade. Esse trecho ilustrou a preocupação com os abusos e a violência perpetrados pelas forças policiais durante o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). O jornal ressaltou a falta de limites na atuação policial, sugerindo que, se os policiais não hesitavam em empregar violência contra aqueles considerados inimigos da ditadura, por que se inibiriam em adotar uma "solução final" para os criminosos comuns? A menção à "solução final" evoca o termo usado pelos nazistas para descrever o genocídio em massa de judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Ao fazer essa analogia, o jornal sugeria que a ação policial desmedida e violenta poderia levar a um tratamento similar para os

criminosos, ignorando princípios legais e Direitos Humanos. Portanto, a reportagem levantou questões sobre a moralidade e a ética da atuação policial e as implicações dessas práticas para a sociedade como um todo.

A população seguia cada vez mais aterrorizada com as ações policiais sem limites de crueldade. Não se sabia mais a quem temer, bandidos e policiais se tornavam uma só instituição pronta para prender, “julgar” e executar publicamente qualquer indivíduo que fosse, por eles, considerados culpados por algum crime. E essas ações ocorriam diante da população, imagina o que acontecia às escondidas? O terror era o sistema em que a população da Baixada Fluminense estava inserida. Nos estudos de Alves (2020), alguns crimes não solucionados como assassinatos, sequestros, desaparecimentos e torturas, foram questionados pela matéria do *Correio da Manhã* (1968), apontando assim

As vinculações entre a polícia e o esquadrão da morte, anos mais tarde o conjunto da imprensa passaria a trabalhar com uma espécie de “versão comum” sobre o surgimento desse esquadrão (ALVES, 2020, p. 177) (Grifos do autor).

E qual seria essa “versão comum”? Para Alves (2020, p. 177 e 178), essa ideia apontava que o nascimento do Esquadrão da Morte no Rio de Janeiro tivesse ocorrido por volta do ano de 1956, quando bandidos como os chamados *Sete Dedos* e *Carne Seca*, estavam em um período de plena atividade, mas neste momento o detetive “Eurípedes Malta foi chamado ao gabinete do general Amaury Krueel” e, pouco tempo depois, teria sido formado o “Serviço de Diligências Reservadas”, composto por

policiais mais famosos da época: *Manga*, Ernani, Ivo Americano, Perpétuo de Freitas etc. Os assaltos passaram a diminuir e o número de bandidos mortos passou a crescer. No dia seguinte a cada execução, o Boletim Interno do Departamento Federal de Segurança Pública (não havia ainda secretaria), publicava portarias do chefe de polícia em que eram concedidas gratificações de Cr\$ 5 mil por serviços prestados (uma quantia que na época equivalia à prestação mensal do aluguel de um amplo apartamento em Copacabana) (ALVES, 2020, p. 177 e 178) (Grifos do autor).

Essas publicações feitas por um órgão oficial explicitam os prêmios em dinheiro recebidos por alguns policiais famosos na época, por seus métodos duvidosos de ação. A população não sabia quem temia mais, os bandidos ou os policiais. Na dúvida, o mais coerente era manter distância de ambos, ainda mais depois do juramento que os companheiros do detetive Milton Le Cocq fizeram em seu enterro, como segue:

Depois da morte do detetive Milton Le Cocq de Oliveira pelo bandido *Cara de Cavallo*. No enterro, os companheiros de Le Cocq juraram que para cada policial morto haveria 10 bandidos assassinados (ALVES, 2020, p. 178) (Grifos do autor).

O juramento, que seria uma ameaça explícita, veio seguido da *Escuderie Le Cocq* que, de acordo com Alves (2020, p. 178), seria uma organização destinada a ajudar as famílias dos policiais mortos. No entanto, nas discussões do autor acerca da fundação de tal organização, “Euclides Nascimento, Hélio Guaíba, José Guilherme Godinho (Sivuca), Lincoln Monteiro, João da Feira, Ivo Americano e outros”, saíram à caça e mataram *Cara de Cavallo*. Para Alves (2020), esse fato seria

o surgimento do esquadrão da morte, em segunda fase, sob a égide da *Escuderie Le Cocq*. Uma terceira fase, segundo as matérias, teve início com ingresso de outros policiais, entre os quais destacavam-se Mariel Mariscot, expulso da polícia e réu em vários processos. Hélio Vígio, Hermenegildo Jacaré de Barros, Arlindo Domingos da Cruz e Sílvio Carneiro. Um recesso do esquadrão ocorreria a seguir devido ao assassinato do motorista Edgard Gordilho, da TV Tupi, cometido por engano pelos policiais. (*Jornal do Brasil*, 28 set. 1975, p. 15; *O Globo*, 1 set. 1974 e *Pasquim*, 14 a 20 abr. 1983 Apud ALVES, 2020, p. 178) (Grifos do autor).

Os nomes de muitos dos policiais envolvidos com vários tipos de violência no Rio de Janeiro eram conhecidos nacionalmente e alguns tornaram-se famosos e de fácil trânsito na alta sociedade carioca. Para Alves (2020, p. 178), na Baixada Fluminense, o surgimento dos Esquadrões da Morte também estaria relacionado à captura de um famoso bandido. Segundo o autor:

No caso específico da Baixada, o esquadrão da morte tem seu surgimento ligado ao processo de captura do bandido José Miranda Rosa, o *Mineirinho*, o responsável por assaltos e mortes praticadas em São João de Meriti, por volta de 1954 (ALVES, 2020, p. 178) (Grifos do autor).

Nos dois casos (Cidade do Rio de Janeiro e Nova Iguaçu), a associação das ações de policiais a atos heroicos era comum, eles eram os “vingadores” para boa parte da população, os que exterminavam os malfeitores. No caso da Baixada Fluminense, Alves (2020, p. 178) sugeriu que o delegado da época, Rogério Mont Karp, por meio de informantes e recompensas, capturou o *Mineirinho*, que conseguiu fugir, mas terminou sendo metralhado pela força policial. O autor destacou um fato importante, dois informantes que ajudaram na captura de *Mineirinho*, Máximo de Souza e João Coelho, posteriormente foram nomeados como investigadores de polícia. Esse fato ainda seria agravado, porque João Coelho ganhou relevância e aliou-se ao contraventor Costa França, que se tornou deputado estadual. Costa

França morreu tragicamente em 1964, depois de ter sido sequestrado por policiais (*Jornal do Brasil*, 3 jun. 1979 Apud ALVES, 2020, p. 178).

Alves (2020) escreveu sobre “fases” dos Esquadrões da Morte, o que se tornou uma realidade desses grupos que vão se renovando, se reformulando, fazendo novas alianças políticas e econômicas, tornando-se eles próprios empresários e políticos. Volta e meia se tinha a notícia da “volta do Esquadrão da Morte”, quando não se sabe, se em algum momento desde o seu surgimento, eles deixaram de existir espalhados pelo Brasil em seus diversos modelos e modos de agir. Segundo Alves (2020):

Seguindo a lógica (...) as notícias sobre a volta do esquadrão da morte, em 1968, mais do que expressar a retomada das atividades de um determinado grupo de matadores, significava o ressurgimento da prática da execução sumária de forma mais intensa. No caso desse ressurgimento de 1968, especificamente na Baixada Fluminense, havia um destaque para o envolvimento da polícia com os banqueiros do jogo do bicho, que, ao fugirem da repressão promovida na Guanabara pelo Secretário de Segurança General Luiz França de Oliveira, encontraram na Baixada um novo mercado, entrando em choque com os “colegas” fluminenses. Afora as atividades do esquadrão da morte, a polícia era acusada de tirar plantões nas “bancas de bicho” para proteger os contraventores de assaltantes (*O Jornal*, 17 nov. 1968 Apud ALVES, 2020, p. 178 e 179).

Esta análise revelaria uma relação entre o Esquadrão da Morte, a polícia, os banqueiros do jogo do bicho e os conflitos que surgiram nesse contexto específico da Baixada Fluminense em 1968. Essa relação indicaria uma interseção de interesses, conivência e até mesmo cumplicidade entre diferentes grupos, onde a violência e a corrupção permeavam as relações estabelecidas. Então, surgiu mais uma especificidade da Baixada Fluminense: O jogo do bicho. Tal jogo surgiu no Rio de Janeiro relacionado ao zoológico da cidade no século XIX, mas se espalhou pelo estado e pelo país, ganhando força nas grandes periferias como a Baixada Fluminense. Aos poucos, os conhecidos “bicheiros” foram fazendo associações que causavam medo na população. O medo existia, mas a jogatina seguia firme e o poder dos “bicheiros” também, mas a contabilidade da violência cada vez mais alta. Conforme:

O primeiro caso ocorreria na delegacia de Nova Iguaçu, quando o bicheiro Agenor Teixeira Lima, espancado no setor de roubos e furtos, terminou morrendo no dia 17 de julho de 1971 (16 - *Jornal do Brasil*, 9 mar. 1972).

Entretanto, segundo Alves (2020) havia alguns delegados que estavam dedicados a descobrir as autorias dos crimes atribuídos aos Esquadrões da Morte, entre eles, o delegado Lisis Nogueira, de Belford Roxo, que desenvolvia um trabalho sério, árduo e extremamente

perigoso dentro de sua própria corporação. Consta nos estudos de Alves (2020) que esse delegado fez o levantamento de ocorrências atribuídas ao Esquadrão da Morte na região da Baixada Fluminense, com um total de 120 registros e levantava suspeitas sobre sete membros do corpo policial, associando-os aos crimes. (*Jornal do Brasil*, 10 dez. 1969 Apud ALVES, 2020, P. 178). Alguns policiais se dedicavam a fazer um trabalho sério, mesmo correndo riscos dentro e fora da corporação. No entanto, Alves (2020) indicou que no final da década de 1960, mais precisamente

Em abril de 1970, seria criada a Comissão Especial de Investigação, que, ao ser extinta, nove meses depois, entregou ao secretário de Segurança um relatório contendo sugestões para apurar somente um dos 300 crimes atribuídos ao esquadrão da morte (*Jornal do Brasil*, 20 fev. 1971 Apud ALVES, 2020, p. 178 e 179).

Tal situação demonstra como funcionava o trabalho da maior parte da corporação policial na apuração dos crimes ocorridos na Baixada Fluminense. Se a conivência acontecia na própria execução dos atos cruéis e violentos, ocorria também no acobertamento desses crimes e na lentidão em suas investigações. Alves (2020, p.179) sugeriu as arbitrariedades que a própria polícia cometia nesta nova fase dos Esquadrões da Morte. Segundo o autor:

A imprensa passava a noticiar não apenas os crimes ocorridos na Baixada Fluminense, suas barbaridades e seus números absurdos, mas agora passava a associar a força policial a tais crimes, afinal, tudo o que estava relacionado aos Esquadrões da Morte vendia jornal, e o lucro é a razão pela qual a imprensa existe e foi criada. No seio do capitalismo e no sonho do “Brasil Grande”, estava parte da polícia matando e se associando a bandidos para o cometimento de vários outros crimes. Alves (2020, p.180) sugeriu que a relação entre o Esquadrão da Morte e parte da Polícia Militar aparecia nos grandes jornais não apenas pela apresentação dos discursos. Nas reportagens sobre o assunto surgiam as marcas peculiares dos crimes que eram praticados por essa união de forças.

As marcas de algemas, cordas e arames; os sinais de sevícias e tortura; o corpo frequentemente encontrado apenas com uma sunga (vestimenta normal dos presos devido ao calor dos xadrezes); as perfurações de balas de calibre 45, de nove milímetros ou de metralhadora; e o cuidado com a não identificação da vítima - ausência de documentos, abandono em lugar ermo - não podiam ser atribuídos à briga entre quadrilhas rivais ou à disputa entre traficantes, tampouco à ação de bandidos que queriam desmoralizar a polícia, algo, àquela altura dos acontecimentos, completamente desnecessário. (22 - *O Jornal*, 1 abr. 1973 e *Jornal do Brasil*, 20 abr. 1975 Apud Alves, 2020, p. 189).

Alves (2020) descreveu as características dos cadáveres encontrados em cenários de violência extrema, indicando que tais indícios não poderiam ser atribuídos a disputas entre traficantes ou de outros criminosos. O autor sugeriu que esses sinais eram representativos de execuções sumárias e práticas de tortura. As marcas de algemas, cordas e arames nos corpos indicavam que as vítimas haviam sido rendidas e amarradas. Além disso, eram observadas evidências de agressões e maus-tratos. O fato de as vítimas serem encontradas apenas com uma sunga, sugeria que esses cadáveres foram abandonados após terem sido mantidos em condições precárias de detenção. Outra característica significativa é a presença de perfurações causadas por projéteis de diferentes calibres e metralhadoras. O cuidado para não identificar as vítimas indicaria uma intenção de dificultar a investigação e responsabilização dos culpados. Essa interpretação do autor destaca a gravidade e a complexidade das violações dos Direitos Humanos.

Os grupinhos dos curiosos, que nem sequer podiam comprar os jornais ou revistas, se reunindo em torno de bancas de jornais para, pelo menos, dar uma “espiadinha” na tragédia do dia, era fato notável no cotidiano. As barbáries eram muitas, a impunidade e até uma certa glorificação dos supostos “justiceiros” estavam ali estampadas a quem passasse. Esta ação em si já é um ato de terrorismo, que paralisa o indivíduo comum, homens, mulheres, crianças e adolescentes que cresceram e viveram sob a eterna vigilância dos esquadrões, com o medo de fazer algo considerado por eles como “errado”. Seria uma ação até pedagógica, uma estratégia de ensinar a população a obedecer para que não tivessem o mesmo fim daquelas vítimas torturadas e cravejadas de bala. Era o tempo do terror psicológico que reinava na vida daquela população. Algumas fotos desses crimes estão no Anexo 31 deste trabalho.

Alves (2020, p. 181) abordou a recorrência dos grupos paramilitares conhecidos como Esquadrões da Morte ao longo do tempo, observando que em diferentes momentos surgiam notícias e informações sobre suas atividades, o que gerava alarme e preocupação na sociedade. No entanto, o autor ressaltou que existia uma relação entre o reaparecimento desses grupos e as formas de punição aplicadas aos policiais. A conexão apontada pelo autor indica que o renascimento dos Esquadrões da Morte estaria vinculado a um contexto em que as práticas de punição contra os policiais eram consideradas ineficazes. Isso pode ser interpretado como uma manifestação da insatisfação de parte da sociedade com o sistema de justiça criminal e suas respostas à violência policial. É possível que, diante da impunidade ou de medidas disciplinares consideradas brandas em relação a abusos cometidos por agentes de

segurança, alguns grupos ou indivíduos sentiam-se encorajados a agir por conta própria, formando Esquadrões da Morte para impor suas próprias formas de "justiça" ou retaliação. Essas ações violentas também podem ser analisadas como uma resposta à percepção de ineficiência ou injustiça nas instituições responsáveis pela aplicação da lei. A ideia apresentada por Alves (2020) indicou que a existência e o reaparecimento dos Esquadrões da Morte estavam ligados a uma dinâmica complexa entre a atuação policial, as formas de punição, a legitimidade do sistema de justiça e as expectativas da sociedade em relação à segurança pública. Compreender essa interação é crucial para buscar soluções eficazes no combate a essas práticas, promovendo a responsabilização adequada dos agentes de segurança e garantindo os direitos de todos os cidadãos ainda hoje, quando se observa a atuação das milícias se expandindo.

3.5 Entre vozes e lutas: Da medicina social à conscientização política - articulando Igreja Católica, saúde, comunidades e movimentos sociais.

Apesar de toda a violência descrita anteriormente, os estudos demonstram que sempre houve resistência por parte da população aos desmandos e ao abandono do Estado. De acordo com Mainwaring (1986), pelo menos desde 1945 registram-se tentativas isoladas de organização da população para a luta. “Em 1950 formaram-se as primeiras associações de bairros” (MAINWARING, 1986, p. 76). Ainda segundo o autor, teria sido o golpe militar de 1964 que desarticulou relevantes movimentos populares, aprisionando grandes líderes de movimentos de bairros e reprimindo novas tentativas de organizações populares, fazendo com que apenas iniciativas isoladas se mantivessem ativas. Para Mainwaring,

A única tentativa de organização mais contínua da população de Nova Iguaçu entre 1964 e 1974 foi o Movimento de Integração Comunitária, criado pela diocese em 1968. Esse Movimento propunha-se a organizar os católicos para a obtenção de melhores serviços urbanos, mas foi dissolvido, em 1970, pelo aparato repressivo (MAINWARING, 1986, p. 77).

Foram dez anos de muita repressão e medo de organizar grupos. Mesmo assim, algumas lideranças insistiam em trabalhar para melhorar as condições de vida material da população da região. A entrevistada Dilceia Nahon informou que a região da Baixada Fluminense era uma das mais carentes de serviços básicos do estado do Rio de Janeiro e, por isso, demandava muita militância para mudar essa situação, em suas palavras:

Não era só o saneamento, não tinha escola Municipal. A primeira escola Municipal construída nesse bairro foi construída pela campanha de uma dessas lideranças que

foi a professora Terezinha Lopes, que foi aliás, depois, a primeira presidente do MAB.

Para além das questões ligadas ao saneamento, a falta de infraestrutura educacional também se destacava. A inauguração da primeira escola de natureza municipal no bairro foi resultado do esforço conjunto liderado por uma das figuras influentes na comunidade, a professora Terezinha Lopes. Curiosamente, ela posteriormente ocupou a posição inaugural de presidente no Movimento dos Amigos de Bairros.). Dilceia informou que a professora Terezinha Lopes teria iniciado uma ação de arrecadação de

tijolos, de areia, de cimento para construir três salas de aulas num terreno da prefeitura, a comunidade construiu na base do mutirão e de doações para depois entregar para prefeitura administrar.

De acordo com a Dilceia, Terezinha Lopes foi professora por toda a vida, mas ela não demonstrava vontade de administrar uma escola particular, mas deixava evidente o sonho de que no bairro houvesse uma escola pública. Segundo a entrevistada, a professora Terezinha foi sua grande inspiração. Em suas palavras:

Foi a minha grande guru posso dizer, com os meus quinze anos de idade que me despertou para essa luta do bairro, não era muito claro na minha cabeça o que eu queria com quinze anos, eu só sabia que tinha muita coisa errada e que, de alguma forma, eu queria poder mudar um pouco esse mundo que a gente vive.

Seguindo a sua inspiração, Dilceia, anos mais tarde, tornou-se uma grande liderança na região, inclusive se dedicando à vida política partidária. Segundo seu relato, após a inspiração da professora Terezinha, ela militou na Igreja Católica que frequentava, no Grupo Jovem e no Conselho da Igreja. De acordo com ela, mais tarde, junto de outros militantes deram um salto e criaram uma organização, que em 1973 já estava sob a influência do Partido Comunista. Mas a entrevistada fez questão de ressaltar que contava com a experiência que viveu com a professora Terezinha Lopes e outras lideranças regionais anteriores à sua geração, a qual iniciou suas atividades na década de 1960. De acordo com ela, seu grupo fez um trabalho social forte na região de 1965 a 1973, então

a gente resolveu criar uma coisa mais organizativa que nós chamamos na época, para não chamar atenção na ditadura, de Conselho Comunitário. Era luta pelo bairro (...) por educação, saneamento, saúde (...). É bom lembrar que nessa época você não tinha sindicato organizado, estava cassado, você não tinha unidade estudantil, era clandestina, estava tudo clandestino nessa época, e daí nós criamos esse Conselho Comunitário dos bairros.

Nessa passagem, Dilceia descreveu o contexto político e social durante a ditadura civil-militar, no qual as formas tradicionais de organização, como sindicatos e entidades estudantis, estavam proibidas e atuavam de forma clandestina. Diante dessa situação, seu grupo optou por criar uma organização denominada "Comitê Comunitário", visando promover a luta pelos direitos e melhorias nos bairros. Essa organização buscava abordar questões relacionadas à educação, saneamento e saúde, entre outras demandas da comunidade. A escolha do termo "Comitê Comunitário" provavelmente foi uma estratégia para evitar chamar a atenção das autoridades durante a ditadura. Essa iniciativa tinha o propósito de fomentar a participação e a mobilização da comunidade, buscando preencher a lacuna deixada por outras formas de organização e representação social que estavam restringidas nesse período.

Dilceia discorreu sobre os movimentos nos quais participou entre as décadas de 1960 e 1970, indicando que tais movimentos estavam direcionados para a melhoria das condições de vida material da população da região. Sob esse ponto de vista, Carvalho (2014, p. 188) informou que desde o início da “abertura” do Governo Geisel, que ocorreu na segunda metade da década de 1970, os movimentos sociais se expandiram muito, sobretudo nas periferias das grandes metrópoles, como é o caso da Baixada Fluminense. De acordo com o autor, esses movimentos estavam entre

os movimentos dos favelados. Eles já existiam desde a década de 40, mas adquiriram maior força e visibilidade nos anos 70. A eles se juntaram as associações de moradores de classe média, que se multiplicaram da noite para o dia. No início dos anos 80 já havia mais de 8 mil delas no país (CARVALHO, 2014, p. 188).

Essa citação apontou que os movimentos dos habitantes de favelas, que já estavam presentes desde os anos 40, adquiriram maior vigor e notoriedade durante os anos 70. Nessa época, também surgiram numerosas associações de moradores de classe média. Esses dados sugerem um crescimento significativo no engajamento e na organização tanto dos moradores de favelas quanto das associações de classe média. Esses movimentos desempenharam um papel relevante na luta por direitos e melhores condições de vida nas favelas e bairros populares, contribuindo para a mobilização social e para a busca por mudanças socioeconômicas.

Essa multiplicação dos movimentos sociais nos anos de 1970 ocorreu, muito provavelmente, pela política de abertura promovida por Geisel, que fez crescer um sentimento de uma certa liberdade em um ambiente tão opressivo na década anterior.

Entretanto, essa “abertura” promovida pelo presidente/general, não agradava a todos dentro das Forças Armadas e fez desencadear uma série de atos terroristas no país, entre os quais está o sequestro de Dom Adriano Hypólito, em 1976. Esses ataques ocorriam por vários motivos: para assustar a população, para culpar os “comunistas”, para avisar estes últimos do que os grupos organizados de direita eram capazes etc. Mas acabavam denunciando o próprio medo dos grupos dominantes, tanto em pequena escala como em uma cidade como Nova Iguaçu, quanto em larga escala, com atos atrapalhados, como foi o caso de uma bomba que deveria explodir no Riocentro e acabou por explodir no colo de um militar.

De acordo com Carvalho (2014, p. 188), as grandes movimentações sociais que existiam neste período estavam preocupadas com os problemas concretos da vida material cotidiana, uma vez que, o aumento desenfreado da população urbana causou um grande desgaste e os responsáveis pelos poderes públicos não foram capazes ou não desejaram acompanhar as necessidades surgidas com investimentos e rapidez nos serviços essenciais. Segundo Carvalho (2014, p. 188):

O que os movimentos pediam eram medidas elementares, como asfaltamento de ruas, redes de água e de esgoto, energia elétrica, transporte público, segurança, serviços de saúde. Os movimentos de favelados reclamavam ainda a legalização da posse de seus lotes (CARVALHO, 2014, p. 188).

As características citadas eram as bases dos movimentos sociais urbanos das décadas de 1970 e 1980, muitos entrevistados afirmaram que as lutas se davam para alcançar direitos básicos para a população de uma determinada comunidade. Só mais tarde, na década de 1980 mais precisamente, que alguns desses movimentos ganharam ares partidários, apoiar candidatos, ter seus próprios candidatos e promover “rachas” internas por divergências políticas ou por interesses diversos.

De acordo com Carvalho (2014, p. 188), os movimentos de moradores e de favelados usavam como estratégia comum manter contato direto com as administrações municipais. Tais movimentos despertaram a consciência dos direitos dos moradores. E por influência da presença de políticos perseguidos pela ditadura, como foi o caso de Nova Iguaçu, os líderes comunitários foram treinados nessa arte e ingressaram na vida política partidária. Essa prática de ingressar na vida política após uma atuação na militância nos movimentos de bairro, criava um clima de desconfiança da população em relação ao candidato. Muitos moradores acreditavam que aderir a um partido político seria uma traição ao movimento e, em

contrapartida, outros acreditavam que essa era a única maneira de se mudar efetivamente alguma coisa, apoiando aqueles que queriam seguir na carreira.

Essa análise explorou o cenário dos movimentos de moradores. Inicialmente, esses movimentos “teoricamente” não possuíam vínculos partidários, mas tinham o propósito de conscientizar os moradores sobre seus direitos. No entanto, devido à presença de políticos perseguidos pela ditadura, como ocorreu em Nova Iguaçu, os líderes comunitários acabaram ingressando na esfera política partidária. Este trecho revelou a complexidade das relações entre os movimentos de base comunitária, a participação política e as percepções da população em relação aos candidatos. Houve debates sobre a lealdade aos princípios dos movimentos e a eficácia de atuar politicamente dentro dos partidos para alcançar as mudanças desejadas. A presença de líderes com experiência na militância comunitária que se tornaram políticos, evidencia a influência e importância desses movimentos na formação de lideranças e nas mudanças políticas em âmbito local e nacional.

De acordo com Carvalho (2014, p. 188), enquanto muitas categorias trabalhistas se envolviam ativamente em atividades sindicais, os funcionários públicos enfrentavam restrições à sindicalização, o que limitava suas opções para atuação coletiva, que se tornaram a única forma disponível para expressar suas demandas e interesses. À medida que os efeitos do "milagre econômico" começaram a diminuir, tanto os sindicatos como as associações de moradores se tornaram centros de atividades políticas. Destacando o papel crucial dessas organizações como espaços de mobilização e envolvimento político em meio a mudanças socioeconômicas. Segundo o autor:

as greves dos setores médios tornaram-se mais frequentes do que as greves operárias. A própria CUT teve sua composição alterada pela adesão desses sindicatos de classe média (CARVALHO, 2014, p. 188).

Esse foi um fenômeno importante no cenário das lutas trabalhistas. Essa mudança no perfil das greves refletiu as transformações sociais e políticas ocorridas no país nesse período. Foi mencionado que a Central Única dos Trabalhadores (CUT), uma das principais entidades sindicais do Brasil, que teve uma alteração em sua composição com a inclusão de sindicatos representantes da classe média. Anteriormente, a CUT era composta principalmente por sindicatos ligados aos trabalhadores industriais, mas o aumento das greves nos setores médios promoveu uma diversificação da base sindical da CUT. Essa mudança pode ser atribuída a diversos fatores. Primeiramente, o contexto do "milagre econômico" que impulsionou o

rápido crescimento da classe média e a expansão de profissões como professores, médicos, engenheiros e funcionários públicos. Esses trabalhadores, muitas vezes impedidos de sindicalização, buscaram nas ações coletivas dos movimentos sociais a forma de reivindicar melhores condições de trabalho e benefícios. Além disso, mesmo que a repressão política durante a ditadura civil-militar tenha sido menos intensa na década de 1970, ela ainda existia, o que levou os movimentos de trabalhadores a se unirem em torno de objetivos comuns e encontrar solidariedade entre as associações de moradores e sindicatos. A união desses diferentes grupos sociais resultou em uma nova forma de luta, com demandas específicas e estratégias adaptadas às particularidades de cada movimento.

O trecho contextualizou as mudanças no perfil das greves, destacando a importância destas para os setores médios, analisando a transformação na composição da CUT e relacionando essas mudanças com os contextos econômico, político e social da época. Isso demonstra uma abordagem historiográfica sólida que examinou como esses fenômenos estavam interligados e influenciados por diferentes fatores.

Essa mudança no perfil das greves, com maior protagonismo dos setores médios, trouxe diversidade e fragmentação para os movimentos sociais urbanos da época. Essa fragmentação não foi considerada uma fraqueza, mas sim uma característica que rejeitava modelos teóricos predefinidos para descrever a realidade. Surgiu, então, um novo modelo de luta que levava em consideração as condições materiais e as diversas manifestações sociais presentes na estrutura social brasileira.

Havia muitas particularidades em cada movimento social urbano que surgia no Brasil dos anos de 1970, Sader (1998, p. 197), no capítulo que recebeu o nome de *Movimentos Sociais*, indicou como primeira particularidade o caráter fragmentado desses movimentos dos anos de 1970, já apontados por diversos autores. Entretanto, para o autor essa fragmentação também não foi vista como fragilidade, ao contrário, seria uma condição que recusava modelos prontos, já definidos teoricamente para descrever a realidade. Surgiria assim um novo modelo de luta, mais flexível e adaptado às especificidades e demandas de cada movimento social.

A diversidade nos movimentos sociais urbanos refletia as diferentes condições materiais, experiências e perspectivas dos grupos envolvidos. Essa diversidade não apenas desafiava as teorias convencionais, mas também estimulava a criação de novas formas de

organização e ação coletiva. Os movimentos buscavam desenvolver suas próprias estratégias e definir suas demandas de acordo com suas realidades locais, em vez de adotar modelos pré-determinados. Essa abordagem fragmentada e adaptativa dos movimentos sociais dos anos 1970 abriu caminho para o surgimento de uma luta social que valorizava a autonomia, a diversidade e a capacidade de se ajustar às particularidades de cada contexto. Essa abertura para a criação de um novo modelo de luta contribuiu para a construção de movimentos sociais mais dinâmicos e efetivos, capazes de enfrentar os desafios e transformar a realidade social da época.

A análise de Sader (1998, p. 197 e 198) propôs que a fragmentação dos movimentos sociais teve suas raízes na diversidade das próprias condições materiais emergentes. A complexidade intrínseca à estrutura social resultou na proliferação de diversas manifestações sociais distintas. Esse argumento é respaldado pelo depoimento do entrevistado padre Matteo, que compartilhou suas experiências de participação em várias passeatas junto à população. Conforme suas palavras, era válido notar que na época não existia o município de Belford Roxo como entidade separada, uma vez que toda a região estava sob a alcunha de Nova Iguaçu. Essa contextualização histórica oferece um entendimento mais aprofundado sobre como as condições materiais variadas e a complexa estrutura social influenciaram a diversidade de manifestações sociais na região. Segundo o padre Matteo, quando havia os movimentos, esses eram mais concentrados ao longo da Rodovia Presidente Dutra, no centro de Nova Iguaçu, para chamar mais a atenção. O padre lembrou-se de mencionar que na época do padre Inácio, seu antecessor, muitas pessoas importantes para as lutas sociais foram a Belford Roxo, segundo ele,

Dom Pedro Casaldáliga veio dar uma palestra aqui (...) no lote XV. E lote XV naquela época era muito bom, isso é verdade, e continua. Agora (...) está se destacando porque toda a situação de violência.

Dom Pedro Casaldáliga ministrou uma palestra no bairro Lote XV. Para o padre Matteo, naquela época, esse bairro apresentava qualidades consideráveis. Contudo, atualmente chama a atenção devido ao agravamento da situação de violência que o cerca. Ao falar de violência, pode-se citar uma violência “estrutural” que é a falta de assistência à saúde, que reflete a deterioração desse serviço público nessa região. O trecho apresentou uma análise histórica e contemporânea sobre a Baixada Fluminense relacionada às mudanças ou permanências ao longo do tempo. Ele comparou o passado com o presente, onde a situação de violência, que segundo o padre Matteo, parecia estar agravada, e problemas estruturais que

ainda são reais na região. A menção à "violência estrutural" é um conceito utilizado em análises sociais e historiográficas que enfatizam não apenas a violência direta, mas também as condições sociais, econômicas e políticas que perpetuam a desigualdade e o sofrimento.

Buscando amenizar o sofrimento do povo, os médicos e outros militantes trabalhavam. A entrevistada Lúcia Souto discorreu sobre o seu projeto de medicina social junto aos outros três médicos que chegaram a Nova Iguaçu quase na mesma época que ela. Nas palavras de outro entrevistado, o médico José Noronha, ele estava envolvido em atividades profissionais no Instituto de Medicina Social, colaborando especificamente na criação de postos comunitários de saúde em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ele também atuou como diretor de um posto de saúde em Austin, na cidade de Nova Iguaçu. A partir de sua posição como diretor do posto de saúde, Noronha e sua equipe estabeleceram vários postinhos, que eram extensões do posto principal e forneciam serviços de saúde básicos para a comunidade. De acordo com Lúcia Souto:

O Noronha fazia um trabalho também profissional junto ao Instituto de Medicina Social criando uma atenção de postos comunitários de saúde via UERJ²², também na Baixada, que foi diretor de um posto de saúde lá, de Austin. E a partir dessa direção desse posto, que era bem popular esse engajamento lá, (...) eles criaram vários postinhos satélites daquele posto que ele dirigia, que eram minipostos de saúde. Isso correndo simultâneo ao nosso trabalho, aí já com a Caritas nesse posto de Cabuçu que a gente atendia. E o Noronha, como tinha essa ligação, a gente comprou uma centrífuga, a gente fazia o exame de sífilis, separava o soro do plasma, tudo que muita gente até hoje não faz, a gente fazia lá. Formamos muitos agentes comunitários de saúde (...) corríamos o bairro inteiro pra conhecer todo mundo, bater papo, fazíamos conversas com todo mundo, enfim, era um trabalho bem interessante. Tinha umas freiras lá que eram maravilhosas, que moravam lá (...) sempre nos recebiam muito bem, foram muito receptivas a esse trabalho e com isso a gente foi ampliando esse trabalho que antes era só esse atendimento para fazer um trabalho de conscientização a partir da temática da saúde.

Lúcia afirmou que o Noronha também estava envolvido com a Caritas em um posto de saúde em Cabuçu. Devido a sua conexão com a equipe, eles desempenharam um papel importante e muitos agentes comunitários de saúde foram capacitados. A equipe percorria todo o bairro para conhecer a população e promover a conscientização sobre a saúde. As freiras que moravam na área foram citadas como muito acolhedoras, o que permitiu que a equipe expandisse seu trabalho para além do atendimento básico.

²² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

É justamente nesse ponto da fala de Lúcia Souto que se percebe a virada de um trabalho estritamente social para um trabalho de conscientização política. Lúcia afirmou que a partir da questão da saúde, surgiu um movimento junto com as Comunidades Eclesiais de Base. Segundo ela, havia reuniões semanais em vários bairros, e nesses encontros eles conheciam lideranças sociais das regiões e trocavam ideias e projetos. Eles também faziam encontros mensais e, segundo ela,

todo mês a gente fazia além desses encontros nos bairros (...). Esse encontro mensal era com todas essas comunidades, a partir da temática da saúde e à medida que a gente ia conversando, perguntando assim: Qual é o principal problema de saúde daqui? Aí uma moradora dizia: É a iluminação pública. Aí era uma coisa muito interessante porque ia ao encontro de toda ideia que a gente já trabalhava na saúde coletiva que é a determinação social do processo saúde-doença. Quer dizer, as pessoas muito sabidas, muito atentas e muito conscientes já mostravam que a falta de iluminação pública, e ela explicava o porquê: “Porque sem luz tem violência (...) a pessoa pode morrer ou pode ficar doente, levar um ferimento e isso é um problema de saúde”. Como também outros problemas apareciam, de moradia, de saneamento básico, todas as outras questões que estavam interligadas com essa temática da saúde.

As Comunidades Eclesiais de Base desempenharam um papel importante nessa transformação, juntamente com os movimentos de trabalhadores de classe média e setores públicos. Eram realizadas reuniões semanais e mensais, nas quais lideranças sociais eram apresentadas e ideias e projetos compartilhados. Esses encontros abordavam questões de saúde e possibilitavam a identificação dos principais problemas enfrentados pelas comunidades. Essa abordagem mais abrangente e engajada levou a uma conscientização política e a uma ampliação do trabalho social para enfrentar questões relacionadas à saúde e outras questões sociais.

A conscientização política foi promovida por meio de esforços sociais através da saúde, com destaque para a colaboração entre as Comunidades Eclesiais de Base, a classe trabalhadora de média renda e as instituições públicas. A criação do Centro de Direitos Humanos na região por Dom Adriano exemplifica essa abordagem mais abrangente desses direitos, indo além das discussões sobre o tratamento dos filhos da classe média durante a ditadura, embora tal fato também era gravemente importante. O foco do bispo estava mais direcionado para os segmentos "pequenos" da sociedade, para as pessoas comuns.²³ Dom

²³ O Centro de Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu, desde 1987, é resultado do que era a Comissão de Justiça e Paz, que marcou seu tempo pela luta contra a ditadura e deu assessoria aos movimentos sociais populares reivindicatórios diversos e luta contra todas as opressões. **Endereço:** Rua Dom Adriano Mandarino Hypólito, 08, Moquetá, 26285-330, Nova Iguaçu, RJ. **Telefone:** (21) 2768-3822 **Website:** www.facebook.com/cdhni **E-mail:** cdh.ni@ig.com.br

Adriano sempre acreditou que o seu trabalho era um auxiliar na luta pelos movimentos sociais da população de Nova Iguaçu, ele sempre indicou o protagonismo do povo nas agitações e nas conquistas sociais da região. Mas ele esteve envolvido em quase todas essas lutas:

Toda a diocese tem sido um grande movimento, pelo menos no que toca aos grupos de Igreja, aos grupos engajados com o Evangelho e comprometidos com o Povo de Deus. Mas posso ressaltar alguns grupos mais dinâmicos dentro do dinamismo maior da Pastoral: O Centro de Pastoral Catequética, durante muitos anos um fator notável de formação e atuação pastoral; os Clubes de Mães, atuantes há uns quinze anos; a Caritas Diocesana, em seu período de renovação conscientizadora; a Comissão Diocesana de Justiça e Paz, com atuação destacada na defesa dos Direitos Humanos; a Pastoral Operária, a Pastoral da Terra, em seus respectivos campos de trabalho. Há uma Comissão Diocesana de Pastoral da Juventude que promete. Verificamos também um trabalho de conscientização política em várias comunidades de base, com preocupação constante de não comprometer as comunidades com qualquer partido político (...) De alto valor foi também o Movimento de Amigos de Bairro (MAB) que, nos anos da repressão, nasceu e cresceu à sombra e no espaço da Igreja, sem ser, no entanto, um trabalho pastoral no sentido restrito (...) (DOM ADRIANO, 1985, s/p).

Essa passagem refletiu a perspectiva de Dom Adriano sobre as diversas iniciativas existentes na Diocese, todas elas desempenhando papéis significativos na promoção da fé, justiça social e defesa dos Direitos Humanos, com uma atenção especial para os mais pobres. Ele reconhecia que a Igreja progressista produzia um amplo conjunto de atividades, especialmente quando se tratava dos grupos eclesiais comprometidos com o Evangelho e dedicados ao bem-estar do povo. Dom Adriano realçou alguns grupos específicos que eram especialmente ativos no âmbito geral da Pastoral, como a Comissão Diocesana de Justiça e Paz. Ele também destacou a atividade de conscientização política em várias comunidades fundamentais, enfatizando a preocupação constante de evitar qualquer vínculo dessas comunidades com um partido político específico. Além disso, elogiou o Movimento de Amigos de Bairros (MAB), que se desenvolveu dentro da Igreja durante os tempos de repressão.

Em 1978 o bispo estabeleceu a Pastoral Operária como prioridade na diocese de Nova Iguaçu, conscientizando a comunidade sobre a importância do trabalho, da melhor distribuição de renda e da dignidade humana. De acordo com o documento **Pastoral Operária** CEDIC – PUC/SP (1992), esse foi um movimento que surgiu nos anos de 1970 em São Paulo e se espalhou para outras cidades do Brasil. Foi iniciado por militantes operários e buscava aprofundar a consciência da necessidade de uma articulação mais específica entre o

trabalho pastoral e o operariado urbano. Assim, a Pastoral Operária se configurou em uma presença da Igreja Católica junto da classe operária, na qual a Igreja em sua opção pelos trabalhadores assumia uma atitude crítica na sua luta pela libertação das opressões do mundo do trabalho. O aprofundamento dessas questões trabalhadas pela Pastoral Operária se deu na cidade de Nova Iguaçu em 1976 (KRONEMBERGER, 2018).

Mas a Igreja tão engajada na luta por direitos, em certo momento, mudou o seu foco, O bispo chegou mesmo a lamentar a mudança de conduta da Igreja após o período da ditadura civil-militar que, em certa medida, não estava mais tão comprometida em denunciar as violações dos Direitos Humanos quando essas não ocorriam com presos políticos. O bispo diversas vezes externou sua contrariedade em seus discursos,

Fico tremendamente aborrecido ao perceber que a Igreja não está vendo (...) que, apesar do fim da ditadura militar, continua a profanação crônica dos direitos humanos. Há tortura de presos comuns (FALTA DEMOCRACIA, 1993, s/p Apud KRONEMBERGER, 2018).

Por ter essa postura, em dado momento, as denúncias das ações dos Esquadrões da Morte se tornaram uma causa relevante na luta de Dom Adriano, que denunciava esses grupos e suas barbáries por meio das armas que dispunha: cartas às instâncias superiores da justiça e denúncias em seu semanário diocesano *A Folha*, além de fazê-lo em vários jornais e revistas nos quais tinha espaço. Tal atitude certamente não agradava aos componentes desses grupos. Por isso, por muito tempo discutiu-se a participação dos Esquadrões da Morte no sequestro e tortura de Dom Adriano. Essa hipótese não pode ser totalmente descartada, a depender da definição com que se trabalha em relação aos Esquadrões da Morte. Se a análise partir da ideia do surgimento desses grupos na região, como sendo grupos para conter manifestações populares e proteger estabelecimentos comerciais, a aproximação com o sequestro do bispo pode não ser tão óbvia, mas se a análise seguir o “fio de Ariadne” e compreender os Esquadrões da Morte como um braço armado da ditadura agindo na região, tal hipótese faz muito sentido (KRONEMBERGER, 2018).

A conexão entre a luta de Dom Adriano e as ações dos Esquadrões da Morte foi contextualizada de forma a considerar diferentes perspectivas historiográficas sobre a atuação desses grupos, abordando várias interpretações possíveis, desde sua origem até a sua relação com a ditadura. O trecho considerou diferentes perspectivas para fundamentar as afirmações e contextualizar os eventos no cenário histórico e os aspectos importantes em uma abordagem historiográfica.

Em Nova Iguaçu, uma história de resistência corre através dos tempos, relacionando-se com momentos sombrios de violência e desmandos. Desde 1945, as primeiras associações de bairros já traçavam o caminho das lutas por melhores serviços urbanos na cidade. Os anos 1960 trouxeram repressão e medo, sufocando a organização popular, mas o povo persistiu na busca por uma vida melhor. Uma figura inspiradora foi a professora Terezinha Lopes, cuja ação de arrecadar materiais para construir uma escola pública foi exemplo de luta. Dilceia Nahon, inspirada por Terezinha, tornou-se uma grande liderança. Com outros, formou o "Conselho Comunitário", uma força motriz pelos direitos e melhorias nos bairros, unindo as associações de moradores para o engajamento social.

Os anos 1970 e 1980 foram palco de uma explosão de mobilizações, milhares de associações de moradores se espalharam por todo o país. Movimentos sociais tornaram-se pilares na luta por melhores condições de vida nas comunidades, desafiando a ditadura em busca de mudanças socioeconômicas. Essa multiplicidade de movimentos refletia a complexidade da época, em que o Brasil buscava liberdade enfrentando repressão. As lutas eram diversificadas, adaptáveis, e valorizavam a autonomia, criando um novo modelo de luta social. Algumas entrevistas revelaram o engajamento na busca por saúde social. O trabalho com a saúde transformou-se em conscientização política, abraçando as demandas específicas das comunidades.

Dom Adriano, artífice do Centro de Direitos Humanos que emergia como uma luz tênue na região, enxergava além das trágicas violações que envolviam os presos políticos. Sua visão abarcava mais do que apenas os destroços das opressões, seus olhos compassivos se voltavam para os "pequenos", para os invisíveis, para as almas anônimas da vida cotidiana. Em um país que ansiava pela liberdade, suas denúncias ecoavam com coragem, desvelando a face sombria dos Esquadrões da Morte e revelando sua força. E assim, no horizonte da história, ele se ergueu como uma testemunha corajosa de um tempo de desafios e esperanças.

Assim, Nova Iguaçu carrega a marca da resistência, ensaia neste trabalho uma dança entre passado e presente, onde vozes ergueram-se contra a opressão. Esses movimentos perduram como um legado, um lembrete de que a união e a perseverança podem traçar novos caminhos mesmo em tempos sombrios.

Capítulo 4 - Entrelaçando Memória e História: Narrativas de luta, resistência e mudança - Uma abordagem da História oral na análise dos depoimentos dos militantes sociais

A memória coletiva desempenha um papel fundamental na construção da identidade de uma comunidade. Ao examinar as narrativas orais, foi possível acessar perspectivas pessoais e obter testemunhos diretos de pessoas que vivenciaram as lutas e as transformações sociais em Nova Iguaçu no período analisado. Suas histórias forneceram informações valiosas sobre os desafios enfrentados, as conquistas e as mudanças ocorridas naquela sociedade e, ao entrelaçar Memória e História, foi possível destacar a importância da preservação da memória coletiva como um instrumento de resistência. Além disso, ao ouvir a voz dos militantes sociais e destacar suas histórias de luta, pretendeu-se fortalecer a narrativa histórica e reconhecer o importante papel desses grupos na construção do tecido social de Nova Iguaçu. Ao longo deste capítulo foram apresentados trechos de entrevistas, com relatos de pessoas que participaram ativamente de movimentos sociais, organizações comunitárias e outras formas de engajamento político nessa cidade. Suas memórias forneceram uma visão mais ampla da história de Nova Iguaçu, destacando as lutas por direitos, igualdade social e justiça.

4.1 Lutas, Vozes e Memórias: A Importância da História oral na compreensão da identidade e da experiência coletiva

Será preciso, contudo, não esquecer que tudo tem início não nos arquivos, mas com o testemunho, e que, apesar da carência principal da confiabilidade do testemunho, não temos nada melhor que o testemunho, em última análise, para assegurar-nos de que algo aconteceu, a que alguém atesta ter assistido pessoalmente, e que o principal, senão às vezes o único recurso, além de outros tipos de documentação, continua a ser o confronto entre os testemunhos (RICOEUR, 2007, p. 155 e 156).

Ao finalizar uma análise sobre a relação da historiografia com a memória, Ricoeur (2007) fez a afirmação acima. Não obstante a desconfiança de muitos sobre as fontes orais, o autor argumentou que os fatos históricos não começam pelos arquivos e sim pelo testemunho de alguém que viu ou viveu determinado acontecimento e, às vezes, a palavra é a única fonte disponível que pode ser confrontada com outros tipos de documentações, as quais também tiveram origem em declaração. Esta observação de Ricoeur (2007) sugere a importância do testemunho como fonte de informação histórica, enfatizando que a maioria das informações sobre o passado tem origem em relatos de pessoas que viveram na época. Mesmo que a confiabilidade da declaração possa ser questionada, como qualquer outra fonte histórica,

ainda mais o testemunho, devido à natureza subjetiva da memória e à possibilidade de viés ou distorção, o autor reconheceu que este ainda é o recurso mais valioso para comprovar que algo realmente aconteceu. Ricoeur (2007) ressaltou também que a confrontação entre diferentes declarações pode ser útil para se obter uma compreensão mais completa e precisa dos eventos históricos. Em outras palavras, a investigação e comparação de diferentes testemunhos pode ajudar a identificar lacunas na informação e, portanto, melhorar a nossa compreensão do passado. Essa observação destacou a importância do depoimento como uma fonte valiosa de informação histórica e enfatizou a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva na análise dessas informações.

A principal metodologia utilizada nesta tese foi a da História oral, por essa razão, todo o trabalho se deu ancorado em estudos de autores que, tal como Ricoeur (2007), se dedicaram à análise dessa metodologia. Por isso, também foi feita uma discussão teórica com Bosi (1994,) no capítulo 1 desta tese, sobre o processo individual e coletivo de um determinado grupo, sendo que este processo recebe influências das particularidades de cada um dos seus membros e das trocas estabelecidas entre eles. A tese se apoiou em vários autores para compreender como as experiências e histórias individuais e coletivas influenciam a formação e a identidade de um grupo específico. Bosi (1994), mesmo que inicialmente tenha seus estudos compreendidos como conflitantes com outros autores apresentados, abordou a importância da memória coletiva e individual na construção da identidade e história do grupo, enquanto Ricoeur (2007) destacou a relação entre historiografia e memória e Portelli enfatizou o testemunho.

A discussão com Bosi (1994) foi importante para justificar as experiências individuais de cada entrevistado, vividas anteriormente aos movimentos dos quais participaram em Nova Iguaçu, mas para o aprofundamento das discussões, o diálogo se deu primordialmente com o historiador Alessandro Portelli em seu artigo *História oral como gênero* (2001, p. 9 - 36), que refletiu sobre o dialogismo existente nos trabalhos produzidos com a História oral e destacou que do encontro entre pesquisador e entrevistado origina-se um trabalho conjunto, há aquele que fala e aquele que ouve, o qual tem a tarefa posterior de transformar as palavras que ouviu em algo escrito. O autor também explicitou o próprio termo *História oral*:

Como está implícito no próprio termo, a *história oral* é uma forma específica de discurso: a história evoca uma narrativa do passado; o *oral* indica um meio de expressão (PORTELLI, 2001, p. 10) (Grifo do autor).

No comentário acima, Portelli (2001) introduziu outro importante ponto para este trabalho, ele destacou a importância da narrativa na História oral e como ela é uma forma específica de discurso que se concentra no meio de expressão oral. Para o autor, a História oral seria um método de pesquisa que se concentra em coletar e analisar relatos de testemunhas oculares e participantes de eventos históricos por meio de entrevistas e de outras formas de comunicação oral. Esses relatos seriam então transcritos, editados e interpretados para produzir uma narrativa histórica. Contudo, Portelli (2001) destacou que a História oral não é apenas sobre coletar informações verbais, mas também sobre a construção de uma narrativa coerente que possa ser compreendida e interpretada pelos leitores. A História oral requer uma habilidade para conduzir as entrevistas, selecionar e editar o material para produzir uma narrativa clara e significativa. A citação enfatiza a importância da narrativa na História oral, destacando como essa forma de discurso é um instrumento valioso para a compreensão e interpretação do passado. Isso porque, mesmo que não seja contado da mesma forma, um episódio pode ter sido narrado outras vezes, em outras condições, para outros sujeitos. Haverá graduais tentativas na busca de um tema, "repetições incrementadas por conta do acabamento e precisão ou de efeito dramático" (PORTELLI, 2001, p. 12).

O autor também indicou que é importante ressaltar que o entrevistado se esforça para ter uma boa dicção, e que esse esforço já aponta uma peculiaridade dessa metodologia, que é a de ser um "texto" em elaboração que inclui seus próprios esboços, materiais preparatórios e tentativas descartadas. Como o autor compreendeu que a História oral é "um gênero de narrativa", "um discurso histórico", dentro do que ele entende sobre o termo História oral, ele indicou que o fato de outros pesquisadores também terem entrevistado o grupo deste trabalho não quer dizer que o resultado será o mesmo.

O que é falado numa típica entrevista de história oral, usualmente nunca foi contado *dessa forma* antes. A maior parte dos relatos pessoais ou familiares são contados em pedaços e episódios, quando surge a ocasião (PORTELLI, 2001, p. 11) (Grifo do autor).

O comentário sugere como a História oral pode trazer novas informações e perspectivas sobre o passado, uma vez que os relatos orais geralmente contêm informações que nunca foram contadas da mesma forma. O autor enfatizou que a maioria dos relatos pessoais ou familiares são contados em "pedaços e episódios", e que muitas vezes só são compartilhados quando surge a ocasião apropriada. Por meio das entrevistas de História oral, os narradores têm a oportunidade de reunir esses pedaços e episódios e construir uma

narrativa mais completa. Essa situação pode ajudar a preencher lacunas na compreensão histórica e fornecer informações valiosas que não foram registradas em outras fontes. O comentário de Portelli (2001) indicou como a História oral pode ser um meio capaz de capturar a perspectiva de indivíduos comuns e entender como eventos históricos afetaram suas vidas de maneiras únicas e significativas. Destacou-se assim, a importância da História oral para a obtenção de novas informações e perspectivas sobre o passado. Em uma entrevista de história, o que ocorre precisa ser analisado com cuidado pelo pesquisador, e este precisa ter zelo para não se prender somente às partes mais elaboradas do discurso que ouve, deve estar atento aos detalhes do enunciado, pois, segundo Portelli (2001):

A fim de entender como a narrativa é formada, não devemos nos limitar a estes momentos de plenitude: necessitamos considerar também os materiais formulados, as matérias aparentemente sem forma de conexão e suporte, e o papel dialógico e corretivo do historiador (PORTELLI, 2001, p. 13).

O excerto destacou a importância de considerar uma variedade de materiais e fontes ao construir uma narrativa histórica por meio da História oral. Portelli (2001) enfatizou que não se deve limitar a atenção apenas aos momentos de plenitude e coesão na narrativa, mas também considerar materiais aparentemente desconexos para a construção de um discurso completo e significativo. Dessa forma, para o autor é importante destacar a importância do papel do historiador na construção da narrativa, pois o processo de entrevista e transcrição envolve uma interação entre o entrevistador e o entrevistado, e a interpretação e edição desses relatos também requerem um diálogo contínuo com outras fontes e com outras interpretações da história. O trecho sugeriu ainda, que a construção da narrativa histórica por meio da História oral é um processo complexo e contínuo, que requer uma abordagem crítica e reflexiva. Isso inclui considerar uma variedade de fontes, materiais e perspectivas, bem como o papel ativo e crítico do historiador. Assim, Portelli (2001) enfatizou o “papel dialógico” do historiador, pois segundo ele, a História oral começa pela fala do entrevistado, mas é destinada ao historiador, que tem a tarefa de reproduzir a mensagem recebida em forma de texto, condição que não escapa às críticas de se fazer História oral de forma escrita. Seria então também um trabalho dialógico entre oralidade e escrita. Nas palavras de Portelli (2001),

Podemos definir a história oral como gênero de discurso no qual a palavra oral e a escrita se desenvolvem conjuntamente, de forma a cada uma falar para a outra sobre o passado (PORTELLI, 2001, p. 13).

A definição apresentada de História oral como um gênero de discurso no qual a palavra oral e a escrita se desenvolvem conjuntamente, é precisa e coerente com o entendimento geral dessa prática. Uma vez que a História oral é uma arte de pesquisa que consiste em coletar, registrar e analisar relatos orais de indivíduos sobre suas experiências, memórias e percepções em relação a um determinado evento ou período histórico. Esses relatos podem ser transcritos e analisados posteriormente, permitindo que a História oral seja registrada de forma escrita e integrada ao discurso histórico. Ao enfatizar a relação entre a palavra oral e a escrita, Portelli (2001) reconheceu que a História oral não é uma forma isolada de história, mas sim uma prática que se relaciona com outras formas de produção e disseminação de conhecimento histórico. A História oral seria um gênero do discurso que, de acordo com Portelli (2001, p. 13 e 14), teria um “foco temático” dialógico entre a narrativa e a pesquisa bibliográfica ou histórica. Este trabalho se apresentou como uma pesquisa histórica, mas dentro da perspectiva de Portelli (2001), ou seja, a pretensão do texto é levantar questões, nota-se:

A questão sobre quão histórica é a vida privada e quão pessoal a história pode ser posta pelo narrador, pelo historiador ou por ambos; na verdade, sempre a questão do que é privado e do que é público na narrativa de alguém é incerta (PORTELLI, 2001, p. 14).

A afirmação apresentada é relevante para a discussão sobre a relação entre a vida privada e a história, o que é uma preocupação na história e no exame de narrativas históricas. Portelli (2001) destacou a natureza incerta dessa questão, indicando que não há uma resposta definitiva, o que se deve em grande parte à complexidade da relação entre a vida privada e a história, que pode ser influenciada por diversos fatores, como as crenças culturais, sociais e políticas de uma determinada época ou condição. A incerteza sobre o que é privado e o que é público na narrativa de alguém também pode ser influenciada pela perspectiva do narrador ou do historiador. Tal condição ocorre porque a seleção e a interpretação de informações históricas podem ser influenciadas por suas próprias experiências e crenças pessoais.

Diante do exposto, encontra-se uma aparente divergência teórica entre os estudos de Bosi (1994), que são voltados para a vida privada, e as pesquisas de Portelli, as quais se dedicam às análises de narrativas de acontecimentos públicos. Contudo, para ilustrar um possível diálogo teórico, pode-se incluir a história de amor de Dilceia²⁴ e Nelson Nahon.²⁵ Os

²⁴ Dilceia Nahon casou-se com Nelson Nahon em 1974. Após o casamento, deixaram o bairro onde viviam e Dilceia entrou para a clandestinidade. Após sair da clandestinidade, Dilceia voltou para o bairro de São Bernardo, em Belford Roxo, onde continuou sua militância.

dois se conheceram, se apaixonaram e se casaram quando ele ainda vivia na clandestinidade. Depois, dedicaram suas vidas à militância social, mas quando o casamento acabou, Dilceia contou que havia um desgaste relacionado ao estilo de vida que escolheram, de dedicação à militância, ficando ela sobrecarregada com as demandas dos movimentos ao qual pertencia. Neste caso, o público e o privado se misturaram. Segundo Portelli (2001):

De qualquer maneira que possa ser, a história oral expressa a consciência da historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade em eventos públicos: guerras, revoluções, greves, inundações (...) terremotos (PORTELLI, 2001, p. 14).

A afirmação de Portelli (2001) apresentou uma visão significativa da importância da História oral na compreensão da historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade em eventos públicos. O autor reconheceu que as experiências individuais são moldadas e influenciadas pelo momento histórico em que ocorrem. A História oral, portanto, é uma forma importante de registrar e preservar essas experiências, permitindo que as gerações futuras compreendam melhor o impacto da história na vida das pessoas, e vice-versa.

Além disso, a afirmação de Portelli (2001) destacou que a História oral pode revelar o papel do indivíduo na história da sociedade em eventos públicos. Ao coletar e analisar relatos orais sobre esses eventos, a História oral pode contribuir para uma compreensão mais abrangente e diversa da história, abordando não apenas as narrativas oficiais, mas também as experiências e perspectivas dos indivíduos que os vivenciaram. Portanto, Portelli (2001) ressaltou a importância da História oral como uma forma de reconhecer a historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade em eventos públicos. No caso de Dilceia e Nelson Nahon, ambos são sujeitos históricos dos movimentos sociais de Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980, e suas vidas privadas se misturaram com a história desses movimentos, o que justificaria o diálogo teórico entre o que é público, o que é privado e o que é social. De acordo com Portelli (2001):

O gênero (...) depende em larga escala do movimento equilibrado entre o pessoal e o social, entre biografia e história (...) a história oral se altera entre *narrativa* centrada no desempenho e *documento* centrado no conteúdo, entre *história de vida*

²⁵ O médico Nelson Nahon nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1949. Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, viveu na clandestinidade, foi preso e mudou-se para Nova Iguaçu. Atualmente, Nelson vive em Teresópolis.

centrada no assunto sujeito e o *testemunho* centrado no tema (PORTELLI, 2001, p.15) (Grifos do autor).

Conforme o historiador italiano Alessandro Portelli, o gênero depende do equilíbrio entre elementos pessoais e sociais, bem como entre biografia e história. Portelli (2001) também destacou que a História oral pode se manifestar de diferentes maneiras, dependendo se o foco está no desempenho ou no conteúdo narrado, ou se está centrado na vida do sujeito ou no tema abordado. Essas variações podem afetar a forma como a História oral é produzida e percebida pelos seus ouvintes e leitores. Este trecho indica a complexidade e a diversidade da História oral como um meio de documentar e transmitir histórias, e sugere que o gênero pode ser influenciado por essas variações e escolhas narrativas.

O presente trabalho fez uma escolha teórica que consistiu na coleta de narrativas de pessoas que participaram dos movimentos sociais de Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980. Além de investigar suas experiências nesses movimentos, o estudo também se preocupou em entender suas histórias de vida anteriores, incluindo informações sobre suas famílias, formação educacional e influências. Para tanto, foi utilizado um equilíbrio entre o "testemunho centrado no tema" e as histórias de vida dos entrevistados. Sob esse ponto de vista:

No âmago da narrativa criada pela clássica entrevista da história oral e pelo clássico texto, encontramos motivos e temas que insistem no relacionamento do individual e do público. Por exemplo, narradores em qualquer parte saboreiam narrativas de "enfrentar o grande homem" (PORTELLI, 2001, p. 15) (Grifos do autor).

Alessandro Portelli, discutiu a relação entre o individual e o público na História oral e argumentou que, tanto na entrevista clássica quanto na escrita, podemos encontrar motivos e temas que abordam a relação entre esses dois elementos. Portelli (2001) destacou, por exemplo, que em muitas narrativas orais, os narradores gostam de contar histórias sobre como enfrentaram grandes personalidades ou autoridades, o que pode indicar uma preocupação com a relação entre o indivíduo e o poder, também com a ideia de como as histórias individuais podem ser relevantes para a história mais ampla. Essa pesquisa recomendou que a História oral possa ser uma ferramenta valiosa para explorar a relação entre o individual e o público, bem como para examinar como as histórias individuais podem ser relevantes para a história social mais ampla.

A narrativa de Dilceia, no ponto em que ela e outros participantes interagiram com o governador, ilustrou a abordagem adotada neste estudo, mas foi tomado o cuidado de não

enquadrar o depoimento em um modelo preestabelecido, a fim de preservar a autenticidade da narrativa e a verdade contida nos fatos relatados. Conforme Portelli (2001) afirmou, a abordagem busca capturar a "verdade da possibilidade", ou seja, a verdade inerente à experiência pessoal e histórica de cada indivíduo. Esse cuidado foi observado porque, de acordo com o autor, e seguindo no desvelamento da História oral, o dialogismo entre narrador e pesquisador existe, mas há uma autoridade estabelecida nesta relação. Uma autoridade difícil de ser admitida e que está contida na pessoa que fala primeiro.

Não há história oral antes do encontro de duas pessoas diferentes, uma com uma história para contar e a outra com uma história para reconstruir. Tendemos a esquecer, entretanto, que a primeira pessoa que fala em uma entrevista de história oral usualmente não é o entrevistado, mas o entrevistador. Num sentido muito concreto, a narrativa da fonte pode ser vista como uma resposta para a questão inicial do historiador: "Quando você nasceu?" (PORTELLI, 2001, p. 18) (Grifos do autor).

Portelli (2001), abordou o papel do encontro entre o entrevistador e o entrevistado na História oral, argumentando que essa não pode existir sem o encontro entre duas pessoas, uma que tem uma história para contar e a outra que tem a função de refazer a história ouvida. No entanto, o autor destacou que muitas vezes esquecemos de que a primeira pessoa que fala em uma entrevista de História oral é o próprio entrevistador, que faz a primeira pergunta para iniciar a narrativa da fonte, que pode ser vista como uma resposta direta à questão inicial do historiador, como "quando você nasceu?". Essa observação destaca a importância da relação entre o entrevistador e o entrevistado na História oral, bem como o papel crucial do entrevistador na construção da fonte pela narrativa. Portelli (2001) recomendou que, ainda que a História oral dependa da experiência e perspectiva do entrevistado, a pergunta inicial do entrevistador e o modo como ele ou ela conduz a entrevista também são cruciais para a produção da História oral.

Mesmo que se saiba que a História, tal como ela aconteceu, nunca será reconstruída, tenta-se em um trabalho de História oral o máximo possível aproximar-se desse passado que se move nas memórias dos entrevistados, que toma forma na narrativa, se concretizando na escrita do historiador. Para Portelli (2001, p. 18 e 20), quando o historiador inicia a conversa, ele determina "a base da autoridade narrativa", mas as duas partes trazem para a entrevista suas próprias ideias que são aperfeiçoadas. No entanto, mesmo que as duas partes tenham ideias diferentes a serem acertadas durante o curso da conversa, o arbítrio do historiador é determinado na hora de fazer os recortes e determinar o que entrará para o trabalho e o que

ficará de fora. Assim, além da autoridade de dar o tom da conversa, o historiador também determina o que será utilizado em seu trabalho. Outra observação importante feita por Portelli (2001) seria o fato de que:

A relação social e pessoal entre os dois interlocutores também tem um papel (...) a forma da entrevista depende do grau de familiaridade do entrevistador em relação à realidade sob investigação: os narradores pressuporiam que um historiador “native” já conhece os fatos e fornece em substituição explicação, teorias e julgamentos (PORTELLI, 2001, p. 21 e 22) (Grifo do autor).

Em outras palavras, se o entrevistador é um “native”, os narradores podem presumir que ele ou ela já sabe os fatos e pode fornecer explicações, teorias e julgamentos do que se o entrevistador fosse um estranho. O nível de familiaridade e confiança entre eles pode afetar a qualidade e o conteúdo das informações obtidas. O que foi o caso desta pesquisa, uma vez que a entrevistadora nasceu e viveu até os vinte anos de idade em Nova Iguaçu e presenciou um pouco as lutas dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980. Contudo, não ocorreu o que, segundo Portelli (2001), seriam dois “monólogos de fatos brutos”, porque não havia a ilusão da não interferência de ambas as partes envolvidas nas entrevistas, mas foi considerado o conselho de Portelli:

Entretanto, jamais, os seres humanos, incluindo “informantes nativos” falarão sem tentar idealizar uma teoria sobre o que eles estão falando, para quem e por quê (...) Quanto menos os historiadores revelam sobre sua identidade e pensamentos, mais se torna possível de os informantes se inclinarem em testemunhos amplos e seguros, e se apearem às mais superficiais camadas de sua consciência e aos aspectos oficiais e mais públicos de sua cultura (PORTELLI, 2001, p. 22) (Grifos do autor).

O qual argumentou que os seres humanos, inclusive os “informantes nativos”, sempre tentam idealizar uma teoria sobre o que estão falando, considerando para quem e por que estão falando, afirmando que as pessoas não falam apenas por falar, mas sempre têm uma intenção por trás das palavras que escolhem. Portelli (2001) destacou que os historiadores devem ter cuidado ao revelar informações sobre sua identidade e pensamentos, pois pode afetar a forma como os informantes narram suas experiências. Quanto menos informações os historiadores revelarem sobre si mesmos, mais provável é que os informantes se concentrem em fornecer testemunhos amplos e seguros, baseados nas suas consciências e nos aspectos públicos de sua cultura. Portelli (2001) sugeriu a importância da compreensão das situações em que as informações são fornecidas e da influência que os pesquisadores podem exercer sobre esses cenários.

Entretanto, o presente estudo buscou capturar as narrativas dos entrevistados com o máximo de autenticidade possível, contudo, é crucial reconhecer que não estamos imparciais perante as histórias expostas. Como exemplo, a entrevistadora deste trabalho deixou evidente, desde o início das entrevistas, que havia sido moradora de Nova Iguaçu e estava familiarizada com os bairros mencionados pelos entrevistados. Entretanto, todo o rigor metodológico foi estritamente observado. Essa situação entra em diálogo com o que Portelli (2001) realçou:

As pessoas não podem esperar que os informantes lhes contem a verdade sobre eles mesmos se iniciamos enganando-os (...) o que o entrevistador revela sobre ele ou ela é definitivamente relevante em orientar a entrevista para um monólogo ou um denso diálogo de auto-reflexão (PORTELLI, 2001, p. 22 e 23).

Portelli (2001) ressaltou a importância da honestidade e transparência por parte dos entrevistadores ao lidar com os informantes. Ele sugeriu que se os pesquisadores começarem a enganar seus narradores, é improvável que eles falem a verdade sobre si mesmos. Tal situação pode prejudicar a qualidade da informação coletada e a confiança entre o entrevistador e o entrevistado. Além disso, o autor destacou que o que o entrevistador deixa claro sobre ele mesmo é relevante para orientar a entrevista. Ou seja, se o entrevistador estiver disposto a compartilhar informações sobre si mesmo, pode criar um ambiente mais aberto e acolhedor, permitindo que o entrevistado se sinta mais à vontade para dividir suas próprias experiências e opiniões. Ser honesto com o entrevistado é fundamental para um bom rendimento da entrevista, deixa o narrador seguro e à vontade, o que facilita com que sua narrativa seja construída de forma leve, pois, ainda segundo Portelli (2001):

“Uma *troca pessoal* torna-se uma *declaração pública* que pode ser um processo perfeitamente legítimo, quando é o que buscam ambos os lados” (PORTELLI, 2001, p. 23) (Grifos do autor).

Tudo depende do que buscam as partes envolvidas na entrevista. Este trabalho buscou coletar boas narrativas sobre os movimentos sociais urbanos de Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980, sem a pretensão de achar verdades absolutas, mas sim, histórias autênticas que pudessem ser transformadas em História por meio de reflexão, crítica e análise. Os entrevistados para este estudo foram informados de que suas palavras seriam transformadas em uma obra escrita e compartilhada com outras pessoas interessadas em suas histórias de vida e luta por transformação social. Sobre isso, Portelli (2001) destacou o seguinte:

Principalmente, de fato, a mudança do destinatário determinado para o não determinado é parte do processo pelo qual uma performance se transforma em um texto: um processo legítimo, realmente necessário, que começa quando as efêmeras

palavras do depoente são gravadas na fita ou filme, para serem transcritas mais tarde, editadas, publicadas (PORTELLI, 2001, p. 24).

O autor enfatizou que a mudança do destinatário determinado para o não determinado é uma parte fundamental do processo pelo qual uma performance oral se transforma em uma obra escrita. Esse processo começa quando as palavras do depoente são registradas e depois transcritas, editadas e publicadas. O autor sugeriu que essa mudança de destinatário é uma parte legítima e necessária do processo de transformar uma performance oral em algo escrito. Posto que a performance oral pode ser direcionada a um público específico em um determinado momento. O texto escrito é destinado a um público mais amplo e pode ser lido e interpretado em diferentes contextos e momentos históricos e culturais.

Neste ponto reside a autoridade e a responsabilidade do historiador ao transcrever as palavras gravadas e transformá-las em uma obra escrita. Essa não é uma tarefa livre de arbítrio, os historiadores escolhem as partes das narrativas que ficarão nos arquivos de história. A responsabilidade do historiador está posta na escrita final, mas aparece até mesmo antes de a entrevista se iniciar, na escolha dos equipamentos utilizados para registrar as falas dos entrevistados. Nessa perspectiva, Portelli (2001, p. 25) destacou quais os equipamentos seriam os mais adequados para a gravação de uma entrevista de História oral, ou gravação só de voz ou de vídeo. De acordo com o autor:

Definitivamente, até onde consigo analisar, não conseguimos ainda desenvolver de modo consistente uma forma *analítica*, deixando de lado a *acadêmica*, de apresentação de vídeo, que incluiria necessariamente recursos tais como quadros interrompidos (...) repetição elaboração eletrônica de imagens, e, sim, a tomada de responsabilidade do historiador em falar e interpretar abertamente, se não com autoridade, ao menos com uma voz e presença no meio de outros recursos visuais. As abordagens multimídia parecem, provavelmente, gerar o mesmo problema (e algumas soluções possíveis) em um futuro próximo (PORTELLI, 2001, p. 25) (Grifos do autor).

O trecho apresentou uma reflexão sobre a dificuldade de se desenvolver uma forma analítica e consistente de apresentação de vídeos históricos, que vá além dos recursos acadêmicos convencionais. O autor defendeu a importância da tomada de responsabilidade do historiador em falar e interpretar abertamente, usando sua voz e presença como recursos visuais, e mencionou também que as abordagens multimídia podem gerar problemas semelhantes, mas também oferecem soluções possíveis, preconizando que a tecnologia pode ser uma ferramenta útil para a apresentação de informações históricas, desde que utilizada de forma consciente e cuidadosa.

Este trabalho foi desenvolvido utilizando-se da plataforma *Zoom*, por causa da Pandemia da Covid 19, que demandava distanciamento social, uma nova ferramenta para fazer História oral. Talvez o “futuro próximo” de Portelli (2001) já tenha chegado e, seguindo as suas próprias palavras: “Uma das coisas que faz a História oral diferente é seu potencial democrático” (PORTELLI, 2001, p. 31 e 32). Esse caráter democrático pode abarcar novas formas de gravação das narrativas para serem transformadas em escritos acadêmicos ou outras finalidades. Tudo depende do que busca-se fazer com a narrativa contada, se estamos atrás da verdade ou da beleza contida nos fatos narrados. Neste trabalho, buscou-se fazer um meio termo, entre manter o belo e conferir os fatos, entendendo o depoimento como uma poesia representada, cujo tema mais importante é a memória (PORTELLI, 2001, p. 33 - 36).

Buscando explorar as experiências dos indivíduos e suas narrativas de luta e transformação social na cidade de Nova Iguaçu, por meio da coleta de relatos pessoais e memórias, este estudo teve também como objetivo compreender as dinâmicas sociais, políticas e culturais que moldaram a trajetória da cidade e seus habitantes. Ao destacar as histórias orais, buscou-se preservar e transmitir o conhecimento e as vivências de pessoas comuns que testemunharam e participaram ativamente dos momentos de luta e mudança na comunidade. Neste contexto, é relevante mencionar a entrevista realizada com o médico Nelson Nahon, que compartilhou suas memórias e experiências durante o período da ditadura civil-militar no Brasil. Por meio de sua narrativa, foram revelados desafios e obstáculos enfrentados, bem como os momentos de superação e resistência vivenciados por ele e por outros indivíduos que lutaram por transformações sociais.

Assim, ao entrelaçar a memória individual e a história coletiva, intencionou-se compreender e valorizar o papel das narrativas orais como fontes valiosas de conhecimento histórico e como uma forma de ouvir a voz daqueles que foram agentes de mudança em suas comunidades. Essas histórias nos ajudam a nos aproximar do passado e a compreender melhor o presente, enriquecendo uma dimensão de história local e suas implicações para a sociedade como um todo.

4.2 Esperança e memória na construção histórica: Movimentos sociais e luta por justiça em Nova Iguaçu.

“o velho tempo da *memória*, que atravessa a história e a alimenta”.
(LE GOFF, 1990, p. 13)

Na defesa da possibilidade do uso da memória como fonte histórica, Le Goff em **História e Memória** (1990), argumentou que mais e mais historiadores se interessam em compreender as relações existentes entre história e memória, mas essas relações não seriam novas para a História ocidental, uma vez que

desde a Antiguidade grega “a ciência histórica se define em relação a uma realidade que não é nem construída nem observada como na matemática, nas ciências da natureza e nas ciências da vida, mas sobre a qual se “indaga”, se “testemunha” (...) Assim, a história começou como um *relato*, a narração daquele que pode dizer “Eu vi, senti” (LE GOFF, 1990, p. 9) (Grifos do autor)

Acima o autor apresentou uma síntese sobre a definição da ciência histórica, que se diferencia das ciências exatas e das “ciências da vida” por não ser construída ou observada da mesma forma. Le Goff (1990) afirmou que, desde a Antiguidade grega, a História se define como um relato, uma narração daquele que pode dizer “Eu vi, senti”. O autor também destacou a importância da testemunha na construção da história, ou seja, daquele que presencia e relata os eventos históricos. Essa ênfase na narração testemunhal sugere que a história é uma construção baseada em interpretações subjetivas e pela perspectiva do narrador, que a ciência histórica se define em relação a uma realidade que não é construída ou observada da mesma forma que outras ciências, indicando que a história tem sua própria metodologia e abordagem para a compreensão dos eventos passados. Conforme Le Goff (1990) argumentou, a história pode ter se iniciado de forma oral, por meio de um relato de alguém que testemunhou um evento histórico.

Contudo, há muitos cuidados a serem observados no trabalho com essa metodologia. O próprio Le Goff (1990) destacou que, como toda fonte histórica, o relato requer críticas e seu resultado, assim entendido como fato histórico, passa pela interpretação e pelo objetivo do historiador que o analisa. O autor destacou que o relato “exprime o poder da sociedade sobre a memória e o futuro.” Desse mesmo ponto de vista e voltando à autoridade do historiador, destaca-se que Foucault (1997, p. 6) ponderou que os historiadores sempre partem do que desejam e fazem suas escolhas analíticas sob o seu poder de decisão, sobre o que é relevante ou não de ser estudado. Aqui mais uma vez aparece o arbítrio do historiador.

Apesar de remontar à Grécia Antiga para explicitar as relações entre história e memória no mundo ocidental, Le Goff (1990) enfatizou que o trabalho com testemunhos não significa que a história esteja voltando a seu antigo *status* de ser apenas relatos. Nos dias atuais existe a consciência de que na construção de um fato histórico o documento não é

isento, pois existem “os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico” (LE GOFF, 1990, p. 11). Mas o autor também alertou que essa percepção não deve desacreditar a objetividade histórica, mas servir para observar as graves falsificações. Nesse caso, vale ressaltar que, na produção deste trabalho, baseado principalmente em testemunhos, foi feito um grande esforço para justificar teoricamente essa linha de pesquisa, uma vez que existe o risco da desconfiança acadêmica, ainda resistente aos trabalhos produzidos sob a metodologia da História oral.

Mas para Le Goff (1990, p. 12), os campos da história, inclusive os surgidos a partir da *Escola dos Annales*, são muito ricos, não sendo necessário hierarquizar os campos de pesquisas, como é comum ocorrer nas comparações entre a história das representações e as realidades econômicas e materiais. O autor preconizou que essa condição liberta intelectualmente o historiador, para o qual um estudo histórico consistente deveria identificar o simbólico existente em toda realidade histórica. O historiador deveria cotejar as representações históricas com as realidades por elas representadas, fazendo um movimento de confrontação de documentos, no qual aprenda e tenha consciência de que toda história é uma *história social*. Contudo, neste estudo, houve uma abordagem que confrontou a realidade, a memória e os documentos, permitindo uma investigação livre e respeitosa das representações, sem se prender a uma preocupação exaustiva de enquadrar a pesquisa em um campo muito restrito dentro do tema de uma história social.

Refletindo a respeito da produção historiográfica e sua abordagem da História oral sobre os depoimentos coletados, não se pode deixar de destacar a influência das representações nas narrativas. Por isso discutiu-se a importância delas, uma vez que os entrevistados compartilharam suas próprias participações em eventos em que estiveram envolvidos. Para embasar essa discussão, foram utilizados os estudos presentes no trabalho **As representações e o possível** de Lutfi et al (1996), no qual as autoras analisam o pensamento de Henri Lefebvre sobre as representações. Ao explorar as narrativas dos entrevistados, objetivou-se compreender como as representações moldam a maneira como a sociedade percebe e interpreta os eventos históricos. Por meio da História oral, torna-se possível acessar as perspectivas individuais e coletivas, examinando como essas representações se entrelaçam e influenciam a construção da memória histórica. Além disso, as reflexões sobre representações permitem questionar como diferentes grupos sociais interpretam e dão sentido aos eventos passados. Essas representações podem refletir visões de

poder, resistência, identidade e mudança social, fornecendo uma compreensão mais ampla do impacto dessas narrativas na sociedade na qual estão inseridas.

Ao analisar as contribuições de Lutfi et al. (1996) sobre as representações na teoria de Lefebvre, este estudo examinou criticamente a influência das representações na construção da memória coletiva e na formação da identidade social. Compreendendo que as múltiplas perspectivas e interpretações presentes nas narrativas podem enriquecer a nossa compreensão dos eventos históricos e suas repercussões na sociedade. Dessa forma, a História oral emerge como uma ferramenta valiosa para examinar as representações presentes nas narrativas dos entrevistados, permitindo uma reflexão aprofundada sobre a influência dessas representações na construção histórica.

De acordo com os estudos das autoras, ao analisar as representações, o objetivo é compreender como a "força do representado" desaparece e é substituída pelo representante por meio da representação. No entanto, é igualmente importante compreender como a representação se afasta do "vivido", pois diante das práticas sociais, elas analisam e intervêm nelas, tornando necessária uma investigação cuidadosa para distinguir o que é representação e o que é fato social. Segundo as autoras, dentro do pensamento de Lefebvre, nesta circunstância, a abordagem dialética pode ser considerada fundamental para o estudo das representações (LUTFI et al, 1996, p. 88 e 89).

O filósofo francês Henri Lefebvre teve sua obra marcada pela vontade de encontrar novas contribuições ao pensamento dialético. Para ele, o objeto do conhecimento era visto como um processo em constante evolução no espaço e no tempo, e jamais uma verdade acabada. Não há uma fórmula pronta para investigação, mas sim maneiras de identificar o que o objeto pode oferecer como conhecimento.

Segundo Lutfi et al. (1996, p. 94), embora o conceito de representação tenha uma genealogia, ela, em si, tem uma história própria. Lefebvre alertou que as formas de vida produzidas pelos povos, grupos e classes devem ser consideradas em suas próprias representações, mesmo que essas condições de vida sejam resultado de tensões entre as forças que regem as sociedades. As representações se referem a todos. De acordo com as autoras, em Lefebvre, “o que é representado está presente e ausente, ao mesmo tempo, na representação” (LUTFI et al., 1996, p. 88 e 89). Compreendendo o “lugar das representações”

em nossa sociedade, o filósofo não as considerou nem verdadeiras nem falsas, mas sim ambas, o que confere poder a elas.

Lutfi et al. (1996, p. 88), em sua contribuição para a crítica das representações, entendeu as representações como mediações necessárias para a construção do processo que será analisado. Ele reconheceu a força tanto do que permite como do que constrange a construção do objeto do conhecimento, e apresentou o conceito de “possível”. Lefebvre propôs uma teoria “crítica das representações” que identificasse as operações intrínsecas a esse processo, tais como substituições, deslocamentos, simulações e dissimulações, que são a força das representações. Para o filósofo, somente a teoria seria capaz de ajudar o pesquisador a identificar as representações que não seriam “verdadeiras”, mas que encantam. A teoria seria a única forma de se identificar as origens e as especificidades das representações. Só a teoria poderia ajudar a encontrar a novidade nas representações, ou seja, sua parte que conteria o “possível”.

No artigo de Lutfi et al. (1996), foram abordadas as contribuições de diversos filósofos para a teoria crítica das representações de Lefebvre. A partir da perspectiva kantiana, Lefebvre considera a representação como forma de conhecimento. Já para Hegel, a representação é uma fase do conhecimento que é rapidamente superada pelo pensamento dialético. As autoras discutiram a concepção de ideologia de Marx, que descreveu essa forma de representação como uma mentira utilizada pela política para deturpar a realidade. Elas ilustram o conceito com o exemplo do relógio, que representa a medida do trabalho e acaba por substituí-lo. Contudo, as autoras indicam que para Lefebvre, a “força das representações” é algo inevitável, algo que só pode ser considerado como falso ou verdadeiro após passar por uma observação e reflexão conjuntamente com as condições de vida do grupo que as produziu. Apenas dessa forma seria possível distinguir se uma representação é uma resposta a um problema real ou se destina-se a mascarar uma realidade.

Nessa perspectiva, as autoras perguntam: “Por que as representações têm essa força inaudita nas sociedades contemporâneas?” As mesmas respondem indicando que, atualmente, o mundo não mais interpreta a vida com “símbolos, figuras e fatos históricos”, mas se encarrega de produzir “signos, imagens e representações”. Sendo que, estas últimas, podem minimizar ou apagar conflitos e deslocar sentimentos que afetam a vida e mascaram relações reais exibindo no lugar da dialética, exclusão.

Ainda de acordo com Lutfi et al (1996, p. 95), os signos produzidos pelo mundo atual são chamados de ideologia por alguns, mas este conceito seria insuficiente para dar conta de explicar a permanência de muitos valores em uma era informacional e midiática, valores como o "mágico" e o "religioso". Seria neste ponto que o pensamento de Lefebvre estaria em desacordo com o pensamento de muitos marxistas do nosso tempo, uma vez que:

Os pensadores que se prendem ao conceito de ideologia fetichizam o saber *puro*, menosprezam o saber crítico e a crítica do saber. E, ainda mais, depreciam o *vivido* em favor do *conhecido*. Esquecem duas coisas: que o saber pode ser ideologizado e que as ideologias têm suas raízes no *vivido*. Lefebvre, ao fazer essa crítica, propõe que se utilizem as duas noções – ideologia e representação – a partir da teoria crítica das representações. A representação, que se define por sua relação com o *vivido* que englobe a ideologia (LUTFI et al, 1996, p. 95) (Grifos das autoras).

Lefebvre é citado como um autor que propõe a utilização das noções de ideologia e representação a partir da "teoria crítica das representações". A representação é definida por sua relação com o *vivido*, que engloba a ideologia. A crítica apresentada indica que os pensadores que se prendem ao conceito de ideologia não estão considerando a complexidade e a influência do *vivido*. Eles estão limitando seu olhar ao "saber puro" e desvalorizando a "crítica do saber" e a compreensão das representações. A proposta de Lefebvre sugere que é preciso considerar o papel do *vivido* na construção das ideologias e utilizar a teoria crítica das representações para compreender as representações sociais e culturais que influenciam nossas percepções e práticas. A proposta de Lefebvre é usar tanto a noção de ideologia quanto a de representação para analisar as representações, que podem ser compreendidas quando colocadas no campo do "possível". Nesse sentido, este trabalho respeitou as memórias e o tempo de cada entrevistado, aplicando rigor metodológico, mas valorizando uma boa história em vez de buscar a verdade absoluta dos fatos.

Os historiadores reconhecem que as ideias de presente e passado, assim como suas contradições, são construções sociais. De acordo com Le Goff (1990, p. 14), a ideia de que em um estudo sobre um evento passado o historiador está sempre condicionado ao tempo em que vive, destruiu a ilusão de que seria possível reconstruir o evento passado sem interferências do presente, sendo essa uma ideia romântica da visão positivista da história. Para o autor, "o interesse do passado está em esclarecer o presente; o passado atingido a partir do presente" (LE GOFF, 1990, p. 13 e 14). Seria fazendo história no presente que o historiador se aproxima do passado. Ouvindo no presente, as narrações de sujeitos que participaram de eventos do passado, assim, faz-se história, pois

a palavra 'história' (...) vem do grego antigo *historie* (...) e deriva da raiz indo europeia *wid-*, *weid* 'ver'. Daí o sânscrito *vettas* 'testemunha' e o grego *histor* 'testemunha' no sentido de 'aquele que vê' (LE GOFF, 1990, p. 18) (Grifos do autor).

Esse trecho é destacado pelo autor como forma de enfatizar a importância da percepção visual na compreensão da história, e o ponto principal da ciência histórica está no tempo, então seria importante uma observação do próprio *tempo* na história. Como advertiu Prost, “o tempo é fator de novidade, criador de surpresas. Ele é dotado de movimento e tem um sentido” (PROST, 1996, p. 105).

Nas teias da história, este trabalho se propôs a contar narrativas sobre os movimentos sociais que ecoaram em Nova Iguaçu, nas décadas de 1970 e 1980. Nesse objeto de estudo, o próprio *tempo cronológico* se insinua, com sua presença indelével no tecido das memórias que compõem essa pesquisa. Os lampejos desse período remontam a uma cultura de luta entre os moradores dessa cidade. Em um tempo que poderia parecer propício para as movimentações populares, chamados de “abertura política”, mas a ilusão logo se desfez. A realidade era muito mais complexa e cruel. As sombras do passado escondiam a face implacável dos Esquadrões da Morte, sinistros braços da ditadura civil-militar, que agiam como carrascos na região da Baixada Fluminense. A violência desenfreada, voltada principalmente contra os mais pobres, transformava o tempo em uma terrível encruzilhada de terror. Mas em meio a essas tragédias, também se erguiam movimentações corajosas. Este estudo buscou ajudar a desvendar os enigmas desse tempo, compreender suas contradições, suas esperanças e ousadia.

Nas entrevistas, uma sinfonia de tempos se desenrolava: os entrevistados traziam consigo memórias entrecortadas, alegrias, silêncios, dúvidas, dores e anseios. Cada depoimento, um capítulo singular, um fragmento de um passado resiliente. Nessa melodia de perspectivas, a metodologia da História oral atuou como regente, conduzindo a música do presente e entrelaçando as temporalidades. Os eventos analisados se desdobraram como espelhos refletindo o momento atual, e o próprio tempo da análise das entrevistas conferiu um ritmo único a essa jornada.

Assim, mergulhados nessa trama temporal, tentou-se desvelar as marcas dos tempos passados e presentes. Um emaranhado de memórias, vozes e vidas compuseram essa pesquisa, que buscou desvendar os segredos de um tempo que ainda reverbera em nossas veias e suscita a esperança de muitos outros movimentos sociais, construída com as linhas do

respeito, da dignidade e da justiça. Este passeio pelas temporalidades é um trabalho histórico dentro do que foi defendido por Prost (1996), conforme o autor:

O vaivém permanente, entre passado e presente, assim como entre os diferentes momentos do passado, é a operação peculiar da história. Ela modela uma temporalidade própria, familiar, como se tratasse de um itinerário incessantemente percorrido, em uma floresta, com seus pontos de referência, suas passagens mais delicadas ou fáceis. Por estar imerso no tempo, o historiador o coloca, de algum modo, à distância de seu trabalho, balizando-o com suas pesquisas, delimitando-o com seus pontos de referência e fornecendo-lhe uma estrutura (PROST, 1996, p. 104).

O trecho apresenta uma verificação sobre a temporalidade da história e o papel do historiador nesse processo. O autor comparou a temporalidade da história a um itinerário percorrido em uma floresta. Essa analogia adverte que o historiador precisa ter um senso de direção e orientação para compreender e narrar a história. Dando a entender que o trabalho do historiador é fundamental para a compreensão da temporalidade da história e para fornecer uma estrutura coerente para a narrativa histórica. De acordo com Prost (1996), o historiador se distancia do seu objeto o quanto seja possível para fazer o seu trabalho, mas dialoga com ele ao indicar seus pontos de referência e estruturar a sua pesquisa dentro daquilo que o próprio historiador busca, exercitando assim a sua autoridade decisiva. Nesse sentido, Portelli (1993) afirmou que o distanciamento do objeto não retira a subjetividade do pesquisador, mesmo porque no percurso de ir e vir do passado, há muito do historiador, que determina o tempo a ser analisado e fornece a esse tempo estrutura e credibilidade. A determinação do *tempo cronológico* é muito importante para a pesquisa, que é delimitada a partir dele, a partir do recorte cronológico feito pelo pesquisador, que no caso deste trabalho são as décadas de 1970 e 1980. Assim sendo, Prost (1996) indicou que:

A primeira tarefa do historiador refere-se à cronologia: antes de mais nada, trata-se de classificar os acontecimentos na ordem do tempo. Apesar de parecer um exercício simples e evidente, ele suscita, frequentemente, surpresas porque os acontecimentos se sobrepõem e imbricam. Para não forçar o sentido dos dados, a ordem cronológica deve ser flexibilizada, detalhada e interpretada; esse procedimento constitui uma primeira depuração (PROST, 1996, p. 107).

Prost (1996) apresentou uma investigação sobre a primeira tarefa do historiador, que é a classificação “dos acontecimentos na ordem do tempo”. O autor destacou que essa tarefa pode parecer simples, mas não o é, frequentemente apresenta surpresas devido à sobreposição dos acontecimentos. O autor chamou a atenção para a importância de não forçar o sentido dos dados e da flexibilização, detalhar e interpretar a ordem cronológica, dando a entender que a

classificação dos acontecimentos na ordem do tempo é uma tarefa complexa e que exige uma abordagem cuidadosa e crítica por parte do historiador. Segundo a linha de raciocínio de Prost (1996), o *tempo cronológico* ajuda o historiador a considerar o *tempo histórico*, que pede uma divisão não isenta, pois é o historiador quem determina o seu recorte de acordo com o seu objetivo, uma decisão difícil de ser tomada, uma vez que os acontecimentos surpreendem o historiador com seus encontros e desencontros. Foucault (1997) observou:

O problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos. Vê-se, então, o espraiamento de todo um campo de questões – algumas já familiares – pelas quais essa nova forma de história tenta elaborar sua própria teoria: como especificar os diferentes conceitos que permitem avaliar a descontinuidade (...) Através de que critérios isolar as unidades com que nos relacionamos: o que é *uma* ciência? O que é uma obra? O que é *uma* teoria? O que é *um* conceito? O que é *um* texto? Como diversificar os níveis legítimos da formalização? Qual é o da interpretação? Qual é o da análise estrutural? Qual é o das determinações de causalidade? (FOUCAULT, 1997, p. 6) (Grifos do autor).

Esta seria uma observação sobre a nova forma de história que surge na contemporaneidade e os desafios que ela enfrenta. O autor destacou que a história não pode mais se basear em fundamentos que se perpetuam, mas sim nas transformações que os renovam. Foucault (1997) mencionou que essa nova forma de história levanta uma série de questões, algumas já familiares, sobre como especificar os diferentes conceitos que permitem avaliar a descontinuidade. Essa seria a nova forma de história que busca uma abordagem mais complexa e crítica, que exige uma reflexão cuidadosa sobre os conceitos e categorias utilizados na construção da narrativa histórica.

Foucault (1997) afirmou que o olhar do historiador se volta para o que se é transformado no tempo. Situação que dificulta ainda mais o trabalho, pois a cada evento que se destaca, novas questões e formas de analisá-lo se apresentam, dando também ao historiador a responsabilidade de definir o seu meio e o seu fim de pesquisa, fechá-lo em conceitos e teorias que expliquem o fenômeno analisado. Assim, haveria relações de poder *no tempo histórico* e esse poder estaria nas mãos do historiador. O que não é diferente neste trabalho, pois antes e durante a pesquisa foi se definindo quais os acontecimentos e os tempos constantes no período seriam recortados e analisados. Também foram escolhidos os acontecimentos em seus movimentos sociais que seriam historicizados.

Neste intricado enredo de histórias escolhidas para serem desvendadas, os tempos desfilam em um caleidoscópio intencional, uma dança coreografada pela historiadora que

conduziu essa jornada. Além do tempo da luta dos movimentos sociais, há um tempo de transformações, um pulsar contínuo na cidade de Nova Iguaçu, que ecoa desde as políticas desenvolvimentistas do Estado Novo até as décadas que se seguiram. Tempo de crescimento e urbanização, que trouxe consigo uma corrente migratória de todas as partes do Brasil para a região. Tempo em constante metamorfose, até hoje, em Nova Iguaçu. Entre os fios dessa teia temporal, destaca-se um período de significativas transformações na Igreja Católica, cujo calendário começou a marcar mudanças significativas já em 1962, com o início do Concílio Vaticano II. Porém, foi a partir da Conferência Episcopal de Medellín, em 1968, que essas mudanças se tornaram especialmente visíveis na América Latina. O compromisso proclamado com os pobres despertou uma nova força na Igreja, a Teologia da Libertação, uma voz engajada em conscientização política e social, buscando libertar o povo pobre da opressão (KRONEMBERGER, 2018).

Quando parte da Igreja e da esquerda política se uniram, um novo horizonte se abriu. Era o tempo de construir pontes, de desafiar convenções, de buscar transformações onde a violência parecia imperar. Nessa história, as vozes progressistas ecoaram, e uma esperança surgiu. O bispo Dom Adriano personificou essa esperança, e com suas mãos dadas com a luta popular, escreveu uma nova página na história de Nova Iguaçu. Enquanto o tempo avançava, essa aliança germinava e deixava marcas profundas no cenário social dessa cidade. O tempo revelou que, por vezes, os caminhos mais improváveis podem levar a mudanças extraordinárias. A aliança entre a Igreja progressista e a esquerda marxista se tornou um poderoso elo da história, lembrando-nos que a união de forças e ideais pode transcender os limites do possível.

Essa composição temporal teceu as páginas da história de Nova Iguaçu nas décadas estudadas. Movimentos sociais desafiadores, cidadãos que almejavam direitos básicos, Igreja em transformação. Todos esses ritmos se entrelaçam e ecoam em uma dança singular, uma história que se desdobra na compreensão do passado. E é assim, desvendando os tempos da história, que encontramos os tempos em Nova Iguaçu. Os movimentos sociais e suas lutas, as transformações urbanas e as mudanças na Igreja Católica convergem em uma pintura rica. história pulsa, viva e dinâmica, convidando-nos a entrar em sua trama complexa. Que possamos continuar a decifrar esses tempos, a desvelar suas verdades e a encontrar inspiração para moldar um futuro mais justo e compassivo.

Mesmo durante um período duro, de repressão, alguns movimentos populares também viveram um tempo de articulações, lutando pela terra, saúde, moradia, educação e dignidade. Esses movimentos foram políticos, na medida em que buscavam soluções práticas para problemas sociais próximos à realidade, contestando o governo em suas estruturas. No entanto, essa visão mais política só surgiu após a abertura em 1974, quando as lutas sociais das décadas de 1970 e 1980 obtiveram alguns resultados na Constituição de 1988, que avançou nos direitos sociais em relação ao documento anterior. Era um tempo de mudanças e conquistas.

No entanto, a luta de Dom Adriano ao lado da população de Nova Iguaçu teve seu custo. O bispo foi violentamente perseguido, difamado e teve uma bomba explodida no altar da Catedral de Nova Iguaçu. Em 1976, ele foi sequestrado e torturado. Era um *tempo de profanação*. Apesar disso, Dom Adriano continuou seu trabalho e viveu um *tempo de esperança*, mesmo durante o tempo em que seu sequestro ainda não havia sido solucionado. Ele acreditava que os culpados pela violência sofrida por ele, pelos trabalhadores e pelos perseguidos políticos acabariam sendo revelados. De acordo com as palavras de Dom Adriano:

A História, que não respeita documentos secretos ou reservados, denunciará mais cedo ou mais tarde as autoridades arbitrárias e violentas que torturaram ou fizeram torturar. Quando as construções da violência, do arbítrio, do terror desmoronam – devem desmoronar, já que violentam a pessoa humana e a comunidade no mais profundo do seu ser –, então a atmosfera da ordem jurídica restabelecida, a observação de que, com a justiça e a verdade, é que se constrói uma sociedade, causam um tremendo mal-estar nos torturadores. E falam, ao menos para aliviarem a consciência ou para racionalizarem os maus atos. Estas confissões e os documentos secretos manifestarão a verdade. É questão de tempo (HYPÓLITO, 1981, p. 67 e 68).

Dom Adriano tinha uma visão otimista do futuro, confiando na força do tempo para expor os crimes da ditadura e substituí-la pela justiça e pela verdade. Ele vivia em uma época de esperança e confiança na história, acreditando que os responsáveis por seu sequestro e por outros crimes seriam revelados por meio da confissão religiosa ou da verificação de documentos secretos. Infelizmente, a prática de manter documentos em sigilo continua sendo comum no Brasil, mas esperamos que eles sejam revelados muito antes do que os da ditadura civil-militar, cujos torturadores nunca foram punidos. O bispo faleceu em 1996, antes de ver seus desejos se tornarem realidade. Somente em 2015, o relatório final da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio) apontou algumas responsabilidades pelas violações de

Direitos Humanos no Estado (KRONEMBERGER, 2018). Entre essas responsabilidades, foi revelada a suspeita da autoria do sequestro do bispo que aparece no

(Acréscimo CEV-Rio) José Ribamar Zamith Capitão Comandante da 1ª Companhia de Polícia do Exército. Participou de sessões de tortura nas instalações do Pelotão de Investigações Criminais (PIC), posteriormente Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Rio de Janeiro. É também suspeito de ter participado do sequestro do bispo dom Adriano Hipólito, em 1976, e do atentado à bomba no Riocentro, em 1981 (CEV-RIO, 2015, p. 414).

O acréscimo da informação da CEV-Rio apresentou uma nova peça no quebra-cabeça sobre os crimes cometidos durante a ditadura civil-militar no Brasil. A inclusão do nome do Capitão José Ribamar Zamith como suspeito de participação em sessões de tortura, sequestro e um atentado à bomba no Riocentro, mostra que há ainda muito a ser descoberto e investigado sobre aquele período sombrio da história do país. A Comissão da Verdade do Rio de Janeiro desempenhou um papel importante na busca por informações e responsabilidades por esses crimes. É relevante que se retomem e continuem os esforços de investigação para manter a memória viva dos eventos traumáticos. Infelizmente, foi preciso um longo tempo desde o sequestro do bispo até que as investigações fossem analisadas pela Comissão da Verdade do Rio de Janeiro. Essa situação levou ao surgimento de uma versão incompleta, que não foi suficiente para trazer justiça para as vítimas da ditadura, incluindo Dom Adriano, que tinha esperança na história, e a sua não foi esquecida, como evidenciado pela vasta produção historiográfica a seu respeito e por este trabalho de pesquisa (KRONEMBERGER, 2018).

4.3 União com a população de Nova Iguaçu nas lutas populares: a experiência dos entrevistados após chegarem à região

Considerando as reflexões anteriores referentes à metodologia da História oral, este trabalho retomou os depoimentos coletados para saber sob quais condições os entrevistados chegaram a Nova Iguaçu, destacando que, excetuando a Dilceia Nahon, todos os outros depoentes não são/eram naturais desta cidade.

Lúcia Souto²⁶ informou que sua história de resistência e luta começou quando ela ainda estudava medicina na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Afirmou que

²⁶ Lúcia Souto é uma ativista política engajada na questão da saúde pública e ativa nas mídias sociais, principalmente em relação à situação política do Brasil.

muitos alunos se envolveram na luta e na resistência à ditadura civil-militar, e que muitos foram presos, inclusive ela. Segundo suas palavras:

Cada um que era preso, cada grupo que era preso naquele período ia procurar o abrigo da CNBB²⁷. E íamos lá porque a igreja já tinha toda aquela inspiração da Teologia da Libertação e era um grande abrigo. Então a gente ia lá porque era uma igreja comprometida com os Direitos Humanos, comprometida com a luta popular, enfim, com os princípios da Teologia da Libertação. Então cada grupo que ia preso a gente ia lá pedir o apoio da CNBB que sempre nos dava esse apoio e com isso formamos um grande vínculo com a própria CNBB.

O trecho citado por Lúcia Souto descreveu a relação entre os presos políticos durante o período da ditadura civil-militar no Brasil e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). De acordo com o relato, a CNBB era vista como um abrigo seguro para os ex-presos políticos e perseguidos, graças à sua inspiração na Teologia da Libertação e seu compromisso com os Direitos Humanos e a luta popular. Essa relação citada por Lúcia Souto é um exemplo do papel ativo que algumas instituições religiosas tiveram na luta contra a ditadura civil-militar no Brasil. A Teologia da Libertação, que inspirou parte da CNBB na época, era uma corrente teológica que buscava integrar a fé cristã com a luta pela justiça social e a libertação dos oprimidos. Ao fornecer abrigo para os presos políticos, a CNBB se tornou uma importante aliada na luta contra a ditadura. A presença da igreja também serviu para chamar a atenção da opinião pública para as violações dos Direitos Humanos que estavam ocorrendo no país. A relação entre os presos e perseguidos políticos e a CNBB, portanto, representou um capítulo importante na história da resistência à ditadura civil-militar no Brasil. Notou-se também, nas palavras de Lúcia Souto, o “vínculo” entre a militância universitária e a CNBB.

A entrevistada e seus colegas queriam “ir ao encontro do povo brasileiro (...) fosse onde o povo (...) estivesse e para isso a gente foi procurar o Dom Ivo Lorscheiter”²⁸. Lúcia informou que nesse encontro estava ela e o Antonio Ivo, já mencionado neste trabalho como um dos quatro médicos que foram para Nova Iguaçu na década de 1970 para fazer um trabalho na área da saúde, o qual culminou com o revigoramento dos movimentos sociais na cidade. Em relação à ida do grupo para Nova Iguaçu, nas palavras de Lúcia Souto, eles foram primeiro conversar com o Dom Ivo Lorscheiter porque

²⁷ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

²⁸ Secretário Geral Nacional dos Bispos do Brasil de 1971 até 1978.

a gente estava disposto a ir para qualquer lugar que o Dom Ivo mandasse a gente ir. Se fosse para o interior do Mato Grosso, interior de não sei aonde, onde estava o Dom Pedro Casaldáliga (...) enfim, aqueles bispos que eram quase que referencial daquela luta popular e democrática.

Lúcia Souto descreveu a disposição dos militantes da luta contra a ditadura civil-militar no Brasil de seguir as orientações dos bispos que eram referência na luta popular e democrática na época, como Dom Pedro Casaldáliga. Ela enfatizou que estavam dispostos a ir para qualquer lugar que Dom Ivo ou, possivelmente, a resistência mandasse. Essa passagem é significativa porque demonstra a importância do papel dos líderes religiosos na luta contra a ditadura civil-militar no Brasil. Muitos bispos, padres e outras figuras desempenharam um papel ativo na defesa dos Direitos Humanos e na resistência à ditadura. De acordo com Lúcia Souto, Dom Ivo Lorscheiter disse a eles que não precisavam ir para um lugar tão distante da cidade do Rio de Janeiro, que eles poderiam ir para a Baixada Fluminense, para a cidade de Nova Iguaçu, cujo bispo era Dom Adriano Hypólito. Assim fizeram e foram encontrar com Dom Adriano. Sobre esse encontro Lúcia Souto informou que:

Dom Adriano Hypólito que nos recebeu ali na salinha da igreja, da catedral, uma salinha bem modesta, bem singela, bem simples (...) nos ouviu com atenção, que a gente queria trabalhar, que éramos médicos.

O excerto descreveu o encontro entre os médicos e Dom Adriano Hypólito, em uma salinha simples na catedral da cidade. Lúcia Souto enfatizou a simplicidade do local e a atenção com que o bispo os ouviu. Dom Adriano Hypólito era um líder religioso progressista e o fato de ele ter recebido um grupo de médicos em uma salinha modesta na catedral insinua sua adesão a uma vida simples. Ele estava disposto a ajudar e a apoiar os grupos que lutavam com o povo por uma vida melhor, mesmo que eles não fossem líderes políticos ou religiosos. Além disso, a simplicidade do local onde ocorreu o encontro destaca a humildade e a simplicidade que muitos líderes religiosos pregavam como valores fundamentais da fé cristã. Esses valores eram frequentemente invocados como uma forma de se opor aos excessos da ditadura e à busca pelo poder e pela riqueza. Ao final da conversa, Dom Adriano teria dito a seguinte frase: “Olha, vocês ou são cristãos ou são comunistas”, mas Dom Adriano também teria dito que, naquele momento, não cabia a ele fazer tal indagação, e que as portas da Diocese de Nova Iguaçu estariam abertas para os médicos. Nas palavras de Lúcia:

E por essas portas abertas pelo Dom Adriano nós entramos na Diocese de Nova Iguaçu, que era na verdade um município gigantesco (...) Uma fama terrível (...) eu

me lembro muito bem, lá tinha a questão dos grupos de extermínio, as milícias de hoje, que já são antigas.

Lúcia Souto fez uma referência a Dom Adriano e ao seu papel na abertura de portas para a diocese de Nova Iguaçu, que é descrita como uma cidade enorme e mencionou a fama terrível associada a esse local, especificamente a existência de grupos de extermínio e milícias. A referência de Nova Iguaçu ser um “município gigantesco” ocorreu por ser a década de 1970, duas décadas antes das emancipações dos municípios de Belford Roxo, Mesquita e Queimados. A entrevistada também fez referência aos grupos de extermínio da região, sobre os quais há uma reflexão já feita nesta tese. Nessa situação, os médicos começaram a trabalhar em Nova Iguaçu. Sobre o trabalho desenvolvido, Lúcia afirmou o seguinte:

Nós começamos fazendo duas iniciativas (...) uma juntos, nós criamos um consultório médico popular (...) Havia um pioneirismo nessa coisa (...) Então a gente criou um posto médico, um postinho comunitário de saúde ali no bairro de Cabuçu (...) E aí nesse postinho a gente atendia três vezes por semana (...) Éramos (...) dois casais de médicos que estávamos trabalhando lá.

A citação descreveu a criação de duas iniciativas, uma delas sendo um consultório médico popular e a outra um posto médico comunitário de saúde, ambos localizados no bairro de Cabuçu. Os autores dessas iniciativas são descritos como pioneiros, indicando que não havia muitas outras iniciativas semelhantes na época. Entre esses quatro médicos estava o José Noronha, que afirmou em entrevista ter ido trabalhar no projeto que a Lúcia Souto desenvolveu junto com a Caritas Diocesana. Segundo ele:

Quem elaborou o projeto da Caritas Diocesana foi basicamente Lúcia e o Ivo. Eu ajudei, digamos, nisso, naquilo (...) mas quem negociou, quem esteve com Dom Adriano foi (...) Lúcia e Antônio Ivo.

José Noronha²⁹ falou sobre a elaboração do projeto da Caritas Diocesana, e destacou o papel central de Lúcia e Ivo nesse processo. O médico sugeriu que sua própria contribuição para o projeto foi menos significativa. A fala de José Noronha corrobora a fala de Lúcia Souto, que afirmou ter sido ela e o Antonio Ivo que fizeram o primeiro contato com Dom Adriano. Notou-se na fala do entrevistado uma referência ao projeto ser da Caritas

²⁹ José Noronha é médico sanitário. Nascido em 24 de agosto de 1926, no Rio de Janeiro, compartilhou sua história e experiência. Ao chegar a Nova Iguaçu, ele e seu grupo, incluindo sua então esposa Lúcia Souto, tinham um projeto de saúde para atender às pessoas desassistidas. Em Nova Iguaçu eles construíram um Posto de Saúde no bairro de Cabuçu, contando com a participação ativa da Igreja Católica local e outros médicos envolvidos.

Diocesana, marcando assim a presença da Igreja Católica definitivamente no projeto. Nas palavras de José Noronha:

Nós construímos um pequeno posto de saúde em Cabuçu, junto com a igreja lá (...) em Nova Iguaçu. A gente fazia um postinho, nós trabalhávamos como médicos, eu ia uma vez por semana, aos sábados (...) e o trabalho nosso era de tentar recuperar (...) a ideia era (...) digamos, mobilizar a população em luta por seus meios.

O entrevistado descreveu a construção de um posto de saúde em Cabuçu, que foi feito em colaboração com a Igreja Católica local. Ele indicou que trabalhava como médico neste posto de saúde e que a ideia por trás deste trabalho seria tentar ajudar a população local a se recuperar e mobilizar-se para lutar por direitos por seus próprios meios. A frase "tentar recuperar" poderia indicar que a população local estava enfrentando desafios de saúde ou outras dificuldades e que o objetivo era ajudá-los a superá-los. A expressão "mobilizar a população em luta por seus meios" sugere que tal trabalho também tinha uma dimensão política, com o objetivo de dar condições à população local para lutar por seus direitos e melhorias em sua comunidade. A narrativa de José Noronha mais uma vez dialoga com a fala de Lúcia, em referência à localização do primeiro posto de saúde que eles construíram. Porém, na fala do entrevistado surgiu um outro objetivo no projeto. A ideia não era só cuidar da saúde, era também “mobilizar a população em luta por seus meios”, o que segundo José Noronha,

coincidia justamente com a visão do Dom Adriano que, naquela época, tinha (...) as Comunidades Eclesiais de Base, à época da Teologia da Libertação. Dom Adriano era um adepto, grande, usava, trabalhava muito com seus padres no sentido de preparação para essas atividades. Isso facilitava lá também, abriu o Centro de Formação em Moquetá (...) outro bairro de Nova Iguaçu (...) Então foi, começamos um trabalho junto com os padres, eu não me recordo o nome deles todos. O padre Matteo foi muito importante nessa tarefa.

José Noronha construiu a sua narrativa sobre o trabalho de Dom Adriano sob a luz da Teologia da Libertação em Nova Iguaçu, citou o Centro de Formação de Líderes de Moquetá, já apresentado neste trabalho e indicou o padre Matteo³⁰ como uma figura importante junto aos médicos. O padre Matteo foi um dos entrevistados para esta tese e faleceu durante a produção da mesma, mas afirmou que veio para o Brasil em uma experiência missionária. Em suas palavras:

³⁰ Matteo Vivalda nasceu na Itália em 21 de dezembro de 1938, residia em uma instituição para sacerdotes idosos neste país, e faleceu em 13 de junho de 2022. Gentilmente, ele concedeu-me a entrevista através da plataforma *Zoom*, assim como as demais.

Eu sou padre, me formei padre aqui na Itália, no Seminário Diocesano, e depois de 6 anos de prática como padre aqui eu pedi para fazer uma experiência missionária, continuando sempre ligado à diocese. Era um movimento (...) onde as dioceses podiam emprestar padres a dioceses que tinham menos, através de um acordo entre elas, entre os bispos e aprovado pela Igreja Central. Então eu não escolhi ir ao Brasil, nem para Nova Iguaçu. Como o bispo já tinha, anteriormente, um acordo com o bispo de Nova Iguaçu, ele traria dois padres e falou: ‘Você vai para lá.’ Inclusive na hora juntou comigo um outro padre, cinco anos mais velho (...) nós aceitamos. Nós fizemos uma pequena preparação em Roma onde havia um Seminário (...) uma formação, um pouco ambientação, cultura, a língua, mas muito pouco.

O Brasil não foi uma escolha do padre Matteo, ele se ofereceu para fazer uma missão e foi escolhido para vir ao Brasil como resultado de um acordo aprovado pela Igreja Católica. Em outra parte da entrevista o padre disse que chegou aqui em março de 1968 e, depois de pouco tempo, ele e outro padre foram para a área destinada a eles, mas ainda não era uma paróquia porque o padre responsável não era ligado à diocese. Como já havia um padre no local, o bispo perguntou se eles queriam ser destinados a outra região, mas eles já tinham passado uns meses na localidade e tinham gostado do lugar, e para mudar seria necessário falar com os responsáveis em Roma. Então, o bispo disse que se eles quisessem poderiam ficar, mas que não poderia ajudá-los naquele momento. Eles ficaram, não brigaram com o antigo padre e usaram a casa onde moravam, que o padre Matteo chamou de “a igrejinha”. Dessa forma eles foram ganhando espaço para iniciar a paróquia no bairro de Heliópolis, antigo bairro de Nova Iguaçu e atual da cidade de Belford Roxo. Assim as coisas foram se ajeitando, de acordo com ele:

É a Paróquia São Judas Tadeu. E aí nós encontramos um terreno, encontramos também um pequeno empresário do Rio, amigo desse padre monsenhor (...) trabalhava com os pobres e disse: Se vocês ficarem, eu ajudo vocês. E no dia de São Judas Tadeu, uma coincidência, nos deu, não sei se eram dez mil reais novos, uma coisa assim, e cobriu os custos do terreno. E aí começamos nossa atividade e a nossa experiência (...) Nós vivíamos aqui nessa região onde eu moro que é bastante tradicional, onde sobravam padres, agora estão faltando, sobravam padres e portanto aqui a religião estava implantada há muitos séculos pelo que eu me lembre e, portanto, lá naquele ambiente era totalmente diferente. Nós encontramos ajuda, seja na receptividade do povo (...) muito simples, muito jovial e que gostavam de ter um padre.

Nesta parte, ele mencionou que encontrou ajuda de um empresário e do povo da região de Heliópolis na sua experiência em Nova Iguaçu. Em outra parte da entrevista, o padre informou que a Caritas Diocesana da região foi criada “para dar amparo às ações sociais da Igreja” e que foram umas irmãs da cidade do Rio de Janeiro que ajudaram a fazer o

estatuto, e que a primeira atividade foi criar um grupo de professores, que mais tarde seriam vários. Segundo ele:

A palavra conscientização era uma das palavras-chave daquele tempo. E também para o bispo (...) Criar a consciência para uma promoção e depois para um engajamento para que os leigos se tornassem protagonistas de seus futuros.

O padre Matteo informou que a ideia era conscientizar a população em prol da construção de um futuro melhor. Esse trabalho era um dos objetivos dos adeptos da Teologia da Libertação, eles utilizavam muito a palavra “conscientização”, inclusive Dom Adriano. O padre Matteo informou que foi por meio da Caritas Diocesana que os quatro médicos foram trabalhar em Nova Iguaçu, e que tinham a finalidade de fazer um trabalho de medicina sanitária. Sabe-se, pela fala de outros entrevistados, que foi primeiramente no bairro Cabuçu. O padre Matteo afirmou também que o Movimento de Amigos de Bairros de Nova Iguaçu surgiu a partir de um encontro da Caritas Diocesana e

depois, com a participação dos médicos, virou realmente Movimento de Conscientização e de engajamento de pessoal em cada bairro. E podemos dizer que nós tínhamos (...) na Diocese praticamente a sede (...) todas as sedes do MAB eram dentro de comunidade.

O padre destacou que foi com a participação dos médicos que o movimento de bairros tomou efetivamente a forma de um movimento de “conscientização e de engajamento”. Além disso, houve uma forte presença da diocese e do Movimento dos Amigos de Bairros (MAB) nas comunidades locais, uma vez que, segundo ele, todas as sedes do MAB eram dentro de comunidades, demonstrando um certo grau de integração entre as instituições mencionadas e as comunidades afetadas pelo movimento. Em termos gerais, o trecho parece indicar um processo de mobilização social em que diferentes atores e instituições se envolveram para conscientizar e engajar a população em relação a uma determinada causa.

A participação dos quatro médicos “forasteiros” foi destacada nas falas dos entrevistados, mas além desses quatro, havia outros, inclusive o Nelson Nahon que, segundo ele mesmo, foi morar na Baixada Fluminense na época em que viveu na clandestinidade, quando se casou com a Dilceia. Segundo ele, as primeiras organizações de resistência surgiram no bairro Jardim Gláucia, em suas palavras:

E ali nesse bairro, no Jardim Gláucia surgiram as primeiras organizações de resistência. O Conselho Comunitário da região Jardim Gláucia/Jardim Redentor. Só com as igrejas aqui, várias igrejas (...) Conselho Comunitário. Que até gerou uma complicação muito grande, que eu estava preso, que estava lá uma carta: “o CC está

indo muito bem”. “Que porra de CC é essa? CC é Comitê Central do Partido, não é?” Não, é o Conselho Comunitário lá da igreja. Os caras não estavam convencidos que não era nada do que eles imaginavam.

Nelson relatou uma situação de quando ele estava preso pela ditadura civil-militar, e recebeu uma carta em que em um determinado trecho se referia ao Conselho Comunitário da Igreja, e que isso foi um problema no convencimento dos agentes da ditadura, de que não era sobre o comitê central de nenhum partido. Segundo ele, esse momento foi anterior ao período da “abertura política”, foi quando a ditadura ainda estava muito forte. Ou seja, antes da chegada dos médicos sanitaristas já havia organização de resistência à ditadura e luta por melhores condições de vida e experiência de luta dos moradores com a ajuda da Igreja Católica. Nelson Nahon também falou de Dom Adriano:

Estava em fase de ditadura e o Dom Adriano Hypólito autoriza que quatro médicos que não são da Igreja Católica entrem na Caritas para fazer trabalho de conscientização. Coisa fantástica! Coisa maravilhosa! Como é que pode? O cara deixou entrar gente que ele sabia que era de esquerda. Não perguntou: mas você é de qual partido? Tava na cara, não é? Tava na cara quem são esses caras.

Nelson Nahon argumentou que o momento histórico em que o episódio ocorreu era o da ditadura, o que tornava as ações de oposição ao sistema político vigente extremamente arriscadas. No entanto, mesmo diante desse cenário de repressão, Dom Adriano Hypólito autorizou a entrada de quatro médicos não católicos na Caritas para fazer um trabalho de conscientização. Essa atitude é descrita como “fantástica” e “maravilhosa”, já que o médico reconheceu o quão corajosa e inovadora ela foi, dadas as circunstâncias, pois ele próprio passou pelos porões da repressão. É relevante complementar que a autorização foi concedida independentemente das inclinações políticas dos médicos em questão, que eram de esquerda e poderiam ser considerados inimigos da ditadura civil-militar. Dom Adriano Hypólito assumiu uma conduta de resistência e solidariedade em relação às pessoas que lutavam contra a ditadura, permitindo que profissionais de outras áreas e ideologias pudessem se unir à luta por justiça, igualdade e comprometimento com os valores da democracia e dos Direitos Humanos. O entrevistado enfatizou a atitude de Dom Adriano de receber os médicos na diocese de Nova Iguaçu, e disse ainda que ele próprio nunca foi questionado por ninguém sobre filiação partidária ou prisão, e foi bem acolhido. Nas palavras de Nelson, ficou explícita a sua admiração por Dom Adriano no âmbito pessoal e social. Ele também falou dos moradores da região, em suas palavras:

Ele permitiu e nunca fui (...) questionado sobre filiação partidária, prisão. Nunca perguntaram nada. Fui bem recebido: (...) “Você é médico?” “Que bom!”

Entendeu? E permitiram que a gente trabalhasse ali e fizesse o trabalho político que frutificou do ponto de vista organizacional do PC do B³¹ e do PT³² e de outros partidos talvez.

De acordo com o narrador, ele teve uma experiência positiva ao trabalhar na Baixada Fluminense, já que foi bem recebido e nunca foi questionado sobre sua filiação partidária ou histórico de prisão, apesar do ambiente de repressão política. Como já mencionado, a Igreja se tornou um espaço relativamente seguro para a atuação de pessoas engajadas em causas políticas e sociais, como era o caso dele. Nelson Nahon mencionou que o trabalho político que ele e outras pessoas realizaram em Nova Iguaçu frutificou do ponto de vista organizacional, sugerindo que a sua atuação contribuiu para a consolidação de organizações políticas e para a ampliação da base social que elas representavam. Outro ponto que merece destaque é o fato da carência de serviços básicos na região, que fazia com que um médico fosse muito bem recebido, pois a população precisava de atendimento. A situação da saúde na região sempre esteve presente nas falas dos entrevistados, como na narrativa de outra médica que foi para Nova Iguaçu, a Ana Alice.³³

Ana Alice informou que, quando ainda estava na faculdade de medicina, decidiu entrar para a militância. Tal decisão teria sido desencadeada porque alguns colegas tinham sido presos e torturados, rapazes e moças. Ela não soube explicar onde, quando e como, mas disse que havia saído na imprensa uma foto do Antonio Ivo e de um rapaz chamado Emílio, e que nessa foto os rapazes apareciam com marcas de tortura. Um professor da faculdade levou essa foto e mostrou em sala de aula, o que ela considerou que foi uma atitude de denúncia das torturas. Depois deste episódio, ela teria começado

a refletir, e aí eu fui para o movimento. E, a partir daí, militei dentro da faculdade com toda dificuldade, porque como já estava entrando numa época que a tortura e a prisão estavam comendo soltas. Eu fui orientada a não me expor demais porque já tinha bastante gente sendo presa, então era melhor não perder mais um (...) Mas fazia lá o que tinha que fazer e tal. Foram anos, toda a minha militância foi intensa nessa época. Muitas vezes eu até descuidava da medicina.

Ana Alice afirmou que se engajou em um movimento político em um período de repressão, em que a tortura e a prisão de opositores políticos eram comuns. No entanto,

³¹ Partido Comunista do Brasil (PC do B)

³² Partido dos Trabalhadores (PT)

³³ Ana Alice, médica, nascida em 1950 na cidade do Rio de Janeiro. Sua mãe foi uma grande influência na escolha de sua profissão, abrangendo também a maneira como a jovem médica deveria tratar as pessoas menos privilegiadas. Essa premissa teve um impacto significativo em sua carreira profissional e em seu ativismo. Ela se formou em medicina em 1974, coincidindo com o fortalecimento dos movimentos sociais em Nova Iguaçu.

apesar das dificuldades e dos riscos envolvidos, ela decidiu se envolver na luta por justiça e igualdade. Indicou também que sua militância foi intensa, e que em alguns momentos teve que descuidar de sua vida acadêmica para se dedicar às atividades do movimento. Ela informou, em outra parte da entrevista, que quando foi fazer a residência médica, o Antonio Ivo, a Lúcia Souto e a Anna Leonnor já tinham ido para a Baixada Fluminense, e que quando chegou na região, já conhecia o trabalho e o pessoal envolvido na militância, e se juntou a eles. Disse ainda que tinha uma coordenação para a qual foi chamada a participar, e foi uma grande felicidade para ela, porque sentia que as pessoas confiavam nela. De acordo com suas palavras:

Por que que eu fui? Porque eu queria, na verdade, eu queria mudar a realidade das pessoas (...) a gente estava vivendo uma ditadura que massacrava, dizia coisas falsas, você percebia que na verdade a participação, a militância que existia, é, nessa época já tinha o ABC Paulista que estava se fortalecendo e tal, mas aqui na Baixada você tinha assim uma precariedade das coisas chegarem até eles (...) Então eu fui para a militância.

Este trecho refletiu a motivação de Ana Alice para se juntar à militância. Ela desejava mudar a realidade das pessoas que estavam vivendo sob uma ditadura. Ela percebia que havia uma falta de participação e militância na Baixada Fluminense, em contraste com o fortalecimento do movimento no ABC Paulista. A precariedade das condições na Baixada Fluminense também contribuiu para a motivação da médica em se juntar à militância e trabalhar para melhorar as condições das pessoas na região. A entrevistada informou também que quando ela entrou na militância em Nova Iguaçu, o movimento já existia, mas que ela queria expandir os trabalhos. Ela disse que, inicialmente, foi trabalhar em um ambulatório da Igreja Católica no bairro de Santa Maria, no então Distrito de Belford Roxo e depois, em 1980, já como concursada, foi trabalhar e morar em Nova Iguaçu, primeiro no Parque Flora e depois no bairro da Posse, onde, ela com outras pessoas, fundaram a Associação da Posse. Ana Alice informou ainda que em Nova Iguaçu havia várias regionais e que ela acompanhava a regional do bairro Miguel Couto, onde foi morar depois que se casou. Ela disse que trabalhava bastante, segundo suas palavras:

A gente trabalhava muito, fazia muita coisa. Hoje eu fico pensando, vira e mexe eu penso isso, aqui tá um calor danado e quando começa a esquentar eu não suporto o calor, mas naquele tempo, a gente jovem (...) eu andava muito. Eu pegava o carro, eu aprendi (...) a montar som no carro, lá ia eu com o carro, rodar com som. Quando era preciso eu ia distribuir panfleto. Andava no sol, porque a Baixada é muito quente.

Ana Alice descreveu o esforço que ela e outras pessoas faziam em sua militância. Ela mencionou que eles trabalhavam muito e ressaltou que, na época, quando era jovem, ela conseguia suportar as condições difíceis, como andar muito, dirigir por longas distâncias e enfrentar o calor da Baixada Fluminense. Essa descrição dá uma ideia do comprometimento e dedicação que Ana Alice e outras pessoas na militância tinham, incluindo a disposição de enfrentar condições difíceis para fazer o trabalho que precisava ser feito. A entrevistada enfatizou a sua jornada e o seu trabalho em Nova Iguaçu, indicando que não era fácil, e exigia muita dedicação e compromisso. Em outra parte da entrevista, Ana Alice destacou também o forte apoio da Igreja Católica ao movimento, e que sempre que havia reunião da Associação ela ia à missa (chegava no final) e ficava esperando, o padre já sabia e, ao final, dava a palavra para que ela desse seus recados à população. Mais uma vez aparece o apoio da Igreja Católica aos movimentos sociais de Nova Iguaçu nas décadas aqui referidas, apoio esse que foi reiterado na fala de outro entrevistado, o padre Bruno.³⁴

O padre Bruno informou que era italiano e que deveria ir para a Argentina, mas houve um pedido para ele ir para a Cidade do Rio de Janeiro, onde ficou por uns dez anos antes de ir trabalhar em Nova Iguaçu com Dom Adriano, que ele já conhecia. Ele fez essa mudança porque, segundo ele, houve algumas dificuldades com o seu trabalho na Cidade do Rio de Janeiro. De acordo com ele:

Fiquei 10 anos, 11 anos no Rio de Janeiro e depois vim para a Baixada. Eu cheguei na Baixada, na realidade eu já conhecia (...) já vinha aqui, conhecia Dom Adriano e quando surgiram algumas dificuldades na Diocese do Rio de Janeiro a gente decidiu então vir colaborar com Dom Adriano. Eu cheguei em 1982. Em 81 eu vim já, mas fixo mesmo em 82.

Sobre as dificuldades que enfrentou na Diocese do Rio de Janeiro, o padre Bruno informou que no Vicariato Leste havia uma atuação social que não agradava muito às autoridades, dentro dessa atuação o movimento social ajudou a defender uma área verde e a paróquia local ajudou a esse movimento. Situação que chegou até o governador e depois até Dom Eugênio Sales, “quando as coisas começaram a esquentar”. Sobre isso, faz sentido que uma grande parte dos intelectuais de esquerda brasileiros desconfie da postura de Dom Eugênio Sales. Ele sempre seguiu as normas estabelecidas pelos papas e era amigo do general Antônio Carlos da Silva Muricy, que ocupava um cargo de destaque na ditadura civil-militar como chefe do Estado-Maior do Exército (EME). Depois da Segunda Guerra Mundial,

³⁴ O padre Bruno veio para o Brasil impulsionado pela inquietude da juventude. Nascido na Itália em de 1942, chegou ao Brasil aos 28 anos. Acumulando 50 anos de trajetória no país, faleceu em 2022.

Muricy passou a se envolver nos assuntos nacionais e elaborou os programas da Escola Superior de Guerra. Apesar de Dom Eugênio ser um dos negociadores mais importantes entre a Igreja Católica e as Forças Armadas, não se pode afirmar que ele tenha sido um apoiador da ditadura. Ele era muito organizado e habilidoso no diálogo, o que certamente facilitou o seu relacionamento com os militares (Adaptado de Serbin, 2001, citado em Kronemberger, 2018). Sobre a situação com Dom Eugênio e a ida para Nova Iguaçu, o padre Bruno fez questão de ressaltar que Dom Eugênio Sales sempre foi voltado para o social, mas que ele achava que era o bispo que tinha que estar à frente das ações, e por isso afirmou o seguinte:

Eu e os que estavam na Vila Kennedy, a gente falou o seguinte: ‘nós não viemos ao Brasil para ficar brigando com bispo. E aí, nós queremos ir trabalhar com o povo. Se aqui no Rio tem dificuldade e o nosso trabalho não é bem aceito, mas Dom Adriano abre as portas e tá pedindo ajuda porque tem todo um trabalho lá, nós vamos lá trabalhar com o povo’. Teve alguns padres, inclusive, na época, que acharam que nós devíamos ficar para brigar com o Bispo. Digo não (...) ‘Nós viemos da Itália para trabalhar com o povo. Então vamos trabalhar com o povo em Nova Iguaçu’.

Trabalhar com o povo era a proposta de Dom Adriano, que era um adepto da Teologia da Libertação, o que o padre Bruno disse que também era, ele e seu grupo. Ele informou que eles caminhavam junto com o povo, que acreditavam em uma Igreja mais presente na realidade das pessoas e dos problemas sociais, mas o padre também disse que era difícil. Em suas palavras:

E caminhávamos junto com o povo, no meio do povo. Uma igreja, mas uma igreja presente na realidade da vida das pessoas. Então os problemas trabalhistas, os problemas de moradia. Um fato simples mas, por exemplo, eu estava na Pastoral do Trabalhador e uma das coisas que deu dificuldade, foi a 1ª greve dos metalúrgicos e dos motoristas no Rio de Janeiro. Nós queríamos fazer uma carta de apoio à luta dos trabalhadores. Fomos proibidos, fomos proibidos. Claro, não fizemos a carta, mas nós demos o apoio. Íamos ajudar nos piquetes, levar comida, levar lanche. O que dependia da atitude pessoal a gente fez. Agora como Igreja não dependia tudo da gente, fomos proibidos, então não fizemos. Nós fizemos, por exemplo, coletas e levamos apoio, dinheiro lá em São Bernardo do Campo, as primeiras greves do Lula.

O trecho descreveu o envolvimento do padre na luta pelos direitos trabalhistas no Brasil, especificamente no cenário da missão de justiça social da Igreja Católica. O padre Bruno e seus colegas estavam envolvidos em apoiar greves e protestos de trabalhadores, apesar de enfrentarem oposição de autoridades eclesiais. O padre Bruno mencionou as dificuldades que enfrentaram ao tentar escrever uma carta de apoio aos trabalhadores em greve, pois foram proibidos de fazê-lo. Apesar desses desafios, eles continuaram a apoiar os

trabalhadores fornecendo comida, dinheiro e outros recursos durante as greves. O padre Bruno narrou as atividades de seu grupo no nível pessoal em relação às ações de apoio aos trabalhadores, mas indicou a dificuldade de trabalhar em nome da Igreja naquele período. Ele informou também, em outra parte da entrevista, que a Teologia da Libertação ainda tinha força, mas estava envolta em muitas polêmicas como a acusação de ser marxismo, o que, segundo o padre, “eram fantasmas criados para bloquear uma inserção no meio do povo”. Destacou-se, assim, o papel da Igreja e os desafios enfrentados por aqueles que apoiavam os direitos dos trabalhadores. Também ilustrou-se o comprometimento pessoal do padre com a causa social e sua disposição para agir, apesar da oposição existente. O trecho forneceu uma visão sobre a relação complexa e conflituosa entre religião, justiça social e política no Brasil. O entrevistado também destacou que Dom Adriano Hypólito era voltado ao social, mas ele acreditava que a Igreja deveria estar no meio do povo, dando suporte para o povo falar, posição com a qual ele concordava e se fez presente. De acordo com suas palavras:

Era a época em que, por exemplo, tinha surgido aqui em Nova Iguaçu todo aquele Movimento de Amigos de Bairro. Havia centenas e centenas de Associações de Moradores. E o povo realmente lutava, brigava, fazia passeata. Com o apoio da Igreja. A gente estava junto.

O descrito acima indicou um momento em que houve um forte movimento popular em Nova Iguaçu, com o surgimento de várias Associações de Moradores e Movimento de Amigos de Bairro. O padre Bruno destacou a importância da Igreja nesse momento, apoiando ativamente as lutas e manifestações populares. O povo lutava e a Igreja estava junto, acompanhando e dando suporte à população. O trecho sugeriu que havia uma forte relação entre a Igreja e os movimentos sociais populares na época, o que reforçava a luta por justiça social e a luta da comunidade local, reiterando o que foi discutido nesta tese. O padre destacou ainda, em outra passagem, que quando foi para Nova Iguaçu, passou um tempo na região de Riachão, porque Dom Adriano pediu para ele ficar lá, pois o padre da região estava com problemas de saúde. Ele ficou um ano no Riachão e depois foi para o bairro Lote XV, onde faleceu. Segundo suas palavras, “Numa terra de fogo”, se referindo à violência da região. Assim ele descreveu seu início de trabalho:

Eu cheguei aqui nesta paróquia concretamente, onde botei raiz, numa época que era de campanha eleitoral, a eleição de 1982 e eu fiquei assistindo mais do que outra coisa porque não conhecia as pessoas. Mas foi uma experiência interessante porque havia lideranças aqui da Paróquia São Simão, Lote XV. Tinha trabalhado durante três anos, três padres jesuítas. Um deles é famoso padre Inácio Neutzling que é diretor lá da Unisinos, lá em Porto Alegre. E ele era estudante, trabalhou aqui e deu a maior força naquela época para Núcleos do PT, o partido estava começando, e

para apoiar a greve da Fiat, que em Xerém havia a Fiat³⁵ e explodiu lá uma greve e o pessoal se reunia aqui na Paróquia, os operários também se reuniam aqui. Eu acompanhei durante um tempo a oposição da Construção Civil, do Sindicato da Construção Civil e a gente foi se inserindo aí e apoiando, porque a gente participava das reuniões, mas deixava eles, porque a luta era deles, então eles tinham que tomar as decisões. A gente dava as nossas opiniões, mas...

O padre Bruno narrou a sua experiência na paróquia durante a campanha eleitoral de 1982, observou lideranças locais e destacou a atuação de três padres jesuítas, incluindo o padre Inácio Neutzling. Ele relatou a greve da Fiat em Xerém e mencionou sua participação em reuniões com o Sindicato da Construção Civil, onde ele oferecia opiniões e apoio, mas deixava as decisões nas mãos dos trabalhadores. Essas experiências narradas pelo padre Bruno, sugerem que a sua atuação na Igreja ocorreu em um período político e social conturbado, onde a luta por direitos trabalhistas era uma questão central. O padre indicou como a Igreja se inseriu na luta sindical, fornecendo um espaço para discussão e mobilização, além de oferecer suporte aos trabalhadores. Ainda destacou a importância da autonomia dos mesmos, indicando que eles tinham que tomar suas próprias decisões, mas a Igreja estava presente para ajudá-los na luta por seus direitos. O padre Bruno também narrou como estava a situação da paróquia quando ele chegou, deixando bem claro que já havia uma tradição de luta anterior à sua chegada. Em outra parte da entrevista, informou que a Igreja ajudava também nas questões econômicas, e que os Centros Comunitários que Dom Adriano construiu, não pertenciam só à Igreja, que não havia nenhuma identificação religiosa, que eram espaços para as comunidades fazerem reuniões, rezar ou qualquer outra atividade,

mas também era o espaço das reuniões da organização do movimento popular que cresceu muito. Por quê? Porque era época da repressão. Então houve bastante lideranças, que nem eram católicas, mas que queriam trabalhar com o povo. Gente de esquerda mesmo que queria trabalhar com o povo e Dom Adriano deu cobertura a estas pessoas, deu liberdade para estas pessoas, confiou. Então essas pessoas animavam esse trabalho do povo utilizando o mesmo espaço que se utilizava para vir à igreja.

Conforme o padre destacou, a Igreja também foi um espaço utilizado para as reuniões da organização do movimento popular que cresceu na época da repressão. O padre observou que havia muitas lideranças envolvidas no movimento, que não eram necessariamente católicas, mas que queriam trabalhar com o povo e que eram da esquerda política. Ele enfatizou que Dom Adriano deu cobertura a essas pessoas, confiando nelas e dando-lhes liberdade para trabalhar com a comunidade. Como resultado, essas lideranças avivaram o

³⁵ Em 1981 houve uma greve na fábrica da Fiat em Xerém.

trabalho popular, utilizando o mesmo espaço da igreja. Nessas palavras do padre Bruno reconhece-se a situação dos médicos que foram para Nova Iguaçu e se tornaram lideranças, que revigoraram os movimentos sociais em espaços divididos entre o sagrado e as coisas do mundo, uma discussão já posta nesta tese. No desenrolar da entrevista, o padre disse ainda que para Dom Adriano, não havia essa divisão de “vida de um lado e fé do outro”, para o bispo essas coisas andavam juntas. O padre Bruno informou que, na época em questão, ele sabia que trabalhavam nos movimentos sociais de Nova Iguaçu a Lúcia Souto, o Nelson Nahon e a Dilceia e que ele lembrava que, “teve algumas passeatas, algumas coisas que a gente estava junto do povo.”

Em outra parte da entrevista, o padre fez referência à questão da violência na região e disse que “é uma mistura que entrelaça política, repressão, milícia e bandidagem. É tudo uma panela que ferve junto”. Referindo-se a um tema já discutido neste trabalho, que se refere à origem e continuidade dos grupos armados na região que, com outras roupagens, se perpetuam no poder. Contudo, o padre Bruno afirmou que depois de tantos anos estando na região “a gente acaba se tornando um símbolo de resistência”, mesmo que por limitações da idade não consigamos exercer todas as atividades de antes, “a gente acaba sendo uma luz, um incentivo”. Essa luz não se apagou com o seu falecimento, pois em escritos e palavras, o seu exemplo de luta ficará registrado, como neste e em outros trabalhos que visam discutir uma sociedade mais justa. Essa atitude de resistência, ele disse que aprendeu com Dom Adriano, cuja primeira atividade que fazia quando chegava à Cúria Diocesana era atender aos pobres que faziam fila. E o bispo ouvia a todos, pois tinha um imenso poder de escutar e de reproduzir em seus escritos o que ouvia.

Considerações Finais

Em uma época de ditadura e repressão no Brasil, um grupo de médicos e religiosos se uniu em uma missão corajosa e solidária na Baixada Fluminense. Eles buscavam lutar por justiça e Direitos Humanos. Dom Adriano Hypólito, um bispo progressista que apoiava a luta popular fez uma parceria entre médicos e Igreja, que foi essencial para o sucesso das iniciativas de saúde na região. Os médicos e os padres formaram grupos de conscientização, promovendo a mobilização popular na luta pelos direitos. A Igreja Católica foi um espaço seguro que ajudava a comunidade a melhorar suas condições de vida. A coragem e a solidariedade desses indivíduos foram fundamentais para enfrentar um período difícil na história do Brasil, e contribuíram para o fortalecimento da luta pelos direitos e pela justiça. Sobre os movimentos sociais urbanos ocorridos durante as décadas de 1970 e 1980 no Rio de Janeiro, Kowarick (1986) sugeriu o seguinte:

Quanto à produção centrada nos movimentos urbanos do Rio de Janeiro, ressalta-se as pesquisas que se detiveram (...) Na multiplicidade e diversidade de processos sociais e culturais na dinâmica da organização e a reivindicação de movimentos de bairro (...), uma investigação que analisou o caminhar das reivindicações em três associações de bairro, discutindo, de maneira extremamente criativa, suas ligações com o Estado (...), questão que também é problematizada em relação aos movimentos de bairro em Nova Iguaçu, onde encontramos uma estimulante análise sobre o significado dos movimentos de bairro no processo de redemocratização do país (KOWARICK, 1986, p. 3).

Kowarick (1986) ressaltou a relevância de pesquisas voltadas para os movimentos citadinos no Rio de Janeiro. Elas se concentravam em variados aspectos, como a ocupação de terrenos, o avanço das organizações de residentes de comunidades marginalizadas e suas conexões com o governo. O foco principal estava na diversidade e multiplicidade dos processos socioculturais na estruturação desses movimentos e em suas reivindicações por melhorias nas localidades. Essa problemática foi abordada também em relação aos movimentos de bairro em Nova Iguaçu, onde se investigou o significado desses movimentos no contexto da “democratização” do país. Em síntese, enfatizou-se a importância de explorar e compreender os movimentos urbanos, abordando tanto aspectos locais quanto sua importância em um contexto mais abrangente.

A hipótese deste trabalho, uma investigação pela preservação da memória por meio de entrevistas, foi apresentar as lutas do cotidiano, que certamente foram e são muitas e vão para além da militância, mas nesta tese estiveram relacionadas com as lutas pelas necessidades materiais mais essenciais. O objeto de estudo foram os movimentos sociais em Nova Iguaçu

nas décadas de 1970 e 1980, um período de intensa luta política em meio à forte repressão da ditadura militar. O objetivo principal foi examinar as representações que os militantes sociais de Nova Iguaçu das décadas referidas desenvolveram sobre suas relações com suas lutas, participações, conquistas, perdas e organizações nos movimentos sociais urbanos dos quais participaram.

O olhar, então, se voltou para o Movimento dos Amigos de Bairros, cuja reestruturação emergia das vozes dos militantes entrevistados, contando uma história de resistência e transformação. Cada análise contribuiu para uma compreensão mais abrangente dos desafios e das incansáveis buscas pela justiça social na região. Todo esse movimento de pesquisa transmitiu as vozes que lutaram, resistiram e moldaram a história da Baixada Fluminense.

No período analisado, a região era conhecida como violenta e perigosa, retratada pela imprensa como um foco de criminalidade. Essa situação refletia um fenômeno comum em outras grandes cidades do Sudeste, que recebiam uma grande quantidade de pessoas sem investimentos em infraestrutura básica. O crescimento desordenado da região resultou em conflitos sociais. Os movimentos sociais trabalhavam exigindo melhorias nas condições de vida da população e se expandiram nas periferias das grandes cidades durante a “abertura política” do governo Geisel, exigindo melhorias básicas, mas enfrentaram obstáculos políticos, além da crise ideológica interna da Igreja Católica, uma grande aliada.

Este trabalho abordou a trajetória do bispo de Nova Iguaçu e sua conexão com a cidade tumultuada, examinamos as dinâmicas diárias das lutas dos militantes e da população, enfatizamos o papel fundamental das mulheres no Movimento de Amigos dos Bairros de Nova Iguaçu e apresentamos os entrevistados e o embasamento teórico que estabeleceu as bases para uma compreensão mais profunda e abrangente do tema em estudo.

Sob várias análises, esta tese desvelou os contornos da cidade em sua turbulência, examinou as estratégias de resistência e organização da população, resgatou a influência ressurgente dos movimentos populares, mergulhou nas profundezas da violência enfrentada por Dom Adriano Hypólito e nas transformações dinâmicas da própria cidade de Nova Iguaçu. Essas reflexões, como peças interligadas, contribuíram para uma compreensão mais rica dos desafios, triunfos e eventos que deram forma e conteúdo à região, perpetuando memórias que agora transcendem as páginas deste trabalho. Uma vez que esta tese não se

encerra aqui, nenhum trabalho de história está pronto. Esta tese pretende contribuir para os estudos sobre a região e receber com alegria críticas, que nos ajudem a seguir na produção da nossa própria história.

Como já dito, a hipótese desse trabalho foi apresentar as lutas cotidianas por meio da preservação da memória. Assim, considerou-se relevante recuperar, por meio dessa e da história dos entrevistados, a luta social da população de Nova Iguaçu durante esse difícil período da história brasileira, contribuindo para os estudos que embasam as narrativas e apontam que houve repressão, mas juntamente houve resistência e luta. A pesquisa fez esta análise também com o objetivo de contribuir para a discussão sobre os movimentos sociais, inspirando novas ações que visem garantir os direitos básicos e a dignidade da população.

As vozes seguiram uma jornada pela análise metódica dos aspectos metodológicos, teóricos e analíticos da História oral. Como alquimistas do tempo, exploramos as conexões invisíveis entre memória, representações e realidade nas vozes singulares dos entrevistados. À medida que escrevemos essas considerações, relembramos as palavras sussurradas pelos ventos do passado, guiando-nos em nossa busca contínua pela compreensão mais profunda da história, moldada pelas lembranças de quem viveu e testemunhou.

Nessa jornada, as entrevistas emergiram como pontes entre o passado e o presente, traçando os contornos da memória daqueles que enfrentaram a ditadura. Por meio desses relatos, buscamos desvelar as pinturas que eles desenvolveram sobre as batalhas travadas, suas incursões, conquistas e perdas que inscreveram em suas vidas. A nossa trajetória foi traçada pelas histórias misturadas dos que lutaram, dos que desafiaram e dos que resistiram. Como historiadores, almejamos não apenas desvendar a verdade das batalhas travadas, mas também retratar uma complexa história humana em seu esplendor, sua beleza e seus breus.

E no centro desse caminho, os movimentos sociais urbanos. Nesses relatos orais, preservados e analisados com cuidado, revelou-se a complexidade das experiências individuais, as motivações e as perspectivas subjetivas que guiaram esses atores sociais. Por meio dessa análise, ganhou-se um entendimento mais amplo das lutas sociais, dos eventos históricos e das transformações que moldaram aquela época. Cada história, uma trama de conexões e elementos comuns. Os movimentos sociais locais reproduziam-se com os movimentos mais amplos, entrelaçando suas trajetórias. A história de Nova Iguaçu se

apresentou em suas nuances e singularidades, revelando-se como parte de um todo na história do Brasil.

Nas páginas desta tese desdobram-se as crônicas dos movimentos sociais que permearam as décadas de 1970 e 1980 em Nova Iguaçu, concentrando-se nas narrativas de perseverança e transformação social que floresceram nessa cidade. Uma minuciosa investigação compôs o enredo das relações entre as lutas dos bairros, a influência da Igreja Católica e o despertar político, lançando luz sobre a importância inegável das empreitadas solidárias no cenário de opressão tingido pela ditadura. Esta tese compreendeu as questões sociais fundamentais que afetavam a população local e confirmou o papel importante dos movimentos sociais na consolidação de organizações políticas e luta pela justiça e igualdade. Soma-se também a uma perspectiva para os estudiosos da região, mantendo acesa a chama e o respeito a aqueles que, com coragem e compromisso, lutaram por um mundo mais justo e igualitário.

Ao discutir as particularidades dessa região, desvendou-se as raízes de suas lutas e adversidades. E é nesse debate que encontra-se o caminho para superá-las. A produção histórica aqui proposta pretende contribuir com outras discussões sobre o tema e inspirar novas lutas em busca de uma realidade transformada, onde conquistas sociais sejam almejadas. À medida que mergulhávamos nas narrativas, o espírito singular das lutas da comunidade emergia como um quadro meticulosamente pintado. Buscamos assim, retratar a luta e a resistência do povo de Nova Iguaçu. A luta por dignidade humana e a resistência contra a opressão da ditadura. No entanto, como um paradoxo, a violência também tecia seus próprios matizes.

Neste trabalho, reconhecemos a força e as fragilidades dos movimentos sociais na Baixada Fluminense, bem como a violência na região durante a ditadura civil-militar no Brasil. Foi destacado como o Estado apoiou as elites locais para reprimir as ações consideradas como criminosas, fortalecendo grupos de extermínio conhecidos como Esquadrões da Morte, que reprimiam com o uso do terror. À medida que desvendamos as narrativas, buscamos analisar a resistência do povo de Nova Iguaçu que desafiava a tirania que se impunha. Mas havia o avanço escandaloso da violência física, deixando suas marcas indelévels na trama da cidade. Não se pôde trabalhar com números sobre a violência nesta tese, a falta de transparência sobre esse tema na região durante a ditadura foi motivada pelo

esquema de poder montado, que não pode ser compreendido fora de um objetivo maior, que eram os desmandos da ditadura civil-militar.

Esta tese de doutorado cumpriu o seu propósito de entrevistar militantes sociais que atuaram em Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980, com o objetivo de desvelar os contornos das representações que os militantes dessa cidade nos legaram. Eles deixaram suas marcas naquelas décadas efervescentes, e agiram em torno de suas próprias experiências. Cada linha, cada vírgula de suas narrativas tiveram o poder de evocar as batalhas travadas, os passos dados, as vitórias alçadas, as dores sofridas e as redes organizacionais que os uniram nos movimentos sociais urbanos daquela era revolucionária.

Seguindo com o objetivo de aprofundar os estudos sobre esses movimentos sociais e urbanos e reconhecendo neles a possibilidade de continuidade das lutas por direitos sociais e pelos Direitos Humanos, a presente pesquisa ampliou o conhecimento acerca desses movimentos em Nova Iguaçu e inspira pesquisas e novas ações sociais para a efetiva conquista de todos os direitos previstos na Carta da ONU de 1948.

Fontes**Entrevistas**

Ana Alice Teixeira

Lúcia Souto

Dilceia Nahon

Nelson Nahon

José Nogueira

Padre Bruno

Padre Matteo

Referências:

ALBERTI, Verena. Fontes Orais – Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla (org.).

Fontes Históricas. São Paulo. Editora Contexto, 2005.

ALVES, José Claudio de Souza. **Dos Barões ao extermínio – Uma história de violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias, RJ. Associação de Professores e Pesquisadores de História - CLIO – APPH, 2003.

ALVES, José Claudio de Souza. **Dos Barões ao extermínio – Uma história de violência na Baixada Fluminense**, 2ª edição Revista e ampliada. Rio de Janeiro. Editora Consequência, 2020

ALVES, José Claudio de Souza. Violência e Religião: Repensando os conceitos a partir da Baixada Fluminense. Revista Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. V. 24, p. 131-149, junho de 2002.

ALVES, José Claudio de Souza. Baixada Fluminense: A violência na construção da periferia. Departamento de Letras e Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 26 de fevereiro de 1994.

ALVES, José Claudio de Souza. *Baixada Fluminense: A violência na construção do poder*. Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. 26 de fevereiro de 1998. Tese de doutorado.

AZEVEDO, Cecília. *Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão* In ABREU Martha & SOIHER, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro. Casa da Palavra, 2003, p. 38 – 54.

BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito da História". In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas, 1). p.222-232.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo, HUCITEC, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

BENEVIDES, Maria Victoria. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1998. Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos Acesso em 26 de outubro de 2019

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade – Lembranças de velhos**. São Paulo – Companhia das Letras, 3ª Edição, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo. Perspectiva, 1973.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

BURKE, Peter. (org.) **A Escrita da História - Novas perspectivas**. São Paulo, Editora Unesp, 1992.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo, Ed Unisinos, 2006.

Castells Apud SERRA, Dulcemary; SANTOS, Paulo; TÔRRES, Viviane (organizadores). **Mulheres da MAB - Um Retrato do Movimento**. Editado pelo MAB de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu, RJ. 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil - O longo caminho**. 18a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

CARVALHO José Murilo de. **Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CAVA, Ralph Della. A Igreja e a abertura, 1974 – 1985. In: KRISCHKE, Paulo, MAIWARING, Scott. (Org). **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974 –1985)**. Porto Alegre, L&PM Editores – CEDEC – Centro de estudos de cultura contemporânea, 1986.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano – Artes de Fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril – Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

CORRÊA, Elisa e MACEDO, Marcelo Hernandez. Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64. Revista Estudo Sociedade e Agricultura. V. 15, n. 2, p. 368-392, Rio de Janeiro, 2007.

CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. Projeto História. n° 35, p. 253-270, São Paulo, dez. 2007.

CARVALHO José Murilo de. **Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

DIAS, Luiz Antonio. Vozes dissonantes: análise do jornal Folha de S. Paulo e de pesquisas do Ibope no golpe civil-militar de 1964. Verinotio – revista on-line de filosofia e ciências humanas Espaço de interlocução em ciências humanas n. 17, Ano IX, abr./2013 – Publicação semestral – ISSN 1981-061X A história da exclusão e a exclusão da história.

ESCOBAR, Arturo. *O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.133-168. Disponible en la World Wide Web: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf>>.*

FOCAULT, Michel. Introdução e Descrição Arqueológica. In: **A arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira – a Visão da espionagem**. Rio de Janeiro / São Paulo, Editora Record, 2014.

GOULART, Fransérgio Goulart. **Baixada Fluminense, Resistências e o Racismo Institucional de todos os dias**. Disponível em <<http://www.canalibase.org.br/baixada-fluminense-resistencias-e-o-racismo-institucional-de-todos-os-dias/>> Acesso em 18 jul. 2018.

KHANA, Paraga. **O Segundo Mundo - Impérios e Influência na Nova Ordem Global, Estado Unidos, China e União Europeia e a estratégia pela conquista das nações emergentes**. Editora Intrínseca. Rio de Janeiro. 2008.

KOWARICK, Lúcio. Movimento urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. Texto recebido para publicação em outubro de 1986. Disponível em:

<http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs039_03htm> Acesso em 20 nov. 2021.

KRONEMBERGER, Adriana. Dom Adriano Hypólito no rastro da violência em Nova Iguaçu. Dissertação de mestrado defendido em março de 2018 na PUC/SP.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. Coleção Repertórios. Tradução de: Storia e memoria.

LOWY, Michael. A Teologia da Libertação: Leonardo Boff e Frei Betto. Adital, 2008. Disponível em <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=35648>> Acesso em 27 mar. 2016.

LUFTI, Eulina Pacheco et al (organizadoras). **As Representações e o Possível**. São Paulo. Editora Hucitec, 1996

MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e o movimento popular: Nova Iguaçu – 1974 – 85. In: KRISCHKE, Paulo, MAIWARING, Scott. (Org). **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974 – 1985)**. Porto Alegre, L&PM Editores – CEDEC – Centro de estudos de cultura contemporânea, 1986.

MAINWARING, Scott. **A Igreja e a Política no Brasil (1916-1985)**. Brasiliense. São Paulo, 1989.

MARTINS, José de Souza et al (organizadores). Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo. Editora Hucitec, 1996.

MARX Karl e ENGELS Frederick. **A Ideologia Alemã – Feuerbach – contraposição entre as cosmovisões Materialista e Idealista**. Editora Martin Claret Ltda. São Paulo, 2008, p. 43

MATOS, Maria Izilda S. **Cotidiano e Cultura – História, Cidade e Trabalho**. 2.Ed. Bauru, SP. Editora EDUSC, 2014.

MENESES, Antônio Lacerda de. Dom Adriano Hypólito – Apontamentos biográficos, 2010. Disponível em: <<http://domadrianohypolito.blogspot.com.br>> Acesso em 30 set. 2016.

PINSKY, Carla (org). **Fontes Históricas. Fontes Orais – Histórias dentro da História.** (Verena Alberti IN Pinsky). Editora contexto. São Paulo, 2005.

PORTELLI, Alessandro. **Sonhos Ucrônicos – Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores.** *Revista Projeto História*, São Paulo (10). Dez, p. 41, 1993.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Tradução de Ingeborg K. de Mendonça e Carlos Espejo Muriel. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 59-72.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. Tradução de Maria Therezinha Janina Ribeiro. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 22, Jan./Jun. 2001.

PORTELLI, Alessandro. Um trabalho de relação: Observações sobre a História oral. Tradução de Lila Cristina Xavier Luz. **Revista trilhas da História**, Três Lagoas, v. 7, nº 13, jul/dez.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Belo Horizonte: Autêntica, 1996.

RICOEUR, Paul. **A Memória, A História e o Esquecimento.** Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROLNIK, Raquel Rolnik. **O que é cidade.** São Paulo, Editora Brasiliense, 2012.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram Em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão. – 7ª. Ed, - São Paulo:** Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra – Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura.** Companhia das Letras. São Paulo. 2001.

SILVA, Anderson Lopes. Resenha do livro “Hibridismo Cultural” de Peter Burke. DOI: 10.5212/PublicatioCi.Soc.v.22i2.0009. Fundação Getúlio Vargas – Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1993

SILVA. Ana Carolina Ferreira Rodrigues da. **Vozes da Baixada: um estudo sobre rádio comunitária em Queimados e São João de Meriti.** Dissertação de mestrado PUC/RIO, 2007

SILVA, Percival Tavares da. Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (MAB 1974/1992) - Relação vanguarda-base-massa: práxis política e educativa. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1998

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa II – A maldição de Adão**, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987, p. 188. Tradução Renato Bussato Neto e Cláudia Rocha de Almeida.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional**. Companhia das Letras. São Paulo, 1998.

THOMPSON Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser**. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1981.

TOYNBEE, Arnold. *An Historian's Approach to Religion*. Oxford University Press, London, 1956.

TOYNBEE, Arnold. **Um estudo da História**. Editora Martins Fontes, 1987. São Paulo.

TORRES, Rogério, MENEZES, Newton. **Sonegação, fome e saque. Recado de Cultura**. Duque de Caxias, RJ, 1987.

VOLCAN, Marcos Dione Ugoski. Renovação Carismática Católica: uma leitura teológica e pastoral. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **Recursos da Esperança**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade - De Coleridge a Orwell**. Petrópolis. Editora Vozes. 20110.

Sites Consultados:

<<http://domadriano.mitrani.org.br/vida.htm>> Acesso em 10 ago. 2010.

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_\(jornal\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_(jornal))> Acesso em 10 set. 2016.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Igua%C3%A7u> Acesso em 10 out. 2016.

<<http://dnonato.blogspot.com.br/2012/11/introducao-parte-i-origem-da-diocese-de.html>>
Acesso em 13 dez. 2016.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Arnold_J._Toynbee> Acesso em 15 nov. 2018.

<<https://www.conjur.com.br/2014-ago-10/embargos-culturais-historiador-arnold-toynbee-teoria-desafios-respostas>> Acesso em 15 set. 2018.

<http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp> Acesso em 11 jan. 2016.

<<https://ano70.com.br/criminalidade-dos-anos-70/>> Acesso em 29 jul. 2018.

< <https://www.significados.com.br/musa/>> Acesso em 29 jul. 2018.

<<https://pt.slideshare.net/MariaHenriques4/as-9-musas-da-mitologia-grega>> Acesso em 29 jul. 2018.

< <https://pt.wikipedia.org/wiki/Musa> > Acesso em 15 set. 2018.

< <https://www.significados.com.br/caos/>> Acesso em 15 set. 2018.

<<https://www.infoescola.com/mitologia-grega/teogonia-de-hesiodo/>> Acesso em 15 set. 2018.

Outras fontes:

Atlas da Violência 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

BR RJANRIO TT.0.JU, PRO.128 – *processo gab no 100.026 – Dossiê*. Carta escrita pela Comissão Diocesana de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu e enviada ao Ministro de Estado e Justiça, na ocasião o senhor Armando Falcão, em 27 de março de 1978. Documento disponível em <http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp> Acesso em 11 jan. 2018.

BR RJANRIO TT.0.JU, PRO.128 – *processo gab no 100.026 – Dossiê*. Carta da Diocese de Nova Iguaçu /Comissão Diocesana de Justiça e Paz ao então ministro da Justiça, Petrônio Portela, em 13 de novembro de 1979. Documento disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp> Acesso em 11 jan. 2016.

BR.AN.RIO.TT.0.MCP.AVU.446 – Relatório para a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça de outubro de 1980. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp> (Acesso em 12 out. 2018).

BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.87014782 – Dossiê com o título: ACAMPAMENTO DE LAVRADORES NO LARGO SÃO FRANCISCO. Disponível em:

<http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1892940&v_aba>. Acesso em 12 out. 2018.

HYPÓLITO, Dom Adriano. O PASQUIM. Dom Hypólito, o bispo sequestrado na Baixada Fluminense. Edição de 18 a 24 de agosto de 1978, p. 3.

HYPÓLITO, Dom Adriano. Dom Adriano exclusivo: “Meu sequestro ainda é um mistério”. REVISTA DE CULTURA VOZES, ano 75, n.1, jan. - fev. 1981, p. 67, 68 (Grifos do autor).

Comissão da Verdade (CEV-Rio, 2015, p. 414). Parte V: Autoria das graves violações de direitos humanos, Capítulo 20 – Autores das Graves violações de Direitos Humanos segundo a CEV-Rio.

Anexos

Anexos da Introdução

Anexo 1

Roteiro guiado

Local e data:

Nome, data e local de nascimento:

Onde, quando e como iniciou sua militância?

Qual a sua formação profissional?

A sua atuação profissional teve influência na sua militância?

Como chegou à Baixada Fluminense?

Por que Nova Iguaçu?

Descreva seu trabalho em Nova Iguaçu (área de atuação, relação com a comunidade, relação com os outros militantes, relação com a Igreja)

Fale um pouco sobre sua experiência em Nova Iguaçu.

Em quais causas você esteve engajado?

Milita atualmente? Em qual área?

O que você sabe sobre a militância social em Nova Iguaçu atualmente?

Anexo 2

PLANTÃO GLOBO

Os problemas acompanham o crescimento de Nova Iguaçu

Atividade no setor de saúde - Nova Iguaçu, com 150 mil habitantes, enfrenta problemas de saúde pública. O crescimento urbano acelerado trouxe consigo a falta de saneamento básico e a poluição ambiental, agravando a situação. O município precisa investir em infraestrutura para garantir a qualidade de vida de seus cidadãos.

Problemas sociais - O crescimento econômico trouxe consigo problemas sociais, como a desigualdade de renda e a falta de oportunidades de emprego para a população jovem. O poder público precisa atuar para reduzir essas disparidades e promover o desenvolvimento sustentável.

Segurança pública - Com o aumento da população, a segurança pública tornou-se uma prioridade. O município precisa fortalecer suas forças de segurança e implementar medidas preventivas para reduzir a criminalidade e garantir a paz social.

Infraestrutura - A infraestrutura urbana precisa ser ampliada para atender à demanda crescente. Isso inclui a construção de novas escolas, hospitais, parques e sistemas de transporte público, além da melhoria dos serviços de saneamento básico e energia elétrica.

Meio Ambiente - O crescimento urbano trouxe consigo a degradação do meio ambiente. A poluição do ar, do solo e dos recursos hídricos é uma preocupação constante. É necessário implementar políticas ambientais rigorosas para preservar a qualidade de vida e a sustentabilidade do município.

Política - A gestão pública precisa ser transparente e eficiente para enfrentar os desafios do crescimento. É importante ouvir a população e implementar políticas públicas que atendam às suas necessidades e expectativas.

Conclusão - O crescimento de Nova Iguaçu é uma oportunidade, mas também traz desafios. É necessário um planejamento estratégico e investimentos consistentes para garantir que o desenvolvimento seja inclusivo, sustentável e de qualidade para todos os cidadãos.



Na fila para o tratamento médico 'de emergência'

O sistema de saúde de Nova Iguaçu enfrenta dificuldades para atender a demanda crescente de pacientes. Muitos cidadãos precisam esperar longos períodos para conseguir uma consulta médica ou um tratamento adequado. Isso pode agravar condições de saúde e aumentar os custos para o sistema público.

Materiais nas escolas, os com 'problemas'. Os diabetes

As escolas de Nova Iguaçu enfrentam dificuldades para obter materiais necessários para o ensino, especialmente em áreas de saúde e educação especial. Além disso, há um aumento preocupante de casos de diabetes entre crianças e adolescentes, exigindo atenção especial dos profissionais de saúde e da comunidade.

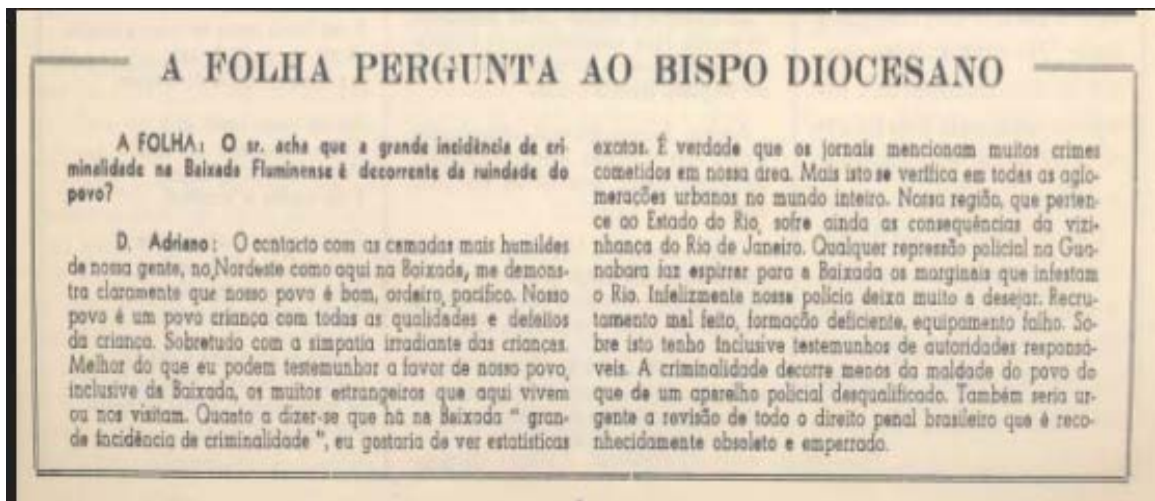
Para seguir uma rotina. A água é preciosa, os médicos

A rotina dos profissionais de saúde em Nova Iguaçu é extremamente exigente. Com a falta de recursos e a alta demanda por atendimento, os médicos precisam trabalhar longas horas para garantir o cuidado adequado aos pacientes. A escassez de água potável também é uma preocupação, afetando a saúde pública e a qualidade de vida da população.

PLANTÃO GLOBO segue em: **Paralelo**

Um artigo de opinião de um jornalista sobre a situação de Nova Iguaçu, abordando os desafios urbanos e sociais.

Anexo 4 – “A Folha pergunta ao bispo diocesano”



Documento disponível no Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu

Anexo 6 – O verdadeiro cristianismo

PARA A SUA REFLEXÃO

"Não é certo tirar a comida da boca dos filhos e lançá-la aos cães", disse Jesus à mulher cananéia que precisava de ajuda. Palavras bastante duras e incompreensíveis, partindo de quem partiram. Mas logo depois Jesus atende à mulher e faz à sua fé um louvor entusiasmado. É possível que Jesus tenha, na primeira atitude, se colocado intencionalmente na posição discriminatória dos israelitas para depois mostrar a eles como é que se deve agir. O episódio é uma verdadeira parábola, vivida por Cristo. Mais uma vez ele mostra, agora de fato, que a lei é feita para o homem e não o homem para a lei.

A lei suprema, que deve estar na base de todas as leis, é a realização pessoal de todos os homens. Todos nasceram para se realizar em sua vida como seres humanos. Ninguém foi destinado à pobreza; ninguém foi destinado à miséria; ninguém foi destinado à discriminação; ninguém foi des-

plano de Deus mas como consequência de um mistério chamado pecado. Usando sinônimos: o egoísmo, a ambição, a ganância, o desespero pela segurança na posse dos bens materiais é que produzem a maior parte dos sofrimentos que existem e retardam a cura de outros sofrimentos que se podia erradicar.

Nós somos cristãos e hoje estamos reunidos na comunidade, não para faturar uma outra espécie de prazer, o prazer espiritual, mas para nos inquietarmos com os males que há na pessoa dos nossos semelhantes. O evangelho de Cristo, antes de ser uma escada rolante para o céu, é um libelo de acusação a todos os hipócritas e fariseus que se instalam bem neste mundo, pouco estão ligando para os males que se podia remediar e ainda se sentem bem contentes nas mãos de Deus. Para nós, cristãos, que guardamos as nossas esperanças mais profundas para o Reino de Deus

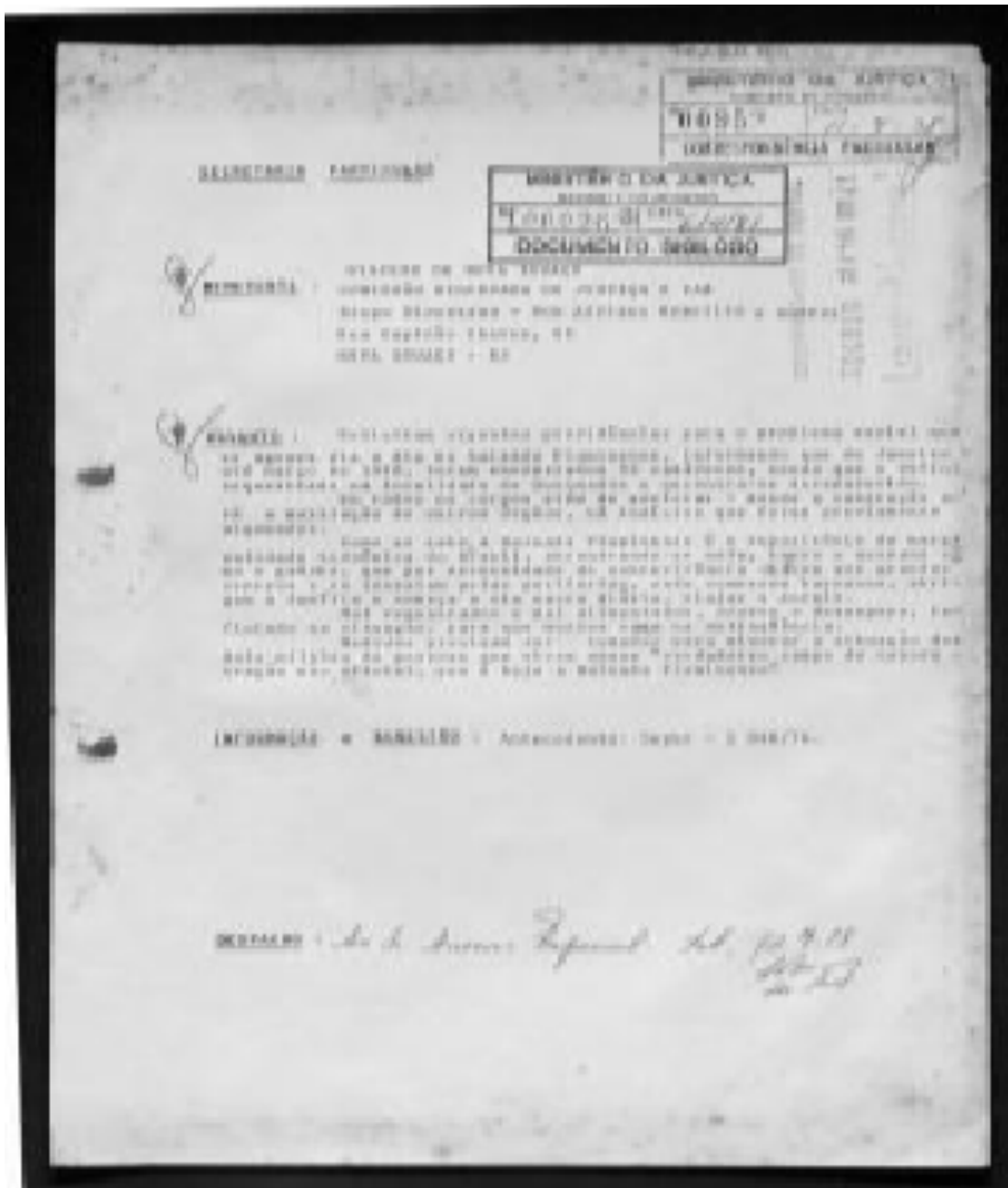
sentirmos salvos por antecipação e não nos inquietarmos mais com os sofrimentos, opressões, explorações e desrespeitos a que muitos dos nossos irmãos estão sujeitos.

A respeito, escutemos as palavras de Paulo VI, numa audiência pública que deu esta semana que passou: "Reconhecer a prioridade do fator religioso na realidade humana não significa iludir os deveres urgentes, relativos à justiça e ao progresso da sociedade humana. O acatamento puramente religioso não basta para liberar a consciência das obrigações de solidariedade e da generosidade para com o próximo. Reconhecer a primazia religiosa na moral não engendra um freio à procura dos remédios aos males sociais e sim o contrário". — Após a nossa reunião eucarística, em que ouvimos a palavra de Jesus Cristo, entremos para mais uma semana, levando uma preocupação: Perto de nós, ao redor de nós ou por causa de nós ninguém seja desrespeitado na sua dignidade humana e imagem de Deus.

Anexos 7, 8 e 9 – Carta ao Ministério da Justiça

Documento disponível em:

<http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp> (Acesso em 12 out. 2018).



SECRETARIA DE AGRICULTURA
COMISSÃO NACIONAL DE AGRICULTURA E PISCICULTURA
RUA CENTRAL CRAVEL 40 - TEL. 39.400
RIO DE JANEIRO - BRASIL

BRASIL
Rio de Janeiro, 27 de março de 1974

Senhor Dr. José Antonio Telles
Ministro de Estado de Agricultura
Brasília

Prezado Senhor Ministro

A Comissão Nacional de Agricultura e Pecuária, criada pelo Decreto de 1964, tem o prazer de apresentar-lhe este relatório sobre o trabalho realizado durante o ano de 1973. Este relatório foi elaborado em conformidade com o plano de trabalho aprovado em 1973 e apresenta uma visão geral das atividades realizadas durante o período em questão.

A Comissão Nacional de Agricultura e Pecuária, criada pelo Decreto de 1964, tem o prazer de apresentar-lhe este relatório sobre o trabalho realizado durante o ano de 1973. Este relatório foi elaborado em conformidade com o plano de trabalho aprovado em 1973 e apresenta uma visão geral das atividades realizadas durante o período em questão.

O trabalho realizado durante o ano de 1973 foi orientado pelo plano de trabalho aprovado em 1973 e apresentou uma visão geral das atividades realizadas durante o período em questão.

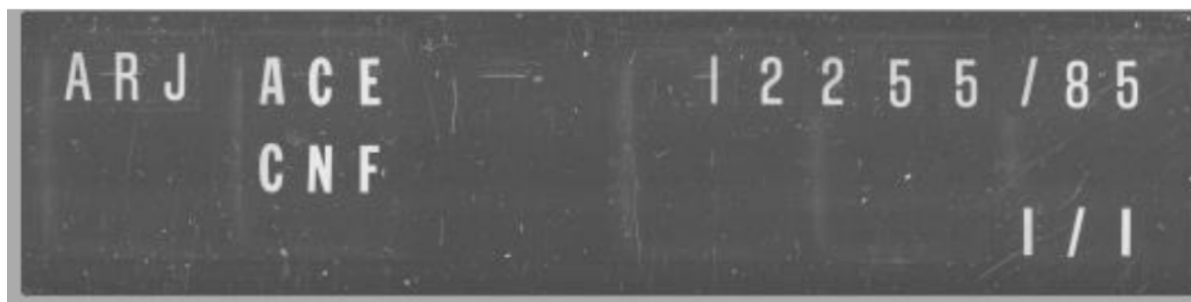
O trabalho realizado durante o ano de 1973 foi orientado pelo plano de trabalho aprovado em 1973 e apresentou uma visão geral das atividades realizadas durante o período em questão.

O trabalho realizado durante o ano de 1973 foi orientado pelo plano de trabalho aprovado em 1973 e apresentou uma visão geral das atividades realizadas durante o período em questão.

O trabalho realizado durante o ano de 1973 foi orientado pelo plano de trabalho aprovado em 1973 e apresentou uma visão geral das atividades realizadas durante o período em questão.

O trabalho realizado durante o ano de 1973 foi orientado pelo plano de trabalho aprovado em 1973 e apresentou uma visão geral das atividades realizadas durante o período em questão.

O trabalho realizado durante o ano de 1973 foi orientado pelo plano de trabalho aprovado em 1973 e apresentou uma visão geral das atividades realizadas durante o período em questão.

Anexo 10 – Arquivo Cronológico de entrada

Documento disponível em:

<http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp> (Acesso em 12 out. 2018).

Anexo 12

PRG 002827 EM 26.02.51 SNI/ARJ		
ACE _____ EM _____		
DATA	PROVIDÊNCIAS	assinatura
06.05.51 06/05	DV-E a-se-14	<i>[Handwritten Signature]</i>
06/05	SS-111	<i>[Handwritten Signature]</i>
06/05	Para implantação no 2D de 1500	<i>[Handwritten Signature]</i>

Documento disponível em:

http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp (Acesso em 12 out. 2018).

Anexo 13

PRG 002827 EM 25.05.33 SNI/ARJ		
ACE _____ EM _____		
DATA	PROVIDENCIAS	
DI. 08.33 08/08	DV-E a-35-14	
Em		
06/08.33	35-141	
05/11	Para implantação no 2D do material	

Documento disponível em:

<http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp> (Acesso em 12 out. 2018).

Anexo 15

Documento disponível em:

<http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp> (Acesso em 12 out. 2018).

Anexos do capítulo 1

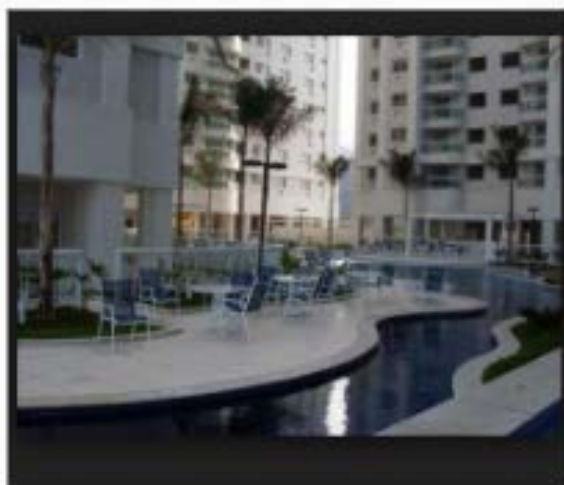
Anexo 16 – Visão da Baixada Fluminense

Por Stephanie Reist • Tradução por Patricia O'Brien • 18/11/2015



Documento disponível em:

<https://rioonwatch.org.br/?p=14867> (Acesso em 17 set. 2022).

Anexo 17 – Contraste social

Imagens disponíveis na internet

Anexo 18 – “ Expressão inacabada”

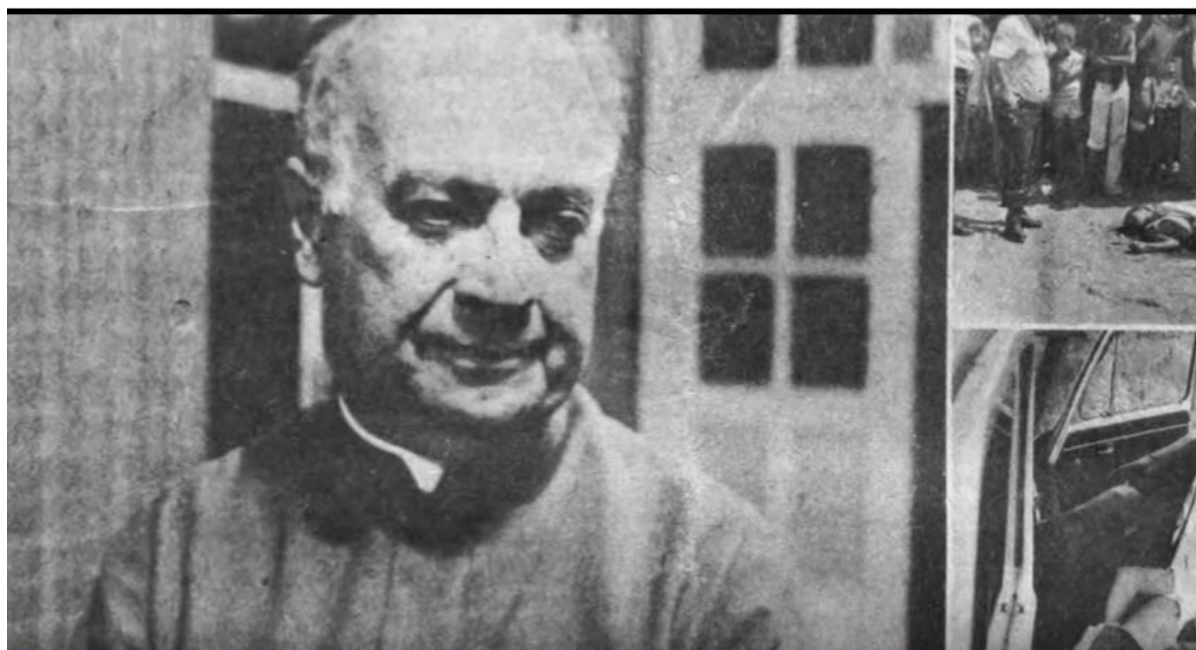
Imagem disponível na internet

Anexo 19



Foto disponível no Arquivo da Cúria Diocesana e Nova Iguaçu.

Anexo 20 - Dom Adriano em ação



Quem são os bispos católicos que atuaram contra a ditadura militar

Dom Adriano Hypólito

Vítima de atentado, o ex-bispo de Nova Iguaçu organizou movimentos populares. Abrigou militantes políticos e criou "A Folha", na qual criticava a falta de liberdade. Recusava-se a fazer tocar os sinos das igrejas em comemoração ao golpe de 1964, determinação dos militares. Morreu em 1996

1 de 4



Foto: Otávio Magalhães 28/09/1976 / Agência O Globo



Foto disponível no Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu

Anexo 21

Atentado. Fusca de dom Adriano destruído por uma bomba: bispo foi encontrado pintado de vermelho em Jacarepaguá
- Arquivo/23-09-1976

Fotos disponíveis no Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu

Anexo 22



Anexo 23



Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu

Anexo 24

Bomba explode no altar de igreja em Nova Iguaçu e bispo sofre ameaças

Uma bomba explodiu às 11h de ontem no altar do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio de Jacutinga, no centro de Nova Iguaçu, destruindo portas, janelas e o sacrário. A explosão, foi ouvida num raio de um quilômetro. Quatro operários montavam o presépio de Natal no momento da explosão, e um deles — Ronaldo Pereira da Silva — caiu de uma altura de dois metros, ficando ligeiramente arranhado. Três senhoras, que rezavam ao pé da imagem de Santo Antônio saíram correndo, assustadas.

Em panfletos jogados nas ruas, uma organização que se denomina Vanguarda de Caça aos Comunistas (VCC) assumiu a responsabilidade pelo atentado. Um dos panfletos, apilhadus pelas Ruas Otávio Tarquínio, Dom Walmor e Avenida Marechal Floriano Peixoto, onde fica a catedral, fez ameaças ao bispo local, d. Adriano Hipólito, e dizia, num trecho seguinte: "Lamentamos profundamente os danos causados na Casa de Deus, mas este também não é lugar



A explosão destruiu parte do altar e espalhou pedaços de reboco

para os bombeiros e agentes do DPPS e da 52ª DP a catedral, que foi logo cercada pela multidão. No dia 8 de novembro passado, a catedral de Santo Antônio e a Igreja da Prata amanheceram pichadas com slogans que atacavam o bispo de Nova Iguaçu, d. Adriano Hipólito.

DEPOIMENTOS

— Pensei que fosse um relâmpago. Foi uma coisa horrível. Cai no chão, arranhei levemente o braço esquerdo, mas ainda assim fui correndo para a rua. Quando já estava na Marechal Floriano, vi uma nuvem branca em toda a catedral. Nós estávamos ar-

D. Adriano culpa a 'linha dura'

O bispo de Nova Iguaçu, d. Adriano Hipólito, disse ontem que o atentado à Matriz de Santo Antônio e os panfletos jogados em ruas movimentadas da cidade "são claramente de responsabilidade de militares da chamada linha dura".

— Quando eu fui sequestrado, em 1976, o então comandante do Primeiro Exército, general Renato Mello de Almeida, também praticamente admitiu isso ao colocar dois oficiais de sua confiança para fazer investigações paralelas ao inquérito aberto na polícia.

Todas as igrejas da Diocese de Nova Iguaçu ficaram fechadas no domingo (não haverá missa no município), e seus responsáveis, padres e leigos, estarão na porta. "E para explicar ao povo os motivos dessa atitude de protesto contra a profanação da Eucaristia e reafirmar a nossa linha pastoral", disse d. Adriano.

O bispo reunia-se ontem à tarde com o clero e representantes de todas as comunidades da Diocese de Nova Iguaçu para analisar o atentado. De-



A bomba destruiu o altar e quebrou os vidros de 12 janelas

ATENTADO

Bomba na igreja de D. Adriano

Impune, a extrema direita volta a agir contra a Igreja de Nova Iguaçu

Protegida pela impunidade, a extrema direita cometeu mais um arrojado atentado contra a diocese de Nova Iguaçu e seu bispo, Dom Adelino Hipólito. Na quinta-feira da manhã, explodiu uma bomba na catedral, que destruiu completamente o altar do Santíssimo Sacramento (o sacrário, onde são guardadas todas as hostias), os vidros de 12 janelas, os ventila-

dores, com ataques a Dom Adriano, assinados por uma "Vanguarda de Caça aos Comunistas (VCC)". Dentro da igreja também foi encontrada uma carta do VCC, assumindo a autoria do atentado.

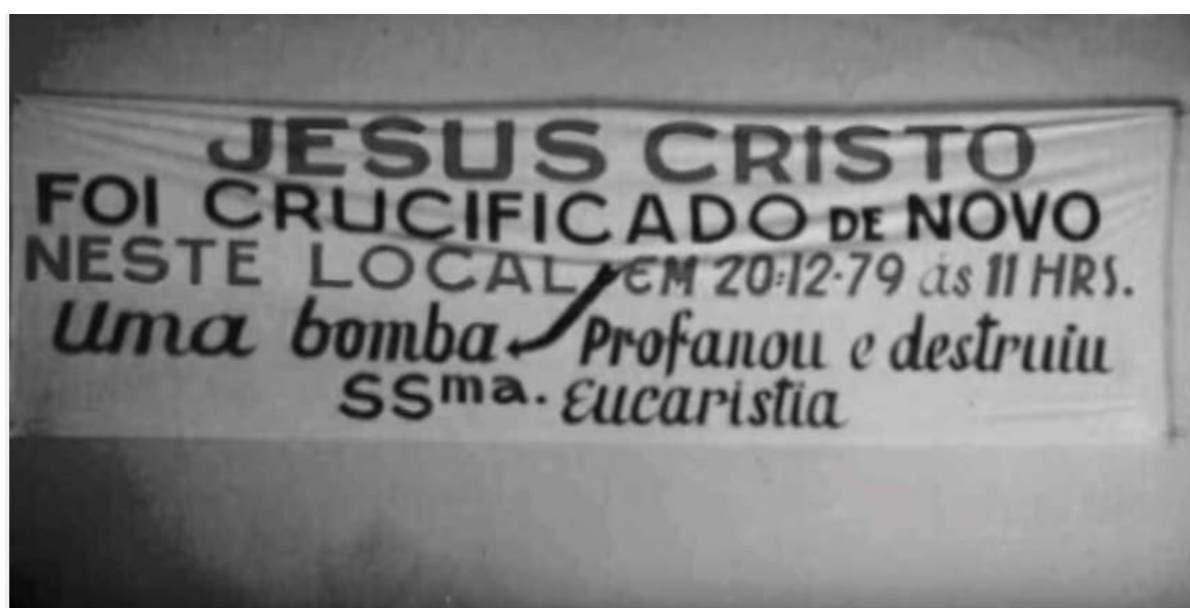
Dom Adriano não descartou a possibilidade de o atentado da quinta-feira passada ter sido consequência de uma matéria pu-

ciada, teve seu corpo pintado de vermelho e, depois, foi abandonado nu e amarrado, numa rua de um subúrbio do Rio. Um grupo terrorista, que se diz da "Aliança Anticomunista Brasileira" assumiu a autoria do atentado.

Estranhamente, o reportagem de Movimento, acusando um oficial das Forças Armadas Brasileiras, não foi respondido até hoje por nenhuma autoridade policial ou militar, embora desvende completamente a história que os órgãos oficiais competentes "não conseguiram" apurar.

A única referência, ainda que indireta, foi uma nota publicada no Correio Brasileiro, onde o general Albuquerque Lima defende Zamith, dizendo que ele é "incapaz de ser um inquisidor cruel e desumano", e atribuindo as acusações contra ele a uma "idéia ignominiosa de sentido odioso para atingir a todos os revolucionários de 64".

Em desagravo ao atentado contra a catedral, todas as Igrejas de Nova Iguaçu ficaram fechadas no dia 23, domingo passado. Em Brasília, dom Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB, disse que o atentado "faz parte de uma campanha contra a atuação da Igreja em favor dos oprimidos". Em São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns disse contar "que as autoridades, a partir deste momento, tomem o caso a sério, porque ele fere o centro mesmo de uma Igreja, que é o tabernáculo, o sacrário. Está-se ferindo





Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu

Anexo 25

Ana Alice Teixeira Pereira

Debatedora



Foto disponível no site: < <https://painelcientifico.org/ii-pcac/> > (Acesso em 19 set. 2022).

Painel científico de acompanhamento da crise

1º de maio de 2020.

Anexo 26

— 20 — JORNAL DO BRASIL — SABADO, 4 DE JUNHO DE 1938 —

Terras que valerão Ouro!

RARA OPPORTUNIDADE

- 1.º — Valorização crescente !
- 2.º — Zona já eletrificada !
- 3.º — As melhores terras para a cultura de laranja !
- 4.º — Distante apenas uma hora do Rio !

Informe-se hoje mesmo á
RUA 1.º DE MARÇO, 82-2.º andar — 23-2130

DE LO SA - CORRÊIA MARIÁ

Anexo 27



Anexo 28

Foto disponível no site:

<https://diocesedenovaiguacu.org.br/2022/08/25/funcionarios-da-curia-diocesana-celebram-sao-bartolomeu-padroeiro-da-capela-curial/> (Acesso em 17 set. 2022).

Anexos do capítulo 3

Anexo 30

Tabela de índices de homicídios da Baixada Fluminense na primeira metade dos anos de 1980 Fontes: Polícia Civil, IBGE (Censos Demográficos), CIDE (estimativas intercensitárias). Informações retiradas de Alves (2020).

Ano	Total de Homicídios	Por 100 mil habitantes
1984	1.224	53,15
1985	1.538	64,89
1986	1.567	65,29
1987	1.779	73,21
1988	1.905	77,44
1989	2.379	95,55

Anexo 31

O GLOBO Sábado, 26/ 4/ 80 GRANDE RIO • 13

Casal seqüestrado aparece morto a tiros na Baixada

Foram encontrados mortos a tiros, ontem, no bairro Calundu, Belford Roxo, Sérgio Ferreira de Oliveira, de 23 anos, e sua amante Sandra do Carmo de Sousa, de 32, seqüestrados na véspera, em Vaz Lobo, por três homens que ocupavam uma Brasília amarela. Os dois cadáveres estavam nos fundos de uma olaria, na Estrada do Sarapuí.



A hipótese de assalto foi afastada pela polícia: Sandra, de calça azul e blusa bege, tinha Cr\$ 100 nos bolsos e estava com brincos de ouro nas orelhas. Estudante de pré-vestibular de Medicina e atendente do Inamps de Madureira, Sandra era filha do detetive-inspetor Joel, da 8ª DP.

O rapaz, que trabalhava como corretor de imóveis com o pai, Gérson Ferreira de Oliveira, era dono de duas carrocinhas de venda de angu, em Vicente de Carvalho e Vaz Lobo. Entretanto, seus parentes informaram que ele se envolveu com traficantes de tóxicos, um dos quais, Dima, seu amigo, foi assassinado há dois meses, por pessoas não identificadas.

Nos fundos da olaria, os dois cadáveres, o homem com oito tiros, a mulher com cinco

SERGIO, O PROCURADO

Policiais da 54ª DP acham que os três homens que seqüestraram o casal só estavam mesmo à procura de Sérgio. Sandra foi levada também para que não houvesse testemunha do seqüestro.

Sérgio e Sandra, que viviam juntos há dois anos, na Rua Guarana, em Vicente de Carvalho, tinham dois filhos. As crianças moravam em companhia de outros quatro filhos de Sandra, de seu primeiro casamento.


Sebastião Ferreira da Silva, tio de Sérgio, foi quem reconheceu os corpos e prestou informações à polícia.

O local em que foram encontrados os corpos costuma ser usado por grupos de extermínio da Baixada Fluminense para se desfazer dos corpos de suas vítimas. O perito João Valentino informou que Sérgio levou oito tiros, e Sandra cinco, de armas de calibres 38 e 45. Vizinhos do casal que viram o seqüestro, na Rua Guarana, serão chamados a depor na 54ª DP.

O carro usado pelos seqüestradores pode ter sido a Brasília amarela FJ 8889, roubada antecostem em São João de Meriti.

8 CORREIO DA MANHÃ — Rio de Janeiro, 4ª feira, 13 de maio de 1979 1.º CADERNO

esquadrão



De 3 de janeiro a 27 de dezembro, as mortes foram crescendo de uma forma assustadora.

Quase todos os mortos eram conhecidos apenas por seus apelidos.

A primeira vítima do ano, Mão de Ferro, foi jogado de um carro por homens armados na Rua Otávio Tarquínio, em Nova Iguaçu. Onze meses depois, em São Gonçalo, Índio era achado enforcado e com o corpo crivado de balas. Na polícia foram registrados como casos insolúveis, alguns dos milhares.

Ninguém sabe onde morreu a vítima de Nova Iguaçu

Cemitério de vítimas do "Esquadrão" já tem 427 covas rasas

As 427 covas rasas, sem nome, marcadas com pequenas cruzes, na quadra 12 do cemitério de Marapicú, em Nova Iguaçu, receberam poucas visitas. O antigo "cemitério dos mortos sem nome" foi descoberto em 1972, no auge do Esquadrão da Morte, por moradores das redondezas que ouviam durante a noite, temerosos, barulho de tiros e de motor de automóveis.

Até 1975, quando a Concessionária São Salvador passou a tomar conta do cemitério, o coqueiro, pela manhã, cobria os corpos encontrados num mata-gal adjacente com terra, insuficiente para conter a ação de urubus ou mesmo cachorros. Em 1975, uma parte do cemitério foi reservada para abrigar as vítimas do Esquadrão e os indigentes, que receberam então as cruzes numeradas.

Segundo informações do IML, seu filho Artur está enterrado. "Um dia Artur saiu de casa e nunca mais voltou. Não sei como ele morreu, nem onde e jamais vi seu corpo", conta, sem conter as lágrimas. "Em 1980, se Deus quiser, tiro meu filho daqui e enterro ele com seu nome bem Grande, já que para mim ele continua vivo. Pelo menos no meu coração".

Segundo o encarregado do Cemitério, Sr Moreira, "desde 1975 não houve mais mortes por aqui. A concessionária é que resolveu enterrar os mortos, reservando uma quadra para eles".

Para o Sr Moreira, apenas um "indigente" é bandido famoso, um tal de Ivanildo. Pode ver a sua cova. Tá cheia de flores".

O cemitério, no entanto, existe há mais de 150 anos e a supultura mais antiga é a do

Os grupos de extermínio estão de volta

Três assassinatos por dia. Sem falar nos atropelamentos. Um total superior a 12 mil homicídios ainda em fase de investigação. Quatro cidades constituindo um território que, segundo a polícia, "verdadeiro paraíso do crime". Uma região procurada até por criminosos de fora, de outros Estados, pela certeza da impunidade, que incentiva a todos os fora da lei. As autoridades reconhecem não ter condições sequer de avaliar com exatidão o número de condenados à morte nessa área, a Baixada Fluminense. Se a partir de agora, dizem os juizes de Nova Iguaçu e Caslías, não houvesse mais eri-

BAIXADA, território do crime

mes de morte na Baixada, 20 anos seriam insuficientes para o julgamento dos inquiridos existentes. Para agravar o quadro,

os grupos de extermínio estão de volta e já eliminaram oito pessoas nos últimos dias. Encapuzados, eles tomam a lei nas próprias mãos e fazem "justiça" à sua maneira: invadem casas durante a noite, saqueiam e sequestram as vítimas, assassinando-as com requintes de crueldade. Para o advogado Paulo de Almeida, vice-presidente da Comissão de Justiça e Paz de Nova Iguaçu — "cidade com problemas de um Estado e recursos de um município" —, tudo pode ser sintetizado da seguinte maneira: "É um problema social, que requer soluções políticas".



Traficantes mortos em Belford Roxo: "justiça" ou mais um capítulo na guerra entre quadrilhas rivais?

Violência aumenta na Baixada e ressurge o 'Esquadrão da Morte'

— A violência flutua em níveis altos por um período de estagnação, mas quando volta em direção a uma zona por todo o lado.

A violência volta para os níveis altos, que tratada há 10 anos no maior bairro da periferia de Santos, é o **Esquadrão da Morte**, a violência aumentou em níveis altos e voltou a aparecer, no lado de cá, em direção ao bairro de Santa Helena, em direção ao bairro de Santa Helena, em direção ao bairro de Santa Helena.

De acordo com a polícia de polícia, o número de assassinatos neste ano chegou a ser superior ao de 1974, quando foram mortos, há um século, o tempo da guerra da China.

De acordo com a polícia de polícia, o número de assassinatos neste ano chegou a ser superior ao de 1974, quando foram mortos, há um século, o tempo da guerra da China.

Dagostin e Peres, que moram no bairro de Santa Helena, em direção ao bairro de Santa Helena, em direção ao bairro de Santa Helena.

De acordo com a polícia de polícia, o número de assassinatos neste ano chegou a ser superior ao de 1974, quando foram mortos, há um século, o tempo da guerra da China.

De acordo com a polícia de polícia, o número de assassinatos neste ano chegou a ser superior ao de 1974, quando foram mortos, há um século, o tempo da guerra da China.

De acordo com a polícia de polícia, o número de assassinatos neste ano chegou a ser superior ao de 1974, quando foram mortos, há um século, o tempo da guerra da China.



Cartoon sobre um crime ocorrido nos anos 70, representado para o caso de E.M.

De acordo com a polícia de polícia, o número de assassinatos neste ano chegou a ser superior ao de 1974, quando foram mortos, há um século, o tempo da guerra da China.

De acordo com a polícia de polícia, o número de assassinatos neste ano chegou a ser superior ao de 1974, quando foram mortos, há um século, o tempo da guerra da China.

De acordo com a polícia de polícia, o número de assassinatos neste ano chegou a ser superior ao de 1974, quando foram mortos, há um século, o tempo da guerra da China.

De acordo com a polícia de polícia, o número de assassinatos neste ano chegou a ser superior ao de 1974, quando foram mortos, há um século, o tempo da guerra da China.

De acordo com a polícia de polícia, o número de assassinatos neste ano chegou a ser superior ao de 1974, quando foram mortos, há um século, o tempo da guerra da China.

De acordo com a polícia de polícia, o número de assassinatos neste ano chegou a ser superior ao de 1974, quando foram mortos, há um século, o tempo da guerra da China.

De acordo com a polícia de polícia, o número de assassinatos neste ano chegou a ser superior ao de 1974, quando foram mortos, há um século, o tempo da guerra da China.

De acordo com a polícia de polícia, o número de assassinatos neste ano chegou a ser superior ao de 1974, quando foram mortos, há um século, o tempo da guerra da China.

De acordo com a polícia de polícia, o número de assassinatos neste ano chegou a ser superior ao de 1974, quando foram mortos, há um século, o tempo da guerra da China.

De acordo com a polícia de polícia, o número de assassinatos neste ano chegou a ser superior ao de 1974, quando foram mortos, há um século, o tempo da guerra da China.

De acordo com a polícia de polícia, o número de assassinatos neste ano chegou a ser superior ao de 1974, quando foram mortos, há um século, o tempo da guerra da China.

De acordo com a polícia de polícia, o número de assassinatos neste ano chegou a ser superior ao de 1974, quando foram mortos, há um século, o tempo da guerra da China.